O MUSEU E AS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL

O CASO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

por

Cintia Maria Rodrigues do Nascimento

Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

Orientador: Professora Doutora Helena Cunha de Uzeda

UNIRIO/MAST - RJ, 21 de fevereiro de 2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

O MUSEU E AS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL

O CASO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Tese de Doutorado de Cintia Maria Rodrigues do Nascimento submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra. Helena Cunha de Uzeda
(Orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Profa. Dra. Julia Nolasco Leitão de Moraes
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Prof. Dr. Luiz Carlos Borges
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Assinado por: **Maria do Rosário de Carvalho Nunes Manteigas e Moura Pinheiro**
Num. de Identificação: 07435049
Data: 2025.09.10 22:35:29+01'00'

Profa. Dra. Maria do Rosario de Carvalho N. M. Moura Pinheiro
(Membro externo – Universidade de Coimbra / UC)

Profa. Dra. Silvilene de Barros Ribeiro de Morais
(Membro externo – Secretaria Municipal de Educação)

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

N244 Nascimento, Cintia Maria Rodrigues do
O Museu e as Ações Educativas para o Público Infantil: O Caso do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas / Cintia Maria Rodrigues do Nascimento. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
288

Orientador: Helena Cunha de Uzeda.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2025.

1. Ações educativas em museus. 2. Educação em museus. 3. Público infantil. I. Uzeda, Helena Cunha de, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha família, Helena, Rivaldo,
Robson e Fábio (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, são muitos a agradecer. Em primeiro lugar, a minha família, sempre, pois o apoio deles foi fundamental na minha jornada até este momento. Agradeço profundamente aos meus pais, Helena e Rivaldo, e ao meu irmão, Robson, por sempre estarem presentes e me incentivarem. E em especial ao meu amigo de infância, Fábio Nascimento, que sempre torceu por seus amigos e foi educador brilhante.

A minha orientadora, a professora Helena Uzeda, que aceitou o desafio dessa orientação e com tanto carinho me auxiliou nas contribuições que nortearam esse trabalho e me fizeram chegar ao objetivo esperado. A professora Emanuela Ribeiro, que está sempre presente na minha formação, desde o ingresso na museologia. A professora Diana Farjalla, por todas as conversas e orientações profissionais. Agradeço aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. E a Alexandra Durão, que sempre é tão prestativa e atenciosa em orientar e sanar nossas dúvidas burocráticas.

Agradeço aos professores que fazem parte da banca, por todas as suas contribuições: Maria do Rosário Pinheiro, Júlia Nolasco de Moraes, Luiz Carlos Borges, Vinícius de Moraes Monção e Silvilene de Barros Ribeiro de Moraes.

Gratidão à minha instituição (UFAL) e colegas de trabalho pela contribuição com a pesquisa e por todo o apoio prestado. Em especial a Hildenia Oliveira, Mayana Castro, Raphael Batista, Estela Aveline, Genilson Bernardes e Maria Silva, é muito bom contar com vocês sempre.

Um agradecimento aos meus amigos, Rômulo Gonzales e Daniela Ortega, pelas partilhas e trocas neste caminho do doutorado. Aos amigos que fiz durante esse processo e somaram tanto durante minha passagem pelo Rio: Márcia Coelho, Mayara Soares, Carol Souza, Carol Michaella e meu querido Octávio Neto, que me escolheu como amiga e trouxe tanta gente boa para minha vida.

RESUMO

NASCIMENTO, Cintia Maria Rodrigues. **O Museu e as Ações Educativas para o Público Infantil: O Caso do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas** Orientadora: Helena Cunha de Uzeda. UNIRIO/MAST. 2024. Tese.

A tese analisa o potencial das ações educativas realizadas pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) e sua contribuição para a educação infantil. O objetivo geral desta tese é analisar as práticas de formulação das ações educativas voltadas para o público infantil da faixa etária entre dois e cinco anos, desenvolvidas pelos pesquisadores/curadores do MHNUFAL, que estão registradas nos documentos institucionais, avaliando a existência de intencionalidade pedagógica clara na concepção e na avaliação dessas ações. Os objetivos específicos incluem analisar a documentação institucional que registra essas ações, identificando os objetivos pedagógicos específicos voltados ao público infantil, registrando os resultados das ações educativas, por meio de entrevistas com seus produtores, e descrevendo as metodologias e procedimentos pedagógicos adotados. A metodologia adotada envolveu a análise do discurso dos pesquisadores/curadores responsáveis pela produção das ações educativas no MHNUFAL entre 2016 e 2019, bem como suas percepções e avaliações sobre essas práticas. A análise da intencionalidade pedagógica nas ações educativas destinadas ao público infantil foi considerada crucial para compreender a abordagem adotada pelos responsáveis para que fossem garantidas as necessidades específicas das crianças na faixa etária estudada que frequentam o museu, e que devem estar alinhadas com os princípios que fundamentam a Educação Infantil. No contexto da pesquisa, a análise do discurso desenvolvida por Fairclough (2016), Sinclair e Coulthard (1975) e Labov e Fanshel (1977) foi ferramenta fundamental para compreender e sistematizar os processos envolvidos nas ações educativas do MHNUFAL. Através das categorias centrais de comportamento e do ambiente educacional (museu) analisadas nessa metodologia, buscou-se obter percepções significativas sobre o tema em questão. Os resultados da análise ofereceram uma visão mais clara sobre os cuidados metodológicos e a necessidade de instrumentalizar processos de registros no desenvolvimento das ações educativas adotadas pelo museu, no sentido de aprimoramento dessas práticas, para garantir uma abordagem pedagogicamente adequada para o público infantil. Este estudo destaca a importância das ações educativas do MHNUFAL para a educação infantil e propõe uma análise aprofundada das práticas existentes, visando contribuir para aprimorar a qualidade dessas ações de modo que possam garantir uma experiência mais estimulante e eficaz para as crianças que visitam o museu.

Palavras-chave: Museologia; Museu de História Natural da UFAL (MHNUFAL); Ação educativa em museus; Intencionalidade Pedagógica; Público infantil de museus.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Cintia Maria Rodrigues. **The Museum and Educational Actions for Children: The Case of the Museum of Natural History of the Federal University of Alagoas** Supervisor: Helena Cunha de Uzeda. UNIRIO/MAST. 2024. Tese.

The thesis analyzes the potential of the educational activities carried out by the Natural History Museum of the Federal University of Alagoas (MHNUFAL) and their contribution to early childhood education. The general objective of this thesis is to examine the formulation practices of educational actions aimed at children aged two to five years, developed by the researchers/curators of MHNUFAL and recorded in institutional documents, assessing the existence of a clear pedagogical intentionality in the design and evaluation of these actions. The specific objectives include analyzing the institutional documentation that records these actions, identifying the specific pedagogical goals aimed at young children, recording the outcomes of the educational activities through interviews with their creators, and describing the pedagogical methodologies and procedures adopted. The methodology involved discourse analysis of the researchers/curators responsible for producing the educational activities at MHNUFAL between 2016 and 2019, as well as their perceptions and evaluations of these practices. The analysis of pedagogical intentionality in educational actions designed for young children was considered crucial to understanding the approach adopted by those responsible for ensuring that the specific needs of children in the studied age group visiting the museum are met, in alignment with the principles underlying Early Childhood Education. In the context of the research, the discourse analysis frameworks developed by Fairclough (2016), Sinclair and Coulthard (1975), and Labov and Fanshel (1977) were essential tools for understanding and systematizing the processes involved in MHNUFAL's educational activities. Through the central categories of behavior and the educational environment (the museum) analyzed within this methodology, significant insights into the topic were obtained. The results of the analysis provided a clearer understanding of the methodological considerations and the need to systematize record-keeping processes in the development of the museum's educational actions, in order to enhance these practices and ensure a pedagogically appropriate approach for young audiences. This study highlights the importance of MHNUFAL's educational actions for early childhood education and offers an in-depth analysis of existing practices, aiming to contribute to the improvement of their quality so as to provide a more stimulating and effective experience for children visiting the museum.

Keywords: Museology; Natural History Museum of the Federal University of Alagoas (MHNUFAL); Educational action in museums; Pedagogical intentionality; Young Museum audiences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Definições de correntes pedagógicas 85
Figura 2 - Painel de dados PEMBRASIL 102
Figura 3 - Perfil das instituições respondentes de Alagoas 103
Figura 4 - Perfil dos profissionais respondentes em Alagoas 104
Figura 5 - Informações da PEMBrasil sobre atividades educativas desenvolvidas em instituições alagoanas 105
Figura 6 - Instrumentos utilizados para registros das práticas educativas dos museus em Alagoas 105
Figura 7 - Fachada do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas 125
Figura 8 - Sala de exposição de longa duração “Alagoas: Do Mar ao Sertão” 127
Figura 9 - Visita à sala de exposição 130
Figura 10 - Card de divulgação do Projeto Fim de Semana no Museu 132
Figura 11 - Ação educativa com crianças no MHNUFAL 134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Preparação do processo pedagógico com foco na intencionalidade 78
Quadro 2 - Impacto das ações educativas em museus 94
Quadro 3 - Ações de extensão do MHNUFAL 2018 no SIGAA-UFAL 139
Quadro 4 - Ações de extensão do MHNUFAL em 2019 no SIGAA-UFAL 140
Quadro 5 - Detalhes das ações de extensão SIGAA-UFAL 143
Quadro 6 - Dados gerais das ações de extensão do MHNUFAL no SIGAA-UFAL.... 145
Quadro 7 - Elementos da análise padrão IRF 151
Quadro 8 - Questionamentos e registros dos elementos de entrevista 156
Quadro 9 - Ações educativas listadas nos relatórios MHNUFAL..... 159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de público infantil 2016–2019..... 135
Gráfico 2 - Marcadores de ação educativa público infantil 166
Gráfico 3 - Frequência das ações educativas 168
Gráfico 4 - Motivação para desenvolver as ações educativas..... 170
Gráfico 5 - Definição do público-alvo 172
Gráfico 6 - Quantidade de ações desenvolvidas para público infantil..... 173
Gráfico 7 - Instrumentos ou suportes de registros das ações educativas..... 175
Gráfico 8 - Ações educativas aplicáveis para a faixa etária entre 2 e 5 anos 177
Gráfico 9 - Grau de dificuldade em desenvolver ações educativas para público entre 2 e 5 anos..... 178
Gráfico 10 - Desenvolvimento das ações educativas conforme o conceito de intencionalidade pedagógica..... 180
Gráfico 11 - A intencionalidade nas ações educativas para o público entre 2 e 5 anos 182

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CCBi	Centro de Ciências Biológicas
DEMU	Departamento de Museus e Centros de Ciência
DCNEI	Diretrizes Curriculares para Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENF	Espaço de Educação Não Formal
FSM	Fim de Semana no Museu
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICBS	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
ICHCA	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte
ICOM	International Council of Museums
IGDMA	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MHNUFAL	Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas
PC	Pesquisador/Curador
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PEMBrasil	Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros
PNEM	Plano Nacional de Educação Museal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEX-UFAL	Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas
REM	Rede de Educadores em Museus
SIGAA-UFAL	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UEP	Unidade Especial de Preservação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEP	Zonas Especiais de Preservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA E AS POSSIBILIDADES DOS MUSEUS ENQUANTO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL **12**

1.1 O museu: espaço de educação não formal e experiência para o público infantil 19

1.2 A formação do público infantil e o acolhimento em instituições museológicas ... 42

1.3 As especificidades e a intencionalidade pedagógica das ações educativas e na divulgação científica para aplicação na mediação do público infantil 58

CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DO EDUCATIVO EM MUSEUS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PROMOVIDA PELAS PRÁTICAS EDUCATIVAS **83**

2.1 Museus Universitários: espaços contínuos de ações educativas 107

2.2 O MHNUFAL como Agente Educativo: Pesquisa, Práticas e Impactos no Público 124

2.2 As estratégias de ação do museu: comunicação, informação e registro 137

CAPÍTULO 3 – A INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO E DOS DOCUMENTOS DE REGISTRO DAS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL DO MHNUFAL **148**

3.1 O discurso dos profissionais/curadores para as práticas de ações educativas para o público infantil e sua aplicação e registro 154

3.2 A prática pedagógica nas ações educativas e as possibilidades de atuação no museu 167

CONSIDERAÇÕES **187**

REFERÊNCIAS **202**

APÊNDICES **213**

ANEXOS **261**

INTRODUÇÃO

Historicamente, as instituições museológicas, especialmente aquelas de caráter científico, centraram suas ações na preservação de acervos e na produção de conhecimento por meio da pesquisa. Contudo, os museus sempre buscaram, em diferentes momentos, formas de compartilhar esse conhecimento com a sociedade, assumindo também uma função educativa. Com o avanço das transformações socioculturais e a ampliação do acesso à informação, tem-se intensificado o interesse dos museus em compreender as especificidades de seus diferentes públicos. Esse movimento impulsiona o desenvolvimento de estudos e estratégias voltadas à qualificação do acolhimento e à promoção de experiências educativas mais inclusivas e significativas, reafirmando o compromisso dos museus com a democratização do saber e o fortalecimento do seu papel social.

Ao aprofundar a observação sobre o público e perceber o que o distingue, a instituição pode identificar vários perfis e a maneira pela qual a comunicação e sua ligação com as instituições ocorrem e o modo pelo qual o diálogo é estabelecido com ele. Mesmo assim, dentro desta categoria de público, há uma infinidade de fatores que podem se segmentar ainda mais.

A construção do conhecimento no processo educacional infantil nos cinco primeiros anos de vida é considerada uma das fases mais importantes e significativas para o seu desenvolvimento intelectual, beneficia a construção da consciência na criança, o que é apontado em estudos das áreas da pedagogia e da psicologia, que corroboram essa especificidade em discussões sobre o desenvolvimento infantil.

Tais pesquisas demonstram ser necessário, para o bom desenvolvimento de crianças nessa faixa de idade, a imersão em práticas sociais e culturais. Isso reafirma a incontestável responsabilidade que as instituições educativas têm em ofertar atividades intencionalmente pedagógicas, ao proporcionarem a construção de significados e compartilhamento de conhecimento já no início desta fase do desenvolvimento humano (Alexandrino; Braz Aquino, 2018).

O conhecimento, sem dúvida alguma, é o que promove o desenvolvimento do ser humano, permitindo a inclusão dos indivíduos na sociedade, podendo o conhecimento científico enfatizar ainda mais a definição de quem deve ser considerado público especializado em alguma área ou não.

O museu é um espaço cultural, mas também um local voltado à educação, tendo grande importância no que diz respeito à popularização da cultura e da ciência para os cidadãos. Os museus de ciências, sem que tenham a pretensão de atuar como substitutos do ensino escolar, constituem-se como espaços não formais de educação, lugares onde as crianças e o público têm a possibilidade de desenvolver processos de socialização sem conteúdo previamente demarcado.

Os públicos de diversas faixas etárias podem socializar-se, aprendendo sem pressão ou obrigação (Gohn, 2006; Carvalho, 2016). Já é consenso sobre o fato de as escolas não serem os únicos locais onde é possível aprender conceitos científicos (Gouvêa, Marandino, Amaral, 1993). Além disso, os estabelecimentos escolares, por si só, não apresentam condições de proporcionar à sociedade uma formação técnico-científica que permita contato direto com objetos ligados ao campo científico, além de proporcionar uma visão humanística necessária à compreensão do mundo.

Os museus de ciências podem estabelecer um vínculo autêntico com seu público, real e potencial, e oferecer experiências valiosas, indo além das exposições, tendo autonomia para desenvolver diferentes produtos educativos a partir de seus acervos e de pesquisas, de estratégias de divulgação científica ou de ações educativas, havendo inúmeras possibilidades a serem exploradas.

As exposições não são as únicas formas de se obter aprendizado sobre conhecimento nos museus, ainda que se constituam em meio privilegiado de comunicação museológica, podendo enriquecer estratégias para o desenvolvimento de atividades educativas. Essas estratégias devem possibilitar ao visitante compreender as relações entre a ciência, os indivíduos e a sociedade, além de apresentar a dimensão e a penetração da ciência, fornecendo aos visitantes informações claras e levantando questões com o intuito de estabelecer diálogo a respeito dos elementos que caracterizam a produção do conhecimento científico.

As ações educativas vistas sob esta ótica, qual seja, a de possibilitar uma interação e uma dinâmica entre o público da educação infantil e o museu, são fortes aliadas no espaço museológico, ao possibilitarem a descoberta de novos elementos, direcionando novos olhares para um determinado conteúdo apresentado, tornando a visita mais interativa e dialógica nas ações em espaços educativos atrelados à exposição, tal como colocado por Massarani (2016). E isto ressalta o quanto as exposições podem ser bem exploradas pelas ações educativas para o público infantil, na faixa etária entre dois e cinco anos, contribuindo para aumentar a eficiência para a apreensão pelas crianças do conteúdo da exposição.

A educação, como está posta na constituição brasileira, é um direito de todo cidadão e deve ser garantida em todos os níveis, sem discriminação, permitindo, assim, um desenvolvimento com equidade. Uma sociedade mais justa é construída com a colaboração da ciência, para resolução dos seus problemas nas mais diversas áreas. E o conhecimento é o que permite a formação de cidadãos conscientes e ativos socialmente, sendo preciso assegurar o acesso ao conhecimento em sua totalidade, e o científico em particular, desde o início da formação do indivíduo.

A comunicação do conhecimento científico para a criança é muito importante no contexto de formação da sociedade, uma vez que levará à formação de cidadãos que questionam, que fazem análise política dos seus direitos e deveres, com plena consciência de seu papel em sociedade.

O potencial das ações educativas desenvolvidas pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) em relação à contribuição para educação infantil parece promissor, entretanto, alcançar resultados positivos exige desenvolver em seus agentes – pesquisadores/curadores e mediadores – competências que lhes permitam apresentar respostas ao desafio de lidar com esse público específico, fazendo da adoção de ações educativas bem estruturadas centradas uma demanda urgente nesse públicopara o MHNUFAL.

O estudo dos instrumentos de controle interno existentes no MHNUFAL, constituídos desde 2016, ano de reabertura do museu à visitação, mostrou que entre o público visitante não especializado o segmento maior era o público infantil, fosse ele escolar, nas visitas durante os dias úteis, ou espontâneo, que ocorria nas atividades do projeto Fim de Semana no Museu (FSM). Esta informação se fez determinante para a definição sobre a escolha do público infantil e as ações educativas desenvolvidas para essa faixa de visitantes nesta pesquisa.

Identificar que o maior número de visitantes do MHNUFAL eram crianças foi uma descoberta exitosa, mas, ao mesmo tempo, complexa, pois as ações educativas direcionadas a esse público eram difíceis de serem analisadas quanto a seus resultados por não possuírem objetivos claros e destinados especificamente ao público infantil.

A definição do que é considerado criança pela legislação vigente no Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que essa faixa etária está compreendida entre 0 e 12 anos, mas dentro deste recorte há questões de desenvolvimento distintas. Sendo assim, a compreensão se dá de forma diferente em fases do desenvolvimento. Por isso, para este trabalho, foi definido o recorte de dois e cinco anos, pois dentro do MHNUFAL foi esse perfil que apresentou mais dificuldade para traçar estratégias educativas.

Rogers (2021) explica um pouco esse problema, considerando que, apesar de todos já terem sido crianças, é difícil para adultos participarem com as crianças nos processos, e mais ainda compreender que dentro desta delimitação há formas distintas de compreensão do mundo que precisam ser respeitadas.

A dificuldade da instituição em se comunicar com este público também foi um problema observado, pois, devido ao fechamento do Museu, em 2011, as ações educativas passaram a ser elaboradas mediante projetos de extensão, somente para o público acadêmico, excluindo o público não especializado, que deixou de usufruir do

MHNUFAL, fazendo com que a linguagem utilizada pelos pesquisadores/curadores fosse bem mais técnica e próxima de seus pares, pois não havia variação de público na aplicação das ações de extensão.

O MHNUFAL tem como campo predominante a Biologia, mas é na sua interrelação com outras disciplinas que o conhecimento científico mostra ainda mais sua importância, relacionando-o diretamente com a vida humana, seja no aspecto social e coletivo, como também no pessoal, ajudando à compreensão da relação entre natureza, sociedade e o indivíduo.

A preocupação do MHNUFAL em estruturar suas ações educativas para a introdução e promoção do desenvolvimento científico do público infantil – consciente do potencial institucional para auxiliar na construção do conhecimento científico e na compreensão das relações do homem com a natureza – mostra-se evidente, ainda a necessidade de aprimorar metodologias que otimizem a comunicação com esse público específico.

Tendo em vista toda a potencialidade da instituição no trabalho com o público infantil, foi que se deu a escolha do tema, pois a partir da experiência do trabalho como museóloga junto aos mediadores e pesquisadores do MHNUFAL, que sempre relataram dificuldade em conseguir estruturar ações claras para o público infantil. Além disso, havia a urgência da elaboração e implementação do seu Programa Educativo, por se tratar de uma exigência legal, já que consta como um dos programas para elaboração do Plano Museológico da instituição e responder às diretrizes da Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

Em um primeiro momento, as questões foram observadas a partir do trabalho dos mediadores, com a coleta de dados sobre as ações educativas, registradas e produzidas pelos diversos setores da instituição, e depois por meio de um processo de aprofundamento desses dados. Essa análise aprofundada foi realizada por mim como museóloga através de entrevista e socialização de registro organizados pela museologia das ações educativas. Os primeiros consultados foram os pesquisadores/curadores dos setores de Arqueologia, Botânica, Entomologia, Herpetologia e Mastozoologia do MHNUFAL, entre os anos de 2016 e 2022.

As ações educativas dos setores supracitados tinham como principal objetivo promover a aplicação e a comunicação da pesquisa de seu corpo técnico, mobilizando esforços de pesquisadores/curadores e mediadores, visando melhorar a interação e proporcionar a construção do conhecimento com o público infantil. As ações foram sistematizadas em projetos de extensão e adicionadas pelo setor de Museologia aos sistemas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), para autorização, acompanhamento, aplicação e avaliação.

A análise dos dados das ações educativas feitas pelo meu trabalho como museólogareuniu essas informações institucionais e acompanhou a formalização das ações educativas e a inserção desses dados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFAL), e levou à constatação, em um primeiro momento, de que havia muitos problemas para adequação da linguagem. Após isso, foi observada a dificuldade de desenvolver ações educativas que contemplassem as especificidades dos grupos de visitação infantil.

As questões levantadas a partir das estratégias para recepção do público no MHNUFAL reafirmaram o público infantil como o maior grupo visitante e, também, o mais negligenciado em sua recepção. Essa constatação levou ao desenvolvimento de estratégias pontuais para auxiliar a visitação e ajudar a ajustar produtos e ferramentas voltados à comunicação museológica.

A escolha do recorte etário que compreende crianças de dois a cinco anos foi motivada por uma experiência anterior da pesquisadora na elaboração e implementação de um estudo preliminar voltado à criação de um ambiente educativo específico para esse público no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). Durante esse processo, tornou-se evidente que os espaços disponíveis no museu apresentavam limitações significativas em termos de acolhimento, acessibilidade e adequação às necessidades da primeira infância. A constatação dessas lacunas impulsionou a concepção da chamada Sala Lúdica, um ambiente destinado a promover a autonomia das crianças e estimular a interação a partir de atividades educativas interativas e prazerosas, utilizando-se dos conteúdos científicos próprios do acervo do museu como eixo estruturante para a construção do conhecimento infantil.

Essa vivência prática despertou reflexões mais amplas sobre a presença e o papel do público infantil no contexto museológico, fazendo emergir a necessidade de investigar de forma sistemática como o corpo técnico da instituição compreende e conduz as Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI). A partir dessa inquietação, formulou-se a seguinte problemática central: de que maneira o MHNUFAL pode aprimorar suas ações educativas voltadas à infância, de modo que contribuam de forma mais efetiva para a construção de conhecimento e para o desenvolvimento de uma consciência crítica e sensível nas crianças acerca dos temas abordados pela História Natural?

A análise de Letícia Lima e Carlos Correia (2017) sobre atividades educativas do MHNUFAL afirmou que a contribuição da instituição permeia a construção do conhecimento dos públicos escolar, acadêmico e mesmo da comunidade, ao cumprir, assim, o papel essencial de um equipamento cultural ao estabelecer mecanismos de divulgação científica e ao elaborar estratégias para levar a informação produzida pela

pesquisa à sociedade. Equipamento este que tem se mostrado bastante eficiente para a promoção da cultura e do lazer no nível intelectual, associados ao reconhecimento do patrimônio natural e científico do estado de Alagoas (Lima; Correia, 2017).

Este estudo teve como objetivo investigar as percepções e práticas educativas dos pesquisadores e curadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), com foco no público infantil na faixa etária de 2 a 5 anos. Para tanto, foram utilizados procedimentos metodológicos que incluíram a observação sistemática de materiais pedagógicos, a análise criteriosa de registros institucionais e documentais, bem como a coleta e interpretação de narrativas dos profissionais envolvidos. Esses instrumentos permitiram explorar como as práticas educativas podem ser modificadas e aprimoradas, de modo a torná-las mais alinhadas às necessidades específicas das crianças e aos objetivos institucionais do museu.

A hipótese que direcionou esta pesquisa foi formulada com base na análise das metodologias adotadas pelos pesquisadores e curadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) ao desenvolverem ações educativas destinadas a crianças de dois a cinco anos. Especificamente, buscou-se investigar se tais ações foram concebidas com uma intencionalidade pedagógica explícita, alinhada às necessidades cognitivas, emocionais e sociais dessa faixa etária, ou se, em contraste, elas foram utilizadas somente como complementação à comunicação expositiva, realizadas pontualmente e sem a devida definição de público-alvo. Partiu-se da premissa de que a ausência de uma programação estruturada e direcionada para o público infantil pode limitar a eficácia dessas práticas, resultando em uma experiência educacional que não atende plenamente às especificidades dessa fase do desenvolvimento.

A hipótese que orientou esta pesquisa sustentava que a ausência de reconhecimento das especificidades da educação infantil, notadamente na faixa etária de dois a cinco anos, comprometeria a efetividade das ações educativas promovidas pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). Presumia-se que tal lacuna interferiria negativamente na relação das crianças com o ambiente museológico, uma vez que a não consideração de suas características cognitivas, afetivas, sociais e sensoriais resultaria em práticas pouco acessíveis, pouco significativas e com reduzido engajamento. Essa desatenção às singularidades da infância tenderia a limitar o potencial formativo das experiências vividas nesse contexto, restringindo o papel do museu como espaço de aprendizagem, descoberta e pertencimento para os sujeitos infantis.

O discurso produzido pelos profissionais acerca do trabalho desenvolvido com o público infantil foi submetido a uma análise fundamentada nos pressupostos de

Fairclough (2016). A abordagem proposta por este autor oferece categorias analíticas específicas que permitem examinar textos relacionados a pesquisas em educação e seus variados documentos, destacando aspectos que, por razões diversas, podem ter sido omitidos ou ignorados na elaboração desses registros. Essa análise possibilitou não somente desvelar as intenções subjacentes de seus produtores, mas também compreender as relações que buscavam estabelecer com seus interlocutores, iluminando as nuances discursivas que permeiam as práticas educativas.

As categorias da análise do discurso mostraram-se essenciais para identificar as configurações de poder que estruturam e sustentam as múltiplas vozes presentes nesta investigação. Por meio dessas ferramentas analíticas, foi possível captar as intenções, os significados implícitos e os valores atribuídos pelos produtores aos relatos que compõem o corpus da pesquisa. Esse enfoque permitiu problematizar as práticas institucionais e avaliar como os discursos refletem e, simultaneamente, moldam as interações entre os pesquisadores/curadores e o público infantil.

Utilizando-se de uma metodologia qualitativa, o estudo buscou organizar e examinar dados sobre as ações educativas destinadas ao público infantil, para compreender de que maneira essas ações eram concebidas, implementadas e percebidas pelos profissionais envolvidos na instituição. Como parte desse processo, foram realizadas entrevistas com cinco pesquisadores, que desempenham um papel central na concepção das práticas educativas, com o intuito de verificar as informações obtidas e identificar as ações que, segundo esses profissionais, eram direcionadas ao público infantil. Essa abordagem permitiu uma análise detalhada das intenções pedagógicas, das práticas discursivas e das percepções institucionais acerca do trabalho desenvolvido com crianças no contexto museológico.

A partir da análise realizada no material obtido nessa primeira etapa, houve a construção de um questionário para os funcionários relatarem aspectos a respeito do desenvolvimento das ações educativas, para saber se ocorrera reflexão, compartilhamento desses dados e que apontassem quais seriam as melhores estratégias para a construção de conhecimento especificamente para o público infantil, através da mediação em espaços expositivos.

A análise do discurso produzido pelos profissionais e das práticas educativas direcionadas ao público infantil no MHNUFAL permitiu compreender as intencionalidades pedagógicas, as relações e os desafios associados à concepção e implementação dessas ações. A partir dessa base analítica, a estrutura da tese foi organizada para abordar os aspectos centrais dessa temática.

O capítulo I aborda a trajetória e as possibilidades dos museus como espaços de educação não formal, destacando sua importância na promoção de experiências

educativas significativas e acessíveis. Os museus, ao transcenderem seu papel tradicional de preservação de objetos históricos, afirmam-se como espaços de aprendizado e inclusão cultural, onde ações educativas são desenvolvidas para estimular a construção de conhecimento, a reflexão crítica e o engajamento social. Tais ações, enriquecidas pela interdisciplinaridade da museologia, da educação e da cultura, promovem a articulação entre o saber formal e as vivências cotidianas, permitindo que visitantes de todas as idades, em especial as crianças, vivenciem aprendizados transformadores. As atividades educativas nesses espaços, como visitas guiadas, oficinas e recursos interativos, buscam não somente informar, mas também envolver os públicos em uma interação ativa, colaborativa e participativa, considerando aspectos como acessibilidade, inclusão e o desenvolvimento humano.

A educação em museus é reconhecida por seu caráter não formal e pela flexibilidade de suas abordagens, promovendo uma aprendizagem autônoma, interativa e permeada pela ludicidade. Neste contexto, ações educativas têm o potencial de contribuir significativamente para o desenvolvimento humano, conectando os visitantes ao patrimônio científico, cultural e natural, ao mesmo tempo em que fomentam habilidades críticas, autonomia e valores sociais. Ao considerar a diversidade e a pluralidade das infâncias, os museus reforçam seu compromisso com a inclusão e a democratização do acesso ao conhecimento. Além disso, o capítulo ressalta que a intencionalidade pedagógica e a alfabetização científica e artística são elementos essenciais para promover a transformação social e cultural por meio das iniciativas educativas, tornando os museus espaços propícios à formação de indivíduos críticos, reflexivos e engajados com a sociedade contemporânea.

O segundo capítulo da tese explora a evolução da educação museal no Brasil e destaca a transformação social promovida pelas práticas educativas em museus. A trajetória histórica da educação em museus revela como essas instituições deixaram de ser espaços elitistas, voltados somente à preservação de objetos e à contemplação, para se tornarem agentes dinâmicos de aprendizagem e inclusão social. A fundação do Museu Nacional em 1818, um marco inicial, simbolizou um esforço em promover o conhecimento científico e a formação cultural no país. Com o tempo, influências de correntes pedagógicas, como o método intuitivo e o movimento da Escola Nova[1],

[1] O movimento Escola Nova, iniciado no final do século XIX e consolidado no início do século XX, foi uma corrente pedagógica que propunha uma educação centrada no aluno, priorizando o desenvolvimento integral de suas potencialidades. Influenciado pelas ideias de educadores como John Dewey, Maria Montessori e Celestin Freinet, o movimento defendia métodos de ensino mais democráticos e participativos, promovendo a aprendizagem por meio da experiência prática, do jogo e da criatividade. Sua abordagem contrastava com a educação tradicional, baseada na transmissão de conteúdo de forma autoritária e passiva. No Brasil, a

contribuíram para a renovação das práticas educativas, enfatizando a importância de um aprendizado interativo e participativo. Essa transformação foi acompanhada pela adoção de programas educativos voltados para públicos diversos, incluindo crianças, consolidando os museus como espaços de construção coletiva do conhecimento e de democratização do acesso à cultura e à ciência.

Ao longo do século XX, as instituições museológicas brasileiras intensificaram sua atuação educativa, reforçada pela criação do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) e pela Política Nacional de Educação Museal, que estabeleceram diretrizes para integrar a dimensão educativa aos objetivos estratégicos dos museus. Esses avanços promoveram o alinhamento das ações educativas às demandas sociais, ampliaram a acessibilidade e valorizaram a diversidade cultural. A educação museal foi reafirmada como uma função central dos museus, destacando-se como mediadora cultural e promotora de cidadania. No contexto contemporâneo, os museus brasileiros continuam a adaptar suas práticas a realidades em constante transformação, reconhecendo a importância de atender a diferentes públicos de maneira inclusiva, participativa e inovadora. Esses esforços reafirmam o papel dos museus como espaços relevantes para a formação cultural e científica, contribuindo para uma sociedade mais democrática e consciente.

O terceiro capítulo aborda as práticas educativas voltadas ao público infantil no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), com ênfase na análise do discurso e dos registros documentais dessas ações. Utilizando a Análise Crítica do Discurso como metodologia central, o estudo examina como pesquisadores e curadores concebem, implementam e refletem sobre as atividades pedagógicas destinadas às crianças de 2 a 5 anos. A partir de modelos teóricos como o padrão IRF (Iniciação-Resposta-Acompanhamento) e os pressupostos de Fairclough e Van Dijk, a pesquisa explora as intencionalidades pedagógicas e as dinâmicas discursivas que permeiam as ações educativas, revelando tanto os desafios quanto as potencialidades de engajar o público infantil em contextos museológicos.

Os resultados da presente pesquisa evidenciam que, apesar dos esforços institucionais do MHNUFAL para promover ações educativas voltadas ao público infantil, ainda persistem lacunas significativas no planejamento pedagógico, particularmente no que diz respeito à adaptação de conteúdos e metodologias às especificidades das crianças na faixa etária de 2 a 5 anos. A análise dos discursos e dos registros institucionais aponta para a necessidade de uma maior sistematização dos processos de documentação das práticas educativas, bem como de uma formação contínua e mais

---

Escola Nova teve grande influência nas reformas educacionais do século XX, com destaque para a atuação de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

aprofundada dos profissionais envolvidos, a fim de garantir intencionalidades pedagógicas alinhadas às demandas do público infantil. Ao propor critérios e marcadores para avaliar e estruturar essas ações, a pesquisa oferece uma contribuição relevante para o campo da educação museológica, reforçando o papel dos museus como espaços privilegiados de aprendizagem não formal, capazes de fomentar a inclusão, a diversidade e a transformação social. Assim, esta tese se apresenta como um convite à reflexão e à reconfiguração das práticas educativas no âmbito museológico, com vistas a consolidar os museus como ambientes inovadores e acessíveis, que atendam eficazmente às necessidades das crianças e contribuam para seu desenvolvimento integral.

CAPÍTULO 1

A TRAJETÓRIA E AS POSSIBILIDADES DOS MUSEUS ENQUANTO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação promovida pelos museus consiste em possibilitar a todos os sujeitos a oportunidade de apreender, construir e socializar conhecimentos. Desenvolver este trabalho analisando os processos educativos com as contribuições da visão museológica é essencial, ao conseguir estabelecer pontes interdisciplinares, explorando a contribuição de profissionais no desenvolvimento de ações educativas inclusivas e fortalecidas em seus princípios epistemológicos. Como dito também por Boaventura (2018, p. 224), “o princípio da incompletude de todos os saberes é a condição prévia dos diálogos e debates epistemológicos entre diferentes conhecimentos”.

As ações educativas são compreendidas como práticas pedagógicas que buscam promover o aprendizado significativo, estimulando a construção de conhecimentos e a reflexão crítica dos sujeitos. Segundo Barbosa (1991), “a mediação educativa em espaços culturais, como os museus, permite a articulação entre o conhecimento formal e as vivências cotidianas, potencializando a formação cultural e a emancipação dos indivíduos”. Nesse sentido, essas ações não se limitam à transmissão de informações, mas envolvem a criação de ambientes interativos e colaborativos, nos quais os participantes podem se engajar de forma ativa com os conteúdos apresentados, tornando o aprendizado uma experiência transformadora.

A ação educativa deve promover uma experiência de compartilhamento de conhecimento estimulante, auxiliando a criança a descobrir sobre ela, sobre os outros e compreender as relações com a sociedade e a natureza, e vários atores podem estar envolvidos na construção dessa ação, trazendo metodologias e aplicações de outras áreas do conhecimento, como a pedagogia, pois a intencionalidade pedagógica, aplicada em ações educativas, faz com que isso seja colocado em prática pelo produtor da ação educativa e esse caminho associativo junto ao produtor pode ser conduzido pela museologia.

Os museus são instituições fundamentais para informar e educar, mas quando se fala em educação em museus, destaca-se uma abordagem pedagógica que os utiliza como espaços de aprendizagem e enriquecimento cultural, especialmente em museus universitários como o MHNUFAL. Estes museus se destacam por suas coleções abrangentes, que refletem uma variedade de áreas de estudo, evidenciando a importância de suas iniciativas como um testemunho da evolução das práticas e formas de conhecimento ao longo do tempo. Eles buscam promover discussões, ressignificar ideias e contribuir para a preservação e divulgação científica e cultural.

Como campo interdisciplinar, que combina elementos da educação, da museologia e da cultura, os museus atuam na promoção de experiências educativas significativas para visitantes de todas as idades.

As ações educativas em museus envolvem uma série de atividades e estratégias que buscam transformar a visita ao museu numa experiência mais interativa, participativa e envolvente. Os museus podem oferecer uma variedade de recursos educativos para amplificar a comunicação das exposições, entre os quais visitas guiadas, oficinas, palestras e materiais educativos especificamente desenvolvidos para isso. Essas iniciativas visam aprofundar informações e conhecimentos, promovendo reflexões sobre os diversos temas abordados pelo museu e ainda permitir uma vivência estimulante dentro deste espaço.

Uma das principais características da educação em museus é o seu caráter não formal de aprendizagem. Diferente do ambiente escolar, onde o ensino é sistematizado e avaliado, os museus oferecem uma experiência mais flexível, permitindo que os visitantes explorem os conteúdos de maneira autônoma e individualizada, ainda que possa ser mediada. Além disso, os ambientes museológicos promovem uma aprendizagem ativa[2], incentivando os públicos a participarem das atividades propostas com os recursos educativos disponíveis. Ainda que as metodologias ativas já estejam sendo utilizadas no âmbito do aprendizado formal, nos espaços museais o processo educativo reveste-se de uma atmosfera de lazer.

As ações educativas realizadas em museus também valorizam a acessibilidade e a inclusão, buscando tornar os museus espaços acolhedores e acessíveis a todos os tipos de públicos. Para isso, é necessário adaptar alguns recursos, como visitas inclusivas, pensando em grupos específicos, como crianças, idosos, comunidades locais, pessoas com limitações físicas e cognitivas.

Uma educação abrangente em museus desempenha um papel fundamental na ampliação do acesso à cultura, na promoção da cidadania e na formação de indivíduos mais críticos, reflexivos e conscientes do seu papel na sociedade. Ela pode ajudar a estabelecer uma relação ativa e significativa entre visitantes e museus, estimulando o aprendizado científico, a apreciação estética e o diálogo intercultural.

A “alfabetização” científica e artística é indispensável para os cidadãos terem a possibilidade de emitir opinião própria embasada em argumentos críticos e sólidos,

---

[2] Aprendizagem ativa é uma metodologia que incentiva a interação entre os atores envolvidos em uma ação educacional, no caso do museu é incentivada uma participação maior do visitante nas ações educativas ou outras atividades interativas propostas pela instituição

permitindo tomar decisões responsáveis. Cerati e Marandino (2013) ressaltam que ela é entendida como conhecimento básico que auxilia uma pessoa a compreender, refletir e emitir opinião acerca de processos e feitos científicos, bem como suas implicações para a sociedade.

A curiosidade é inata ao ser humano, talvez por isso a maioria das pessoas mostra interesse por fatos científicos, ainda que haja a tendência a rotulá-los como inacessíveis ou de difícil compreensão. Cavalcante e Persechini (2011) dizem que a Ciência precisa ser desmistificada, deixando de ser algo compreensível apenas por poucos iluminados e estando ao alcance de todos, bastando para isso associá-la à vivência do cotidiano. Para que a população se apodere da ciência, é necessário legitimá-la no cotidiano, por meio do processo educativo.

Por que não começar a pensar como estes processos educativos poderiam ser estruturados nas instituições museológicas, direcionando-os especificamente para o público infantil? Partindo do princípio de que, desde a mais tenra infância, são utilizados processos de aprendizado naturalmente por experimentação, no sistema de tentativa e erro.

A educação em museus também deve ser permeada por práticas que ofereçam ao visitante a possibilidade de construir seu conhecimento por meio de objetos e dos sentidos, desenvolvendo com autonomia sua percepção a respeito deles e de sua relação com o mundo à sua volta.

Tendo em vista estes aspectos, que norteiam as funções de um museu e que parecem tão evidentes, deve-se considerar que estudos e definições a respeito do conceito de museu, os quais são instados a renovar sua atuação em função das mudanças verificadas na sociedade e dos reflexos que essas projetam nos equipamentos detentores de sua história e cultura. A Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, destaca as funções pertinentes a estas instituições, em consonância com os conceitos estabelecidos pelo ICOM, enfatizando que os museus devem estar “abertos ao público, acessíveis e inclusivos [...] com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento” (ICOM, 2022).

De acordo com Tolentino (2016, p. 22), existe o hábito e o contato, ainda hoje, com o modelo de museu “atrelado à formação dos Estados-nação e, paralelamente, à preservação de monumentos representativos da herança cultural das nações”. Segundo o autor, o Brasil, nesse caso, herdou a prática preservacionista europeia, devido à colonização. Até a segunda metade do século XX, os museus eram criados e configurados aos moldes dos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes.

Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 66), o museu está além do limitado caráter tradicional, “como um instrumento ou função concebida pelo Homem em uma perspectiva arquivística, de compreensão e de transmissão”. A forma e a função do museu variaram ao longo dos séculos, uma vez que se diversificaram em sua missão, seu conteúdo, seu funcionamento e sua administração.

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2011), o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe significativas mudanças na história do pensamento e no campo das ciências, incluindo as áreas das tecnologias de informação e comunicação, o que transformaria diretamente os paradigmas e o perfil das sociedades, afetando consequentemente suas instituições.

O estudo do museu, por sua vez, diz respeito à definição etimológica da Museologia e, de acordo com Conceitos-chave de Museologia (2013), só a partir dos anos 1960, nos países do Ocidente, a Museologia seria reconhecida como uma disciplina independente e campo científico de investigação do real, ou seja, uma ciência em constante transformação. Tal perspectiva considera a Museologia como “o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, determinado no tempo, constitui-se numa das materializações possíveis” (Desvallés; Mairesse, 2013, p. 62).

A relação da Museologia com outras áreas do conhecimento posiciona-se através da intervenção social direcionada ao patrimônio cultural e natural, tangível e intangível da humanidade. Em contrapartida, após examinar a trajetória de mudança do papel do museu na sociedade ao longo do tempo, Scheiner (2012, p. 19) faz compreender que a Museologia hoje atua não só no trabalho comunitário, mas sim na capacidade dos museus de “estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais”.

Ao contrário da função que ocupava em seus primórdios, hoje grande parte dos museus brasileiros atua junto à sociedade, a partir de novas abordagens, em especial as de cunho comunicacional, onde se inserem as ações educativas.

O desenvolvimento humano é um processo complexo e multifacetado que envolve diversas dimensões da vida do indivíduo, tais como o aspecto físico, intelectual, emocional, social e cultural. Dentre as inúmeras abordagens para fomentar esse desenvolvimento, as ações educativas se destacam como uma das estratégias mais poderosas e eficazes. Essas ações, que abrangem tanto o ambiente escolar quanto outras instâncias sociais e culturais, pretendem promover a aprendizagem, o pensamento crítico, a autonomia e a transformação social. Este texto visa explorar como as ações educativas podem ser estratégias fundamentais

para o desenvolvimento humano, analisando suas implicações, desafios e possibilidades.

O conceito de desenvolvimento humano vai além do simples crescimento biológico, abrangendo a construção de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. O desenvolvimento humano implica uma melhoria contínua da qualidade de vida e das condições sociais de um indivíduo, incluindo a promoção da igualdade de oportunidades, o acesso a recursos educativos, a melhoria das condições de saúde e a promoção da cidadania. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano deve ser entendido como um processo que expande as liberdades das pessoas, proporcionando-lhes mais oportunidades e opções para uma vida plena e satisfatória (PNUD, 2020).

Nesse contexto, as ações educativas se tornam um mecanismo crucial para proporcionar o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para alcançar essas liberdades e possibilitar uma maior autonomia. O filósofo John Dewey (1959) também destacou o papel da educação como uma ferramenta de transformação social. Para Dewey, a educação é “um processo social contínuo que deve ser integrado à vida diária e à experiência humana”. Assim, a educação não deve ser vista como uma preparação para o futuro, mas como uma experiência que prepara os indivíduos para participarem ativamente na sociedade.

As tecnologias educacionais desempenham um papel crescente no processo de desenvolvimento humano. Ferramentas como a internet, os recursos digitais, as plataformas de ensino online e os dispositivos móveis revolucionam a maneira como os conteúdos educacionais são acessados e compartilhados. Elas oferecem novas oportunidades para a aprendizagem, proporcionando ao público acesso a uma abundância de informações e possibilitando o aprendizado de maneira mais flexível e personalizada.

O uso das tecnologias educacionais pode contribuir para a inclusão digital e para a superação de barreiras geográficas, permitindo que pessoas de diferentes localidades e contextos tenham acesso a recursos educativos de qualidade. Conforme a UNESCO (2014), a tecnologia pode ampliar as oportunidades de aprendizagem, ajudar a personalizar a educação e aumentar a acessibilidade. Contudo, é importante garantir que as tecnologias sejam usadas de forma pedagógica e inclusiva, e que a formação dos educadores para o uso dessas ferramentas seja uma prioridade, para que elas não perpetuem desigualdades no acesso à educação.

Além de promover o desenvolvimento individual, as ações educativas também desempenham um papel fundamental na transformação social. A educação para a

cidadania é uma das estratégias mais eficazes para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária. Ao promover a conscientização dos direitos e deveres, a educação fortalece o senso de pertencimento e a capacidade dos indivíduos de influenciar positivamente as decisões políticas e sociais.

As ações educativas não se limitam ao ambiente escolar, mas se estendem a diversos espaços e contextos, como comunidades, instituições culturais e organizações não governamentais. Dentro desse espectro, os museus destacam-se como locais privilegiados para a promoção de experiências educativas que conectam o público ao conhecimento histórico, artístico e científico.

As ações educativas são atividades planejadas e intencionais cujo objetivo é ampliar o acesso ao conhecimento, fomentar habilidades e estimular valores fundamentais para a convivência social. Elas podem ser implementadas em diferentes contextos e atender a diversas finalidades, como conscientização ambiental, prevenção em saúde, promoção da cidadania e inclusão social.

De acordo com Libâneo (2004), a educação é um fenômeno social que ocorre em diferentes espaços e contextos. Nesse sentido, é essencial que as ações educativas não sejam vistas como exclusivas do ambiente escolar, mas como uma estratégia ampla para democratizar o acesso ao conhecimento e promover o desenvolvimento humano.

Os impactos das ações educativas podem ser percebidos em três âmbitos principais. No âmbito individual, elas promovem o desenvolvimento de habilidades, a aquisição de novos conhecimentos e a mudança de atitudes. No coletivo, fortalecem comunidades, incentivam a coesão social e contribuem para a resolução de problemas locais. Já no nível sistêmico, influenciam políticas públicas e promovem mudanças culturais de longo prazo, ampliando seu alcance e relevância para a sociedade.

Embora as ações educativas desempenhem um papel central no desenvolvimento humano, diversos desafios precisam ser enfrentados para garantir sua efetividade. Entre os principais obstáculos estão as desigualdades no acesso à educação, a falta de formação adequada dos educadores, a escassez de recursos e a resistência de alguns setores da sociedade a mudanças no sistema educacional.

Além disso, como destaca Gabriel (2020), vive-se hoje em um mundo complexo e interconectado, exigindo uma reestruturação profunda dos currículos e das práticas pedagógicas. A educação precisa se adaptar às novas demandas do mundo contemporâneo, que exige habilidades como a capacidade de lidar com a tecnologia e a inovação. Esse processo implica na necessidade de repensar

estratégias, incorporar novos conhecimentos e práticas pedagógicas em diferentes espaços.

Os museus têm se consolidado como espaços de aprendizagem enriquecedores, capazes de oferecer à criança um contato direto com a cultura, a arte, a história e a ciência. Diferente das abordagens convencionais, os museus estimulam a curiosidade natural das crianças, ao mesmo tempo em que as convidam a participar ativamente no processo de descoberta. Essa perspectiva reforça a ideia de que os museus são espaços de construção do conhecimento por meio da experiência direta, possibilitando às crianças vivências que combinam o prazer com o aprendizado.

Além disso, os museus oferecem um ambiente onde as crianças podem explorar de maneira tangível e concreta conteúdos complexos, favorecendo a assimilação e a retenção do conhecimento. Ao entrar em contato com peças artísticas ou objetos históricos, por exemplo, as crianças são estimuladas a refletir sobre o significado, a origem e a função desses elementos no contexto cultural.

Os museus têm desempenhado, ao longo do tempo, um papel cada vez mais relevante no campo da educação. De simples repositórios de objetos e artefatos, eles se transformaram em espaços dinâmicos de interação, aprendizagem e reflexão. A educação em museus busca aproximar os indivíduos da cultura, da história e da ciência, promovendo uma compreensão mais ampla do mundo.

1.1 O museu: espaço de educação não formal e experiência para o público infantil

A Educação Infantil busca o desenvolvimento integral, e a Educação Não Formal (ENF), com sua flexibilidade e ênfase na experiência, emerge como um complemento valioso. Autores como Castro (2015) e Fernandes e Garcia (2019) defendem a integração entre essas modalidades, destacando o potencial da ENF para proporcionar aprendizagens contextualizadas e significativas, conectadas aos interesses e realidades das crianças, indo além dos muros da escola.

Costa et al. (2020) corroboram essa perspectiva, demonstrando o potencial da ENF para o desenvolvimento infantil. A experiência sensorial e a interação com a comunidade, inerentes a esse tipo de atividade, mostram como o aprendizado pode ocorrer de maneira contextualizada fora do ambiente escolar, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis em crianças pequenas.

Outro exemplo da contribuição da ENF para o desenvolvimento integral é a experiência relatada por Domingos e Silva (2020) sobre uma aula de campo no Projeto Tamar. A visita a esse espaço não formal, voltado para a conscientização ambiental, demonstra como a ENF pode desempenhar um papel crucial na formação da identidade ambiental das crianças, estimulando não apenas o aprendizado cognitivo, mas também o engajamento emocional.

A ludicidade, elemento central na pedagogia da Educação Infantil, também encontra na ENF um terreno fértil para se manifestar. A pesquisa de Fabiani (2020) sobre o jogo no horário livre em contextos de educação não formal revela o potencial da brincadeira para a exploração, a criatividade e a construção de significados pelas crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), ao reconhecer a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, reforça a importância do desenvolvimento integral da criança até os seis anos. Além disso, a LDB destaca a relevância das experiências extraescolares, abrindo espaço para a valorização dos espaços não formais como complementos essenciais ao processo educativo.

Portanto, a integração entre educação formal e não formal, como defendido por Fernandes e Garcia (2019), apresenta-se como uma estratégia fundamental para a promoção de uma educação mais inclusiva e diversificada. A ENF, com suas múltiplas possibilidades de aprendizagem, contribui significativamente para a formação integral da criança, oferecendo experiências ricas e diversificadas que complementam o ensino tradicional.

A interação social, fundamental para o desenvolvimento cognitivo segundo Vygotsky (1991), é o cerne das experiências de aprendizagem em ENF. Nesses espaços, as crianças aprendem por meio da mediação de adultos ou pares mais experientes, experimentando e explorando conceitos em situações cotidianas. Museus, parques e centros culturais estimulam a curiosidade e fortalecem a capacidade de conectar diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa de Souto et al. (2019) reforça o valor da educação ambiental em contextos de ENF. Atividades lúdicas, como oficinas de arte, promovem a conscientização ambiental e o pensamento crítico. Essas experiências práticas, alinhadas a uma educação integrada, vão além do currículo tradicional, abarcando as dimensões cognitivas, emocionais e sociais do desenvolvimento infantil.

Moruzzi (2014) defende a valorização das múltiplas linguagens na educação infantil. A ENF, com seu caráter diversificado e flexível, incorpora linguagens artísticas, corporais e tecnológicas, indo além da verbalização e da escrita. Assim,

enriquece a aprendizagem, promovendo a criatividade e a expressão pessoal, conectando as crianças com o mundo.

A LDB (BRASIL, 1996) reconhece a importância da experiência extraescolar e da vinculação da educação com as práticas sociais, considerando a educação não formal um complemento vital para a formação integral. A legislação respalda a valorização dos espaços de ENF, contribuindo para uma educação inclusiva e diversificada, com a participação ativa de toda a comunidade educativa.

Os ambientes de ENF não são meramente uma alternativa à educação formal, mas sim espaços ricos e essenciais para o desenvolvimento integral da criança. A diversidade de experiências e a interação significativa que proporcionam cultivam habilidades essenciais para a vida em sociedade.

Fabiani (2020) contribui para essa discussão, enfatizando que o jogo, para além do entretenimento, configura-se como uma rica oportunidade de aprendizagem, envolvendo interação social e mediação de educadores. Em um ambiente seguro e colaborativo, a criança experimenta, erra e aprende com seus pares, desenvolvendo competências essenciais como empatia, negociação e resolução de conflitos.

A ludicidade nos espaços de ENF também estimula a criatividade e a imaginação. Moruzzi (2014) defende a valorização das diferentes linguagens na Educação Infantil como forma de expressão de ideias e sentimentos. Uma oficina de arte, por exemplo, transforma-se em um espaço narrativo onde a criança se expressa artisticamente, ampliando sua capacidade de comunicação. Essa abordagem, conectada às vivências e interesses da criança, promove um aprendizado mais significativo e relevante.

Vygotsky (1991) também associa o jogo e a brincadeira ao desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolução de problemas. Os ambientes de ENF que incentivam o brincar proporcionam experimentar diferentes papéis sociais e contextos, facilitando a internalização de normas e valores que guiarão as interações futuras. Assim, a ludicidade se consolida como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento socioemocional, contribuindo também para o aprendizado cognitivo.

A importância da ludicidade na formação integral é reconhecida pela legislação brasileira. A LDB (BRASIL, 1996) preconiza uma educação que contemple as diversas formas de expressão e vivência, incluindo experiências lúdicas no currículo. Essa diretriz legitima a importância dos espaços de ENF e reforça a necessidade de um olhar atento à infância, fase rica em potencialidades e descobertas.

A integração entre ludicidade e ENF é essencial para a formação integral da criança, criando um ambiente de aprendizagem prazeroso e significativo. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, formando cidadãos mais críticos, criativos e preparados para os desafios contemporâneos.

Espaços de Educação Não Formal (ENF) oferecem às crianças contato com diferentes manifestações artísticas e culturais, ampliando seu repertório e sensibilidade. Visitas a museus, teatros, cinemas e centros culturais promovem o desenvolvimento estético e a apreciação da diversidade cultural, nutrindo a imaginação, a criatividade e a capacidade de expressão, aspectos fundamentais para a formação integral. A educação, como destaca Paulo Freire (1987), deve ser um instrumento de libertação e humanização, e a ENF, com suas experiências ricas e diversificadas, contribui para esse processo.

A importância da interação com as artes na infância é corroborada por Almeida e Azevedo (2020), que defendem o contato com diferentes formas de expressão artística como fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional. Segundo as autoras, as artes proporcionam um espaço seguro para a exploração das emoções, o desenvolvimento da empatia e a comunicação eficaz. Atividades como dramatização de histórias e oficinas de arte estimulam a capacidade de se colocar no lugar do outro, crucial para as habilidades socioemocionais.

Souza (2019) acrescenta que as experiências artísticas em ambientes de ENF estimulam a curiosidade e o pensamento crítico, permitindo que as crianças conectem suas vivências com o conteúdo explorado. A interação com as artes incentiva o questionamento, a investigação e a formulação de opiniões próprias, competências essenciais no mundo atual. Além da expressão individual, a prática artística promove o trabalho em grupo, fortalecendo a colaboração e o respeito à diversidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) reforça a importância da educação estética na formação infantil, enfatizando o desenvolvimento integral com foco nas dimensões cultural e estética. As diretrizes preconizam práticas educativas que incluam experiências de apreciação e vivência das diferentes manifestações culturais, visando à formação de cidadãos críticos e criativos.

Os espaços de ENF, ao proporcionar experiências científicas, artísticas e culturais diversificadas, não apenas enriquecem o repertório infantil, mas também contribuem para a formação da identidade e a construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso. Essa interação com a arte e a cultura promove uma educação mais

holística, preparando as crianças para serem agentes de transformação em suas comunidades.

O crescimento no número de instituições culturais, como museus, sítios de patrimônio histórico e centros de ciências, tem sido um fenômeno notável nas últimas décadas. Esse aumento não se limita apenas à quantidade de instituições, mas também à diversidade dos locais que as abrigam e à variedade de culturas que elas representam, como diz McManus (2009). Além disso, ela também ressalta como houve uma significativa ampliação no número de pessoas que dedicam suas carreiras ao setor cultural, consolidando-o como um campo profissional em expansão. Essa multiplicação e diversificação têm sido impulsionadas por múltiplos fatores, entre eles, o aumento das populações instruídas, a busca por experiências culturais mais ricas e a crescente valorização do turismo cultural, que tem moldado tanto a oferta quanto a demanda por essas experiências.

O turismo cultural, em especial, desempenha um papel crucial nesse contexto, contribuindo para a expansão da educação não formal. À medida que as populações instruídas crescem em todo o mundo, também cresce o interesse por viagens que proporcionem aprendizado, contato com diferentes culturas e experiências enriquecedoras. Tal fenômeno tem contribuído para que governos e instituições privadas incluam projetos culturais em suas agendas de desenvolvimento. Além disso, a revitalização de áreas urbanas, especialmente em países desenvolvidos, inclui frequentemente a criação ou expansão de museus e espaços culturais. Esses projetos não só atraem turistas, mas também promovem a recuperação econômica de áreas antes negligenciadas, transformando-as em centros de convivência, aprendizado e inovação.

Outro fator determinante para a expansão das instituições culturais tem sido a necessidade de se adaptar aos novos públicos e às demandas contemporâneas. Centros de ciências, por exemplo, investem em módulos expositivos interativos que abordam temas científicos de forma acessível e envolvente. Esse tipo de exposição não apenas atrai visitantes, mas também desempenha um papel educativo fundamental, fomentando a curiosidade científica e contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e informados. Assim, as instituições culturais contemporâneas têm se transformado em espaços dinâmicos e interativos, onde o público deixa de ser mero espectador para se tornar parte ativa do processo de aprendizado.

> Os Centros de Ciências, em particular, foram se espalhando tão aceleradamente, em primeiro lugar, pela atratividade de sua concepção para os seus respectivos criadores (pois não necessitam de coleção *museal* ou de um sítio histórico e dizem respeito a ideias

> interessantes). Em segundo lugar, pela sua popularidade junto ao público, especialmente junto a famílias e escolas que os frequentam e, por fim, pelo apoio de governos, órgãos financiadores e profissionais de ciências, ansiosos por promover a educação científica e a popularização da ciência como bem cultural (McManus, 2009, p. 48).

Essa transformação também se reflete na democratização do acesso à cultura. No passado, museus e instituições similares eram frequentemente associados a elites econômicas e intelectuais. Hoje, no entanto, há um esforço crescente para que essas instituições sejam mais inclusivas e representativas. Programas educativos, entrada gratuita em determinados dias da semana e ações voltadas para comunidades locais são exemplos de estratégias que têm buscado ampliar o alcance dessas iniciativas. Essa inclusão não só fortalece o papel social das instituições culturais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente de sua pluralidade.

Por fim, o intercâmbio cultural desempenha um papel significativo nesse cenário. A diversidade de culturas representadas nas instituições culturais reflete um mundo cada vez mais conectado, onde a troca de ideias e experiências transcende fronteiras. Essa pluralidade cultural não apenas enriquece os acervos e exposições, mas também desafia as instituições a repensarem suas narrativas, garantindo que sejam mais inclusivas e respeitosas com as diferentes perspectivas e histórias.

Dessa forma, o crescimento dos museus, sítios de patrimônio histórico e centros de ciências não é apenas um reflexo de demandas sociais e econômicas, mas também uma resposta às transformações culturais e educacionais do século XXI. À medida que essas instituições continuam a se expandir e se diversificar, elas desempenham um papel cada vez mais essencial na promoção do conhecimento, da cultura e do desenvolvimento humano, reforçando seu valor como pilares fundamentais de sociedades inclusivas e conectadas.

É fundamental considerar o papel do educador na articulação entre a Educação Infantil e a Educação Não Formal (ENF). Nesse contexto, ele atua como mediador e facilitador das experiências, criando pontes entre os conhecimentos prévios das crianças e os novos desafios propostos pelos espaços não formais. Uma formação adequada, que contemple as especificidades da ENF, é essencial para os educadores potencializarem as aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças nesses ambientes. A pesquisa de Fuhrmann e Paulo (2014) reforça essa importância, analisando os desafios da formação de educadores na educação não formal pública e destacando a necessidade de investimento na qualificação profissional para garantir a qualidade das práticas educativas.

Ribeiro e Almeida (2018) complementam essa perspectiva, afirmando que o educador deve estar preparado não apenas para transmitir conhecimentos, mas também para criar um ambiente de aprendizagem que favoreça a autonomia e a exploração das crianças. Isso implica ser um observador atento, capaz de identificar os interesses e curiosidades dos pequenos, ajustando as atividades e propondo novos desafios de acordo com suas necessidades. A formação contínua, nesse sentido, torna-se crucial para a atualização sobre as melhores práticas pedagógicas e as novas abordagens na ENF.

A atuação do educador como mediador é corroborada por Gohn (2006), que defende a mediação efetiva como fundamental para a construção de significados e a internalização do conhecimento. Para a autora, o educador deve criar um espaço seguro para experimentação, questionamentos e expressão, favorecendo não apenas o aprendizado cognitivo, mas também o desenvolvimento emocional e social. Essa visão se alinha à proposta de Freire (1987) sobre a educação como ato de diálogo e construção conjunta do conhecimento, valorizando e respeitando a voz da criança.

Além disso, a articulação efetiva entre políticas públicas e práticas educativas é essencial. Garantir que os educadores tenham acesso a uma formação de qualidade e que os espaços de ENF sejam adequadamente estruturados e equipados depende dessa articulação. A LDB (BRASIL, 1996) e a BNCC (BRASIL, 2017) estabelecem diretrizes que valorizam a educação integral, mas sua implementação requer a colaboração entre gestores, educadores e comunidade.

É imperativo que os sistemas de ensino adotem políticas que incentivem a formação continuada dos educadores, com foco nas especificidades da ENF. Essa medida fortalecerá a atuação dos educadores e ampliará as oportunidades de aprendizagem para as crianças, consolidando a ENF como espaço legítimo e valioso para a formação integral.

A Educação Não Formal (ENF), por ser flexível, diversa e acessível, complementa a Educação Formal, promovendo o desenvolvimento integral da criança. Sua flexibilidade permite adaptar as atividades aos interesses infantis, favorecendo a aprendizagem autônoma, a exploração e o desenvolvimento de habilidades sociais em ambientes ricos em estímulos e oportunidades. De acordo com Castro (2015), a ENF deve ser vista como uma extensão da Educação Formal, potencializando a formação integral da criança por meio de práticas educativas que valorizam a diversidade e a singularidade de cada indivíduo.

A ENF, diferentemente da formal, não segue um currículo, adaptando-se às necessidades e interesses das crianças. Essa abordagem centrada no indivíduo,

como defendida por Moruzzi (2014), é crucial para facilitar o aprendizado em um contexto que estimula a curiosidade e a interação social, elementos essenciais para o desenvolvimento integral.

Atividades em espaços não formais, com visitas, demonstram o potencial da ENF. O estudo de Costa et al. (2020) observa que essas experiências instigam a exploração sensorial e a curiosidade, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis e o aprendizado de ciências.

O papel do educador na ENF também é fundamental. Fabiani e Scaglia (2020) destacam a importância da atuação do educador como facilitador e mediador para estimular o protagonismo infantil e a co-construção do conhecimento. Assim, a ENF não apenas complementa, mas enriquece a Educação Formal, promovendo um desenvolvimento mais completo e significativo para as crianças.

A Educação Não Formal (ENF) manifesta-se em diversos espaços e práticas, desde programas comunitários e atividades culturais até visitas a museus, parques e zoológicos. Fernandes e Garcia (2019) a definem como um conjunto de “programas e projetos fora do ambiente escolar”. Essa definição, embora abrangente, requer um olhar mais atento às suas nuances e à complexidade das práticas educativas. A acessibilidade da ENF, que vai além da gratuidade ou baixo custo de muitos espaços como parques, praças e bibliotecas, é crucial para garantir a inclusão de crianças de diferentes classes sociais, etnias, culturas e necessidades, proporcionando acesso a experiências educativas diversificadas.

A ENF destaca-se pelo potencial em proporcionar oportunidades de aprendizagem que refletem a diversidade cultural e social das comunidades. Fernandes et al. (2017) apontam que a educação não formal se desenvolve em contextos que favorecem a participação ativa das crianças, promovendo não apenas o conhecimento acadêmico, mas também habilidades sociais e emocionais. Essa perspectiva é corroborada por Moruzzi (2014), que defende a construção de currículos participativos, integrando as experiências das crianças ao processo educativo.

A interação com ambientes não formais, como museus e parques, oferece experiências concretas que potencializam o aprendizado infantil. Domingos e Silva (2020) demonstram como visitas a espaços como o Projeto Tamar, além de informar sobre conservação ambiental, despertam a curiosidade e o respeito pela natureza. As atividades nesses contextos contribuem para a formação de uma cidadania crítica e consciente, fundamental para o desenvolvimento integral.

Os espaços de ENF também são importantes na formação de redes de apoio entre educadores, pais e comunidade, promovendo a troca de saberes e práticas

pedagógicas. Fuhrmann e Paulo (2014) ressaltam a importância da formação dos educadores que atuam nesses ambientes para garantir a qualidade das experiências educativas. A capacitação contínua, que considere a diversidade dos contextos e das crianças atendidas, é essencial para a efetividade da ENF, criando um ambiente inclusivo e enriquecedor.

A ENF deve ser considerada uma extensão da educação formal, e não apenas uma alternativa. Essa combinação de experiências em contextos variados e significativos enriquece o processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para uma educação mais justa e equitativa.

A Educação Não Formal (ENF) oferece um ambiente rico em estímulos, desde o contato com experiências diversas. Sua flexibilidade permite adaptar as atividades aos interesses e necessidades das crianças, tornando a aprendizagem mais relevante e engajadora. Fernandes e Garcia (2019) corroboram essa abordagem, destacando a capacidade da ENF de criar experiências educativas conectadas ao cotidiano dos sujeitos, promovendo uma aprendizagem contextualizada e significativa.

O contato com a natureza, por exemplo, proporciona a observação da biodiversidade e o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica. Estudos como o de Domingos e Silva (2020) evidenciam que atividades ao ar livre facilitam construir conhecimentos sobre ecologia e conservação, estimulando a curiosidade e o respeito pelos seres vivos. Nesses ambientes, as crianças aprendem conteúdos acadêmicos e desenvolvem habilidades sociais e emocionais, como empatia e colaboração, essenciais para seu crescimento integral.

A flexibilidade da ENF, um de seus maiores trunfos, permite a personalização das atividades conforme o ritmo e os interesses dos sujeitos. Segundo Fuhrmann e Paulo (2014), essa adaptação é essencial para um ambiente inclusivo, que reconheça e valorize a diversidade de experiências e culturas. O educador, nesse contexto, torna-se mediador das experiências e orientador das descobertas, respeitando as individualidades e promovendo a participação ativa.

Portanto, a ENF não é mero complemento da Educação Formal, mas um espaço de aprendizado que potencializa o desenvolvimento integral. A combinação de experiências práticas em ambientes naturais e a interação com diferentes formas de expressão cultural tornam a aprendizagem mais dinâmica e envolvente, favorecendo o engajamento e a construção de saberes significativos.

Os espaços de Educação Não Formal (ENF), ao proporcionarem experiências lúdicas, interativas e contextualizadas, favorecem o protagonismo infantil e a construção de aprendizagens significativas. A interação com diferentes objetos,

linguagens, culturas e situações, em um ambiente menos estruturado, estimula a criatividade, a autonomia, a curiosidade e o desenvolvimento de habilidades sociais. Fabiani e Scaglia (2020) corroboram essa perspectiva, afirmando que a flexibilidade e o dinamismo dessas experiências tornam a criança agente ativo de sua aprendizagem, permitindo-lhe explorar, experimentar e expressar suas ideias.

Entretanto, a noção de protagonismo infantil em espaços não formais deve ser problematizada. Gomes (2022) alerta para a importância de considerar as relações de poder que permeiam esses contextos, destacando a influência do adulto na construção das atividades e propostas pedagógicas. Embora a ENF ofereça ambientes favoráveis ao protagonismo, a mediação do educador e a estrutura das atividades podem, ainda assim, influenciar as escolhas das crianças, revelando uma dinâmica de poder que merece análise cuidadosa.

A presença do adulto, contudo, não deve ser interpretada apenas como um mecanismo de controle. Ela representa, também, uma oportunidade para o diálogo e a construção conjunta de saberes. A interação social, como postulado por Vygotsky (1991), é essencial para o desenvolvimento cognitivo, e o educador desempenha um papel fundamental na facilitação dessa interação. Ao propor desafios adequados à zona de desenvolvimento proximal, o educador cria um ambiente onde o protagonismo infantil se efetiva, empoderando as crianças para se apropriarem de seus processos de aprendizagem de forma crítica e consciente.

A diversidade dos espaços não formais também contribui para enriquecer as experiências educativas. Fernandes et al. (2017) observam que ambientes como museus, além de oferecer um amplo leque de atividades, promovem a inclusão de diferentes perspectivas culturais, expandindo o repertório das crianças e favorecendo um aprendizado mais holístico. Essa variedade de experiências é fundamental para a formação de uma cidadania crítica, baseada no respeito e na valorização das diferenças.

Finalmente, é imprescindível que as propostas pedagógicas em espaços de ENF sejam planejadas com foco na equidade e na inclusão. Fuhrmann e Paulo (2014) defendem que a formação dos educadores deve incluir uma abordagem reflexiva, incentivando-os a analisar suas próprias práticas e as implicações das relações de poder estabelecidas com as crianças. A reflexão crítica sobre o papel do adulto é, portanto, indispensável para a promoção de um protagonismo infantil genuíno e emancipador.

A Educação Não Formal (ENF), com sua flexibilidade e diversificação de contextos, é crucial para o desenvolvimento integral da criança, transcendendo as limitações dos espaços formais de aprendizagem. Ela nutre a formação, propiciando

vivências que estimulam a criatividade, a autonomia e a construção identitária, elementos muitas vezes negligenciados pelos modelos educacionais tradicionais. Atividades artísticas em bibliotecas comunitárias, por exemplo, aliam a arte à reutilização de materiais, despertando a consciência ambiental e o pensamento crítico, conforme demonstrado por Souto et al. (2019). Assim, enriquece-se a dimensão estética e promove-se a sustentabilidade, corroborando a visão de Freire (1987) sobre a importância da conscientização e do diálogo na educação.

Essa perspectiva se alinha com a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, favorecendo a livre expressão e o questionamento. As crianças precisam de um ambiente onde possam explorar e se expressar livremente, desenvolvendo sua capacidade crítica e criativa.

Castro (2015) reforça essa ideia ao defender uma compreensão integrada da formação, questionando a rígida separação entre educação formal e não formal. A pesquisa da autora demonstra que a ENF não deve ser vista como mero complemento, mas como um espaço legítimo para a formação integral da criança, promovendo experiências que constroem saberes e autonomia.

Fernandes e Garcia (2019) reforçam essa ideia, destacando o papel da ENF na formação de crianças socialmente ativas e conscientes. As atividades nesses espaços frequentemente promovem habilidades como trabalho em equipe, resolução de conflitos e empatia, essenciais para relações interpessoais saudáveis. A interação com diferentes ambientes e pessoas permite a prática e consolidação desses aprendizados em contextos diversificados, incentivando a reflexão sobre as próprias emoções e as dos outros.

A perspectiva de Vygotsky (1991) sobre a importância da interação social no desenvolvimento infantil corrobora essa visão. O autor argumenta que a aprendizagem é intrinsecamente social, e as interações com pares e adultos são fundamentais para a construção do conhecimento. Na ENF, as crianças vivenciam colaboração e troca de ideias, enriquecendo seu aprendizado e fortalecendo sua capacidade de se relacionar com respeito e empatia. Essa interação se torna ainda mais relevante em espaços não escolares, onde as dinâmicas sociais são mais fluidas e menos estruturadas do que no ambiente escolar tradicional.

A UNESCO (2021) reforça essa perspectiva, indicando que experiências educativas em contato com a natureza fortalecem a conexão das crianças com o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento emocional, cognitivo e a formação de um comportamento ambientalmente responsável.

Kahn Jr. (2010) também defende a importância do contato com a natureza durante a infância. A ausência dessas interações, segundo o autor, pode gerar um

distanciamento emocional e cognitivo das questões ambientais. A educação em espaços naturais, além de proporcionar conhecimento sobre a biodiversidade, estimula habilidades cruciais como observação, análise e reflexão sobre as relações ecológicas.

Outro benefício proporcionado pelas experiências em ambientes naturais é o bem-estar mental e emocional das crianças. Wells e Lekies (2012) demonstram a correlação entre o contato com a natureza e a redução do estresse, aliado ao aumento da autoestima, resultando em crianças mais felizes e saudáveis. Atividades como a exploração de trilhas ecológicas favorecem a atividade física e a interação social, impactando positivamente o desenvolvimento socioemocional.

A aprendizagem em ambientes naturais também se enriquece com a aplicação de metodologias ativas, como destacado por Ferreira e Silva (2021). O “aprender fazendo” proporciona uma compreensão mais profunda dos conceitos ambientais, por meio da observação direta e da participação em atividades práticas, como jardinagem e coleta de resíduos em trilhas. Tais experiências, além de ampliar o conhecimento sobre biodiversidade, reforçam a importância do cuidado e da responsabilidade com o meio ambiente.

O desenvolvimento de uma mentalidade sustentável nas crianças é um objetivo central da educação ambiental. A Declaração de Tbilisi (1977) preconiza que a educação ambiental deve promover a compreensão das interações entre os sistemas humanos e naturais, incentivando atitudes sustentáveis. Parques e jardins botânicos, por exemplo, funcionam como laboratórios vivos, onde as crianças aprendem sobre a interdependência entre os seres vivos e o ambiente, cultivando um senso de responsabilidade social e ambiental.

A formação integral da criança vai além do desenvolvimento cognitivo tradicionalmente valorizado, abrangendo o desenvolvimento de múltiplas inteligências. A Educação Não Formal (ENF), com seu caráter experimental e interativo, estimula habilidades essenciais para o século XXI, como imaginação, curiosidade, pensamento divergente e capacidade de resolução de problemas. Fernandes e Garcia (2019) destacam a autonomia e independência da ENF, ressaltando seu potencial complementar à educação formal, criando um tecido educativo mais diversificado.

Gardner (1993) corrobora essa perspectiva com a teoria das múltiplas inteligências. A existência de diferentes tipos de inteligência, como a lógico-matemática, linguística, musical, espacial, interpessoal e intrapessoal, entre outras, demonstra a necessidade de reconhecer os estilos únicos de aprendizagem de cada criança. A ENF, nesse contexto, oferece ambientes que atendem a essas variadas

necessidades, facilitando o desenvolvimento integrado dessas inteligências mediante experiências práticas e interativas.

Vygotsky (1991) reforça a importância da interação social e da mediação na aprendizagem. Para ele, o desenvolvimento cognitivo se dá por meio das interações com outros indivíduos e com o ambiente. Os contextos flexíveis e colaborativos da ENF proporcionam oportunidades valiosas para essa mediação, permitindo que as crianças trabalhem em grupo, discutam ideias e colaborem em projetos, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

A criatividade também é um elemento crucial para o desenvolvimento infantil. Robinson (2011) a destaca como habilidade vital para o século XXI, permitindo a abordagem inovadora de problemas. A ENF, com suas atividades lúdicas e experimentais, oferece o espaço ideal para o florescimento da criatividade, livre das limitações de um currículo formal rígido.

Costa e Oliveira (2020) demonstram os benefícios da aprendizagem baseada em projetos, típica da ENF. Esse tipo de aprendizado não apenas estimula a curiosidade e a criatividade, mas também desenvolve habilidades práticas e de resolução de problemas. As crianças, desafiadas a pensar criticamente, planejar e executar projetos, aprimoram sua capacidade reflexiva e prática.

A formação integral da criança transcende o desenvolvimento acadêmico, abarcando a construção de identidade, autoconfiança e adaptabilidade. A ENF, por meio da aprendizagem prática e interativa, contribui significativamente para a formação de crianças preparadas para o futuro, formando cidadãos engajados e responsáveis.

A Educação Não Formal (ENF) transcende o papel de mero complemento à educação formal, configurando-se como um espaço vital para a construção da identidade, autonomia, criatividade e habilidades socioemocionais da criança. Reconhecer e valorizar a ENF como parte integrante da formação integral é crucial para garantir acesso a experiências significativas e diversificadas, preparando-as para os desafios e oportunidades do futuro. Essa perspectiva se alinha aos princípios de uma educação libertadora (FREIRE, 1987) e de desenvolvimento humano integral (CASTRO, 2015).

A importância da ENF como espaço de formação integral encontra respaldo em autores como Gohn (2010), que a define como ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Gohn enfatiza as oportunidades oferecidas pela ENF para o desenvolvimento de habilidades como empatia, solidariedade e respeito às diferenças, cada vez mais valorizadas no mundo

contemporâneo, que exige interações construtivas com diversas culturas e perspectivas.

Além disso, a ENF demonstra capacidade de atender às necessidades específicas de crianças em diferentes contextos sociais. Fuhrmann e Paulo (2014) destacam o potencial da educação não formal no suporte a crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo um ambiente seguro e estimulante para o desenvolvimento da autoestima e confiança. Atividades lúdicas e educativas permitem a exploração do potencial individual, o desenvolvimento da identidade e a valorização das singularidades.

No contexto atual, com o crescente reconhecimento da importância das competências socioemocionais para o sucesso pessoal e profissional, a valorização da ENF se torna ainda mais pertinente. O Fórum Econômico Mundial (2020) destaca habilidades como pensamento crítico, criatividade e habilidades interpessoais como fundamentais para o futuro do trabalho. Investir na ENF, portanto, beneficia não apenas as crianças individualmente, mas também contribui para uma sociedade mais resiliente e inovadora.

A integração da ENF à educação formal deve ser priorizada nas políticas públicas educacionais. Sieiro e Garcia (2019) defendem criar um ambiente educacional que reconheça a importância dos espaços não formais, fomentando parcerias entre escolas e instituições comunitárias. Essa abordagem integrada proporciona um aprendizado mais rico e diversificado, maximizando o potencial de ambos os contextos.

O papel do educador em Espaços Não Formais, em sua complexidade, transcende os muros da escola, encontrando nos espaços não formais um terreno fértil para o desenvolvimento integral da criança. Ambientes flexíveis e espontâneos, como museus, feiras (COSTA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2020), projetos ambientais (DOMINGOS; SILVA, 2020) e outros espaços de convívio social, proporcionam experiências significativas que complementam a educação formal, ampliando os horizontes e estimulando a curiosidade inata.

Partindo dessa visão ampliada, percebemos que o educador em espaços não formais atua como um “arquiteto de experiências”, criando oportunidades para a criança explorar, experimentar e significar o mundo ao seu redor. Fabiani (2016) investiga o jogo no horário livre em uma instituição de educação não formal, demonstrando como esse ambiente, aparentemente desestruturado, se revela rico em interações sociais e aprendizagens (FABIANI & SCAGLIA, 2020).

Além disso, é fundamental que o educador desenvolva um olhar sensível às questões sociais e culturais, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade

(GABRIEL & BLASIUS, 2023). A formação deve, portanto, preparar o educador para lidar com as complexas relações de poder que permeiam as práticas educativas, garantindo que o protagonismo infantil seja realmente exercido, e não apenas um discurso (GOMES, 2022).

Considerando a multiplicidade de linguagens que a criança utiliza para se expressar e interagir com o mundo (MORUZZI, 2014), o educador em espaços não formais deve estar preparado para “ler” essas linguagens e utilizá-las como ferramentas pedagógicas. A arte, a música, o brincar, a exploração do ambiente natural e as próprias narrativas das crianças são recursos valiosos que podem ser integrados às práticas educativas, promovendo o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa (SOUTO et al., 2019). Nesse sentido, os espaços não formais se configuram como ambientes privilegiados para a aplicação de uma pedagogia libertadora, inspirada nos princípios de Paulo Freire (1987), que valoriza o diálogo, a reflexão crítica e a transformação social.

A neurociência também contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem que ocorrem em espaços não formais. Barbosa et al. (2016) destacam a importância da afetividade, da ludicidade e da experiência para a ativação de diferentes áreas cerebrais e a formação de circuitos neurais, especialmente na infância. Compreender como o cérebro aprende nos ajuda a criar ambientes e experiências mais estimulantes e eficazes, potencializando o desenvolvimento infantil em toda a sua plenitude.

Portanto, o papel do educador em espaços não formais é multifacetado e desafiador. Exige uma formação sólida, um olhar atento às necessidades das crianças e uma postura reflexiva e criativa. É um papel que transcende a mera transmissão de conhecimentos, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, autônomos e engajados na construção de um mundo melhor, em consonância com os princípios da LDB (BRASIL, 1996) e das Diretrizes Curriculares para Educação Infantil - DCNEIs. A valorização da experiência, da interação e das múltiplas linguagens da infância são pilares fundamentais para uma prática pedagógica transformadora nesses espaços de aprendizagem tão ricos e potencialmente significativos. A pesquisa sobre o tema deve continuar a explorar as especificidades desses contextos, visando a qualificação das práticas educativas e a promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças.

Formação do educador. A formação continuada é fundamental para a atuação eficaz do educador em espaços não formais (ENF). Essa formação deve ser reflexiva e contínua, integrando teoria e prática, e capacitando-o para mediar o aprendizado e promover o desenvolvimento integral da criança. Aspectos cruciais dessa formação

incluem a compreensão do protagonismo infantil à luz das relações de poder, o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as próprias práticas e a valorização da afetividade como componente essencial para a construção de vínculos positivos e uma aprendizagem significativa. A formação continuada, portanto, é um processo permanente de construção e reconstrução do saber docente, visando o aprimoramento das práticas pedagógicas na ENF.

Não se trata apenas de atualização técnica, mas, sobretudo, de um processo reflexivo e contínuo que permite aos educadores aprimorarem suas práticas, problematizarem suas ações e construírem saberes a partir de suas próprias experiências. Afinal, a ENF, por sua natureza dinâmica e contextualizada, exige dos educadores uma postura investigativa e uma constante busca por melhorias em suas intervenções.

A formação, nesse sentido, deve ser um espaço-tempo de diálogo entre os referenciais teóricos da área e o cotidiano das práticas educativas nos espaços não formais. Vale ressaltar que essa articulação não se dá de forma automática. Ela requer intencionalidade e um olhar crítico por parte dos educadores, para que a teoria não se torne mera retórica e a prática não se reduza a um ativismo sem reflexão.

Os desafios da formação de educadores na ENF pública são significativos (FUHRMANN & PAULO, 2014). A precariedade das condições de trabalho, a falta de investimento na formação e a dificuldade de acesso a recursos pedagógicos são alguns dos obstáculos que precisam ser superados. Em muitos casos, como apontam Fuhrmann e Paulo (2014) em seu estudo sobre o Programa de Apoio Socioeducativo (Sase), observa-se um modelo híbrido de ensino-aprendizagem, entre pedagogia e assistência social, com lacunas na sistematização, avaliação, conteúdos e formação profissional. É preciso, portanto, que políticas públicas invistam na qualificação dos educadores da ENF, garantindo formação adequada, condições dignas de trabalho e acesso a recursos que permitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade.

A formação continuada deve, ainda, problematizar as tensões entre educação formal e não formal, buscando uma visão mais integrada da formação (FERNANDES & GARCIA, 2019). Afinal, como defende Castro (2015), a separação rígida entre essas modalidades de educação não contribui para uma formação integral, que deve envolver diferentes contextos e experiências. Assim, a formação do educador da ENF precisa considerar as especificidades desse campo, valorizando as experiências extraescolares e articulando-as com os princípios que regem a educação formal, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/96).

Articular a Educação Infantil (EI) e a Educação Não Formal (ENF) é crucial para o desenvolvimento integral da criança. Explorar as potencialidades de espaços não formais, como museus, parques, bibliotecas e projetos socioambientais, enriquece as vivências infantis. Este capítulo analisa as interfaces entre EI e ENF, considerando a complementaridade dos espaços, o papel da família e comunidade, as políticas públicas e os desafios e potencialidades dessa integração. A experiência extraescolar, reconhecida pela LDB (BRASIL, 1996), é fundamental nesse processo.

Tal perspectiva, alinhada à valorização da "experiência extra-escolar" presente na LDB (BRASIL, 1996), ressalta a importância de se pensar a educação para além dos limites da escola. Afinal, a criança aprende e se desenvolve em múltiplos contextos, e a articulação entre esses espaços é essencial para uma formação mais completa e significativa.

A formação integral, como bem define Castro (2015), é um processo holístico que abarca diferentes contextos e experiências, visando o desenvolvimento pleno do indivíduo. Nesse sentido, os espaços não formais oferecem oportunidades únicas para a aprendizagem, permitindo à criança explorar diferentes linguagens (MORUZZI, 2014), interagir com o mundo de forma mais direta e construir conhecimentos a partir de suas próprias experiências. Por exemplo, uma visita a um museu pode despertar a curiosidade, a imaginação e o interesse pela arte e pela história, enquanto um passeio a um parque permite o contato com a natureza e a exploração do ambiente natural. Esses espaços, ricos em estímulos e possibilidades, complementam as atividades desenvolvidas na escola, ampliando os horizontes da criança e contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo.

Projetos que integram visitas a espaços não formais ao currículo da educação infantil podem potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Educadores preparados para planejar e conduzir atividades em espaços não formais, considerando as especificidades desses ambientes e as múltiplas linguagens das crianças, podem promover experiências de aprendizagem mais significativas e contextualizadas.

Outro aspecto importante a ser considerado é a necessidade de se garantir o acesso equitativo a espaços de educação não formal para todas as crianças, independentemente de sua origem social ou etnia. Como apontam Rocha e Guarçoni (2017), a educação não formal, no Brasil, historicamente se volta para as camadas mais pobres da população. É fundamental que políticas públicas promovam a inclusão e garantam que todas as crianças tenham a oportunidade de usufruir dos benefícios da educação não formal. Além disso, é preciso considerar as

especificidades de cada criança e as diferentes formas de aprender, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa às individualidades (GABRIEL & BLASIUS, 2023). Afinal, o desenvolvimento integral implica o reconhecimento e a valorização das diferenças.

A articulação entre educação infantil e educação não formal apresenta-se como uma estratégia promissora para o desenvolvimento integral da criança. Ao integrar as experiências e aprendizagens que ocorrem em diferentes contextos, é possível ampliar os horizontes das crianças, favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo. Para uma articulação efetiva, é fundamental investir na formação dos educadores, garantir o acesso equitativo a espaços não formais e promover práticas pedagógicas que valorizem as múltiplas linguagens das crianças, sua autonomia e seu protagonismo (GOMES, 2022).

Dessa forma, a educação não formal deixa de ser apenas um complemento à educação formal, tornando-se parte integrante de um processo contínuo e articulado de formação integral. Nesse processo, o papel do educador, como mediador e facilitador da aprendizagem, é essencial (FABIANI, 2016). Compreender as dinâmicas entre os espaços de aprendizagem, as práticas pedagógicas e as relações que se estabelecem entre educadores e crianças é crucial para fomentar um desenvolvimento verdadeiramente integral.

De acordo com Castro (2015), a classificação “Educação Não Formal” é um tema recorrente de debate, especialmente em relação à sua interface com a educação formal. A autora questiona a rigidez da dicotomia entre ambas e defende uma abordagem mais integrada da formação. Nessa perspectiva, as diversas modalidades educativas convergem para um processo formativo unificado, contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Castro (2015) argumenta que tanto a educação formal quanto a não formal compartilham objetivos comuns nesse processo de desenvolvimento. Essa visão encontra respaldo em autores como Costa et al. (2020), que destacam o papel de espaços não formais, como feiras livres, na promoção de hábitos saudáveis e no ensino de ciências.

Fernandes e Garcia (2019) complementam essa perspectiva, defendendo a autonomia da educação não formal. Para eles, a ENF não deve ser vista como periférica à educação formal, mas como um campo complementar, essencial para o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas.

A importância da educação não formal para a formação integral justifica a necessidade de políticas públicas que promovam a integração desses espaços ao sistema educacional formal. Domingos e Silva (2020) ilustram essa integração com

exemplos de práticas que transcendem o ambiente escolar, como visitas a projetos ambientais.

Essas experiências em contextos não formais reforçam a conscientização e o aprendizado prático das crianças em relação a questões ambientais. A complementaridade entre as práticas formais e não formais evidencia a natureza contínua da educação, ressaltando que a formação deve considerar a multiplicidade de contextos e experiências.

Na perspectiva de Vygotsky (1991), a interação social e a cultura são pilares do desenvolvimento integral da criança. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), um conceito central em sua teoria, evidencia o papel mediador do adulto, ou de um par mais experiente, na aprendizagem infantil. Por meio dessa mediação, a criança supera desafios que, sozinha, seriam intransponíveis, impulsionando seu desenvolvimento cognitivo e social. Os espaços de educação não formal, ricos em estímulos culturais e sociais, mostram-se, portanto, cruciais para a efetivação dessa aprendizagem mediada. Freire (1987), em consonância com essa visão, defende uma educação dialógica e libertadora, na qual educador e educando constroem o conhecimento conjuntamente.

A mediação, como conceito, é igualmente fundamental para compreender a contribuição das experiências em espaços não formais, como museus e centros culturais, para a aprendizagem significativa. Vygotsky (1991) explica que essa mediação se dá por meio de ferramentas culturais e linguísticas internalizadas pela criança durante a interação social. Nesses espaços, o contato com diferentes manifestações culturais e práticas sociais media o aprendizado, expandindo as capacidades cognitivas para além do ambiente escolar tradicional. Reforçando essa ideia, Moruzzi (2014) defende a importância de um currículo que valorize as múltiplas linguagens infantis – corporal, musical, teatral e plástica – nos processos educativos, algo que encontra nos espaços de educação não formal um terreno fértil para exploração.

A formação de educadores para atuar nesses contextos deve transcender o conhecimento técnico, abrangendo a sensibilidade para o papel da mediação cultural e social no desenvolvimento infantil. Paulo (2018) argumenta que a formação continuada deve priorizar a articulação entre teoria e prática. Dessa forma, o educador desenvolve as competências necessárias para mediar eficazmente o processo de aprendizagem em contextos diversificados, algo especialmente relevante nos espaços não formais, onde a flexibilidade e a criatividade são essenciais para promover experiências significativas de aprendizagem.

A obra de Freire (1987), embora não se dirija especificamente à educação não formal, fornece uma base teórica relevante para a compreensão da educação como um instrumento de liberdade, conscientização e transformação social. Seus conceitos, adaptados à realidade da Educação Infantil, inspiram a revisão das práticas educativas e a busca por espaços que efetivamente empoderem as crianças.

Os espaços de educação não formal, com sua flexibilidade e relações menos hierárquicas entre educador e educando, mostram-se como ambientes favoráveis a uma educação dialógica e emancipatória. Complementando essa visão, Gohn (2006) define a educação não formal como uma ferramenta para o fortalecimento da cidadania e a ampliação da educação popular proposta por Freire, estimulando a reflexão crítica sobre a realidade social das crianças e suas comunidades.

Bibliotecas comunitárias, museus e parques, exemplos de ambientes não formais, proporcionam experiências diversificadas que permitem à criança explorar e construir conhecimento ativamente e em colaboração, princípio fundamental da pedagogia freireana. O estudo de Souto et al. (2019) sobre educação ambiental em uma biblioteca comunitária demonstra como as crianças, além de aprenderem sobre sustentabilidade, se apropriam do espaço e do conhecimento, exercendo seu protagonismo. Assim, os espaços de educação não formal consolidam-se como ambientes propícios ao exercício da autonomia infantil, crucial para a formação de indivíduos críticos e conscientes.

A interação com o ambiente, os pares e os educadores nesses contextos permitem à criança desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesma e do mundo que a cerca. Essa construção de significados, mediada pelo diálogo e pela prática social, se alinha à proposta freireana (1987) de uma educação libertadora, voltada para a transformação social por meio da conscientização. O educador, nesse cenário, atua como mediador e facilitador, criando um ambiente que encoraja a criança a questionar e refletir sobre suas vivências. Paulo (2018) reforça a importância da formação contínua dos educadores, que deve contemplar práticas reflexivas e a capacidade de articular teoria e prática, principalmente em contextos que promovem a interação livre e a criatividade, como os espaços não formais.

Fuhrmann e Paulo (2014) investigam a formação de educadores na educação não formal pública, evidenciando seus desafios e potencialidades. A pesquisa aponta a necessidade de uma abordagem formativa diferenciada, considerando a diversidade sociocultural com a qual esses profissionais interagem. Nesse contexto, a educação transcende a mera transmissão de conteúdo, priorizando o desenvolvimento integral e a promoção da cidadania. Gohn (2006) complementa essa perspectiva, afirmando o potencial transformador e de resistência da educação

não formal, especialmente quando atrelada a políticas públicas, na formação de sujeitos críticos e autônomos.

Um dos desafios destacados por Fuhrmann e Paulo (2014) é a falta de sistematização das práticas educativas e de uma formação profissional específica para a área. Frequentemente, os educadores constroem suas práticas empiricamente, carecendo de uma base teórica sólida que articule os conceitos da educação formal com as especificidades do contexto não formal. Fernandes e Garcia (2019) corroboram essa problemática, ressaltando a histórica marginalização da educação não formal e a consequente necessidade de políticas públicas que a integrem sistematicamente ao processo educativo nacional.

Contudo, as potencialidades da educação não formal são vastas, destacando-se a promoção de uma educação mais democrática e inclusiva. A flexibilidade inerente a esses espaços possibilita a adoção de metodologias inovadoras, pautadas no diálogo e na valorização das experiências e saberes dos participantes. Domingos e Silva (2020) exemplificam esse potencial com atividades de educação ambiental em espaços não formais, como o Projeto Tamar. Nesse contexto, as crianças aprendem sobre conservação ambiental e desenvolvem habilidades socioemocionais, interagindo em um ambiente de cooperação e respeito.

Portanto, a formação continuada dos educadores em espaços não formais é fundamental para assegurar a qualidade das práticas e o alcance dos objetivos sociopedagógicos. Paulo (2018) defende uma formação que transcende a mera transmissão de técnicas, incentivando a reflexão crítica sobre a prática e a articulação entre teoria e experiência. Essa abordagem formativa é ainda mais crucial em contextos de vulnerabilidade social, onde os educadores precisam estar capacitados para lidar com situações complexas e promover uma educação transformadora que atenda às demandas comunitárias.

A Educação Infantil, ao se articular com os espaços de educação não formal, cria um rico mosaico de experiências que impulsionam o desenvolvimento integral da criança. Para isso, é fundamental considerar as múltiplas linguagens infantis, como propõe Moruzzi (2014). Indo além da ênfase na linguagem escrita, valorizam-se as diversas formas de expressão, como as linguagens corporal, plástica e musical. A importância de valorizar essas diferentes formas de comunicação reside na possibilidade de oferecer um ambiente inclusivo, onde as crianças explorem suas capacidades e se desenvolvam holisticamente. Conforme Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo é mediado pela interação social e pelas ferramentas culturais, e as múltiplas linguagens permitem que a criança se expresse e

compreenda o mundo de maneiras diversas, enriquecendo seu processo de aprendizagem.

Nesse contexto, espaços de educação não formal, como museus, centros de ciência e culturais, tornam-se ambientes privilegiados para a exploração dessas múltiplas linguagens. A prática educativa nesses locais não se limita a atividades pré-estabelecidas, mas valoriza a autonomia e a criatividade. Proporcionam-se oportunidades para criar, experimentar e interagir com o meio. O estudo de Costa et al. (2020) sobre o ensino de ciências em uma feira livre exemplifica essa abordagem. As crianças desenvolveram maior conscientização sobre alimentação saudável ao explorar o ambiente de forma sensorial e interativa, demonstrando o potencial dos espaços não formais para complementar e ampliar a educação formal.

Além disso, é crucial reconhecer e combater as desigualdades presentes nesses espaços, promovendo uma educação antirracista e afetiva, como defendem Gabriel e Blasius (2023). Assim, todas as crianças, em sua diversidade, podem desenvolver plenamente seus potenciais. A afetividade, como destaca Freire (1987), é essencial na educação. Por meio do vínculo e da empatia, o educador cria um ambiente de confiança e respeito, fundamental para o desenvolvimento infantil. Gabriel e Blasius (2023) argumentam que a desigualdade afetiva e o racismo estrutural, frequentemente presentes nos espaços educativos, precisam ser combatidos, e a educação não formal oferece uma oportunidade única para promover práticas inclusivas e transformadoras.

Ao promoverem atividades que abordam a história e a cultura afro-brasileira, por exemplo, esses espaços contribuem significativamente para a construção de uma identidade positiva nas crianças negras, combatendo estigmas e preconceitos enfrentados no cotidiano. O trabalho de Souto et al. (2019) demonstra como o uso da arte em uma biblioteca comunitária na periferia de Fortaleza engajou crianças em atividades criativas e reflexivas sobre o meio ambiente, promovendo a autoestima e o senso de pertencimento. Portanto, as práticas educativas em espaços não formais transcendem o papel de mero complemento à educação escolar, configurando-se como uma forma de resistência e transformação social.

A importância da integração da educação não formal na formação integral da criança é reforçada por Castro (2015), que defende uma visão mais abrangente do processo educativo, transcendendo os limites da educação formal. A autora argumenta que experiências como a visita à feira livre exemplificam o potencial da educação não formal para enriquecer o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, complementando as práticas formais e promovendo um aprendizado mais holístico.

A ludicidade nos espaços de Educação Não Formal (ENF) é crucial para o desenvolvimento integral infantil. Ao brincar, a criança explora, interage e experimenta diferentes formas de aprendizado, complementando o currículo formal. A pedagogia do jogo, como discutida por Fabiani e Scaglia (2020), ganha força com a teoria sociocultural de Vygotsky (1991), que destaca o brinquedo/jogo como atividade principal da infância, essencial para a exploração do mundo, construção de significados e internalização de conceitos.

A pedagogia do jogo, como discutido por autores como Fabiani e Scaglia (2020), assume papel central nesse contexto. Ao promover a aprendizagem por brincadeiras em grupo, favorece-se não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o socioemocional, incentivando a resolução de conflitos, o respeito às regras e a empatia. Fabiani e Scaglia (2020) demonstram que, nesses ambientes, o jogo é co-construído pelas crianças, que aprendem e recriam brincadeiras, compartilhando saberes e desenvolvendo competências sociais como cooperação e negociação.

A importância do jogo é reforçada pela teoria sociocultural de Vygotsky (1991). O brinquedo, segundo o autor, permite a criação de situações imaginárias, expandindo as habilidades cognitivas da criança ao operar com significados que transcendem o imediato. A interação social durante o jogo também é fundamental, ao possibilitar que as crianças experimentem diferentes papéis e perspectivas, essencial para o desenvolvimento de competências sociais. Nos espaços não formais, o jogo ganha ainda mais relevância devido à sua natureza espontânea e menos estruturada, permitindo que as crianças explorem e construam suas próprias experiências com autonomia (FABIANI; SCAGLIA, 2020).

O contato com a ludicidade nos museus promove um aprendizado que vai além da repetição e memorização. Atividades lúdicas nesse ambiente, incluindo ciência, arte e educação ambiental, contribuem para o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e da consciência social, como demonstrado por Souto et al. (2019). Utilizar materiais recicláveis em atividades artísticas, por exemplo, desenvolve uma percepção crítica sobre consumo e meio ambiente, enquanto a exploração sensorial e a interação em grupo constroem novos conhecimentos.

Essa abordagem é corroborada por Moruzzi (2014), que defende a priorização das múltiplas linguagens da criança – corporal, artística e musical, entre outras – na educação infantil. A diversificação das linguagens enriquece o processo de desenvolvimento integral, proporcionando uma formação mais completa e significativa.

Os espaços não formais promovem o desenvolvimento cultural infantil, permitindo a vivência e apropriação de diferentes manifestações, valores e costumes presentes na comunidade e no meio social. Ajudam na formação, segundo Seiffert-Santos e Cunha (2022), exemplificam esse potencial ao proporcionar contato direto com a biodiversidade, promovendo conscientização ambiental e valorização do patrimônio natural e cultural. Ao aliar lazer à educação, esses espaços ampliam as oportunidades de aprendizagem por meio de experiências concretas, permitindo a internalização de saberes que transcendem o ambiente escolar tradicional. Essa imersão em contextos culturais diversos contribui para um desenvolvimento integral mais amplo e crítico.

A educação museal também se destaca na promoção do desenvolvimento cultural infantil. Castro (2015) argumenta que a visita a museus integra as experiências de educação não formal ao desenvolvimento integral, permitindo a construção de uma visão de mundo mais ampla. Ao explorar diferentes temáticas, como história, arte e ciência, os museus estimulam a curiosidade e a reflexão crítica, essenciais para a formação de sujeitos ativos e conscientes.

1.2 A formação do público infantil e o acolhimento em instituições museológicas

A primeira infância, compreendida como o período que vai do nascimento até os seis anos, constitui uma fase crucial do desenvolvimento humano, caracterizada por intensas transformações em múltiplas dimensões, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Durante esses primeiros anos, o cérebro infantil apresenta alta plasticidade neural, sendo moldado pelas experiências vividas no ambiente, influenciando decisivamente a formação das bases para o aprendizado, a construção da identidade e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000). Estudos apontam que a qualidade das interações e dos estímulos recebidos na primeira infância tem impacto duradouro na trajetória educacional, social e afetiva do indivíduo (OLIVEIRA, 2005). Assim, compreender como se dá o processo de aprendizagem nesse período é essencial para a formulação de práticas educativas que respeitem as especificidades infantis, valorizem suas potencialidades e promovam o desenvolvimento integral, conforme defendem autores como Vigotski (1991) e Bronfenbrenner (2011).

Os espaços de educação não formal, especialmente os museus, despontam como ambientes educativos privilegiados. Museus contemporâneos, ao se afastarem

do paradigma exclusivamente conservacionista, buscam estabelecer relações interativas com seus públicos, oferecendo experiências de aprendizado sensoriais, lúdicas e culturais que extrapolam o espaço escolar convencional (HOOPER-GREENHILL, 2007). A exposição a ambientes culturalmente enriquecidos na infância potencializa o desenvolvimento cognitivo, incentiva a curiosidade e favorece a construção de repertórios simbólicos e sociais que serão fundamentais ao longo da vida (FALK; DIERKING, 2000). Assim, a visita a museus se configura não apenas como uma atividade recreativa, mas como uma oportunidade educativa valiosa, que contribui para a formação de sujeitos críticos e sensíveis. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar como ocorre o aprendizado na primeira infância e discutir de que maneira os espaços de educação não formal, particularmente os museus, podem contribuir para esse processo. Para tanto, são apresentados conceitos-chave sobre o desenvolvimento infantil, o papel das interações sociais e do brincar, bem como as características dos museus como ambientes educativos dinâmicos e inclusivos.

O desenvolvimento infantil na primeira infância é caracterizado por uma intensa plasticidade cerebral, um fenômeno que torna essa fase especialmente sensível às influências ambientais e às experiências de vida. Segundo estudos neurocientíficos, até os seis anos, o cérebro da criança atinge aproximadamente 90% de seu volume adulto, estabelecendo trilhões de conexões sinápticas que sustentam as funções cognitivas, emocionais, motoras e sociais (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000). Essa plasticidade, que se traduz na capacidade de reorganizar circuitos neurais em resposta a estímulos externos, destaca a importância de oferecer à criança ambientes ricos, estimulantes e emocionalmente seguros para potencializar seu desenvolvimento. A ausência de estímulos adequados ou a vivência em ambientes negligentes pode comprometer a formação de habilidades essenciais, gerando impactos duradouros ao longo da vida (OLIVEIRA, 2005).

Jean Piaget, um dos principais teóricos do desenvolvimento cognitivo, descreve a primeira infância como a etapa sensório-motora, na qual a criança constrói conhecimento por meio da exploração ativa do ambiente e da interação com objetos e pessoas (PIAGET, 1976). Para Piaget, a aprendizagem nessa fase não é passiva, mas fruto de uma constante assimilação e acomodação de novas experiências, que permitem à criança elaborar esquemas mentais progressivamente mais complexos. Complementarmente, Jerome Bruner[3] destaca que o

[3] Jerome Seymour Bruner (1915–2016) foi um renomado psicólogo e educador norte-americano, reconhecido por suas contribuições à psicologia cognitiva e à teoria da educação. Um dos pioneiros da Revolução Cognitiva nos anos 1950, Bruner defendeu que a aprendizagem é um processo ativo de construção de significados, em oposição à simples repetição de estímulos. Entre suas principais ideias estão a teoria dos modos de

desenvolvimento infantil ocorre interdependentemente entre ação, representação e simbolização. Bruner propõe que a criança aprende primeiro por meio da ação (modo enativo), depois por meio de imagens mentais (modo icônico) e, finalmente, pela linguagem e sistemas simbólicos (modo simbólico), ressaltando o brincar como ferramenta central nesse processo (BRUNER, 1976).

Além do aspecto cognitivo, o desenvolvimento emocional e social também se consolida intensamente nesse período. A construção da autonomia, a capacidade de empatia, a formação da autoestima e o início da socialização são marcos fundamentais que definem a qualidade das futuras relações interpessoais e o equilíbrio emocional da criança. A teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby (1984), enfatiza que a segurança emocional proporcionada por vínculos afetivos sólidos é essencial para a criança explorar o mundo com confiança, fortalecendo suas competências cognitivas e sociais. Dessa forma, a qualidade das interações que a criança estabelece com adultos e com seus pares, bem como a consistência e a responsividade desses vínculos, influencia diretamente a construção de habilidades socioemocionais fundamentais para a vida adulta.

A aprendizagem na primeira infância ocorre de maneira integrada, lúdica e significativa, envolvendo múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, tais como a cognitiva, a emocional, a social e a motora. Diferentemente dos métodos tradicionais de ensino, que privilegiam a transmissão direta e fragmentada de conteúdos, a aprendizagem infantil se caracteriza por ser um processo ativo, dinâmico e contextualizado, no qual a experimentação, a curiosidade, a interação social e a exploração do meio são elementos fundamentais (KISHIMOTO, 2011). Através da exploração sensorial, do movimento corporal, da imaginação criativa, da expressão simbólica e da imitação dos comportamentos observados em seu entorno, a criança assimila conhecimentos e habilidades de forma espontânea, construindo suas próprias interpretações e representações sobre o mundo que a cerca.

A abordagem construtivista, amplamente difundida por teóricos como Jean Piaget (1976) e Jerome Bruner (1976), reforça a ideia de que o aprendizado infantil emerge da interação ativa com o ambiente físico e social. Segundo Piaget, a criança é um sujeito ativo na construção do conhecimento, elaborando esquemas mentais por meio da assimilação de novas experiências e da acomodação de estruturas cognitivas prévias. Essa construção ocorre em estágios progressivos de desenvolvimento, nos quais a manipulação concreta e o contato sensório-motor

---

representação do conhecimento — enativo, icônico e simbólico —, a concepção do currículo em espiral e a valorização do aluno como protagonista do processo educativo, por meio do diálogo, da descoberta e da interação significativa com o conhecimento.

precedem o pensamento abstrato. Bruner, por sua vez, introduz os conceitos dos modos de representação — enativo, icônico e simbólico — para explicar que o conhecimento se estrutura progressivamente, desde a ação corporal até a linguagem simbólica, sempre mediado pela cultura e pelas práticas sociais.

Além disso, a aprendizagem significativa é potencializada pela afetividade e pela motivação intrínseca. Vygotsky (1991) enfatiza que o desenvolvimento cognitivo não é apenas resultado da interação direta com objetos, mas sobretudo das relações sociais mediadas pela linguagem, pela brincadeira e pelas práticas culturais. A aprendizagem, portanto, é um processo social profundamente ancorado no contexto cultural da criança. Quando se privilegia o brincar, o faz de conta, o jogo simbólico e a exploração ativa, respeitando os ritmos e os interesses infantis, criam-se condições propícias para o desenvolvimento pleno das funções psicológicas superiores, como a memória voluntária, a atenção concentrada e o pensamento lógico.

A educação infantil contemporânea, ao reconhecer essas contribuições teóricas, busca construir práticas pedagógicas que valorizem a autonomia, a criatividade e o protagonismo da criança. Conforme apontam Malaguzzi (1999), no contexto das Escolas de Reggio Emilia[4], e Oliveira-Formosinho (2013), no enfoque da pedagogia participativa, a criança deve ser vista como sujeito de direitos, competente e capaz de construir conhecimentos a partir de suas próprias investigações e interações. Esse entendimento rompe com uma visão assistencialista ou escolarizante da educação infantil e propõe uma concepção mais humanizadora e emancipadora da infância.

Portanto, ao considerar que a aprendizagem na primeira infância é um processo integrado, ativo, socialmente mediado e culturalmente situado, compreende-se que a criança necessita de ambientes ricos em estímulos, interações afetivas de qualidade, liberdade para brincar e múltiplas oportunidades para expressar suas ideias e sentimentos. A experimentação lúdica e a construção de significados em contextos significativos constituem, assim, a base para uma

---

[4] A abordagem Reggio Emilia é uma filosofia educacional voltada à educação da primeira infância, originada na cidade de Reggio Emilia, na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança de Loris Malaguzzi. Esta abordagem valoriza a criança como sujeito ativo, criativo e capaz de construir seu próprio conhecimento por meio da exploração, da expressão simbólica e das interações sociais. Parte do princípio de que a infância é um período de intensas potencialidades e defende que o ambiente, os materiais e as relações constituem elementos fundamentais do processo educativo, sendo o espaço reconhecido como um "terceiro educador". A pedagogia Reggio Emilia enfatiza a escuta atenta às crianças, a documentação pedagógica como ferramenta de reflexão e a participação ativa da comunidade e das famílias no processo educativo, promovendo uma educação democrática, investigativa e centrada na experiência vivida.

educação que respeita a complexidade do desenvolvimento humano e valoriza a infância como tempo pleno de direitos, potência e aprendizagem.

Vygotsky (1991) complementa a perspectiva construtivista ao enfatizar o papel central das interações sociais no desenvolvimento cognitivo infantil. Para o autor, o aprendizado não é um processo isolado ou individual, mas um fenômeno essencialmente mediado socialmente. A teoria da mediação sociocultural propõe que o conhecimento é internalizado a partir das relações estabelecidas com o outro, sobretudo com indivíduos mais experientes, como pais, professores ou colegas mais velhos, que atuam como mediadores culturais. Esses mediadores orientam, ampliam e reconfiguram as formas de pensar da criança, permitindo que ela acesse níveis de compreensão e desempenho que ainda não poderia atingir de maneira autônoma. Nesse contexto, a linguagem, o brincar e a cooperação se tornam instrumentos indispensáveis para a mediação entre o indivíduo e a cultura, constituindo-se como ferramentas psicológicas fundamentais para o desenvolvimento das funções superiores.

A teoria da “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP) formulada por Vygotsky é um dos conceitos mais relevantes para a compreensão dos processos de aprendizagem na infância. A ZDP define a distância entre o nível de desenvolvimento real da criança — aquilo que ela já consegue realizar de maneira independente — e o nível de desenvolvimento potencial — aquilo que ela pode realizar com a orientação de um parceiro mais competente (VYGOTSKY, 1991). Esse conceito destaca que o ensino eficaz não se limita a reforçar habilidades já consolidadas, mas deve antecipar o desenvolvimento, oferecendo desafios que estejam além do que a criança consegue fazer sozinha, mas que sejam alcançáveis com assistência adequada.

O trabalho de autores contemporâneos, como Rogoff (1990) e Wertsch (1985), expande as ideias de Vygotsky ao enfatizar a importância das práticas socioculturais e da participação guiada no processo de internalização do conhecimento. Para Rogoff, a aprendizagem infantil é um processo de participação crescente em atividades culturais, nas quais as crianças, inicialmente como observadoras e auxiliares, tornam-se participantes ativos e competentes. Wertsch, por sua vez, destaca a função mediadora da linguagem como ferramenta essencial para a construção do pensamento e da memória.

Assim, criar situações de aprendizagem que desafiem a criança, sem ultrapassar seus limites de compreensão, é fundamental para potencializar seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. A atuação pedagógica, nesse sentido, deve ser planejada intencionalmente, valorizando a mediação, o diálogo e a cooperação como princípios metodológicos centrais. Além disso, a promoção de

ambientes educativos ricos em interação, ludicidade e diversidade cultural favorece o engajamento das crianças e amplia suas possibilidades de desenvolvimento, tornando a aprendizagem mais significativa e socialmente situada.

A ludicidade, nesse processo, desponta como elemento estruturante da aprendizagem infantil, sendo reconhecida não apenas como uma atividade de entretenimento, mas como um mecanismo essencial para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Huizinga (1996), o brincar é uma manifestação cultural primária, antecedendo a própria organização racional da sociedade. O autor argumenta que o jogo é uma atividade voluntária, repleta de sentido e marcada por regras internas, que reflete e molda a cultura, tornando-se indispensável para a formação do pensamento simbólico, para a experimentação de papéis sociais e para a internalização de normas culturais.

Ao brincar, a criança não apenas se diverte, mas também exercita competências cognitivas complexas, desenvolve a criatividade, aprimora a capacidade de resolver problemas, negocia regras de convivência, controla impulsos, projeta cenários imaginários e experimenta múltiplas perspectivas sociais e emocionais (VYGOTSKY, 1991). O faz de conta e o jogo simbólico, em especial, permitem que as crianças transitem entre o mundo real e o imaginário, organizando suas emoções, reconstruindo suas experiências e antecipando comportamentos futuros.

Pesquisas contemporâneas em educação infantil, como as realizadas por Moyles (2002), reafirmam que a brincadeira é a principal via de aprendizagem nessa fase da vida, ao permitir que a criança articule livremente suas experiências internas e externas, integrando pensamento, emoção e ação. Através do brincar, ocorre a construção ativa do conhecimento, em um processo de experimentação e ressignificação que favorece o desenvolvimento da linguagem, da autonomia, da autoestima e da capacidade de cooperação.

Kishimoto (2011) também reforça que o jogo, o brinquedo e a brincadeira assumem uma função pedagógica fundamental na educação infantil, promovendo aprendizagens que não se restringem à dimensão cognitiva, mas que envolvem aspectos afetivos, éticos e estéticos. Em uma perspectiva mais contemporânea, destaca-se que o brincar, especialmente em contextos colaborativos, promove a construção de comunidades de aprendizagem nas quais as crianças compartilham conhecimentos, valores e práticas sociais, fortalecendo seu sentimento de pertencimento e sua cidadania emergente (BROADHEAD; HOWARD; WOOD, 2010).

Reconhecer a brincadeira como direito e como linguagem própria da infância, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), implica

entender que as práticas pedagógicas na educação infantil devem garantir tempos, espaços e materiais para o livre brincar, respeitando a cultura lúdica das crianças e valorizando suas múltiplas formas de expressão e criação. O brincar é, assim, uma atividade fundamental não apenas para o desenvolvimento individual da criança, mas também para a sua inserção ativa e crítica na sociedade.

Ambientes educativos que valorizam o brincar espontâneo, a experimentação sensorial, a curiosidade investigativa e a interação social oferecem condições ideais para a aprendizagem na primeira infância. Tais ambientes, organizados de maneira intencional, respeitam a criança como sujeito ativo de seu próprio desenvolvimento e reconhecem o brincar como uma linguagem fundamental da infância. O livre brincar e a exploração do meio possibilitam às crianças construir sentidos, experimentar papéis sociais, desenvolver a imaginação e negociar regras de convivência, favorecendo, assim, aprendizagens que transcendem a aquisição de conteúdos formais.

Os ambientes educativos favorecem o desenvolvimento da autonomia, da empatia, da resiliência e da capacidade de comunicação — competências fundamentais não apenas para a vida escolar, mas também para a vida em sociedade. Autores como Malaguzzi (1999) ressaltam que ambientes estimulantes, que respeitam a expressão múltipla das crianças e promovem relações colaborativas, fortalecem o protagonismo infantil e fomentam a construção de uma cidadania ativa desde a primeira infância. A resiliência, capacidade de superar adversidades e adaptar-se a novas situações, é especialmente desenvolvida em contextos que oferecem desafios proporcionais às competências infantis, com apoio afetivo consistente.

A aprendizagem significativa, conceito amplamente trabalhado por Ausubel (2000), ocorre quando novos conhecimentos se conectam de maneira substantiva e não arbitrária aos esquemas cognitivos já existentes na mente da criança. Para Ausubel, a aprendizagem torna-se realmente significativa quando há uma relação intencional e lógica entre o novo conteúdo e aquilo que já é conhecido pelo aprendiz, integrando-se ao seu repertório de forma duradoura e funcional. Nesse sentido, o brincar, por sua natureza associativa, simbólica e integradora, é o meio mais potente para essa construção, ao permitir à criança elaborar representações pessoais dos conceitos explorados, relacionando-os a suas experiências de vida.

Além disso, Oliveira-Formosinho (2007) e Barbosa e Horn (2008) reforçam que a organização de ambientes de aprendizagem na educação infantil deve privilegiar múltiplas linguagens, espaços abertos à criação e tempos que respeitem

o ritmo individual de cada criança. O ambiente, assim, torna-se o “terceiro educador”[5], conceito amplamente difundido pelas abordagens inspiradas nas experiências pedagógicas de Reggio Emilia, configurando-se como um espaço de relações, experimentações e negociações simbólicas.

Portanto, pensar em ambientes educativos que incentivem o brincar espontâneo, a interação e a experimentação é reconhecer que a aprendizagem na primeira infância é um processo complexo, afetivo, cognitivo e social, e que a escola de educação infantil, assim como outros espaços educativos, deve ser um território de liberdade criativa, de escuta ativa e de acolhimento das múltiplas formas de expressão da infância.

Reconhecer a brincadeira como linguagem privilegiada da infância e estruturar práticas educativas que respeitem essa característica é essencial para a promoção de um desenvolvimento pleno, integrado e humanizado. O brincar é a forma através da qual a criança compreende o mundo, experimenta possibilidades, expressa sentimentos e constrói significados, sendo, portanto, um direito fundamental, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989) e reafirmado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Valorizar a ludicidade na primeira infância significa entender que a brincadeira não é um momento separado da aprendizagem, mas o próprio modo como o aprendizado se realiza de maneira significativa e prazerosa.

A brincadeira espontânea, criativa e socialmente compartilhada possibilita que as crianças explorem suas potencialidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras de forma interdependente e contextualizada. Segundo Brougère (1997), o jogo é uma atividade cultural complexa que permite à criança reconstruir o mundo, transformando o real e produzindo novas possibilidades de ação e pensamento. Nessa perspectiva, a ludicidade deixa de ser vista como um instrumento meramente pedagógico, sendo reconhecida como um princípio estruturante das práticas educativas voltadas à infância.

Diversos estudos contemporâneos em educação infantil, como os de Kishimoto (2011) e Oliveira-Formosinho (2011), defendem que a presença

---

[5] O conceito de "ambiente como terceiro educador" é central na abordagem pedagógica de Reggio Emilia e refere-se à ideia de que o espaço físico, cuidadosamente planejado e organizado, atua como um agente ativo no processo de aprendizagem da criança, ao lado dos educadores e das próprias crianças. O ambiente deve ser esteticamente agradável, funcional, acolhedor e estimulante, promovendo a autonomia, a exploração, a interação e a construção de conhecimento. Essa concepção reconhece que a disposição dos materiais, a organização dos espaços e a documentação pedagógica são elementos intencionais que dialogam com as crianças, encorajando a curiosidade, a investigação e a expressão múltipla de linguagens.

sistemática da brincadeira nos espaços educativos promove a escuta ativa da criança, valoriza sua autonomia e potencializa seu protagonismo na construção do conhecimento. Assim, as práticas pedagógicas que integram o brincar de forma respeitosa e intencional contribuem para a formação de sujeitos críticos, criativos, sensíveis e socialmente responsáveis.

A valorização da ludicidade na primeira infância não é apenas um elemento complementar ou acessório da educação infantil, mas um princípio ético, político e pedagógico que deve orientar a elaboração de políticas públicas, a organização curricular, a formação de professores e a gestão dos espaços educativos. Propostas educativas que respeitem a complexidade e a potência criadora da infância reconhecem a criança como cidadã desde o nascimento, dotada de saberes, linguagens e direitos que precisam ser escutados, acolhidos e potencializados.

Promover o brincar livre, garantir tempos e espaços de qualidade para a ludicidade e reconhecer o valor formativo das experiências lúdicas são compromissos imprescindíveis para uma educação infantil democrática, inclusiva e de qualidade. Desse modo, investir na brincadeira como eixo estruturante da educação infantil é investir na construção de uma sociedade mais sensível, mais justa e mais aberta à diversidade humana.

A educação não formal abrange práticas educativas sistemáticas, intencionais e organizadas, realizadas fora do sistema escolar convencional, mas que desempenham um papel fundamental na formação integral dos indivíduos. Ela se caracteriza pela flexibilidade metodológica, pela diversidade de estratégias de ensino-aprendizagem, pela ênfase na experiência concreta e pela valorização da autonomia, da curiosidade e da iniciativa do aprendiz (GADOTTI, 2000). Diferente da educação formal, que opera sob currículos padronizados e avaliações sistematizadas, a educação não formal busca atender às necessidades específicas dos sujeitos em contextos variados, promovendo aprendizagens mais livres, significativas e voltadas para a vida prática.

Museus, centros culturais, bibliotecas, jardins botânicos, aquários, planetários e espaços comunitários são exemplos de locais que configuram ambientes de educação não formal e que oferecem vivências educativas diferenciadas. Esses espaços promovem experiências interativas, sensoriais e multissensoriais que respeitam as características do desenvolvimento infantil, incentivando a aprendizagem ativa, a construção de saberes através da experiência direta e a ampliação dos repertórios culturais das crianças. Além disso, esses ambientes favorecem a aprendizagem experiencial e a formação de competências

socioemocionais, como a autonomia, a responsabilidade e o pensamento crítico (FALK; DIERKING, 2000).

Particularmente na primeira infância, os espaços de educação não formal oferecem oportunidades únicas de desenvolvimento, uma vez que se estruturam em torno da ludicidade, da exploração e da experimentação livre. As experiências proporcionadas nesses locais permitem que as crianças interajam de forma ativa com o conhecimento, com objetos concretos e com manifestações culturais diversas, enriquecendo suas possibilidades de aprendizagem em comparação com a experiência convencional em sala de aula.

Segundo a abordagem contextual proposta por Falk e Dierking (2000), a experiência de aprendizado em ambientes não formais é moldada pela interação entre três contextos fundamentais: o pessoal, que envolve as motivações, interesses e conhecimentos prévios do visitante; o sociocultural, que diz respeito às relações interpessoais estabelecidas durante a visita; e o físico, relacionado às características espaciais e sensoriais do ambiente. Essa abordagem reforça a importância da mediação educativa nesses espaços, uma vez que as interações sociais, as estratégias de mediação e a organização do espaço podem ampliar, ressignificar ou até mesmo limitar as possibilidades de aprendizagem.

Além disso, autores como Hein (1998) e Hooper-Greenhill (2007) enfatizam que a aprendizagem em ambientes não formais é profundamente influenciada pela construção ativa de significado pelos visitantes, sendo essencial que os espaços museais e culturais promovam experiências que sejam relevantes e conectadas às vivências do público. A mediação, portanto, deve ser sensível às necessidades dos aprendizes, propondo atividades dialógicas, abertas à interpretação e estimuladoras da curiosidade.

A educação não formal não apenas complementa a educação formal, mas expande os horizontes de aprendizagem, promovendo a formação de sujeitos autônomos, críticos e culturalmente sensíveis. Investir em políticas públicas que fortaleçam o acesso a espaços de educação não formal é um caminho estratégico para garantir o direito à educação integral e à construção de sociedades mais justas e democráticas.

Museus são, historicamente, instituições voltadas à preservação, conservação e divulgação do patrimônio material e imaterial da humanidade, atuando como guardiões de memórias e conhecimentos que atravessam gerações. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, impulsionados pelas mudanças sociais, pelas novas concepções educacionais e pelas demandas de democratização do acesso à cultura, os museus passaram a se reconfigurar como espaços

dinâmicos, interativos e inclusivos, reconhecendo a educação como uma de suas funções centrais (HOOPER-GREENHILL, 2007).

Essa transformação, associada ao movimento da Nova Museologia, enfatiza que os museus devem ser lugares de encontro, diálogo e construção coletiva de saberes, rompendo com a imagem de instituições elitistas e distantes do público (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Particularmente em relação ao público infantil, os museus passaram a investir em estratégias pedagógicas que reconhecem a criança como sujeito ativo, curioso e capaz de construir interpretações próprias sobre os objetos e as narrativas expostas. Exposições interativas, atividades educativas mediadas, oficinas de arte, programas de contação de histórias, jogos pedagógicos e espaços destinados ao livre brincar são alguns dos recursos adotados para acolher e estimular o aprendizado das crianças em contextos museológicos.

Esses recursos permitem que as crianças aprendam de maneira ativa, engajando-se corporal e intelectualmente na exploração dos objetos, formulando hipóteses, manipulando materiais, construindo narrativas próprias e expressando suas interpretações sobre o mundo. A metodologia participativa, que promove a interação sensorial e simbólica com os acervos, potencializa o aprendizado significativo, favorecendo a autonomia, o pensamento crítico e a criatividade infantil (FALK; DIERKING, 2000). O brincar no museu, quando planejado de forma intencional e respeitosa, não é visto apenas como lazer, mas como meio fundamental de construção de conhecimentos.

Os museus oferecem uma diversidade temática — abrangendo áreas como ciência, história, arte, tecnologia e cultura popular — que amplia o repertório cultural das crianças, favorecendo o desenvolvimento de múltiplas competências cognitivas, sociais e emocionais. A oportunidade de ver de perto objetos históricos, fósseis, obras de arte, experimentos científicos, peças etnográficas ou recursos tecnológicos desperta a curiosidade, promove aprendizagens significativas e estabelece vínculos afetivos entre o sujeito e o patrimônio cultural. Essa vivência presencial, multissensorial e contextualizada é insubstituível e contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identidade cultural (BARBOSA, 2013).

Ao se tornarem ambientes acolhedores, lúdicos e desafiadores para o público infantil, os museus contemporâneos reafirmam sua vocação educativa, ampliando seu papel social como agentes de formação cidadã e de promoção da diversidade cultural. Reconhecer as crianças como protagonistas em seus processos de descoberta e aprendizagem nos museus implica também repensar as práticas curatoriais, educativas e comunicativas, promovendo experiências que respeitem as

especificidades da infância e que potencializem o direito à cultura e à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

A visita a um museu pode ser uma experiência altamente enriquecedora para crianças, especialmente quando planejada de maneira intencional e alinhada às necessidades e interesses do público infantil. Para a visita atingir seu potencial educativo, é fundamental considerar aspectos como o tempo de permanência, que deve ser adequado à capacidade de atenção das crianças; a seleção criteriosa das exposições, priorizando aquelas que dialoguem com a faixa etária e com os temas que despertam curiosidade; e como as informações são apresentadas, privilegiando abordagens visuais, táteis e interativas (HOOPER-GREENHILL, 2007). A sobrecarga de estímulos ou a exposição a conteúdos excessivamente abstratos pode comprometer a experiência e reduzir as possibilidades de aprendizagem significativa.

Diversos museus contemporâneos oferecem materiais educativos específicos para crianças, como mapas interativos, roteiros de exploração autônoma, kits de investigação, atividades lúdicas e jogos pedagógicos que incentivam a participação ativa durante a visita. A criança, nesse contexto, não é apenas espectadora passiva, mas torna-se protagonista do processo de descoberta, observando, questionando, manipulando objetos, formulando hipóteses e expressando suas interpretações sobre o que vê (FALK; DIERKING, 2000). Essa postura ativa é fundamental para consolidar aprendizagens duradouras e para estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores, como a análise crítica, a capacidade de síntese e a resolução de problemas.

A presença de mediadores culturais capacitados é outro elemento central para a qualificação da experiência museal na infância. Mediadores sensíveis às especificidades do público infantil conseguem adaptar a linguagem, construir pontes entre o acervo e as vivências das crianças, promover o diálogo aberto e estimular a reflexão crítica, respeitando o ritmo e as formas de expressão próprias da infância. A mediação cultural efetiva, além de facilitar a compreensão dos conteúdos expostos, cria espaços para a expressão de sentimentos, dúvidas e saberes prévios, valorizando a pluralidade de interpretações e promovendo a construção coletiva de significados.

A articulação entre educação, ludicidade e experiência estética em museus é, portanto, uma estratégia poderosa para despertar o interesse das crianças, fomentar a aprendizagem significativa e fortalecer a relação das novas gerações com o patrimônio cultural, científico e artístico. Museus que reconhecem a criança como sujeito de direitos e de saberes podem construir experiências educativas que

respeitam sua diversidade, suas linguagens e seus modos próprios de compreender o mundo.

Diversos estudos demonstram que as experiências educativas vivenciadas em museus contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e culturais na infância. Do ponto de vista cognitivo, a visita a museus estimula habilidades fundamentais, como a capacidade de observação acurada, a organização de informações complexas, a formação de conceitos abstratos e o fortalecimento do pensamento crítico e reflexivo (FALK; DIERKING, 2000). Ao serem convidadas a interpretar objetos, imagens e narrativas museológicas, as crianças exercitam processos mentais de análise, comparação, inferência e síntese, construindo aprendizagens que integram a teoria e a prática de maneira significativa.

No âmbito emocional, visitar museus também desempenha um papel importante no fortalecimento do senso de identidade e da autoestima infantil. Quando as crianças se reconhecem como capazes de interpretar exposições, atribuir significados pessoais aos conteúdos apresentados e formular questões sobre o mundo, elas desenvolvem sentimentos de competência, pertencimento e autonomia (FALK; STORKSDIECK, 2005). A apropriação simbólica dos conhecimentos e a validação de suas perspectivas no ambiente museal favorecem o empoderamento das crianças como sujeitos culturais ativos.

A experiência estética, proporcionada pelo contato direto com obras de arte, objetos históricos, artefatos científicos ou manifestações culturais diversas, é outro aspecto fundamental desse processo. De acordo com Dewey (2010), a experiência estética é uma forma profunda de envolvimento emocional e intelectual com o mundo, que sensibiliza o olhar para a diversidade, estimula a imaginação criadora e promove a apreciação da pluralidade de expressões humanas. Em museus, a estética não é entendida apenas como contemplação passiva, mas como um convite ao diálogo, à emoção e à construção de significados compartilhados.

Socialmente, a visita a museus favorece o desenvolvimento de habilidades de comunicação, colaboração e respeito à diversidade cultural. A interação entre as crianças e seus pares durante atividades educativas — como jogos colaborativos, rodas de conversa, oficinas criativas e explorações guiadas — promove a construção de competências socioemocionais, como a escuta ativa, a empatia, a negociação e a cooperação (TRAN, 2007). Essas práticas colaborativas não apenas fortalecem os vínculos afetivos entre as crianças, mas também ampliam sua capacidade de agir de forma crítica e solidária no mundo.

Além disso, ao vivenciar experiências educativas em museus junto a seus cuidadores e educadores, as crianças fortalecem seus laços familiares e comunitários, criando memórias afetivas compartilhadas em torno do conhecimento e da cultura. Esse fortalecimento dos vínculos interpessoais é particularmente relevante para a constituição de uma infância segura, saudável e socialmente

A educação museal na infância não apenas contribui para o desenvolvimento de competências acadêmicas, mas também para a formação integral da criança como sujeito cultural, crítico e criativo, reforçando a importância dos museus como espaços de aprendizagem, cidadania e transformação social.

Apesar dos inúmeros benefícios proporcionados pelas experiências museais, especialmente para o público infantil, há ainda desafios significativos a serem enfrentados para que os museus se tornem ambientes verdadeiramente acolhedores, inclusivos e educativos para a primeira infância. Barreiras de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal permanecem como grandes obstáculos, impedindo que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou socioeconômicas, possam usufruir plenamente das experiências culturais oferecidas (SANDELL, 1998). Exposições pouco interativas, linguagem inadequada ao nível de compreensão infantil, ausência de estratégias lúdicas e falta de mediadores especializados são fatores que limitam a potencialidade educativa dos museus e podem reforçar a exclusão simbólica de determinados públicos.

Outro desafio importante é a necessidade de uma mudança de paradigma nas concepções institucionais sobre infância e aprendizagem. Muitos museus ainda operam sob lógicas adultocêntricas, concebendo a criança como um visitante passivo ou como um público secundário. Para superar essas limitações, é essencial que os museus adotem uma abordagem mais centrada na criança, reconhecendo suas especificidades, seus direitos culturais e sua capacidade de agência (HOOPER-GREENHILL, 2007).

Entre as estratégias promissoras para enfrentar esses desafios, destaca-se o investimento contínuo na formação de profissionais de museus, especialmente educadores e mediadores culturais. A formação continuada, pautada em fundamentos da psicologia do desenvolvimento, pedagogia da infância e práticas inclusivas, capacita os profissionais a planejar ações educativas sensíveis, dialógicas e adaptadas à diversidade infantil. A criação de espaços exclusivos para o público infantil, como áreas de livre exploração, salas sensoriais, exposições interativas e ambientes lúdicos, também contribui para tornar o museu um espaço mais acolhedor e significativo para as crianças.

O uso crítico e criativo das tecnologias digitais oferece novas possibilidades para aproximar o público infantil dos conteúdos museológicos, promovendo experiências interativas, imersivas e personalizadas. Aplicativos educativos, audioguias infantis, realidade aumentada e jogos digitais podem enriquecer a visita ao museu, desde que utilizados de forma equilibrada, sem substituir o contato direto com os objetos e o espaço físico.

Outro caminho relevante é a promoção de atividades intergeracionais, que envolvam crianças, familiares e educadores em experiências educativas compartilhadas. Tais atividades fortalecem vínculos afetivos, ampliam os repertórios culturais e favorecem a construção de sentidos coletivos em torno das vivências museológica. Estabelecer parcerias estratégicas com instituições de educação infantil, ONGs e centros comunitários também potencializa o alcance das ações educativas dos museus e promove a democratização do acesso à cultura.

Para que os museus cumpram plenamente sua função educativa e social junto ao público infantil, é necessário um compromisso institucional com práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e sensíveis às múltiplas infâncias, reconhecendo o direito de todas as crianças à cultura, à educação e à participação ativa na vida cultural.

O aprendizado na primeira infância é um processo dinâmico, contínuo e multifacetado, que se dá pela interação entre fatores biológicos, afetivos, sociais e culturais. Trata-se de uma fase de intensa plasticidade cerebral e de construção das bases emocionais, cognitivas e sociais que sustentarão o desenvolvimento ao longo de toda a vida (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000). A aprendizagem nesse período ocorre por meio da exploração ativa do meio, das interações sociais significativas e da experiência emocionalmente enriquecida, exigindo práticas educativas que respeitem as especificidades da infância e que valorizem a ludicidade, a criatividade e o protagonismo infantil. Respeitar essas especificidades e proporcionar experiências educativas significativas são desafios que ultrapassam a esfera da escola formal, constituindo responsabilidades compartilhadas por toda a sociedade, como aponta a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989).

Os espaços de educação não formal, como os museus, assumem um papel fundamental na promoção de aprendizagens significativas e integradoras para as crianças. Museus contemporâneos, ao se configurarem como ambientes multissensoriais, interativos e culturalmente ricos, oferecem oportunidades valiosas para a construção de conhecimentos em múltiplas dimensões (FALK; DIERKING, 2000). Tais espaços possibilitam que as crianças experimentem o mundo através da curiosidade, da manipulação de objetos, da observação, do diálogo e da imaginação,

elementos essenciais para o fortalecimento de competências cognitivas como a observação crítica, a formulação de hipóteses e a organização de informações.

Do ponto de vista emocional, os museus favorecem o desenvolvimento da autoestima, da autonomia e do senso de pertencimento cultural, ao permitirem que as crianças atribuam significados próprios às experiências vividas e se reconheçam como agentes capazes de construir conhecimento (HEIN, 1998). Socialmente, ao promoverem atividades coletivas, rodas de conversa, brincadeiras e projetos colaborativos, os museus também contribuem para o desenvolvimento da empatia, da comunicação interpessoal e da capacidade de agir em cooperação.

A concepção de que a criança pequena constitui um "público extra" nos espaços culturais evidencia uma lógica adultocêntrica ainda dominante em muitas instituições museais. Essa ideia pressupõe que a presença da criança em museus ocorre de maneira secundária, como mera acompanhante de adultos, e não como um sujeito legítimo da experiência cultural. Tal compreensão não apenas marginaliza a infância, como compromete o potencial educativo e inclusivo das ações museológicas, ao desconsiderar as especificidades cognitivas, afetivas e sensoriais desse público.

Carvalho (2013) problematiza essa exclusão implícita e reforça a necessidade de uma mudança paradigmática no modo como as instituições culturais concebem e acolhem a primeira infância. A autora aponta que, ao considerar a criança como "alguém que atrapalha", "não entende" ou "não está pronta", o campo museal reproduz uma lógica hierárquica do saber e da participação, que legitima apenas os públicos adultos como destinatários dos processos educativos e curatoriais.

As consequências dessa visão são diversas: a ausência de programações específicas para a infância, o despreparo das equipes para o acolhimento de crianças pequenas, a inadequação física dos espaços expositivos e a carência de estratégias comunicacionais que considerem os múltiplos modos de percepção e interação característicos dessa fase do desenvolvimento humano. Ao negligenciar esse público, os museus não apenas reforçam barreiras de acesso cultural, como também perdem a oportunidade de contribuir significativamente para a formação simbólica e cidadã desde os primeiros anos de vida.

Em oposição a essa exclusão, Carvalho propõe o reconhecimento da criança como sujeito ativo, sensível e produtor de cultura. Tal reconhecimento exige, no entanto, transformações estruturais e conceituais nos espaços culturais. Entre as medidas apontadas, destacam-se a criação de ambientes interativos e seguros, a diversificação dos suportes e linguagens expositivas, a adoção de metodologias

sensoriais e a formação continuada de educadores museais voltada à primeira infância.

Há necessidade de os museus se abrirem a pedagogias participativas, capazes de reconhecer as múltiplas formas de aprendizagem. Nesse sentido, incluir a criança pequena como público legítimo é também incorporar novas epistemologias e práticas museais centradas na diversidade etária.

Portanto, superar a noção de criança como "público extra" nos museus representa um passo essencial para a democratização dos espaços culturais. Trata-se de ampliar o entendimento de acessibilidade e de fruição, assegurando à infância não apenas o direito de estar presente, mas de ser considerada, escutada e acolhida de maneira plena. Ao fazer isso, o museu reafirma seu compromisso com a educação, com a inclusão e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e plural desde os seus fundamentos.

Fomentar a visita a museus e a outros espaços de educação não formal deve ser parte integrante das políticas públicas de educação infantil e das práticas pedagógicas cotidianas, garantindo o direito da criança à fruição cultural e a uma educação que respeite e potencialize suas múltiplas formas de aprender (BRASIL, 2017). A ampliação do acesso a espaços culturais, a formação continuada de educadores para atuar nesses contextos e o incentivo à articulação entre escolas, museus e famílias são estratégias indispensáveis para assegurar que a primeira infância seja vivenciada como um tempo pleno de aprendizagens, de descobertas e de construção de cidadania cultural.

Assim, reconhecer os museus como espaços de aprendizagem não formal, vivos e socialmente relevantes é investir na formação de sujeitos críticos, sensíveis, criativos e culturalmente engajados, fortalecendo, desde cedo, a construção de uma sociedade mais democrática, diversa e inclusiva.

1.3 As especificidades e a intencionalidade pedagógica das ações educativas e na divulgação científica para aplicação na mediação do público infantil

A divulgação científica em espaços não formais, como museus e centros de ciência, desempenha um papel transformador na formação de públicos diversos, promovendo a alfabetização científica e a interação entre ciência, cultura e sociedade. Esses espaços oferecem experiências imersivas que combinam aprendizado, entretenimento e reflexividade, sendo particularmente importantes para o público infantil, cuja curiosidade e disposição para o aprendizado são

potencializadas por abordagens lúdicas e interativas (NOLASCO, 2014; MARANDINO, 2008).

Este texto examina como a intencionalidade pedagógica permeia as práticas de divulgação científica em espaços museológicos, especialmente no contexto da recepção e mediação voltadas para o público infantil. A análise baseia-se nas contribuições teóricas de Julia Nolasco, Martha Marandino e Maria Margaret Lopes, articulando conceitos de educação, mediação e alfabetização científica.

Espaços não formais, como museus e centros de ciência, possuem características que os diferenciam de ambientes formais de educação, como as escolas. Nolasco (2014) descreve esses espaços como locais dinâmicos e interativos, onde o aprendizado ocorre de maneira mais flexível e autônoma:

> Particularmente a partir da segunda metade do século XX, mudanças ocorridas nos museus, mas sobretudo fora deles, alteraram expressivamente a expectativa em torno de sua atuação e papel na sociedade. Hoje, tais organizações podem ser reconhecidas como instâncias potencialmente comunicacionais, informacionais e educativas, multiplicando-se e diversificando-se a maneira como se apresentam e se inserem no âmbito dos debates contemporâneos sobre cultura, ciência, arte, saúde, cidade, memória, futuro, etc. (NOLASCO, 2014, p. 18).

Contudo, a autora ressalta que, para que essas experiências resultem em aprendizagens significativas, é necessário que as práticas educativas sejam planejadas com intencionalidade pedagógica.

A intencionalidade pedagógica, segundo Cury (2013), envolve a definição clara de objetivos educacionais, a seleção criteriosa de conteúdos e a escolha de estratégias adequadas para o público-alvo. No caso do público infantil, isso significa considerar as características cognitivas, emocionais e sociais das crianças, como descrito por Piaget (1976) e Vigotsky (1984). Em espaços museológicos, essa intencionalidade pode se manifestar na curadoria de exposições, no design de atividades interativas e na capacitação de mediadores.

A divulgação científica em espaços museológicos não é apenas uma prática informativa, mas uma estratégia educativa que busca promover a alfabetização científica e o pensamento crítico. Lopes (2014) argumenta que a educação museal deve ser planejada como um processo de "tradução cultural", no qual conceitos científicos são apresentados de forma acessível e significativa. Essa tradução exige intencionalidade pedagógica, ao envolver decisões sobre como estruturar as informações, quais recursos utilizar e como engajar o público.

Marandino (2008) reforça que a mediação desempenha um papel central nesse processo, ao ser por meio dela que o público interage com os conteúdos científicos e culturais. Para o público infantil, a mediação deve ser adaptativa e inclusiva, utilizando elementos lúdicos e sensoriais para facilitar a compreensão e o engajamento. A intencionalidade pedagógica, nesse contexto, garante que essas práticas não sejam arbitrárias, mas direcionadas para objetivos claros, como promover a curiosidade científica, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a conscientização sobre questões sociais e ambientais.

A mediação em museus é descrita por Lopes (2014) como uma prática de conexão, que aproxima o público do patrimônio e facilita a construção de significados. No caso do público infantil, a mediação deve ser guiada por uma intencionalidade pedagógica que considere as especificidades dessa faixa etária. Segundo Vigotsky (1984), o aprendizado infantil ocorre por meio da interação social, destacando a importância do mediador como facilitador do processo educativo.

Marandino (2008) afirma que a mediação não se limita à transmissão de informações, mas envolve a criação de um ambiente onde as crianças possam explorar, questionar e interagir com os conteúdos apresentados. Essa abordagem exige que os mediadores tenham clareza sobre os objetivos educativos, garantindo que cada interação contribua para a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades.

A recepção do público infantil em museus é influenciada por fatores como o ambiente físico, a linguagem utilizada e a relevância dos conteúdos apresentados. Nolasco (2014) destaca que, para crianças, a recepção não é um processo passivo, mas uma experiência ativa de construção de significados. Atividades interativas, jogos e narrativas lúdicas auxiliam as crianças a compreenderem conceitos científicos e culturais de forma acessível.

Lopes (214) acrescenta que a recepção infantil pode ser ampliada quando os museus adotam práticas inclusivas e acolhedoras, que respeitam as diferenças individuais e promovem a participação ativa. A intencionalidade pedagógica, nesse sentido, é fundamental para planejar atividades que sejam relevantes, estimulantes e alinhadas às necessidades das crianças.

A aplicação da intencionalidade pedagógica em espaços museológicos enfrenta desafios estruturais e conceituais. Nolasco (2014) aponta que a falta de formação específica para mediadores e a escassez de recursos são barreiras comuns que limitam a qualidade das práticas educativas. Marandino (2008) também identifica resistências em adaptar conteúdos científicos para formatos acessíveis ao público infantil, o que pode comprometer a eficácia da divulgação científica.

Apesar dos desafios, os museus têm um potencial único para promover a divulgação científica de maneira significativa. Lopes (2014) sugere que a integração entre educação museal e divulgação científica, quando guiada por intencionalidade pedagógica, pode ampliar o impacto educativo dos museus. Isso inclui o desenvolvimento de programas de formação para mediadores, o uso de tecnologias interativas e a criação de espaços físicos adaptados para o público infantil.

A divulgação científica em espaços não formais, como museus e centros de ciência, oferece oportunidades valiosas para a promoção da alfabetização científica e do pensamento crítico. No entanto, para que essas experiências sejam verdadeiramente significativas, é essencial serem planejadas com intencionalidade pedagógica. A mediação e a recepção, especialmente no contexto infantil, dependem de práticas educativas intencionais que conectem as crianças ao patrimônio científico e cultural de maneira inclusiva e interativa.

A dimensão educativa da divulgação científica, no entanto, exige intencionalidade pedagógica, conceito que envolve o planejamento consciente e deliberado de ações educativas para promover aprendizagens significativas. Lopes (2014) e Marandino (2008) argumentam que, em espaços não formais, a mediação é a prática central para conectar o público ao patrimônio científico e cultural. Essa mediação, quando guiada por objetivos pedagógicos claros, pode transformar a experiência museológica em uma ferramenta poderosa de formação cidadã e crítica.

A educação infantil desempenha um papel essencial no desenvolvimento das crianças, podendo ser considerada o ponto de partida de formação de mentes preparadas para enfrentar os desafios diários com conhecimento e criatividade. Sua importância perante as sociedades contemporâneas reside na promoção de uma convivência comunitária enriquecedora, na valorização da diversidade, na capacidade de respeitar, acolher e celebrar as diferenças entre indivíduo, possibilitando ainda que as crianças transcendam suas percepções pessoais e desenvolvam empatia, aprendendo a ver o mundo pelos olhos do outro e compreender outras realidades sociais.

Essa missão requer uma profunda imersão cultural por meio de ações, experiências e práticas sociais consistentes e comprometidas, permitindo que a criança internalize os padrões cognitivos, comportamentais e operacionais construídos ao longo da história por sua comunidade. Essas práticas sociais são aprendidas ao conhecer outras culturas, assim como por meio de narrativas tradicionais e contemporâneas transmitidas através da literatura, música, pintura e dança.

Nesse contexto, para promover o pleno desenvolvimento infantil, é necessário também considerar todo o contexto educacional, incluindo as práticas pedagógicas, a rotina e o espaço onde as crianças estão inseridas.

A intencionalidade pedagógica pode aqui ser conceituada como uma prática do educador que envolve o planejamento e a definição de objetivos educacionais claros, alinhados com as necessidades e características do seu público, visando direcionar e orientar o processo de aprendizagem de forma intencional, estratégica e significativa, garantindo ainda uma rotina organizada e aberta a novas experiências, respeitando o tempo e o espaço das crianças.

É importante esclarecer que tal prática precisa ser compreendida para além do planejamento de atividades no espaço museal, uma vez que, quando aplicada, ela consegue ajustar e adaptar as práticas dos educadores, favorecendo o desenvolvimento pessoal e socioemocional das crianças.

Assim, é importante que toda instituição de educação infantil tenha como objetivo o dever de priorizar as necessidades da criança, pois somente dessa maneira, a escola conseguirá aplicar a intencionalidade pedagógica e desempenhar um papel fundamental de acolhimento, ao estimular e reconhecer a criança como um ser pensante, respeitando sua singularidade e potencial criativo.

Na perspectiva da intencionalidade pedagógica, o educador atua como mediador no processo de vivência dos sujeitos, entregando uma abordagem mais enriquecedora, considerando que a construção da consciência individual se dá por meio das relações sociais. A adoção de práticas intencionais executadas por educadores também possibilitará a criação de um ambiente educativo estimulante, onde as atividades e interações são cuidadosamente planejadas para atender às necessidades e interesses dos sujeitos. Nesse sentido, a intencionalidade pedagógica incentiva a participação ativa dos estudantes em sua própria aprendizagem, estimulando o pensamento crítico e a autonomia.

Os museus caracterizam-se por atuar no campo da conservação, da pesquisa e da comunicação, sendo que a comunicação com o público vai além da exposição de seu acervo, havendo atividades de divulgação científica, pelos canais já tradicionais e por mídias sociais, projetos de extensão, de educação ambiental e patrimonial.

Todas essas estratégias comunicacionais podem ser relacionadas também às ações educativas, que se apresentam para o museu como uma ferramenta prática e com potenciais diversos, como apresenta Wazenkeski e Costa (2016), ao auxiliarem a construção do conhecimento, possibilitando dinamizar a relação entre

visitantes e acervos, até mesmo modificando o modo de compreensão destas relações.

Nessa perspectiva, as ações educativas ganham destaque por associar os conhecimentos a práticas sociais, sendo muito importantes, sobretudo para o público infantil, ajudando a vivenciar experiências, elaborar questões sobre o contexto e perceber as interações com o ambiente social no qual se insere.

Um ambiente institucional que comunica conhecimentos e é importante que tais práticas sejam instrumentalizadas, ainda mais se considerando a obrigatoriedade de construir um projeto educativo, mostrando a necessidade de dispor ações pedagógicas para nortear e discutir processos:

> [...] o conceito de pedagogia é subsumido no conceito de educação, ação pedagógica é uma ação educativa intencional; o que queremos dizer com isto é que mesmo por parte do educador mais experiente, há efeitos da ação pedagógica não intencionais, que fogem a dada previsibilidade tanto para formação de si como dos educandos. Ou seja, um gesto, uma ação, uma palavra, a seleção de conteúdos e as ações estabelecidas ultrapassam a situação direta com efeitos ulteriores, inclusive para o educador. Nisso consiste nossa suposição de que a ação pedagógica precisa ser uma ação educativa necessariamente, porém nem toda a ação educativa é pedagógica. Que elementos a ação pedagógica precisa ter em conta para tornar-se educativa? (Dalbosco, 2020, p.3).

A ação educativa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento individual. Neste contexto, considera-se a ação como um método eficaz para a construção e intercâmbio de conhecimento no museu. É essencial que os educadores observem e desenvolvam a práxis desde a concepção das atividades, refletindo sobre cada ação e adotando procedimentos sistemáticos.

O público escolar infantil ao visitar museus de ciência vivencia experiências de uso de objetos das coleções como exemplares que podem complementar ou estabelecer associação ao conteúdo ministrado na escola, como apontam Gouvêa e Leal (2021), ressaltando sempre o caráter de espaço de educação não formal dos museus. Porém, a educação infantil nem sempre é contemplada com opções desenvolvidas especialmente para sua faixa etária, seguindo metodologia apropriada.

Assim sendo, é pertinente explicitar as particularidades existentes na elaboração de ações educativas que de fato considerem a temática, a missão e a apresentação dos acervos de museus de ciências com propósitos claros, pautados nas necessidades sociais contemporâneas e que não estejam meramente voltadas à associação deles à complementação de currículos escolares, e sim que se configurem em uma experiência de construção de conhecimento pela criança no

espaço do museu de história natural, objeto desse trabalho, e ambos discutindo sua realidade.

Na definição atual do conceito de museu do *International Council of Museums* (ICOM), a diversidade também é uma das finalidades desse tipo de instituição, ou seja, trata-se de experiência. No entanto, é fundamental perceber que esta mesma definição também se refere a fins educacionais e de estudo. É de profunda relevância ter em vista as particularidades desse processo de entendimento, por possuírem alto grau de complexidade e carecerem de olhares analíticos fundamentados.

Através dessa visão, nota-se que o museu consegue gerar percepções distintas em seus pesquisadores e nos visitantes, impressões opostas brotam da experimentação do mesmo ambiente e da apresentação dos mesmos objetos. Então, isto evidencia a urgência de se perceber as necessidades do público infantil entre dois a cinco anos.

Para Gonçalves (2007), partindo da premissa do estudo antropológico, o objeto possui um grau de simbolismo capaz de conectar o indivíduo à esfera coletiva, por isso, é importante proporcionar à criança experiências que a ajudem a interagir e perceber o meio em que vive com segurança e autonomia. Deve-se notar que o poder dos objetos é a capacidade de os objetos fazerem ligação entre passado e futuro, o que se dá através da constituição de uma subjetividade individual e outra coletiva. A função simbólica do objeto influencia a razão de ser do grupo social:

> A sugestão é que sem os objetos não existiríamos; ou pelo menos não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas. Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, simbólicos e rituais da vida cotidiana de qualquer grupo social, sejam eles retirados dessa circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursos das coleções, museus e patrimônios; o fato importante a considerar aqui é que eles não apenas desempenham funções identitárias... mas, na verdade, organizam (enquanto os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente (Gonçalves, 2007, p. 27).

Isto configura um olhar mais sistêmico e holístico, já que uma série de elementos pode ser visualizada no tocante ao exercício do saber (Piske; Garcia; Yunes, 2021). Tudo deve ser pensado e analisado considerando a forma pela qual se estrutura o setor educativo de um museu e o modo como os objetos e coleções podem ser apresentados por meio da metodologia da práxis, entendida como aquela que considera as diferenças sociais, culturais e espaciais.

O ideal seria conseguir desenvolver estratégias, não apenas tecendo ações educativas focadas no aprofundamento dos currículos escolares, mas sobretudo por meio de uma compreensão pedagógica oferecida pelo aporte das áreas da

educação, da comunicação e da museologia (Santos, 2008), considerando a comunidade e estabelecendo mecanismos entre o indivíduo, a coletividade, as coleções expostas e discutindo a relevância das ações e experiências que podem ser desencadeadas no público infantil:

> Considero que os métodos e as técnicas a serem utilizados em projetos a serem desenvolvidos pelos museus e pelas escolas, devem ser apoiados nas concepções de educação, de museologia e de museus adotadas pelos sujeitos sociais envolvidos no planejamento e na execução dos mesmos, devendo, pois, ser adaptados aos diferentes contextos, aos anseios e expectativas dos diversos grupos com os quais estejamos atuando, sendo repensados constantemente, modificados e enriquecidos com a nossa criatividade, com a nossa capacidade de ousar, realizando um processo constante de ação e de reflexão, no qual teoria e prática estejam sempre em interação (Santos, 2008, p. 128).

A associação de estes aspectos é o que pode pavimentar o melhor caminho para gerar a construção de conhecimento e assim estabelecer esse processo a partir do objeto e da metodologia apropriada para a faixa etária com quem se pretende comunicar. Mantendo-se alinhadas as áreas de conhecimento da educação e as contribuições oferecidas pela museologia, para o museu ter a possibilidade concreta de oferecer às crianças uma maneira de lidar com a realidade palpável.

A educação pré-escolar, também conhecida como educação infantil, é uma etapa fundamental no processo educacional das crianças. Recentemente integrada ao sistema educacional brasileiro, enfrenta diversos desafios e ainda precisa estabelecer consensos importantes.

Essa fase, tecnicamente falando, compreende os primeiros anos de vida da criança, geralmente dos dois aos cinco anos, e representa um período crucial para o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico.

É o período de vida onde o cérebro atua, gerando as conexões necessárias para as competências motoras, cognitivas e socioemocionais. Assim, por meio de atividades lúdicas e interativas, os quais são mais apropriadas para essa faixa etária, a educação infantil visa estimular a curiosidade natural das crianças, promover o aprendizado por meio da brincadeira e proporcionando um ambiente acolhedor para que elas possam explorar, descobrir e se expressar.

Além do desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, a educação escolar no início da vida promove a construção de bases sólidas para aprendizagens futuras, preparando cidadãos ativos, criativos e críticos, prontos para enfrentar também os desafios da vida social.

Segundo Kant, a formação de um ser humano ocorre por meio de duas perspectivas distintas: de fora para dentro, onde a educação desempenha um papel

fundamental como um processo de moldar e influenciar o sujeito; e de dentro para fora, onde a educação é vista como uma via para cada sujeito poder desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais, explorando suas potencialidades internas (cfr. Cardoso).[6]

Em complemento a linha de raciocínio do filósofo Kant, Cardoso[7] estabeleceu 4 (quatro) princípios-base de direcionamentos da educação, o primeiro deles é "aprender a conhecer", trata-se da capacidade de exercitar a atenção, a memória e o pensamento; o segundo pilar é "aprender a fazer", que requer um conhecimento sólido do primeiro pilar, já que agir e criar demandam um conhecimento prévio; a terceira base é "aprender a viver em sociedade", promovendo a cooperação, a tolerância e a não violência entre as pessoas; por fim, temos o "aprender a ser", que visa o desenvolvimento pleno do indivíduo, capacitando-o para elaborar pensamentos autônomos, críticos e independentes.

Esses pilares reforçam a importância da educação ao longo da vida, que contribui para o desenvolvimento humano, tanto no nível pessoal como profissional, ao capacitar as pessoas a se tornarem cidadãos plenos e conscientes de seu papel na sociedade.

Sendo assim, é imprescindível tratar sobre o papel do educador, figura responsável por aplicar ou conduzir essas bases pedagógicas.

Historicamente, a presença de profissionais docentes em instituições de educação infantil representa uma novidade, embora já existissem docentes envolvidos nessa modalidade educacional desde os primórdios dos jardins de infância. Porém, por muito tempo, essa função foi desempenhada por profissionais sem formação específica, uma vez que a educação e o cuidado das crianças não eram considerados uma tarefa educacional, mas sim um direito assistencial das famílias.

Assim, durante anos, a visão pouco valorizada sobre a educação infantil impedia a valorização da formação pedagógica e da preparação adequada dos profissionais que trabalhavam nesse contexto.

No entanto, à medida que a compreensão sobre a importância da primeira infância e do desenvolvimento infantil foi se expandindo, surgiu a necessidade de reavaliar essa visão restrita. Gradualmente, a educação infantil passou a ser reconhecida como um espaço fundamental para a promoção do desenvolvimento integral das crianças, abarcando tanto a dimensão educativa quanto a de cuidado.

---

[6] CARDOSO, J. R. O professor do futuro: Valorizar os professores, melhorar a educação. Editora Guerra e Paz. 2013.
[7] CARDOSO, J. R. 2013. *Op.Cit.*

Atualmente, a presença de educadores com formação específica na educação infantil é valorizada e considerada essencial para garantir a qualidade das práticas pedagógicas, o estímulo adequado ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, bem como a promoção de um ambiente de aprendizagem acolhedor e seguro.

A evolução na compreensão do papel da educação infantil revisitou a relevância da formação docente e a necessidade de profissionais qualificados para atuar com as crianças nessa fase crucial de suas vidas. A partir desse reconhecimento, a educação infantil caminha rumo a uma abordagem mais ampla e integrada, que valoriza o desenvolvimento holístico das crianças e sua preparação para a vida e o aprendizado ao longo do percurso educacional.

Nesse contexto, o aprimoramento de suas capacidades e habilidades tornam-se cruciais para que ele possa intervir de maneira consciente e efetiva, atendendo às demandas do cenário educacional infantil.

John Dewey[8], em sua concepção sobre os educadores, acredita que eles deveriam estar em constante investigação para aprimorar sua prática pedagógica. Para alcançar esse objetivo, ele ressaltava a importância de observar atentamente suas crianças, a fim de compreender suas dificuldades e necessidades específicas.

A abordagem reflete a visão de que o processo educativo é dinâmico e contínuo, e os educadores têm a responsabilidade de se aperfeiçoarem constantemente, adaptando-se às demandas e peculiaridades de cada público, traduzindo a prática da intencionalidade pedagógica.

A postura investigativa do educador, de acordo com Dewey[9], deve ser uma das posturas que mais devem ser consideradas em espaços educacionais, visto que é um dos pilares para promover um ambiente educacional efetivo e significativo, impulsionando o desenvolvimento integral dos estudantes.

Conforme os estudos de Roldão e Alonso[10], todo educador desenvolve uma função multifacetada que exige a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes em diversos níveis, transformando-os em mediadores do conhecimento, que impulsionam o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Nessa linha, todo profissional da área que busca entregar um trabalho de qualidade em sala de aula, recomenda-se seguir o conjunto de princípios pedagógicos e organizativos da OCEPE (Orientações Curriculares para o Ensino

---

[8] DEWEY, J. B. T. O Meu Credo Pedagógico. 2023.
[9] DEWEY, J. B. T.*Op. cit.*
[10] ROLDÃO, M.; ALONSO, L. Ser professor do 1º Ciclo: Construindo a Profissão, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minh. Editora Almedina. 2005.

Pré-Escola)[11], que oferece apoio e orientação ao educador em suas decisões no ambiente educacional. Tais orientações estruturam o ato pedagógico, definindo o que é esperado que um educador aborde e desenvolva com as crianças em idade pré-escolar.

A figura da intencionalidade pedagógica, que engloba as etapas de observar, planejar, agir, avaliar, comunicar e articular para garantir uma prática educativa eficiente e coerente com os objetivos pedagógicos estabelecidos.

De acordo com Tardif[12], os educadores trazem consigo uma gama de saberes provenientes de sua formação profissional, bem como de saberes disciplinares, curriculares e experiências pessoais e sociais. Esses saberes exercem uma influência significativa sobre suas práticas no ambiente educacional.

A formação continuada é vista como uma oportunidade para capacitar os educadores e fortalecer sua atuação, contribuindo para a valorização da profissão e a melhoria da educação na totalidade.

De igual forma, é a necessidade de investimento na capacitação de educadores para o uso da intencionalidade pedagógica nas crianças da educação infantil. Embora a intencionalidade seja um conceito essencial para promover uma educação significativa e efetiva, nem todos os educadores a utilizam em sua prática educativa.

Primeiramente, é importante destacar que a intencionalidade pedagógica envolve uma compreensão profunda do processo educativo e do desenvolvimento infantil. Ela requer uma visão clara dos objetivos educacionais a serem alcançados, das estratégias a serem utilizadas e das atividades planejadas para promover a aprendizagem das crianças de forma intencional e coerente. Muitos educadores, embora bem-intencionados, podem enfrentar desafios na implementação dessa abordagem, seja por falta de conhecimento sobre o conceito, seja por falta de oportunidades de formação continuada.

Nesse contexto, a expressão "mais prática e menos teoria" perde sua validade, pois toda prática é fundamentada em aspectos teóricos e toda teoria encontra referência em alguma prática. O que pode estar subjacente a essa reclamação é a dificuldade de identificar as intenções e os problemas por trás de uma determinada ação e apresentar soluções aos mesmos.

---

[11] DIREÇÃO - GERAL DA EDUCAÇÃO. Orientações curriculares para a educação pré-escolar. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/ocepe/sites/default/files/Orientacoes_Curriculares.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2023.

[12] TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 16 ed. Petrópolis. 2014.

A desconexão entre teoria e prática pode levar a uma dificuldade em aplicar efetivamente a intencionalidade pedagógica no ambiente educacional, visto que essa abordagem demanda uma postura reflexiva por parte dos educadores, que devem estar dispostos a revisitar suas práticas e buscar constantemente formas de aprimorar sua atuação.

Um processo de reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a constante reconstrução da identidade pessoal e profissional do educador, em uma interação mútua, é fundamental no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A reflexão crítica sobre a prática, inerente à formação continuada em serviço, é um dos pilares da intencionalidade pedagógica. Esse processo de reflexão permite que o educador compreenda suas ações e intenções educativas, identifique possíveis ajustes e aprimoramentos, e, assim, tome decisões mais conscientes e embasadas para promover uma educação de qualidade e relevante para o seu público.

A formação continuada é uma poderosa ferramenta para aprimorar a intencionalidade pedagógica dos educadores em museus, contribuindo diretamente para o aprimoramento desses, e enriquecendo suas atuações na educação museal, consequentemente, beneficiando o processo de construção de conhecimento no museu, ao criar um ambiente de educação não formal acolhedor e positivo, onde as crianças se sintam motivados e apoiados a desfrutar das experiências.

O desenvolvimento infantil é investigado por várias áreas do conhecimento, que trazem assim um suporte robusto para a compreensão de como ocorre a construção do conhecimento pela criança, sendo uma das áreas mais importantes a educação. Pesquisas produzidas pelo campo da pedagogia mostram uma série de sistematizações e metodologias que são muito importantes para se perceber como direcionar estudos para esse público.

Os espaços museológicos requerem novas perspectivas, novas ferramentas e novas abordagens, porém deve-se discutir essas ações e refletir principalmente no que se diz respeito à construção de Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI).

As instituições e a comunidade científica que as compõem devem se manter atentas a isto, pois do contrário podem tolher as crianças, oferecendo atividades muito regradas e disciplinadas que podem comunicar informação sem reflexão. Levar estes indivíduos em formação a refletir sobre as práticas de sua família e de sua comunidade mostra-se como caminho para que esses pequenos possam levantar questões e buscar suas próprias respostas, construindo ferramentas que auxilie a criação de narrativas coerentes, amparadas por boas práticas educativas.

Ao se manter atento à inclusão e participação de todos no amplo processo de educar, é importante destacar que todos os que fazem parte da instituição aprendem enquanto ensinam e trabalham para descobrir aspectos que podem contribuir para melhorar a vida social, promovendo o conhecimento. Esta dinâmica de trabalho revela a todo tempo o quanto o museu é responsável pelo processo de construção de conhecimento e de experiências, não se devendo, então, negligenciar a parte inicial dessa formação para as crianças.

A implantação de projetos educativos nas instituições abre a possibilidade de um exercício de práticas educativas democráticas e participativas, que ultrapassam os limites da instituição, ações estas que precisam ser questionadas, revistas e modificadas, refletindo demandas da sociedade e formando sujeitos críticos, atuantes e unidos por um projeto de sociedade mais justo:

> Trata-se, por um lado, de explorar concepções alternativas que estejam no interior do conhecimento científico e que tenham se tornado visíveis por meio de epistemologias pluralistas de diversas práticas científicas [...] de promover a interdependência entre os saberes científicos produzidos pela modernidade ocidental e saberes diferentes não científicos (Santos, 2018, p.224).

As instituições precisam discutir a respeito de si mesmas, mantendo-se atentas ao contexto social daqueles que delas fazem parte, sendo atendidos por elas. Esta é uma ação complexa, pois embora em uma instituição, que claramente se percebe como educativa, muitos de seus membros atrelam essa percepção ao aspecto do ensino formal, sendo difícil romper com a formalidade e acolher atores sociais que produzem conhecimento fora dos muros institucionais, os quais sequer são convidados a construir conhecimento, simplesmente, são vistos como sujeitos passivos a quem se oferece um produto pronto.

É necessário oferecer ao público entre dois a cinco anos a oportunidade de participar do desenvolvimento da comunicação adotada na dinâmica do espaço do museu. A educação permite a libertação e dá voz para que seus atores se tornem protagonistas, permitindo que se expressem sem medo, possibilitando experiências, o fazer novo, o fazer diferente, o refazer, a ação, a criatividade. Tudo que uma criança deva e possa ter para ser permitido aprender brincando e compartilhar o que aprende com a educação que a emancipa. Nessa conjuntura, é importante salientar que a brincadeira e a ludicidade são elementos de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo e para a fixação de conhecimento. Explorar recursos que prezem por estes elementos são fundamentais na construção de espaços voltados

para crianças. Segundo Oliveira (2001), o brincar se constitui como a primeira conduta inteligente do ser humano, sendo uma atividade com finalidade em si.

É importante ver a educação como um processo continuado que se desenvolve na escola e na família, mas também em aquários, jardins botânicos, planetários e museus, sendo por isso importante considerar a educação como processo permanente e articulado, em seus diversos níveis de formação em uma composição para um projeto educativo (Canário, 2000).

Percebe-se o interesse não apenas na organização e preservação de acervos, mas também na ênfase da compreensão, desenvolvimento e promoção da divulgação, bem como na formação de público para disseminar conhecimentos por meio de uma ação educativa. Busca-se, então, observar os eixos deficientes das estratégias utilizadas para o público infantil, que têm aumentado dia a dia nos espaços culturais, possibilitando para estas outras formas de aprendizagens.

Há trabalhos no campo da educação e ensino de ciência que tratam essa relação, verificando a forma pela qual as crianças aprendem e se comportam visitando exposições científicas; como apreendem conteúdos de ciências para ser possível exercer de modo adequado atividades de mediação:

> Considerando a exposição como um meio de comunicação entre o museu e seus visitantes, é essencial que o profissional do museu domine não só o assunto exposto, mas também compreenda os visitantes e saiba envolvê-los na exposição. Então, as pesquisas que envolvem compreender o entusiasmo, o interesse e a expectativa do visitante em relação ao tema de uma exposição proporcionam informações fundamentais para os profissionais dos museus, que orientarão no processo de elaboração da exposição (Iszlaji, 2012, p. 2).

No entanto – mesmo sabendo da necessidade dos fatores de acessibilidade e das dificuldades de muitos museus em estabelecer mudanças em suas exposições de longa duração –, alternativas como ações educativas mostram-se como um caminho necessário para fornecer ao público diversos meios de acessar a informação sobre seus objetos e coleções.

Isto indica a relevância de se colocar em discussão ações e experiências que podem desencadear no público infantil a construção de conhecimento. Assim, estabelecer esse processo de descoberta, utilizando os objetos expostos, é uma possibilidade interessante para esta faixa etária, que absorve conhecimentos de maneira mais concreta.

Os centros e museus de ciência têm o perfil de, através do processo de aprendizagem não formal, proporcionar o desenvolvimento de uma “alfabetização”

científica, fazendo a ruptura do isolamento entre o conhecimento científico e a população em geral.

> Os museus de ciências, como espaços de socialização do conhecimento e da cultura, ganham relevância na educação científica dos cidadãos, atuando como parceiros das escolas no desafio de construir espaços de informação e formação de cidadãos que consigam aprender, se apropriar, refletir, questionar e usar o conhecimento científico produzido pela sociedade (MARANDINO, 2015, p. 31).

Além disso, instituições escolares, por si só, não vêm se mostrando capazes de proporcionar à sociedade uma profunda formação técnica, científica e humanística necessária à leitura do mundo, e isso é endossado por "vários educadores que entendem que as escolas não são os únicos locais onde as pessoas podem aprender conceitos científicos" (Coutinho-Silva *et al*., 2005).

As crianças, segundo Qvrtrup (2002) estão em um estágio da vida que requer sempre melhoria, então a sociedade deve prever para elas um plano de educação e cuidados, para que esta fase do desenvolvimento humano se dê da melhor forma possível.

A construção do conhecimento no âmbito da educação infantil nos museus consiste em um processo. Sendo assim, o museu, como instituição que acompanha a formação da sociedade, não pode deixar uma parcela significativa dela, como são as crianças, à margem. A boa construção de uma ação educativa para o público infantil deve ter como objetivo central a compreensão do seu sujeito de estudo: a criança. Assim, todos os processos que a envolvem, sejam aspectos sociais, comportamentais, cognitivos – elementos que vão do geral ao particular, incluindo aspectos emocionais, devem ser contemplados no processo.

A educação tem uma forte relação de poder sobre os sujeitos, sobretudo os sujeitos em formação inicial, muitas vezes essa relação é subestimada pela simplória percepção que esse sujeito e só depositário, como se não houvesse uma relação dialógica.

Entretanto, a partir de diversas situações nas quais corpos são assujeitados, a sua percepção é estimulada e a capacidade interpretativa também se constrói. A sociedade possui regras, não há como negar, porém, todos os sujeitos recebem a aplicação de regras da mesma forma? Ou são assujeitados a elas com mesma intensidade? Os espaços de assujeitamento – escola, museu, outras instituições – tentam muitas vezes fazer com que sim, porém existe o eu-sujeito, o qual é mais condicionado a ser suprimido do que expandido.

O museu é capaz de construir estratégias diversas para explorar a expansão desse eu-sujeito, as ações educativas emergem como forte instrumento de permissão para acentuar uma relação mais holística, integrando saberes e incentivando uma participação mais inclusiva e autônoma das crianças.

As crianças estão presentes e adquirem experiências em diversos espaços, sendo interessante observar Rocha (2002), quando utiliza o termo pedagogia da educação infantil, pois, segundo a autora, esse termo determina fatores limitantes em espaços institucionais. Os museus são espaços institucionais capazes de construir conhecimento que envolvem diversas áreas do saber. Por essas questões é preciso que se olhe não só para seus fatores definidores, mas também para a necessidade daqueles a quem atendem, não tratando crianças apenas como índice de faixa etária na pesquisa de público, mas sim, como um sujeito social, que demanda de pré-requisitos básicos para acessar e desfrutar dos espaços museais.

O público infantil deve ser visto pelo museu a partir de diferentes campos disciplinares – e a contribuição da museologia em observar a interação deste sujeito e contribuir para o seu desenvolvimento social permite fazer essas conexões disciplinares, ampliando as experiências educativas.

As maneiras de educar foram influenciadas – e ainda o são – pelas modificações socioculturais, tendo a infância também sido vista de forma diferente no decorrer da história, tendo a compreensão do que era a infância, na maioria, construída no decorrer do processo civilizatório.

O historiador Philippe Ariès em sua obra “A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime” (1988) argumentava que a infância não era um período separado da vida dos adultos até o século XV, com as crianças sendo entendidas como pequenos adultos, que compartilhavam com eles, basicamente, as mesmas atividades. Para o autor, a partir dos seis ou sete anos as crianças já entravam para o universo adulto, o que incluía o trabalho.

A criança acumula aprendizagens não formais desde o nascimento, mas seria a partir do século XVI, com ascensão da burguesia, como consta em Almeida (2002), é que haveria a reivindicação de uma educação formal direcionada especificamente às crianças - até aquele momento, a educação era unicamente feita para adultos.

Com o passar do tempo, a sociedade começou a oferecer às crianças direitos que lhe asseguraram desenvolvimento social e pessoal, com as famílias mais abastadas dedicando maior atenção para suas crianças. Mas somente no século XVII, a percepção de questões mais subjetivas relativas à infância começou a ganhar também atenção e ser discutida como um fator relevante para dentro do âmbito da educação.

A noção da clareza das diferenças entre crianças e adultos, os estudos do século XVIII começaram a indicar os fatores específicos de desenvolvimento da criança que influenciavam na educação, como descrito em Zanata (2005), que destaca as contribuições de Rousseau como fundamentais neste período, apontando que uma vez que a educação da criança é uma preparação da vida adulta, deveria perceber as necessidades infantis imediatas, despertando nelas o gosto por aprender. O processo de aprendizagem deveria ser natural, respeitando as necessidades do desenvolvimento infantil e considerando a forma pela qual as crianças viam o mundo nesta etapa da vida e suas condições de compreendê-lo.

No contexto brasileiro é seguido de mudanças e questões históricas, por conta de seu processo de colonização, a educação – que significa etimologicamente “conduzir” ou “levar” – foi conduzida pela ordem dos padres jesuítas, que definiram como educação formal para as crianças os preceitos do catolicismo, que tinham como método a submissão da criança a seus valores. As crianças, consideradas seres aculturados, tal como diz Farias (2005), estavam prontos para serem moldados por meio da catequese religiosa.

A educação infantil era uma preocupação importante para os jesuítas, membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa católica fundada por Santo Inácio de Loyola no século XVI. Os jesuítas desempenharam um papel significativo no desenvolvimento de um sistema educacional durante o período da Contrarreforma (1545-1648) tendo influência considerável na educação no Brasil colonial.

No Brasil, os jesuítas fundaram missões e escolas para catequizar e educar as populações nativas, que abrangiam diferentes níveis de ensino, indo desde a educação infantil até os níveis mais avançados. No entanto, é importante notar que o conceito moderno de "educação infantil" tal como entendemos hoje não existia naquela época, com as práticas educacionais variando conforme as circunstâncias locais e as prioridades da Companhia de Jesus.

Os jesuítas valorizavam a educação como um meio de evangelização e instrução moral, utilizando métodos educacionais centrados na pedagogia de Santo Inácio de Loyola, que enfatizavam a importância da disciplina, do rigor acadêmico e da formação moral.

A educação naquela época acima descrita tinha características diferentes das práticas modernas. O conceito de "educação infantil" como uma etapa específica e diferenciada do sistema educacional surgiu apenas mais tarde, no contexto das transformações sociais e educacionais ocorridas ao longo dos séculos.

Diante dessas adversidades presentes no sistema educacional brasileiro da época e pela incompreensão que a educação infantil devia envolver outras

necessidades para ser exitosa - como cuidados com a saúde, percepção das necessidades pessoais - levaram a negligência com a população infantil, assim descrito em Farias (2005).

Outro momento histórico também agravou a falta de cuidados e alavancou a mortalidade infantil neste período: a liberação de escravos sem um projeto político e social para essa população. Isto aumentou a pobreza, ampliou o crescimento desordenado nos centros urbanos e colocou parte da população, principalmente as crianças, em condições insalubres. Atentos a estas difíceis condições, medidas de saúde pública para proteção dessa população foram tomadas por médicos higienistas, como ressaltado a seguir:

> A criança passou a ser vista como um ser frágil, que precisa de cuidados especiais e, para tanto, as funções familiares se modificam: o pai, outrora detentor de todas as decisões e responsabilidades, passou a dividir com a mãe o direcionamento do lar e da família; ele continuava a prover materialmente, enquanto a mãe iniciava a educação do filho (Farias 2005, p. 46).

Os médicos higienistas começaram a introduzir nesta população carente hábitos de higiene (Guimarães, 2017), ou seja, começou a educá-los para que assim pudessem garantir a sua própria sobrevivência e neste momento ficou evidente que educar crianças era indispensável para um bom projeto de governo.

Durante o período da República Velha (1889-1930), surgiram as primeiras iniciativas para a educação infantil no Brasil (Guimarães, 2017). Alguns educadores começaram a reconhecer a importância da educação pré-escolar e a defender a criação de jardins de infância. No entanto, essas instituições eram raras e não estavam disponíveis para a maioria das crianças.

A educação infantil continuou a ser uma preocupação limitada e o sistema educacional brasileiro era precário. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas marcou um avanço na educação infantil, criando, em 1932, o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (Ledesma, 2010), que defendia a expansão da educação pré-escolar. Isso resultou na abertura de mais escolas para a educação infantil em todo o país.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1930, sob a gestão de Francisco Campos (1930-1932), houve uma maior atenção à educação infantil. A Escola Nova e a pedagogia do americano John Dewey (1859-1952), baseada no pragmatismo e na importância da adaptação do aprendizado às mudanças da sociedade, influenciariam a abordagem educacional (Ledesma, 2010).

Após essas iniciativas, a ênfase na participação ativa das crianças nos processos de aprendizagem foi um aspecto que começou a ser difundido, entre os

anos 1960 e 1970, a partir do surgimento do Movimento de Educação Popular na década de 1950, influenciado pelas ideias de Paulo Freire (Peloso; Paula, 2011).

O estabelecimento da educação infantil como um direito da criança aparece pela primeira vez na Constituição de 1988, definindo-a como a primeira etapa da educação básica e garantindo atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos. A seguir, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, enfatizando para educação infantil o caráter educacional e o respeito às características e ritmo de desenvolvimento das crianças.

Nas últimas décadas, a educação infantil contou com iniciativas governamentais, como o Programa Nacional de Educação Infantil, de 2010, o Programa Brasil Carinhoso, 2012.[13] que foram implementados para expandir o acesso à educação infantil em todo o país (Kramer, 2006). Mesmo assim, a educação infantil no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a falta de profissionais qualificados, a desigualdade de acesso entre as diferentes regiões do país e a necessidade de melhoraria da qualidade do ensino.

Quando se defende que a educação infantil necessita ser um espaço de cuidado e aprendizagem para crianças, famílias e profissionais, estamos destacando a importância de colocar em prática alguns princípios orientadores, independentemente do contexto em que atuamos. Esses princípios são fundamentais para guiar os planejamentos e ações educativas.

Um espaço pensado e preparado para ser acolhedor e inspirador, incentivando a curiosidade da criança e valorizando a beleza dos detalhes e do bem-viver, sempre levando em conta a escuta e o respeito aos seus pensamentos e sentimentos.

Algumas práticas educacionais requerem a participação ativa e comprometida de adultos, que estão cientes da responsabilidade coletiva de oferecer atenção e confiar na capacidade da criança de participar ativamente dos acontecimentos. A criança está ali para aprender a conviver e interagir com o mundo ao seu redor, mas isso não significa que ela seja passiva em sua aprendizagem, pelo contrário, ela é uma protagonista em sua própria jornada educacional, buscando conhecimento e construindo significados por meio de suas experiências e interações com o ambiente e as pessoas à sua volta.

Um aspecto distintivo da escola de educação infantil em comparação com outros ambientes educativos das crianças pequenas, como a família, é que os

---

[13] Lei nº 570, de 14 de maio de 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2012/medidaprovisoria-570-14-maio-2012-612967-norma-pe.html

adultos têm uma intencionalidade pedagógica baseada não apenas em valores pessoais e casuais, mas também em interpretações coletivas dos princípios discutidos e estabelecidos na sociedade, por meio de legislações e teorias educacionais incorporadas em programas de formação profissional, resultando em uma identidade institucional.

Assim, a escola é regida pela ética do respeito à criança, pela política de compreender seu contexto social e suas culturas, e está atenta à estética do mundo simbólico infantil. Nesse ambiente, são oferecidas oportunidades para uma diversidade de formas de representação e os princípios políticos de participação e liberdade de expressão, fundamentais para uma sociedade democrática e sustentável.

Dessa forma, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil17 (1999) propuseram cinco princípios educativos, buscando concretizá-los na prática pedagógica. Esses princípios são: "Diversidade e singularidade", "Democracia, sustentabilidade e participação", "Indissociabilidade entre educar e cuidar", "Ludicidade e brincadeira" e "Estética como experiência individual e coletiva". Vale ressaltar que quanto a esses princípios não há hierarquia ou predominância entre eles, mas sim uma interlocução inevitável, visto que abrangem as dimensões da vida desde a infância.

Através do planejamento intencional pedagógico e de uma avaliação constante, nasce uma educação significativa e abrangente, que respeita as múltiplas facetas do desenvolvimento da criança.

Segundo Negri[14], a intencionalidade pedagógica é mais do que apenas planejar conteúdos, refere-se a uma ação que influencia a postura do educador no ambiente educativo, para guiar corretamente o público rumo a uma aprendizagem significativa e ao desenvolvimento integral.

Em outras palavras, a intencionalidade reflete a consciência do educador sobre seu papel como mediador do conhecimento e como agente fundamental no processo educativo. É a clareza das intenções desse profissional em relação aos objetivos educacionais, valores, concepções e metodologias que irão nortear sua atuação em sala de aula.

Trabalhar com intencionalidade pedagógica significa também seguir algumas etapas, que servem como fundamentos que guiam o trabalho do educador. Cada um dos fundamentos que serão expostos desempenha um papel essencial no planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educacionais. O quadro a

---

[14] NEGRI, P. S. Comunicação Didática: A Intencionalidade Pedagógica Como Estratégia de Ensino. Módulo I. Londrina. 2008.

seguir resume de maneira clara e objetiva as etapas do processo pedagógico com foco na intencionalidade na preparação da ação educativa:

Quadro 1 - Preparação do processo pedagógico com foco na intencionalidade

ETAPA	DESCRIÇÃO
Observar	A primeira etapa da intencionalidade pedagógica envolve uma observação cuidadosa do contexto do público-alvo. O educador deve conhecer as características, necessidades, interesses e desenvolvimento. Além disso, é importante observar o ambiente educativo, a infraestrutura disponível e os recursos educacionais disponíveis.
Planejar	Com base nas informações obtidas na etapa de observação, o educador deve planejar suas ações pedagógicas de forma estratégica e intencional. Nessa etapa, são definidos os objetivos educacionais, os conteúdos a serem abordados, as metodologias, os recursos didáticos a serem utilizados e as estratégias de avaliação.
Agir	A etapa de agir corresponde à execução do projeto educativo ou da sequência de atividades previamente planejadas. O educador colocar em prática as estratégias definidas, buscando promover um ambiente de aprendizagem estimulante e propício ao desenvolvimento.
Avaliar	A avaliação é uma etapa contínua e integrada ao processo de construção de conhecimento. O educador deve realizar diferentes tipos de avaliação para verificar o êxito das ações educativas propostas, identificar suas dificuldades e potencialidades, e ajustar suas práticas pedagógicas conforme necessário. A avaliação também ajuda a identificar a eficácia do planejamento e das estratégias adotadas.
Comunicar	A comunicação é essencial em todas as etapas da intencionalidade pedagógica. O educador precisa estabelecer uma comunicação clara e efetiva com o público participante, explicando os objetivos da ação educativa, orientando as atividades, fornecendo feedback construtivo e promovendo um ambiente de diálogo aberto.
Articular	A etapa de articular envolve a integração entre todas as etapas anteriores. O educador deve ser capaz de articular a observação com o planejamento, a ação com a avaliação e a comunicação com todas as outras etapas. Essa integração é fundamental para garantir uma prática pedagógica coerente, consistente e alinhada com os objetivos educacionais do ambiente não formal.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Assim, a intencionalidade vai além do planejamento, pois este último, é o conjunto de ações e decisões tomadas pelo educador para organizar as atividades e temas a serem trabalhados no ambiente do museu. Logo, o planejamento é a materialização da intencionalidade pedagógica, onde o educador traduz suas intenções em ações concretas, estabelecendo os caminhos para alcançar os objetivos propostos.

Todavia, o planejamento precisa ser constantemente revisado e ajustado com base nos resultados e na reflexão do educador sobre sua atuação, contribuindo para uma prática pedagógica cada vez mais significativa e capaz de promover o conhecimento, possibilitar a exploração e experimentação do público-alvo.

Hoffmann[15] também ressalta essa mesma ideia, enfatizando que o planejamento das atividades educativas proporciona ao educador a oportunidade de refletir sobre suas próprias ações e metodologias, permitindo uma análise dos resultados de suas intenções e projetos educacionais.

Para Schmitt[16], quando o educador age com intencionalidade, tendo como principal objetivo ao planejar, ocorrerá uma ação transformadora no ambiente educativo e na sociedade.

Refletindo sobre a palavra "intencionalidade" na ação pedagógica e sua influência no cotidiano da educação infantil, nos deparamos com um desafio para todos os educadores. A intencionalidade envolve a busca pela harmonização ou equilíbrio, entre a ação consciente do educador e as necessidades e interesses das crianças, buscando criar um ambiente educacional significativo e proveitoso.

Todavia, não há uma fórmula mágica para solucionar essa problemática, pois sabemos que para consolidar um planejamento que atenda aos preceitos da boa prática pedagógica na educação de crianças entre dois e cinco anos, é preciso muito esforço e dedicação tanto dos espaços educativos não formais (museus), quanto de todos os atores envolvidos no processo.

Nesse sentido, é essencial que o educador leve em consideração essas diferenças ao planejar e conduzir suas práticas educativas. Ao respeitar essa singularidade, o educador reconhece que o seu público-alvo possui potencialidades e desafios particulares, o que implica na adaptação das estratégias pedagógicas, garantindo que elas tenham oportunidades adequadas e experiências educativas proveitosas se desenvolver plenamente.

---

[15] HOFFMANN, J. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20. ed. Porto Alegre. 2015.

[16] SCHMITT, A. Registro de Planejamento na Educação. Santa Catarina. Ed FURB. Vol. 1, n 2. 200

Trata--se de observar, questionar, levantar hipóteses, concluir, fazer julgamentos e assimilar valores, para construir conhecimento e se apropria dele de modo sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social

Portanto, ao lidarmos com seres tão pequenos e individuais, o primeiro passo para uma ação pedagógica intencional é conhecê-los, estando atento aos seus interesses, modos de aprender, inquietações e anseios. Um olhar sensível e empático é essencial para perceber os detalhes que podem direcionar nossas práticas educativas.

Com esse raciocínio, a intencionalidade pedagógica deve também considerar a diversidade num ambiente museal, valorizando a cultura, língua, identidade e experiências do público infantil. O educador precisa ser sensível e atento para perceber as características individuais de seu público e utilizar metodologias que permitam atender de maneira flexível ao público entre dois a cinco anos.

Além disso, ao respeitar a singularidade das crianças, o educador cria um ambiente de acolhimento e confiança, no qual os eles se sentem seguros para expressar suas ideias, sentimentos e dúvidas.

Outro ponto relevante é valorizar a brincadeira e o lúdico como ferramentas pedagógicas essenciais. Por meio do brincar, as crianças manifestam suas emoções, desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e emocionais, além de construírem conhecimentos de forma prazerosa e natural. Incorporar o brincar nas atividades diárias é uma forma poderosa de aliar diversão e aprendizado.

Pode-se observar que os benefícios da aplicação da intencionalidade pedagógica são inúmeros. Dentre os primeiros pontos positivos, destaca-se o desenvolvimento cognitivo das crianças, o que inclui o estímulo à curiosidade, à resolução de problemas, à criatividade e ao pensamento crítico. De forma geral, é o aprimoramento de suas habilidades mentais e processos de pensamento ao longo do tempo.

Em resumo, o desenvolvimento cognitivo das crianças é fundamental para o crescimento intelectual e emocional saudável. Estimular sua curiosidade, resolução de problemas, criatividade e pensamento crítico desde a infância cria bases sólidas para o aprendizado ao longo da vida e para o desenvolvimento de indivíduos autônomos, criativos e capazes de contribuir de forma significativa para a sociedade.

Também vale menção o desenvolvimento socioemocional. A intencionalidade pedagógica também busca promover o desenvolvimento socioemocional das crianças, auxiliando--as a aprender a lidar com suas emoções, a desenvolver habilidades sociais, a trabalhar em equipe e a desenvolver empatia pelos outros.

As habilidades socioemocionais são fundamentais para o bem--estar emocional, o desenvolvimento social e o sucesso das crianças. Através da intencionalidade pedagógica, os educadores podem proporcionar experiências que cultivem a empatia, a autorregulação emocional, a resolução de conflitos, a comunicação eficaz e a cooperação.

Ao criar um ambiente acolhedor e seguro, os educadores encorajam as crianças a expressarem suas emoções, compreenderem as emoções dos outros e desenvolverem a capacidade de lidar com desafios emocionais de forma saudável. Isso é fundamental para que elas aprendam a se relacionar positivamente com o mundo que o cerca, desenvolvendo habilidades sociais essenciais para a vida em sociedade.

Outro benefício muito reconhecido entre os estudiosos da área é o estímulo à imaginação e à criatividade. As atividades planejadas de maneira intencional nessa fase são fundamentais para desenvolver o potencial criativo das crianças e promover uma aprendizagem significativa.

A imaginação e a criatividade são habilidades inatas nas crianças e desempenham um papel crucial em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Por meio da imaginação, as crianças podem explorar possibilidades, criar histórias, representar papéis, inventar soluções e dar asas à sua fantasia.

A criatividade permite que elas expressem suas ideias de forma original, encontrem soluções únicas para problemas e sejam agentes ativos de sua aprendizagem.

Nessa linha, ao planejar atividades intencionais na educação infantil, os educadores podem criar um ambiente propício para a imaginação e a criatividade florescerem. Algumas estratégias e abordagens que podem ser adotadas incluem: espaços de brincadeira, estímulos à livre expressão, projetos temáticos, uso de materiais diversificados, valorização da imaginação no cotidiano.

Por fim, temos também a exploração e descoberta como benefícios oriundos da aplicação da intencionalidade pedagógica. Através de atividades cuidadosamente elaboradas pelos educadores, as crianças têm a oportunidade de se engajar em diferentes situações de aprendizagem, explorando materiais, espaços e contextos que despertam sua curiosidade e estimulam sua investigação.

As atividades planejadas podem envolver experimentações científicas, atividades artísticas, jogos de construção, histórias e contos, entre outras abordagens. Essas experiências não apenas proporcionam conhecimentos específicos em diversas áreas do saber, mas também promovem o desenvolvimento

de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e colaboração.

Por meio da exploração, as crianças aprendem a fazer perguntas, formular hipóteses, testar suas ideias e tirar conclusões. Elas se tornam verdadeiros protagonistas ativos de sua aprendizagem, desenvolvendo uma mentalidade investigativa e curiosa.

É importante ressaltar que o papel do educador nesse contexto é fundamental. Ao observar e acompanhar a exploração das crianças, os educadores podem identificar seus interesses e necessidades individuais, adaptando as atividades de acordo com suas características e ritmos de aprendizagem.

A exploração e a descoberta proporcionadas pelas atividades planejadas com intencionalidade na educação infantil não apenas enriquecem o repertório de conhecimentos das crianças, mas também promovem um aprendizado significativo e prazeroso, fortalecendo suas habilidades cognitivas, socioemocionais e criativas, preparando--as para um desenvolvimento integral e uma vida de aprendizagem contínua e os espaços de educação não formal como museus oferecem muitas possibilidades para aplicação dessas práticas educativas.

CAPÍTULO 2

A EVOLUÇÃO DO EDUCATIVO EM MUSEUS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PROMOVIDA PELAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A história da educação museal no Brasil reflete a evolução dos museus de meros repositórios de objetos para instituições comprometidas com a educação, inclusão e transformação social. Desde a fundação do Museu Nacional em 1818 até as políticas públicas contemporâneas, a trajetória da educação museal brasileira é marcada por desafios e conquistas que moldaram seu papel na sociedade.

A fundação do Museu Nacional em 1818, por D. João VI, representa um marco significativo na história da museologia brasileira e reflete as aspirações culturais e científicas do Brasil do início do século XIX. Uma estratégia para consolidar a presença da família real portuguesa no Brasil, destacando-se como uma instituição de grande relevância para a propagação do conhecimento e o desenvolvimento de estudos científicos no país. (PEREIRA, 2019)

Inspirado nos modelos europeus, em particular no Museu de História Natural de Paris, o Museu Nacional foi idealizado como um espaço destinado ao estudo e à preservação de coleções relacionadas à botânica, zoologia, mineralogia e outras áreas das ciências naturais. Essas influências evidenciavam o esforço de D. João VI em alinhar o Brasil às práticas culturais e científicas mais avançadas da Europa, criando um ambiente propício para a formação de uma elite intelectual local. Essa intenção era especialmente relevante em um período em que o país buscava afirmar sua identidade cultural e científica frente ao restante do mundo.

Desde sua fundação, o museu demonstrava uma clara preocupação educativa, expressa nas primeiras instruções emitidas em 1819. Essas orientações definiam os objetivos da instituição, que incluíam não apenas a preservação de objetos e espécimes naturais, mas também a sua utilização para fins educativos. A ênfase na acessibilidade ao conhecimento, característica marcante do pensamento iluminista da época, indicava um compromisso em ampliar o acesso às descobertas científicas para além dos círculos acadêmicos e aristocráticos. Isso também refletia o desejo de popularizar o conhecimento, promovendo o aprendizado por meio da observação direta dos objetos expostos.

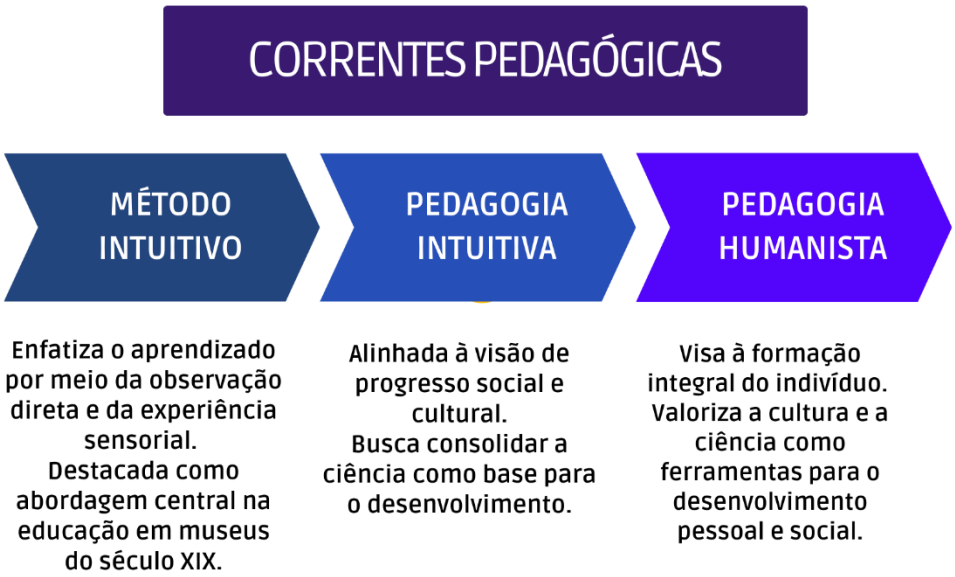
Outro aspecto relevante do projeto inicial do Museu Nacional foi sua contribuição para a formação de uma identidade científica brasileira. Embora inspirado por modelos europeus, o museu buscava valorizar as riquezas naturais do Brasil, contribuindo para o levantamento de um inventário da biodiversidade local. Esse esforço não apenas alimentava a curiosidade científica da época, mas também reforçava o papel do Brasil como um país de recursos e peculiaridades que poderiam competir com as potências europeias.

A criação do Museu Nacional simboliza o início de um esforço organizado para fomentar a ciência e a educação no Brasil. Como primeira instituição museológica do

país, o museu estabeleceu as bases para o desenvolvimento da museologia e da pesquisa científica brasileira, pavimentando o caminho para a consolidação do papel educativo dos museus ao longo dos séculos. Além disso, suas origens revelam um momento crucial de diálogo cultural entre o Brasil e a Europa, mostrando como as influências externas foram adaptadas para atender às necessidades e objetivos locais.

Ao longo do século XIX, a educação em museus no Brasil passou por um processo de construção e desenvolvimento influenciado por diferentes correntes pedagógicas[17] que emergiam no cenário educacional da época. Esse período foi marcado por um esforço crescente em transformar os museus em espaços de aprendizado e formação intelectual, alinhados às demandas de uma sociedade em transformação, especialmente no contexto de um país que buscava consolidar sua identidade cultural e científica.

Figura 1 - Definições de correntes pedagógicas



Fonte – Imagem elaborada pela autora

Entre as abordagens pedagógicas adotadas nesse período, como destaca Valente (2020), destacou-se o método intuitivo, uma prática educativa que se baseava na ideia de que o aprendizado deveria ser guiado pela observação direta e pela experiência sensorial. Essa metodologia, amplamente difundida na Europa e

[17] Embora não sejam nomeadas explicitamente, as correntes pedagógicas mencionadas podem ser interpretadas de forma mais ampla como aquelas que influenciaram a educação no século XIX.

posteriormente adaptada ao Brasil, propunha que os objetos expostos nos museus não fossem apenas elementos de contemplação, mas também instrumentos de ensino. O método intuitivo defendia que a aprendizagem se tornava mais eficaz quando os indivíduos podiam interagir diretamente com os materiais de estudo, desenvolvendo conexões significativas entre o que observavam e os conceitos teóricos apresentados.

A abordagem transformava a experiência do museu em algo mais acessível e envolvente para o público, rompendo com a ideia de que esses espaços eram exclusivamente destinados às elites intelectuais. Ao aproximar os visitantes dos objetos expostos, o método intuitivo buscava criar uma relação direta entre o sujeito e o conhecimento, promovendo uma compreensão mais profunda e duradoura. Isso era particularmente importante em um país onde os índices de alfabetização eram baixos e onde o acesso à educação formal ainda era restrito a uma parcela limitada da população. Nesse sentido, os museus desempenhavam um papel crucial como agentes de democratização do conhecimento, oferecendo oportunidades de aprendizado para públicos diversos.

Além disso, a adoção do método intuitivo refletia uma mudança de paradigma em relação à função dos museus no século XIX. Enquanto em seus primórdios essas instituições eram vistas principalmente como repositórios de coleções e símbolos de poder cultural, a introdução de práticas pedagógicas transformou os museus em espaços de interação, diálogo e construção coletiva de conhecimento. Essa transição foi impulsionada por um contexto global de valorização da ciência e da educação como pilares do progresso social, o que influenciou diretamente as políticas e práticas museológicas no Brasil.

Outro aspecto relevante foi a aplicação do método intuitivo em exposições científicas e didáticas, que buscavam estimular a curiosidade natural dos visitantes. Por meio da apresentação de objetos, espécimes naturais e artefatos históricos, os museus se tornaram espaços onde os visitantes podiam "ver para entender", reforçando a ideia de que a experiência visual e sensorial era fundamental para a formação de um conhecimento sólido e significativo. Muitas dessas práticas se consolidaram em instituições como o Museu Nacional, que desempenhou um papel pioneiro ao adotar estratégias educativas baseadas nesse método.

A influência do método intuitivo e de outras correntes pedagógicas no século XIX marcou um momento importante na história da educação museal no Brasil. Esses esforços não apenas transformaram a maneira como os museus se relacionavam com o público, mas também estabeleceram as bases para práticas educativas que continuam a moldar a interação entre as instituições museológicas e seus visitantes. Ao adotar abordagens que valorizavam a observação direta e a experiência sensorial, os museus

passaram a desempenhar um papel mais ativo na formação cultural e científica da sociedade brasileira, consolidando-se como importantes agentes educativos no contexto nacional.

A concepção de projetos educativos em museus tem suas raízes no movimento de renovação pedagógica do final do século XIX e início do século XX, quando educadores começaram a reconhecer o potencial desses espaços como ambientes de aprendizagem complementares à educação formal. No Brasil, um marco significativo foi a criação, em 1926, da Seção de Assistência ao Ensino de História Natural pelo Museu Nacional, que buscava estreitar a relação entre museus e escolas, fornecendo suporte técnico para a implementação de pequenos museus escolares (PEREIRA, 2019).

Durante grande parte do século XIX, os museus brasileiros funcionaram como repositórios de artefatos e conhecimentos destinados a uma elite cultural e científica, enquanto os esforços educativos direcionados às crianças eram praticamente inexistentes. Essa ausência de práticas voltadas ao público infantil pode ser atribuída à visão tradicional de educação e à concepção limitada do papel dos museus, que eram considerados espaços passivos, desvinculados das demandas da educação formal e da formação cidadã. Nesse contexto, os poucos visitantes infantis que eventualmente acessavam esses espaços o faziam acompanhados por adultos, em visitas marcadas pela ausência de interatividade ou de conteúdos pensados especificamente para atender às suas necessidades e interesses.

No entanto, o final do século XIX e o início do século XX, os museus brasileiros começaram a repensar seu papel social e educativo, ainda que de forma incipiente. Gradualmente, foi sendo reconhecido que as crianças possuíam necessidades específicas de aprendizado que podiam ser atendidas por meio de atividades interativas e metodologias mais dinâmicas. Essa mudança de paradigma exigiu uma transformação tanto nas práticas museológicas quanto na formação dos profissionais envolvidos, que passaram a desempenhar o papel de mediadores culturais e educadores em contextos não formais.

Embora essa evolução tenha sido lenta e pontual no início, ela abriu caminho para que os museus brasileiros começassem a considerar o público infantil como um segmento relevante, integrando-o aos seus objetivos e planejamentos, enfatizando a importância do aprendizado ativo e do diálogo entre o sujeito e o meio, forneceu a base teórica para a inclusão de crianças nos projetos educativos dos museus, marcando o início de uma trajetória que continua a influenciar as práticas museológicas contemporâneas no Brasil (BRAGA, 2018).

Essa transformação inicial, ainda que limitada, foi essencial para o desenvolvimento da educação museal no Brasil e para a construção de um olhar mais

inclusivo e democrático sobre o papel dos museus na sociedade. Nos anos subsequentes, essa abordagem continuou a se expandir e a se consolidar, abrindo espaço para discussões mais profundas sobre a importância de atender ao público infantil de forma planejada e intencional, um aspecto que hoje se configura como um dos pilares das práticas educativas em museus no país.

Entre as décadas de 1920 e 1940, o movimento da Escola Nova emergiu como uma força transformadora na educação brasileira, trazendo consigo mudanças significativas na maneira de pensar e praticar o ensino. Inspirado por correntes pedagógicas internacionais, especialmente as ideias progressistas defendidas por educadores como John Dewey[18] nos Estados Unidos, esse movimento propunha uma ruptura com os modelos tradicionais e autoritários de ensino que predominavam até então. No Brasil, a Escola Nova encontrou em intelectuais como Anísio Teixeira[19], Lourenço Filho[20], Fernando de Azevedo[21] e outros importantes pensadores da educação, os principais defensores de suas ideias. Eles buscavam construir uma

---

[18] John Dewey (1859-1952) foi um filósofo, psicólogo e educador norte-americano, amplamente reconhecido como um dos maiores teóricos da educação no século XX. Seu trabalho, fundamentado na filosofia pragmatista, destacou a importância da experiência como base do aprendizado, defendendo que a educação deve estar conectada à vida real e preparar os indivíduos para a participação ativa na sociedade. Dewey foi pioneiro no conceito de "educação progressiva", que propõe uma abordagem centrada no aluno, com ênfase na aprendizagem ativa, no desenvolvimento de habilidades críticas e na resolução de problemas. Suas ideias influenciaram profundamente o movimento da Escola Nova, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países, incluindo o Brasil, onde seu pensamento inspirou reformas educacionais e contribuiu para o fortalecimento de práticas pedagógicas inovadoras e democráticas.

[19]Anísio Teixeira foi um dos mais importantes educadores e pensadores da educação no Brasil, tendo papel central na renovação do sistema educacional ao longo do século XX. Defensor da educação pública, gratuita, universal e de qualidade, Teixeira foi influenciado pelas ideias do movimento da Escola Nova e pela filosofia pragmática de John Dewey. Em relação à educação não formal, ele acreditava que o aprendizado não deveria se restringir às salas de aula, destacando a importância de espaços educativos alternativos.

[20]Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi um dos principais educadores e psicólogos brasileiros, com importante contribuição para a educação no país. Participante ativo do movimento da Escola Nova, Lourenço Filho defendia uma educação centrada no aluno e baseada em métodos científicos, buscando a renovação pedagógica e a democratização do ensino. Sua atuação incluiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a elaboração de propostas voltadas para a formação de professores, pesquisa educacional e planejamento escolar. Autor de obras marcantes, como *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, ele destacou a importância de adaptar o ensino às necessidades do contexto social e ao desenvolvimento integral dos estudantes, deixando um legado que influencia a educação brasileira até os dias de hoje.

[21] Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um renomado educador, sociólogo e escritor brasileiro, cuja obra e atuação tiveram um impacto duradouro na educação nacional. Líder destacado do movimento da Escola Nova no Brasil, Azevedo foi um dos principais articuladores das reformas educacionais das décadas de 1920 e 1930, defendendo a educação como um direito universal e um instrumento de transformação social. Entre suas contribuições mais importantes estão a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que propunha uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória, e a organização da educação no estado de São Paulo, por meio da reforma educacional de 1933. Suas ideias enfatizavam a integração entre ciência, cultura e ensino, além da formação integral do cidadão, consolidando seu papel como um dos pilares do pensamento educacional brasileiro.

educação mais democrática, centrada no aluno e voltada para as demandas de uma sociedade em transformação (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006).

Esses educadores foram pioneiros ao defenderem a integração entre os ambientes de educação formal e não formal, reconhecendo o potencial dos museus como espaços de aprendizado para crianças (SILVA; COSTA, 2020). Essas ações iniciais, embora limitadas em alcance, pavimentaram o caminho para a inclusão de crianças como público-alvo nas atividades museológicas brasileiras.

A filosofia educacional da Escola Nova colocava o educando no centro do processo de aprendizagem, enfatizando a importância de sua experiência, interesse e participação ativa. Essa abordagem contrastava profundamente com o modelo tradicional, que priorizava a memorização e a transmissão de conhecimento de maneira passiva. A Escola Nova defendia que o aprendizado deveria ser construído a partir da interação entre o aluno e o mundo ao seu redor, com o professor desempenhando o papel de mediador e facilitador, em vez de uma figura de autoridade rígida. Essa perspectiva progressista tinha como objetivo formar cidadãos críticos, autônomos e capazes de participar ativamente na construção da sociedade.

As ideias da Escola Nova não apenas influenciaram as instituições escolares, mas também começaram a moldar as práticas educativas em outros espaços, como os museus. Esses locais, tradicionalmente vistos como repositórios de artefatos e coleções destinadas à contemplação passiva, passaram a ser reimaginados como ambientes educativos dinâmicos e participativos. A partir desse novo paradigma, os museus brasileiros começaram a implementar práticas que buscavam dialogar diretamente com o público, promovendo exposições interativas, atividades pedagógicas e ações voltadas para a inclusão de diferentes segmentos sociais (BOTO, 2019).

As mudanças provocadas pelo movimento da Escola Nova levaram muitos museus brasileiros a repensarem suas práticas e a adotarem estratégias que tornassem suas exposições mais atrativas e compreensíveis para o público. Nesse período, começaram a surgir iniciativas voltadas para a elaboração de exposições temáticas, atividades práticas e visitas guiadas que buscavam envolver os visitantes de forma ativa. Além disso, os museus passaram a se preocupar em contextualizar os objetos expostos, facilitando a compreensão de seu significado cultural, histórico ou científico.

Essa renovação educacional também impulsionou a criação de programas voltados para as escolas, para integrar a experiência museal ao currículo formal de ensino. Professores e educadores começaram a trabalhar em parceria com os museus, utilizando suas coleções como ferramentas pedagógicas. Essa interação permitiu que os museus desempenhassem um papel mais relevante na formação intelectual e cultural das crianças e jovens, alinhando-se às demandas educacionais da época.

Em linhas gerais, o movimento da Escola Nova, ao propor uma educação mais democrática, interativa e centrada no educando, exerceu uma influência profunda sobre os museus brasileiros, que passaram a ser vistos como espaços educativos ativos. Esse período foi marcado por uma transformação significativa na maneira como os museus se relacionavam com o público, assumindo um papel mais amplo como agentes de educação, inclusão e transformação social.

> O espaço da educação é, por excelência, de interação entre indivíduo e sociedade, entre natureza humana e cultura, por isso a sua dimensão formal só pode ser entendida como parte de um processo mais amplo. Para ser verdadeira, ela precisa mobilizar as exigências concretas das crianças na lapidação de suas capacidades; precisa também, em uma perspectiva macrossocial, considerar as demandas da sociedade para uma harmônica integração do indivíduo no grupo (TRINDADE, 2019, p. 136).

Ao longo do século XX, os museus passaram por transformações significativas, ampliando suas funções para além da conservação de acervos e incorporando a educação como uma de suas missões centrais. Essa evolução foi influenciada por debates acadêmicos e profissionais que destacavam a importância dos museus como espaços de mediação cultural e social. A literatura especializada ressalta que os projetos educativos em museus devem ser planejados para promover diálogos significativos com os diversos públicos, considerando suas necessidades e contextos específicos.

Nesse contexto, houve um esforço crescente para a criação de setores educativos dentro das instituições museológicas, o que representou um marco para a consolidação da educação museal no país. Esses setores passaram a ser responsáveis por desenvolver atividades que conectassem as exposições ao público, criando experiências que fossem mais acessíveis e significativas para diferentes faixas etárias. Paralelamente, iniciou-se um processo de capacitação de profissionais voltados especificamente para a educação museal, incluindo pedagogos, educadores e mediadores culturais. Esse investimento em recursos humanos foi essencial para que os museus pudessem planejar e executar ações educativas mais estruturadas e eficazes, consolidando-se como espaços de aprendizado e formação cultural.

Uma das inovações mais relevantes desse período foi o desenvolvimento de programas específicos para o público infantil, que começaram a ganhar destaque no planejamento das atividades educativas dos museus. Esses programas marcaram uma ruptura com práticas tradicionais que limitavam o aprendizado à simples transmissão de conhecimento. Em vez disso, as atividades passaram a buscar formas de estimular a criatividade, a curiosidade e o pensamento crítico dos jovens visitantes, alinhando-se às

concepções pedagógicas que priorizavam o aprendizado ativo e a participação dos alunos no processo de construção do conhecimento. A interação direta com objetos de exposição, oficinas temáticas, visitas mediadas e atividades lúdicas tornaram-se ferramentas fundamentais para envolver as crianças e transformar os museus em ambientes acolhedores e educativos.

Além disso, a década de 1970 foi marcada por uma crescente valorização do papel dos museus na inclusão social e no acesso democrático ao conhecimento. Instituições de diversas regiões do país começaram a planejar estratégias para atender a públicos que, até então, tinham pouco ou nenhum contato com os museus, incluindo crianças de escolas públicas e comunidades periféricas. Esses esforços evidenciam a busca por uma atuação mais inclusiva e alinhada às demandas sociais, estabelecendo os museus como espaços que promovem a cidadania e a valorização da diversidade cultural (COSTA; BRAGA, 2020).

A educação museal direcionada ao público infantil no Brasil tem apresentado uma trajetória de evolução significativa, acompanhando tanto as mudanças nas concepções pedagógicas quanto a redefinição do papel social dos museus ao longo do tempo. Como visto no início de sua história, as instituições museológicas brasileiras eram concebidas como espaços elitistas, voltados predominantemente para a preservação de coleções e a contemplação, com pouca ou nenhuma preocupação em atuar como agentes educativos. Esse modelo inicial refletia uma visão restritiva de público e de propósito, que não considerava a criança como um segmento relevante a ser atendido em suas ações culturais e educativas.

Autores como Andréa Fernandes Costa e Maurício André da Silva destacam os desafios e avanços da educação museal no Brasil. Segundo eles, a educação museal para crianças exige abordagens adaptativas e contínuas que atendam às especificidades desse público (SILVA; COSTA, 2020).

Assim, a trajetória da educação museal voltada ao público infantil no Brasil reflete o crescente reconhecimento da criança como sujeito de direitos e protagonista de seu aprendizado. Os museus brasileiros, ao longo de sua história, têm inovado e se adaptado para oferecer experiências significativas que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças, reafirmando sua relevância como espaços de aprendizado e transformação cultural.

Atualmente, os projetos educativos em museus englobam uma variedade de metodologias, incluindo mediação cultural, aprendizagem baseada em experiências e uso de tecnologias digitais. Essas abordagens buscam tornar os museus mais acessíveis e relevantes, atendendo às expectativas de uma sociedade em constante transformação. A reflexão sobre as práticas educativas em museus continua a ser um

campo dinâmico, que exige constante adaptação e inovação para cumprir seu papel educativo e social.

A educação em museus desempenha um papel fundamental na mediação cultural, promovendo a interação entre o público e o patrimônio cultural e histórico. Essa função educativa vai além da simples exposição de objetos, buscando engajar os visitantes em experiências significativas de aprendizagem e reflexão.

Os museus evoluíram, reconhecendo a educação como uma de suas funções essenciais. Conforme o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), "a educação é uma das funções essenciais a todos os museus. Para além das atividades de preservação, conservação e comunicação de seus acervos, é por meio da ação educativa que os museus exercem seu papel na transformação social e na interpretação da cultura e da memória".

A partir dos anos 2000, a educação museal no Brasil passou a consolidar-se como campo de prática e reflexão, acompanhando o fortalecimento de movimentos coletivos de profissionais que atuavam nos setores educativos de museus. Nesse cenário, o surgimento das redes de educadores em museus representou um marco na organização e valorização da área. Experiências como a Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro (REM-RJ) e, posteriormente, a Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM-BR) surgiram de encontros e fóruns nacionais que buscavam construir espaços de diálogo, formação continuada e troca de saberes entre educadores, pesquisadores e gestores culturais.

Essas redes se configuraram como importantes instrumentos de articulação e fortalecimento político da educação museal, contribuindo para a construção de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Conforme analisam Nascimento e Gonçalves (2019), a atuação em rede promoveu a democratização das práticas educativas, a cooperação entre instituições e a consolidação de uma identidade profissional voltada à mediação cultural, à aprendizagem social e à cidadania. Desse modo, as redes de educadores tornaram-se um marco na trajetória histórica da educação museal brasileira, reafirmando seu caráter coletivo, crítico e participativo.

Essa transformação reflete uma mudança paradigmática, onde os museus deixam de ser meros depositários de objetos para se tornarem espaços dinâmicos de aprendizagem e diálogo cultural. A educação museal envolve processos teóricos, práticos e de planejamento que contribuem para que o museu assuma plenamente sua tarefa de mediador e referencial para a sociedade.

A mediação cultural é uma prática central na educação em museus, facilitando a comunicação entre o público e o acervo. Segundo Neves e Barbosa (2022), "os

museus têm dado particular acuidade à sua função educativa e esta assume-se progressivamente como uma área fulcral de mediação entre públicos e coleções e/ou exposições"

Essa mediação ultrapassa a relação tradicional entre museu e escola, abrangendo programações diversificadas dirigidas a públicos heterogêneos.

As práticas educativas em museus incluem visitas guiadas, oficinas temáticas, programas interativos e o desenvolvimento de materiais pedagógicos que enriquecem a experiência do visitante. Essas atividades são planejadas para estimular a curiosidade, o pensamento crítico e a compreensão cultural, tornando o museu um espaço de aprendizagem informal e contínua.

A educação em museus também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social. Programas específicos são desenvolvidos para atender a diversos públicos, incluindo pessoas com deficiência, impondo ações educativas e culturais específicas, visando à inclusão sociocultural e ao acesso ao patrimônio museológico.

Essas iniciativas buscam garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas, possam desfrutar e aprender com as exposições museológicas. A adaptação de espaços, a formação de educadores para atendimento especializado e o desenvolvimento de materiais acessíveis são algumas das estratégias empregadas para promover a inclusão.

Apesar dos avanços, a educação em museus enfrenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se a necessidade de formação contínua dos educadores, a adaptação às novas tecnologias e a criação de programas que atendam às demandas de uma sociedade em constante transformação. Cury (2013) aponta que "a educação em museus deve ser pensada como um campo em constante construção, que necessita de reflexões e práticas que acompanhem as mudanças sociais e culturais"

A educação em museus é uma dimensão vital que transforma essas instituições em espaços vivos de diálogo, aprendizagem e inclusão. Ao assumir sua função educativa de forma plena, os museus contribuem para a formação cultural e cidadã dos indivíduos, fortalecendo os laços entre o patrimônio e a sociedade. Para isso, é fundamental investir em práticas educativas inovadoras, acessíveis e alinhadas com as necessidades contemporâneas, garantindo que os museus continuem a ser relevantes e significativos para as gerações presentes e futuras.

O conceito de museu como espaço educativo começou a ganhar força no século XX, quando as instituições culturais passaram a adotar uma abordagem mais inclusiva e participativa. Segundo Hooper-Greenhill (1999), os museus modernos pretendem “facilitar experiências significativas de aprendizagem, promovendo o engajamento ativo dos visitantes”.

Essa mudança de paradigma também está associada às transformações sociais e culturais, que demandam instituições mais acessíveis e comprometidas com o desenvolvimento humano. E isso faz com que as ações educativas ofereçam benefícios, como os destacados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Impacto das ações educativas em museus

IMPACTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS	
APROXIMAÇÃO DA CULTURA	Ao proporcionar acesso a obras de arte, artefatos históricos e descobertas científicas, os museus ampliam os horizontes culturais dos visitantes.
ESTÍMULO DO PENSAMENTO CRÍTICO	Por meio de experiências interativas e reflexões sobre o passado, os museus incentivam a análise crítica e o questionamento.
INSPIRAÇÃO PARA NOVAS GERAÇÕES	Crianças e jovens podem encontrar nos museus um ambiente inspirador para o aprendizado e a descoberta de interesses.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Segundo Falk e Dierking (2012), os museus possuem o potencial de “fornecer experiências de aprendizado memoráveis, conectadas às vidas dos visitantes”. Essa afirmação destaca a capacidade única dos museus de atuar como espaços de aprendizado não formal, que vão além da simples transmissão de informações para proporcionar vivências significativas e transformadoras. Ao conectar o conteúdo exposto com as experiências pessoais e os interesses dos visitantes, os museus promovem um engajamento emocional e intelectual que dificilmente pode ser replicado em outros ambientes educacionais. Essa característica os posiciona como agentes estratégicos

na promoção da educação, oferecendo oportunidades de aprendizado que integram conhecimento, reflexão e prática.

Esse papel educativo dos museus é amplamente reconhecido por sua adaptabilidade e abrangência. Ao trabalhar com diversas temáticas – ciência, cultura, história e meio ambiente, por exemplo –, os museus conseguem dialogar com públicos variados, de diferentes idades, origens e níveis de escolaridade. Além disso, a utilização de metodologias interativas e a criação de ambientes imersivos tornam o aprendizado nos museus mais atrativo e dinâmico, estimulando a curiosidade e o pensamento crítico. Para Falk e Dierking (2012), essa abordagem permite que os visitantes se sintam participantes ativos no processo de aprendizado, estabelecendo conexões pessoais com os temas apresentados.

Ao se posicionarem como espaços de aprendizado que transcendem as barreiras do ensino formal, os museus também desempenham um papel essencial na promoção da inclusão e da cidadania. Eles criam ambientes onde a diversidade é valorizada, incentivando o diálogo, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento. Essa capacidade de engajar visitantes de maneira significativa, ao mesmo tempo que promove a compreensão e a apreciação de diferentes perspectivas, fortalece o papel dos museus como agentes de transformação social e educativa.

O potencial dos museus para fornecer experiências de aprendizado memoráveis e conectadas à vida dos visitantes os torna instituições estratégicas na promoção da educação. Sua capacidade de integrar conhecimento e experiência contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a construção de uma sociedade mais consciente, reflexiva e inclusiva.

A educação museal no Brasil tem o compromisso crescente das instituições culturais em desenvolver práticas educativas que dialoguem com as demandas da sociedade contemporânea, promovendo inclusão, diversidade e acesso democrático ao conhecimento. Inicialmente, a atuação educativa nos museus brasileiros carecia de diretrizes claras e sistematizadas, o que resultava em práticas isoladas e, muitas vezes, desvinculadas das realidades sociais e culturais dos públicos atendidos.

A formalização desse compromisso institucional foi impulsionada por iniciativas pioneiras que culminaram na criação do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), lançado em 2012. O PNEM marcou um divisor de águas ao propor uma estrutura participativa para a construção de diretrizes que orientassem as práticas educativas nos museus de forma coerente e alinhada às demandas do setor museológico e das comunidades atendidas. Sua implementação representou um esforço coletivo para integrar a dimensão educativa aos objetivos estratégicos das

instituições museológicas, reconhecendo a educação como um pilar fundamental no fortalecimento da relação entre os museus e a sociedade.

A evolução do PNEM culminou na formalização da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) em 2017, que consolidou os princípios e diretrizes definidos durante o processo de construção participativa. Essa política não apenas institucionalizou o papel educativo dos museus, mas também estabeleceu um conjunto de orientações para planejar, executar e avaliar ações educativas que considerassem as especificidades locais e as demandas dos diversos públicos atendidos. A Política Nacional de Educação Museal reafirmou o papel dos museus como agentes de transformação social, destacando a importância de suas ações educativas no desenvolvimento cultural, científico e cidadão do país.

O esforço contínuo das instituições brasileiras para superar desafios históricos, como a fragmentação das práticas educativas, e construir um campo sólido e estratégico para a educação museal. Ao longo desse processo, a articulação entre profissionais da área, sociedade civil e gestores públicos foi essencial para garantir que as diretrizes formuladas refletissem as necessidades reais dos públicos e os contextos regionais. Essa abordagem inclusiva e colaborativa continua sendo a base para o fortalecimento da educação museal no Brasil, posicionando-a como uma prática indispensável na construção de uma sociedade mais democrática e consciente.

A partir da década de 2000, as discussões em torno da necessidade de uma política pública que orientasse as práticas educativas nos museus brasileiros ganharam força, acompanhando o crescimento significativo do número de museus no país e a diversificação de seus públicos. Esse contexto evidenciou não apenas a importância de consolidar diretrizes que garantissem a qualidade e a eficácia das ações educativas, mas também a urgência de integrar a dimensão educativa como uma função central das instituições museológicas. O aumento da presença de diferentes perfis de visitantes, incluindo grupos escolares, famílias, pesquisadores e turistas, trouxe novos desafios para os museus, que passaram a buscar formas de atender às expectativas e necessidades de um público cada vez mais diverso.

Ao mesmo tempo, os museus enfrentavam uma crescente pressão para se posicionarem como agentes de transformação social, indo além de suas funções tradicionais de preservação e exibição de coleções. Nesse cenário, tornava-se imprescindível que as ações educativas fossem planejadas de maneira sistemática, com base em parâmetros que assegurassem não apenas a inclusão e a acessibilidade, mas também a relevância cultural e científica das atividades propostas. A ausência de uma política pública que organizasse essas práticas gerava lacunas na capacidade das

instituições de desenvolver programas educativos consistentes e alinhados com as demandas sociais.

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) desempenhou um papel estratégico ao articular debates e promover encontros que colocaram a educação museal no centro das discussões sobre o papel dos museus na sociedade. Criado em 2009, o Ibram tornou-se o principal órgão responsável por coordenar e implementar políticas públicas para o setor museológico no Brasil. Desde sua criação, o instituto se dedicou a estimular o diálogo entre profissionais da área, gestores culturais, educadores e a sociedade civil, promovendo eventos como os Fóruns Nacionais de Museus e outros encontros regionais. Essas iniciativas foram fundamentais para identificar os desafios enfrentados pelos museus e para mobilizar esforços coletivos na construção de diretrizes que pudessem orientar as práticas educativas em âmbito nacional.

A partir dessas articulações, ficou evidente a necessidade de formular uma política pública que não apenas organizasse as práticas educativas, mas também promovesse a valorização da educação museal como um componente essencial para o fortalecimento dos museus enquanto espaços de aprendizado, inclusão e cidadania. Essa mobilização culminou em importantes avanços, como o lançamento do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) e, posteriormente, a formalização da Política Nacional de Educação Museal, que consolidaram o compromisso das instituições museológicas brasileiras com a promoção de práticas educativas de excelência.

Em 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museus, realizado na cidade de Petrópolis, foi apresentada a proposta do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), um marco significativo para a organização e fortalecimento das práticas educativas em museus brasileiros. O evento, que já era reconhecido como um espaço de discussão e troca entre profissionais do setor museológico, proporcionou o ambiente ideal para lançar as bases de um programa que buscava promover a construção coletiva de diretrizes nacionais para a educação museal. O principal objetivo do PNEM era estabelecer, de forma participativa, um conjunto de princípios e orientações capazes de organizar e qualificar as ações educativas realizadas nas instituições museológicas, reconhecendo a educação como uma função central dos museus.

A proposta do PNEM destacava a importância de envolver amplamente diferentes segmentos da sociedade no processo de formulação das diretrizes. Para isso, foram criados espaços de discussão tanto presenciais quanto virtuais, buscando garantir a participação ativa de profissionais da área museal, educadores, gestores culturais, pesquisadores e membros da sociedade civil. Essa abordagem colaborativa visava não apenas legitimar as diretrizes construídas, mas também assegurar que elas refletissem

a diversidade cultural, social e territorial do Brasil, contemplando as especificidades regionais e as diferentes realidades das instituições museológicas.

Uma das principais ferramentas utilizadas para fomentar o debate foi o Blog do PNEM, uma plataforma virtual que serviu como espaço de diálogo e articulação entre os participantes do processo. No blog, foram organizados fóruns de discussão que se estruturavam em nove eixos temáticos, abrangendo aspectos fundamentais da educação museal. Esses eixos estavam alinhados a importantes marcos legais e estruturantes do campo cultural e museal brasileiro, como a Política Nacional de Museus, o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus e o Estatuto de Museus (Lei n.º 11.904/2009). Essa integração com os marcos normativos buscava garantir que as diretrizes propostas pelo PNEM estivessem em consonância com as políticas públicas já estabelecidas para o setor cultural.

Os debates promovidos pelo blog e pelos encontros presenciais resultaram em uma rica troca de ideias e experiências, permitindo que os participantes identificassem desafios comuns e compartilhassem práticas bem-sucedidas em educação museal. Além disso, a plataforma digital ampliou significativamente o alcance do processo participativo, possibilitando que profissionais de todas as regiões do país contribuíssem com sugestões e reflexões, mesmo à distância. Dessa forma, o PNEM não apenas consolidou a educação museal como uma prioridade nacional, mas também promoveu uma articulação inédita entre diferentes atores do campo museológico, fortalecendo a identidade e a coesão do setor em âmbito nacional.

Após um extenso e participativo processo de construção, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) foi oficialmente instituída em 2017, durante o 7º Fórum Nacional de Museus, realizado em Porto Alegre. Esse marco representou um avanço significativo na formalização da dimensão educativa como eixo central das atividades museológicas no Brasil. A PNEM, organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), consolidou-se como um conjunto de princípios e diretrizes voltados a orientar as práticas educacionais em instituições museológicas, promovendo a inclusão, a diversidade e a integração com a comunidade (SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2017).

A estrutura da PNEM foi cuidadosamente organizada em três eixos temáticos, que abrangem os principais aspectos das práticas educativas nos museus brasileiros:

1. **Gestão**: Esse eixo aborda a administração das ações educativas, enfatizando a necessidade de um planejamento estruturado, financiamento adequado e avaliação contínua das iniciativas. A gestão eficaz é vista como um pilar

essencial para garantir a sustentabilidade e o impacto positivo das atividades educativas nas instituições.

2. **Profissionais, Formação e Pesquisa**: Esse eixo destaca a importância da capacitação permanente dos educadores museais, além de incentivar a pesquisa no campo da educação museal. A formação contínua busca qualificar os profissionais para lidar com as demandas complexas e diversificadas do público museal, promovendo uma abordagem pedagógica inovadora e inclusiva.
3. **Museus e Sociedade**: Este eixo enfatiza a relação dos museus com as comunidades, reforçando seu papel como agentes de inclusão social e promoção da diversidade cultural. A ideia central é que os museus atuem como espaços de diálogo e construção coletiva do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a valorização das identidades locais.

Cada eixo temático contém diretrizes específicas que servem para orientar as instituições museológicas na concepção, execução e avaliação de suas ações educativas. Essas diretrizes garantem que as práticas estejam alinhadas aos objetivos da PNEM, promovendo coerência, eficiência e relevância nas atividades realizadas (SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2017).

Como parte do processo de consolidação da Política Nacional de Educação Museal, em 2018 foi lançado o Caderno da PNEM, um documento que reúne os princípios e diretrizes da política, além de oferecer um breve histórico da educação museal no Brasil. Esse caderno não apenas apresenta as bases conceituais da PNEM, mas também serve como uma ferramenta prática para os profissionais da área, fornecendo orientações claras e acessíveis para a implementação das diretrizes em diferentes contextos museológicos.

O documento também inclui um resumo detalhado do processo participativo que deu origem à política, destacando o papel das redes de educadores em museus, das consultas públicas e dos fóruns de discussão na formulação das diretrizes. Assim, o Caderno da PNEM cumpre uma dupla função: por um lado, consolida a legitimidade da política ao documentar sua construção colaborativa; por outro, oferece subsídios práticos para que as instituições museológicas aprimorem suas práticas educativas (IBERMUSEOS, 2018).

Reconhecendo a importância de adaptar a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) às transformações sociais, culturais e educacionais do século XXI, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) deu início, em 2021, a um processo abrangente

de revisão da política. Essa revisão reflete o compromisso do Ibram com a manutenção de diretrizes que sejam não apenas atuais, mas também inclusivas, representativas e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea. Desde sua implementação oficial em 2017, a PNEM tem se destacado como um marco para a educação museal no Brasil, mas o contexto dinâmico das realidades sociais e culturais do país exige ajustes e atualizações constantes (SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2021).

O objetivo central desse processo de revisão é assegurar que a organização e o fortalecimento do campo da educação museal sejam conduzidos para contemplar a diversidade territorial, social e cultural do Brasil. Trata-se de um esforço para garantir que as práticas educativas nos museus sejam cada vez mais inclusivas e relevantes, respondendo às necessidades e expectativas dos diferentes públicos atendidos. Essa abordagem visa consolidar o papel dos museus como espaços de aprendizado, cidadania e transformação social, especialmente em um país marcado por desigualdades regionais e culturais.

O processo de revisão da PNEM foi estruturado em torno de três pilares principais, que refletem os desafios e prioridades identificados no campo da educação museal:

- **Inclusão e Representatividade**: Um dos objetivos fundamentais da revisão é garantir que as práticas educacionais nos museus promovam a inclusão de diferentes grupos sociais, étnicos e culturais. Isso implica criar estratégias que contemplem a participação ativa de comunidades historicamente marginalizadas, como populações indígenas, quilombolas, afrodescendentes e moradores de áreas periféricas. A inclusão também envolve a adaptação das práticas educativas para atender a públicos com necessidades especiais, assegurando a acessibilidade física, comunicacional e programática das ações museológicas.

- **Diversidade Territorial**: O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma diversidade regional extremamente rica e complexa. A revisão da PNEM busca considerar essas especificidades territoriais na implementação das diretrizes, reconhecendo que as necessidades e desafios enfrentados pelos museus em diferentes regiões do país variam consideravelmente. Enquanto museus localizados em grandes centros urbanos podem ter acesso a mais recursos e públicos diversificados, instituições em áreas rurais ou remotas frequentemente enfrentam dificuldades logísticas e financeiras que requerem abordagens adaptadas.

- **Participação Social**: Outro aspecto central da revisão é o fortalecimento da participação da sociedade civil na construção e aplicação das políticas educativas. O Ibram tem promovido consultas públicas e encontros regionais para garantir que as vozes da comunidade sejam ouvidas e integradas ao processo de revisão. Essa participação ativa não apenas legitima as diretrizes revisadas, mas também incentiva a co-criação e o engajamento das comunidades no planejamento e execução das ações educativas, promovendo um senso de pertencimento e corresponsabilidade.

Desde sua implementação, a PNEM tem gerado impactos significativos nas práticas educativas dos museus brasileiros. Um dos avanços mais notáveis foi a ampliação da integração entre as instituições museológicas e suas comunidades, promovendo ações que valorizam a diversidade cultural e científica do país. Além disso, a PNEM incentivou o fortalecimento das redes de educadores em museus, contribuindo para a troca de experiências, a formação contínua dos profissionais e a disseminação de boas práticas no campo da educação museal.

A política também trouxe maior visibilidade para a dimensão educativa dos museus, reforçando seu papel como espaços de aprendizado e cidadania. Essa mudança de perspectiva ajudou a consolidar o entendimento de que os museus não são apenas repositórios de objetos, mas também agentes ativos na construção de conhecimentos e na promoção de diálogos sociais.

Apesar dos avanços alcançados, a implementação da PNEM enfrenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se a necessidade de recursos financeiros adequados para viabilizar as ações educativas, especialmente em regiões menos favorecidas. Muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para garantir a infraestrutura e os materiais necessários para desenvolver programas educativos de qualidade.

Outro desafio importante é a capacitação contínua dos profissionais que atuam na educação museal. A formação de educadores qualificados para lidar com públicos diversos e complexos requer investimentos em treinamento, atualização pedagógica e pesquisa. Além disso, a adaptação das diretrizes às realidades locais permanece como um ponto crítico, exigindo flexibilidade e sensibilidade para atender às necessidades específicas de cada instituição e comunidade.

A manutenção da relevância e eficácia da PNEM depende da participação ativa da sociedade civil e dos profissionais do campo museológico. O engajamento de múltiplos atores no processo de revisão e implementação garante que as diretrizes reflitam as demandas reais e as especificidades do setor. Esse envolvimento também

fortalece a legitimidade da política e promove a corresponsabilidade no cumprimento de seus objetivos.

Ao avançar nesse processo de revisão, a PNEM reafirma seu papel como uma política pública essencial para a educação museal no Brasil. Por meio de ações inclusivas, representativas e alinhadas à diversidade cultural e territorial do país, os museus brasileiros podem consolidar sua função educativa e ampliar seu impacto como agentes de transformação social e cultural.

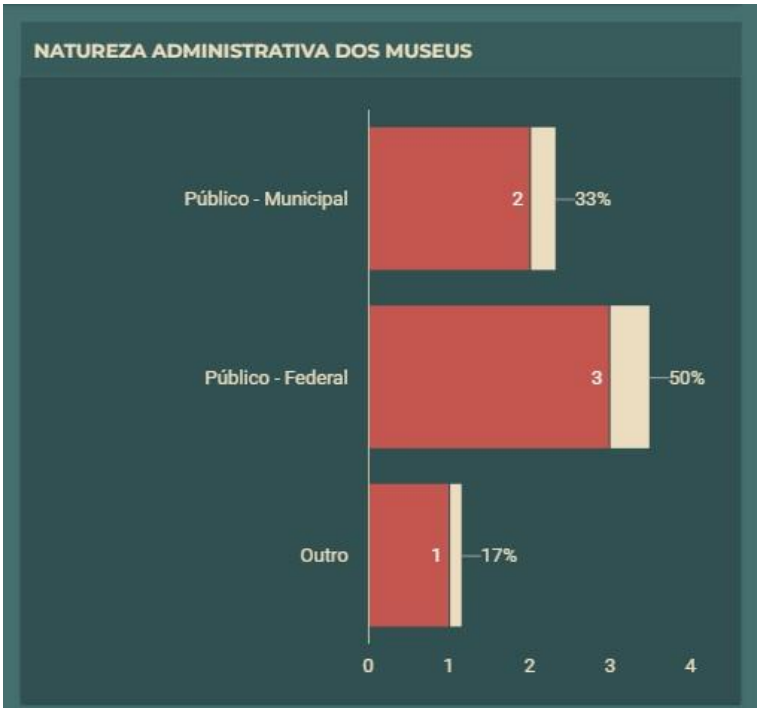
A pesquisa desenvolvida entre 2022 e 2023 pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), em convênio com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), representou um esforço significativo para mapear as práticas educativas nos museus brasileiros. Denominada PEMBrasil, essa iniciativa reuniu a participação de 1153 respondentes de todas as regiões do país, refletindo a diversidade e a complexidade do cenário museal brasileiro. Conforme relatado no Observatório da Economia Criativa, 42% dos participantes eram profissionais de educação museal com ou sem vínculo direto com museus, 39,4% representavam gestores das instituições, e 18,6% eram educadores atuantes diretamente na área museal.

Figura 2 - Painel de dados PEMBRASIL

Fonte: Painel de dados PEMBrasil

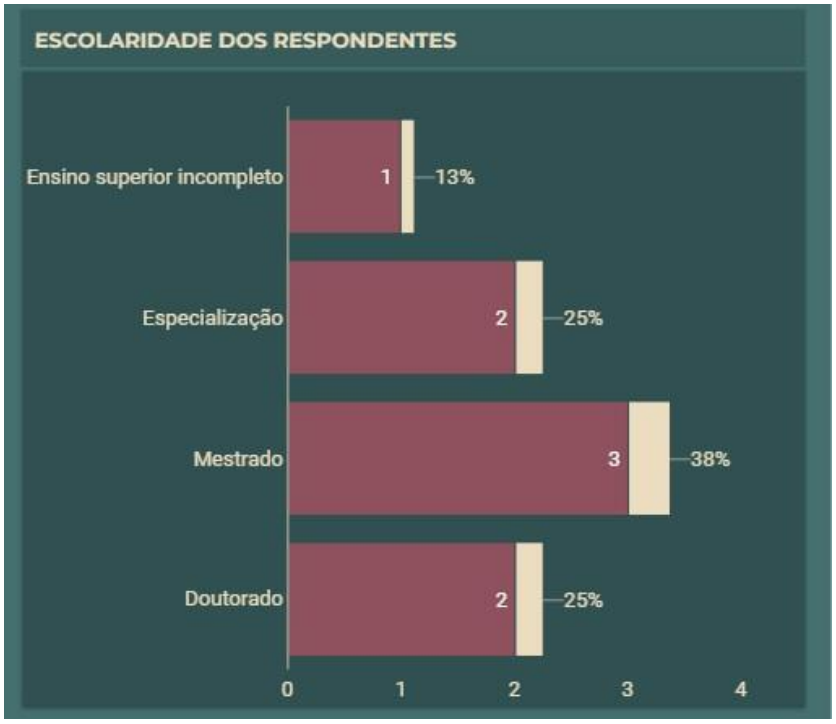
A pesquisa permitiu a criação de um robusto painel de dados, organizado de maneira a evidenciar tanto o panorama nacional quanto os dados específicos por estado. No caso de Alagoas, seis instituições museológicas participaram, sendo metade delas federais e concentradas na capital, Maceió. Essas instituições fornecem uma base para analisar as práticas educativas locais, bem como o perfil dos respondentes, majoritariamente composto por homens brancos, com idade entre 26 e 40 anos, e ensino superior completo.

Figura 3 - Perfil das instituições respondentes de Alagoas



Fonte: Painel de dados PEMBrasil

Figura 4 - Perfil dos profissionais respondentes em Alagoas



Fonte: Painel de dados PEMBrasil

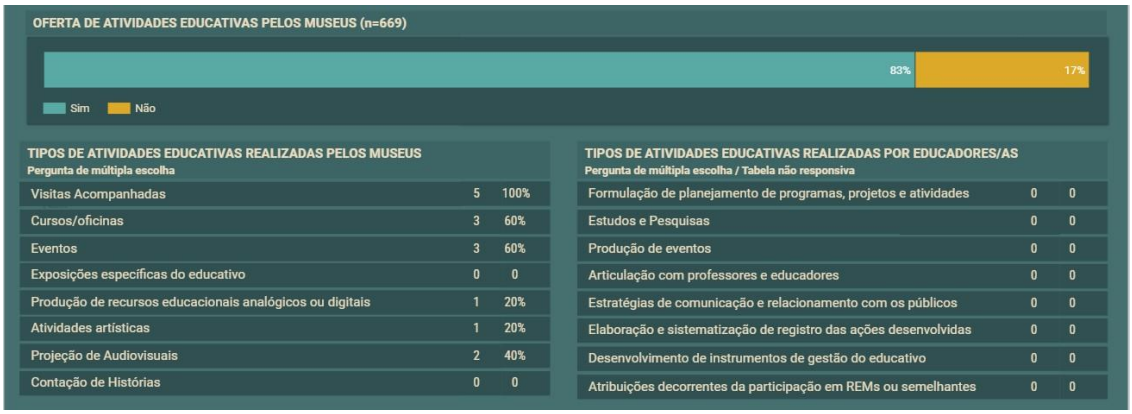
O painel da PEMBrasil está estruturado em quatro capítulos temáticos, que abordam de maneira ampla os diferentes aspectos das práticas educativas nos museus:

1. **Práticas**: Analisa as atividades educativas desenvolvidas, incluindo visitas mediadas, cursos, oficinas e eventos culturais.
2. **Gestão**: Investiga como as práticas educativas são formalizadas e documentadas nas instituições, destacando o uso de relatórios, reuniões e avaliações.
3. **Profissionais**: Enfoca a qualificação e o perfil dos educadores, discutindo questões de formação continuada e integração multidisciplinar.
4. **Reverberação da PNEM**: Avalia o impacto da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), medindo o nível de conhecimento das diretrizes por parte dos profissionais e a incorporação das políticas nas ações educativas.

As informações referentes aos museus alagoanos apontam que as atividades educativas predominantes incluem visitas acompanhadas, oficinas e eventos, com destaque para o uso de equipes multidisciplinares na organização dessas práticas. Apesar desse cenário positivo, apenas uma instituição relatou o uso regular de relatórios

detalhados para avaliar as ações educativas, o que evidencia uma lacuna na sistematização das práticas. Como aponta o painel da PEMBrasil, a ausência de registros mais detalhados limita a possibilidade de avaliação e melhoria contínua das atividades.

Figura 5 - Informações da PEMBrasil sobre atividades educativas desenvolvidas em instituições Alagoanas



OFERTA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS PELOS MUSEUS (n=669)

83% 17%

Sim Não

TIPOS DE ATIVIDADES EDUCATIVAS REALIZADAS PELOS MUSEUS
Pergunta de múltipla escolha

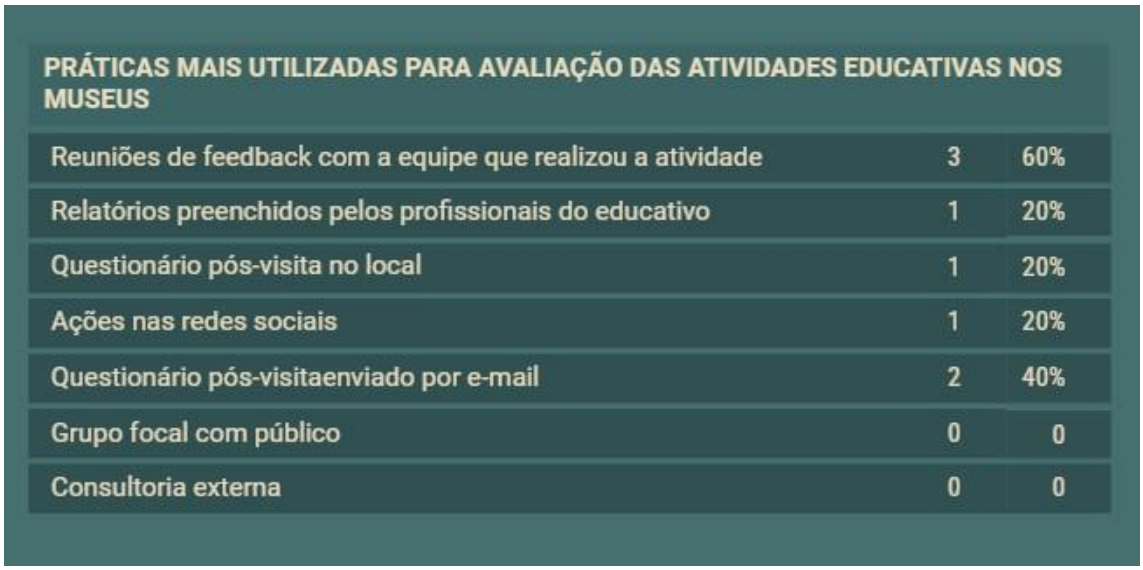
Visitas Acompanhadas	5	100%
Cursos/oficinas	3	60%
Eventos	3	60%
Exposições específicas do educativo	0	0
Produção de recursos educacionais analógicos ou digitais	1	20%
Atividades artísticas	1	20%
Projeção de Audiovisuais	2	40%
Contação de Histórias	0	0

TIPOS DE ATIVIDADES EDUCATIVAS REALIZADAS POR EDUCADORES/AS
Pergunta de múltipla escolha / Tabela não responsiva

Formulação de planejamento de programas, projetos e atividades	0	0
Estudos e Pesquisas	0	0
Produção de eventos	0	0
Articulação com professores e educadores	0	0
Estratégias de comunicação e relacionamento com os públicos	0	0
Elaboração e sistematização de registro das ações desenvolvidas	0	0
Desenvolvimento de instrumentos de gestão do educativo	0	0
Atribuições decorrentes da participação em REMs ou semelhantes	0	0

Fonte: Painel de dados PEMBrasil

Figura 6 - Instrumentos utilizados para registros das práticas educativas dos museus de em Alagoas



PRÁTICAS MAIS UTILIZADAS PARA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS NOS MUSEUS

Reuniões de feedback com a equipe que realizou a atividade	3	60%
Relatórios preenchidos pelos profissionais do educativo	1	20%
Questionário pós-visita no local	1	20%
Ações nas redes sociais	1	20%
Questionário pós-visitaenviado por e-mail	2	40%
Grupo focal com público	0	0
Consultoria externa	0	0

Fonte: Painel de dados PEMBrasil

A análise das ações educativas exige uma abordagem que vá além do pragmatismo. É essencial que os educadores responsáveis pelas atividades reflitam sobre suas escolhas metodológicas e considerem a intencionalidade pedagógica de cada ação. Almeida e Rocha (2021) enfatizam que as ações educativas não apenas

aproximam o público do conhecimento científico, mas também desempenham papéis sociopolíticos, culturais e pedagógicos. Para esses autores:

> Nesse sentido, destacam-se os papéis sociopolítico, cultural e pedagógico da instituição museológica que podem resultar numa formação de sujeitos múltiplos e auxiliar a emancipação e o desenvolvimento da consciência crítica de suas realidades concretas, suas histórias e tempos (ALMEIDA; DA ROCHA, 2021, p.525).

Essas reflexões são particularmente importantes no contexto das Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI), que devem considerar a singularidade das crianças como participantes ativas das práticas educativas. Campos e Ramos (2021) argumentam que a prática pedagógica deve ser planejada e organizada com base em concepções claras de infância e educação infantil.

> A prática pedagógica se faz a partir do pensar, do planejar, do organizar espaços e tempos de aprendizagens para as crianças e todo esse processo é realizado com base nas concepções de criança, de infância e de Educação Infantil que o professor possui. Uma prática pedagógica centrada na Pedagogia da Infância, por exemplo, parte da compreensão de que toda e qualquer ação pedagógica exige considerar as crianças como participantes ativos das práticas educativas que privilegiem as relações sociais entre todos os envolvidos, crianças, educadores e famílias (CAMPOS; RAMOS, 2021, p. 223).

No caso do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), o desenvolvimento de ações educativas específicas para crianças ainda enfrenta desafios. Embora os pesquisadores e curadores tenham começado a formalizar um programa educativo, o planejamento pedagógico permanece incipiente, frequentemente baseado em percepções subjetivas sobre as crianças e suas necessidades.

Para superar essas limitações, é fundamental estruturar um processo sistemático de planejamento, execução e avaliação das ações educativas. Isso inclui:

- **Sistematização do Registro**: Adotar instrumentos padronizados para documentar as práticas educativas, incluindo relatórios detalhados e avaliações pós-atividade.
- **Formação Continuada**: Promover a capacitação dos educadores, integrando metodologias baseadas na Pedagogia da Infância e teorias críticas sobre o desenvolvimento infantil.

- **Diálogo Interdisciplinar**: Envolver diferentes áreas do conhecimento na concepção das ações, garantindo uma abordagem multidimensional que enriqueça a experiência das crianças no museu.

Como destacado por Campos e Ramos (2021), o planejamento pedagógico deve levar em conta não apenas as crianças como público-alvo, mas também as relações que elas estabelecem com educadores, famílias e outros participantes das atividades. Essa perspectiva reforça a necessidade de intencionalidade nas ações educativas, garantindo que elas sejam significativas, inclusivas e alinhadas aos objetivos da instituição museológica.

A pesquisa da PEMBrasil fornece um retrato valioso das práticas educativas nos museus brasileiros, ao mesmo tempo que evidencia a necessidade de avanços no planejamento e na formalização das ações. Para o MHNUFAL, o desafio reside em consolidar um programa educativo que valorize a singularidade das crianças e promova uma experiência enriquecedora, conectando-as ao patrimônio científico e cultural de Alagoas de maneira significativa e transformadora.

2.1 Museus Universitários: espaços contínuos de ações educativas

Os museus universitários ocupam um papel estratégico e multifacetado na interface entre a produção do conhecimento acadêmico e sua democratização junto à sociedade. Essas instituições funcionam como pontes que conectam os processos de geração científica, crítica e cultural das universidades com a comunidade externa, permitindo que saberes historicamente acumulados transcendem os muros acadêmicos e sejam apropriados socialmente. Histórica e culturalmente, os museus universitários constituem-se como espaços de preservação patrimonial, investigação científica contínua e ação educativa, estando intrinsecamente ligados à missão social e formativa das instituições de ensino superior. Conforme aponta Chagas (2009), no contexto brasileiro, os museus universitários surgiram associados às primeiras iniciativas acadêmicas e às missões científicas realizadas durante os séculos XIX e XX, como parte dos esforços para consolidar um projeto nacional de modernização e construção de identidades culturais e científicas. Tais espaços não apenas preservaram acervos de relevância histórica e científica, mas também assumiram um compromisso com a difusão do conhecimento, desempenhando um papel ativo na constituição da memória coletiva e na formação cidadã. Ao longo do tempo, essas instituições ampliaram suas funções, incorporando práticas educativas inovadoras, estratégias de mediação cultural

e políticas de inclusão, reafirmando a importância dos museus universitários como agentes de transformação social e democratização do saber.

O museu universitário é, portanto, um lugar privilegiado para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assumindo um papel central na concretização do princípio constitucional da indissociabilidade dessas três dimensões da educação superior no Brasil. Mais do que conservar acervos ou exibir coleções, o museu universitário torna-se um espaço dinâmico de produção, difusão e ressignificação do conhecimento científico e cultural. Para Bruno (2003), essa instituição ultrapassa a função tradicional de apenas preservar objetos ou difundir saberes previamente consolidados, ao se configurar como um ambiente propício à crítica, à reflexão epistemológica e à problematização das narrativas dominantes sobre a ciência, a cultura e a sociedade.

Ao promover o diálogo entre múltiplos saberes, o museu universitário desafia as fronteiras disciplinares e estimula a interdisciplinaridade, possibilitando abordagens inovadoras tanto na pesquisa quanto na prática educativa. Reconhecer sua dimensão educativa é fundamental para compreendê-lo como um agente ativo de transformação social, capaz de fomentar a construção de novas cidadanias culturais e científicas. Essa perspectiva rompe com a visão reducionista do museu como mero depositário de memórias ou vitrines de descobertas, posicionando-o como um lugar de construção de sentidos, de participação comunitária e de formação crítica. Assim, o museu universitário contribui não apenas para a democratização do conhecimento acadêmico, mas também para o fortalecimento de uma sociedade mais reflexiva, plural e democrática.

O papel dos museus universitários na promoção da educação, compreendendo-os como dispositivos multifuncionais que operam tanto na esfera da educação formal quanto da educação não formal, e que desempenham papel central na democratização do acesso ao conhecimento. Nesse contexto, os museus universitários são investigados não apenas enquanto espaços de conservação e difusão científica, mas, sobretudo, como agentes educativos dinâmicos, que articulam ensino, pesquisa e extensão, alinhando-se às necessidades de uma sociedade em constante transformação. A análise proposta adota a abordagem crítica da museologia, conforme delineada por Waldisa Rússio (1981), que rompe com as concepções tradicionais de museu como instituição neutra e propõe a compreensão do museu como instrumento ativo de mediação cultural, social e educativa.

Dialogando com estudos contemporâneos de autores como Maria Cristina Oliveira Bruno (2003) e Mário Chagas (2009), este trabalho propõe-se a refletir sobre a função social dos museus universitários, suas práticas educativas e seus desafios no

cenário atual. Maria Cristina Oliveira Bruno enfatiza a importância da dimensão educativa na prática museológica, defendendo que os museus universitários devem ser entendidos como espaços de construção coletiva de conhecimento e não apenas de transmissão de informações. Mário Chagas, por sua vez, ressalta a necessidade de uma museologia comprometida com a cidadania e a democracia cultural, conferindo aos museus o papel de agentes de transformação social. Dessa forma, esta pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento de uma visão crítica e emancipadora dos museus universitários, reconhecendo sua potência educativa e sua responsabilidade social na construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

Os museus universitários constituem uma categoria específica no panorama museológico contemporâneo, cuja principal característica é a inserção estrutural dentro das instituições de ensino superior e a vinculação direta às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Esses museus desempenham uma função singular ao se situarem na confluência entre a produção acadêmica de conhecimentos e sua disseminação pública, articulando práticas educativas formais e não formais em prol da democratização do saber. Para Chagas (2009), o museu universitário deve ser compreendido como uma instância de mediação ativa entre a produção científica e a sociedade, cuja natureza é eminentemente educacional, configurando-se como um espaço de socialização crítica da ciência, da cultura e das práticas acadêmicas.

De acordo com a definição proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2007), museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, pesquisam, comunicam e expõem o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu meio ambiente para fins de educação, estudo e deleite. No caso dos museus universitários, essa definição se expande e se complexifica, pois esses espaços não apenas conservam e expõem, mas também produzem novos conhecimentos e funcionam como laboratórios vivos para a formação acadêmica e científica de estudantes, pesquisadores e educadores. Assim, o museu universitário não apenas comunica o saber acumulado, mas também contribui para sua constante renovação, articulando tradição e inovação, teoria e prática. Essa inserção nas dinâmicas universitárias confere aos museus universitários um potencial educativo e transformador que ultrapassa os limites da função museológica tradicional, implicando uma responsabilidade social ampliada e uma capacidade singular de promover o diálogo entre o conhecimento acadêmico e a sociedade em geral.

Maria Cristina Oliveira Bruno (2003) ressalta que os museus universitários, ao aliarem pesquisa, educação e preservação, cumprem uma função essencial na formação integral de seus públicos, internos e externos. Esses museus não apenas atuam na conservação do patrimônio científico e cultural, mas constituem-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento de competências científicas, culturais, sociais e críticas, fundamentais à formação de sujeitos ativos e reflexivos. Ao mediar a produção acadêmica e o saber socialmente relevante, os museus universitários proporcionam experiências que favorecem o pensamento analítico, a capacidade de argumentação, a autonomia intelectual e o fortalecimento do espírito investigativo.

As instituições museológicas universitárias funcionam, assim, como plataformas estratégicas para a formação cidadã, na medida em que oferecem oportunidades para a construção de identidades culturais, para a apropriação crítica do conhecimento científico e para o exercício da cidadania cultural. Além de seu papel na formação de estudantes universitários e na atualização contínua de pesquisadores, os museus universitários ampliam seu alcance ao desenvolver ações educativas abertas à comunidade, atuando como agentes de democratização do acesso à ciência e à cultura. Ademais, ao preservarem e divulgarem memórias acadêmicas e sociais, esses museus contribuem para a construção de uma memória coletiva que valoriza a pluralidade de saberes e práticas, fortalecendo vínculos históricos e afetivos entre a universidade e a sociedade.

Ao integrar práticas de ensino, pesquisa e extensão em seus programas educativos e expositivos, os museus universitários reafirmam sua função social crítica e participativa, posicionando-se como espaços vivos de diálogo, inovação e transformação cultural. Sua atuação contribui não apenas para a formação de competências acadêmicas, mas também para o fortalecimento de valores democráticos, do respeito à diversidade e da responsabilidade social.

A caracterização híbrida dos museus universitários — como centros simultâneos de produção de conhecimento, de preservação patrimonial e de ação educativa — impõe desafios teóricos e práticos que demandam abordagens museológicas específicas, sensíveis à complexidade de suas funções institucionais e de seus públicos diversificados. Diferentemente de museus tradicionais voltados exclusivamente para a conservação ou a exposição, os museus universitários operam na interface entre a pesquisa científica, a formação acadêmica e o compromisso social, exigindo uma gestão capaz de integrar essas dimensões de maneira crítica e inovadora. Lidar com a multiplicidade de funções significa reconhecer que essas instituições não podem ser

compreendidas a partir de modelos museológicos convencionais, mas necessitam de práticas de curadoria, mediação cultural e comunicação que dialoguem com os princípios do ensino superior, com as epistemologias contemporâneas e com as demandas de democratização do conhecimento.

A museologia universitária, como campo de reflexão e de prática, propõe, portanto, estratégias específicas que vão além da simples organização de acervos ou da realização de exposições. Trata-se de desenvolver projetos educativos, curatoriais e de gestão alinhados tanto às exigências acadêmicas — de rigor científico, interdisciplinaridade e inovação — quanto às necessidades sociais contemporâneas — de inclusão, acessibilidade e participação cidadã. Nesse contexto, temas como sustentabilidade institucional, governança participativa, políticas de acessibilidade e educação patrimonial ganham centralidade na atuação dos museus universitários. Como destaca Bruno (2003), a museologia universitária é chamada a atuar como um campo de intervenção crítica, capaz de potencializar os museus como espaços de construção de cidadania, de problematização de saberes e de promoção da justiça social.

O entendimento dos museus universitários como agentes sociais ativos remonta às reflexões críticas da museologia contemporânea, que desafiam a concepção tradicional de museu como espaço neutro, meramente conservador de acervos. Waldisa Rússio (1981) defende que o museu é, antes de tudo, uma instituição política e cultural, produtora de discursos, de significados e de valores simbólicos, sendo, portanto, intrinsecamente comprometido com determinados projetos de sociedade. Para a autora, o museu não é um repositório passivo da memória coletiva, mas um agente de transformação social, cuja função educativa deve ser orientada para a formação crítica dos indivíduos e para a democratização do acesso ao patrimônio cultural.

A perspectiva, os museus universitários, ao articular ensino, pesquisa e extensão — os três pilares constitutivos das universidades —, assumem um compromisso ampliado com a sociedade. Sua missão não se restringe à produção e divulgação do conhecimento acadêmico, mas inclui a responsabilidade de promover o acesso ao saber de maneira crítica, de fomentar a construção de sujeitos autônomos e reflexivos, e de atuar ativamente na formação cidadã. Por sua localização no interior de instituições de ensino superior, os museus universitários têm potencial para desenvolver práticas educativas inovadoras, que não apenas transmitam informações, mas que problematizem narrativas, questionem hegemonias e incentivem a participação ativa dos públicos na construção dos sentidos do patrimônio.

Ao reconhecê-los como agentes sociais, compreende-se que os museus universitários devem operar como espaços de inclusão, de diálogo intercultural e de formação democrática, contribuindo para o fortalecimento de uma cidadania cultural mais plural e participativa. Esse entendimento impõe uma revisão crítica de suas práticas de gestão, curadoria e educação, de modo a garantir que suas ações estejam voltadas não apenas à preservação do passado, mas também à transformação do presente e à construção de futuros mais justos e equitativos.

Mário Chagas (2009) complementa que o museu universitário é, antes de tudo, um espaço de diálogo contínuo, aberto à pluralidade de saberes, narrativas e experiências. Inserido no contexto dinâmico de uma instituição de ensino superior, o museu universitário não apenas abriga e expõe acervos, mas desempenha a função vital de articular discursos, provocar questionamentos e fomentar a construção coletiva de significados. Sua atuação implica um compromisso ético e político com a democratização do saber, entendida não como mera disponibilização de conteúdos, mas como promoção efetiva do acesso crítico e reflexivo ao conhecimento produzido pela universidade.

Ao assumir essa postura dialógica, o museu universitário se compromete a incluir vozes plurais — acadêmicas, comunitárias, populares e indígenas — em seus processos de curadoria, educação e mediação cultural. Isso significa reconhecer e valorizar a diversidade de olhares sobre o patrimônio científico e cultural, rompendo com lógicas excludentes e hegemônicas que historicamente marcaram o campo museológico. Segundo Chagas (2009), o museu deve provocar reflexões sobre as desigualdades sociais, culturais e científicas, funcionando como espaço de denúncia, de resistência e de transformação.

Ao tematizar as assimetrias de poder, as invisibilidades e os silenciamentos, o museu universitário contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel social e capazes de intervir na realidade. Assim, o museu universitário contemporâneo não se limita a transmitir o conhecimento acadêmico validado, mas tensiona saberes, reinterpreta memórias e constrói, em parceria com a sociedade, novas possibilidades de compreensão do mundo.

O papel social dos museus universitários também está intrinsecamente atrelado à sua capacidade de preservar, valorizar e problematizar patrimônios materiais e imateriais que, frequentemente, escapam às narrativas hegemônicas e oficializadas da história e da ciência. Diferentemente de instituições tradicionais que, em muitos momentos, privilegiaram acervos ligados às elites culturais e políticas, os museus

universitários, em sua vocação crítica e acadêmica, assumem a responsabilidade de incluir em suas coleções testemunhos da diversidade étnica, cultural, científica e social. Seus acervos não se restringem a objetos consagrados pela cultura dominante, mas buscam abarcar vestígios e representações de grupos historicamente marginalizados, práticas científicas alternativas, saberes populares, produções artísticas periféricas e manifestações culturais plurais.

A ampliação da noção de patrimônio, alinhada às diretrizes da Nova Museologia e às perspectivas de democratização cultural, contribui para a construção de uma memória social mais inclusiva, dinâmica e representativa. O museu universitário, ao selecionar, preservar e expor esse patrimônio diversificado, desafia a homogeneização das identidades culturais e promove o reconhecimento da multiplicidade de experiências humanas. De acordo com Bruno (2003), essa atuação crítica sobre o patrimônio torna os museus universitários espaços privilegiados para a problematização das relações de poder, das invisibilidades sociais e das lacunas narrativas impostas pela história oficial.

Ao valorizar patrimônios materiais e imateriais que emergem da pluralidade de vozes e práticas culturais, os museus universitários contribuem não apenas para a preservação da memória social em suas múltiplas dimensões, mas também para a formação de públicos mais sensíveis à diversidade, mais críticos em relação às narrativas instituídas e mais engajados na construção de sociedades culturalmente democráticas.

A função social dos museus universitários não se limita à educação dos públicos internos — estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos — vinculados diretamente às instituições de ensino superior. Ao contrário, sua atuação transcende os limites da universidade, estendendo-se à sociedade em geral, com o compromisso de promover o acesso democrático ao conhecimento, à cultura científica e ao patrimônio cultural. Essa ampliação de seu campo de atuação reafirma o papel dos museus universitários como agentes de transformação social e de democratização da ciência e da cultura.

Para cumprir uma missão ampliada, os museus universitários desenvolvem uma diversidade de estratégias, entre as quais se destacam exposições de caráter interativo e dialógico, projetos educativos voltados a diferentes faixas etárias e perfis socioculturais, ações de mediação cultural que valorizam a escuta ativa e o diálogo intercultural, e parcerias com escolas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades locais. Segundo Bruno (2003) e Menezes (2012), essas iniciativas devem buscar não apenas informar, mas mobilizar, sensibilizar e provocar reflexões críticas sobre as práticas sociais, científicas e culturais.

Estabelecer vínculos com comunidades externas, os museus universitários contribuem para o fortalecimento da identidade cultural local, para a valorização de saberes tradicionais e para a construção de uma memória social plural e compartilhada. Essas práticas educativas, quando pautadas pela inclusão e pela participação ativa dos diversos públicos, permitem que o museu universitário se configure como um espaço de cidadania cultural, de construção coletiva de conhecimento e de fortalecimento das práticas democráticas.

Os museus universitários desenvolvem práticas educativas que se inserem de maneira estratégica tanto no âmbito da educação formal quanto no da educação não formal, articulando-se diretamente às funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. No que tange à educação formal, essas instituições atuam como extensões qualificadas dos cursos universitários, contribuindo para a formação teórica e prática dos estudantes. Os museus oferecem atividades complementares às disciplinas curriculares, tais como oficinas especializadas, práticas laboratoriais, visitas técnicas orientadas, projetos de iniciação científica, programas de monitoria e estágios supervisionados, ampliando o universo formativo dos discentes e promovendo a aprendizagem ativa e contextualizada.

Em muitos casos, os acervos museológicos universitários servem como fontes primárias para a realização de pesquisas acadêmicas nas áreas de ciências naturais, humanas, sociais aplicadas, artes e tecnologia. Como destaca Bruno (2003), a utilização do museu como laboratório educativo propicia a construção de competências investigativas, analíticas e interpretativas, fundamentais para a formação de profissionais críticos e comprometidos socialmente. Além disso, a vivência em ambientes museológicos favorece o desenvolvimento de habilidades específicas, como a preservação e catalogação de acervos, a elaboração de exposições didáticas e a mediação cultural, competências cada vez mais valorizadas no mercado acadêmico e cultural contemporâneo.

O campo da educação formal, os museus universitários não apenas complementam a formação acadêmica tradicional, mas também oferecem espaços concretos para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, promovendo uma formação integral e crítica dos estudantes e estimulando o desenvolvimento da autonomia intelectual e da responsabilidade social.

No campo da educação não formal, os museus universitários ampliam seu papel social ao desenvolver programas abertos e inclusivos voltados para os mais variados segmentos da comunidade. Por meio de ações como oficinas educativas, visitas

mediadas, exposições interativas, palestras públicas, projetos de extensão, cursos livres e atividades de divulgação científica, essas instituições criam oportunidades de aprendizagem contínua fora dos limites do sistema escolar tradicional. Essas práticas valorizam o conhecimento como direito universal e buscam promover experiências educativas significativas, acessíveis e socialmente relevantes.

Para Bruno (2003), essas ações cumprem um papel crucial na formação de públicos críticos, uma vez que fomentam a autonomia intelectual, o interesse pela ciência e pela cultura e o desenvolvimento do pensamento reflexivo. Ao estimular o contato direto com objetos científicos, históricos e culturais e ao promover práticas dialógicas de mediação, os museus universitários contribuem para a construção de uma cidadania mais informada e participativa, rompendo com a lógica verticalizada da transmissão de saberes.

Os programas de educação não formal desenvolvidos pelos museus universitários têm especial importância na popularização da ciência, ao desmistificar o conhecimento acadêmico e apresentá-lo de forma acessível, contextualizada e estimulante. Iniciativas como feiras de ciências, eventos de museologia social, semanas culturais e exposições itinerantes levam o conhecimento para além dos campi universitários, alcançando públicos que historicamente foram marginalizados do acesso aos bens culturais e científicos.

As práticas educativas não formais reforçam a função social dos museus universitários como espaços de inclusão, de construção coletiva de sentidos e de valorização das múltiplas formas de produção e apropriação do conhecimento. Dessa forma, os museus universitários, ao atuarem no âmbito da educação não formal, consolidam-se como agentes centrais no fortalecimento da educação ao longo da vida e na promoção de sociedades mais equitativas e culturalmente diversas.

A educação museal realizada nos museus universitários se fundamenta em princípios pedagógicos contemporâneos que reconhecem o visitante como sujeito ativo na construção do conhecimento, e não como mero receptor passivo de informações. Nesse contexto, são privilegiadas práticas educativas que valorizam a participação ativa do público, o diálogo entre diferentes saberes e a construção coletiva de sentidos em torno dos objetos, temas e narrativas museológicas. Essa perspectiva rompe com o modelo tradicional de comunicação expositiva unidirecional, propondo formas de mediação que estimulem a reflexão crítica, a problematização e a produção de novos significados a partir da interação com o acervo.

Luciana Menezes (2012) enfatiza que a mediação cultural nos museus universitários deve ser concebida não como mera transmissão de conteúdos prontos e acabados, mas como prática dialógica e emancipadora, na qual a escuta ativa, o respeito às interpretações dos públicos e a valorização dos saberes prévios desempenham papel central. A mediação, nesse sentido, transforma-se em um processo de coaprendizagem, em que mediadores e visitantes constroem juntos conhecimentos contextualizados, socialmente relevantes e emocionalmente significativos.

A educação museal nos museus universitários adota metodologias participativas, baseadas em princípios da pedagogia crítica e da educação popular, aproximando-se das propostas de Paulo Freire (1987) ao conceber a educação como prática da liberdade e como ato de criação coletiva. A interação entre o público e o patrimônio torna-se, assim, uma oportunidade para a formação de sujeitos críticos, conscientes de suas responsabilidades sociais e capazes de intervir na realidade para transformá-la.

A prática educativa nos museus universitários contribui não apenas para a aquisição de conhecimentos específicos, mas para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas e sociais, promovendo aprendizagens significativas que se estendem para além dos espaços museológicos e impactam a vida dos sujeitos em sua dimensão pessoal, comunitária e cidadã.

Os museus universitários consolidam-se como espaços privilegiados de aprendizagem ao longo da vida, atuando não apenas como ambientes de preservação e difusão de conhecimentos, mas, sobretudo, como territórios educativos dinâmicos, acessíveis e em constante transformação. Ao oferecerem oportunidades de educação continuada, essas instituições extrapolam os limites etários e institucionais da formação acadêmica tradicional, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados. Os museus universitários tornam-se, assim, espaços de formação cidadã, onde os indivíduos podem desenvolver competências cognitivas, sociais, culturais e emocionais em diferentes momentos de sua trajetória de vida.

A fruição cultural proporcionada por essas instituições, por meio do contato sensível e reflexivo com objetos, narrativas e experiências museológicas, também desempenha papel fundamental na ampliação dos repertórios simbólicos dos sujeitos, estimulando a sensibilidade estética, o pensamento crítico e a valorização da diversidade cultural. Dessa forma, os museus universitários não apenas informam, mas também sensibilizam, mobilizam e transformam.

A articulação entre as dimensões formal e não formal da educação, característica intrínseca desses espaços, amplia significativamente o alcance e a relevância social dos museus universitários. Ao integrarem práticas curriculares, projetos de extensão, programas de divulgação científica e ações de mediação cultural, essas instituições conseguem dialogar com públicos diversos — desde estudantes universitários até comunidades locais —, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento e para a promoção da inclusão social. Como destaca Bruno (2003), essa atuação integrada potencializa o papel dos museus universitários como agentes de transformação social, comprometidos com a construção de sociedades mais justas, democráticas e culturalmente diversas.

A democratização do acesso à cultura e ao conhecimento é um princípio fundamental que norteia a atuação dos museus universitários contemporâneos, conferindo-lhes uma responsabilidade social ampliada no cenário educacional e cultural. Reconhecendo a cultura e o conhecimento como direitos humanos universais — e não como privilégios restritos a determinados grupos sociais — essas instituições assumem um compromisso ético de ampliar seus públicos e de diversificar suas práticas pedagógicas. Mais do que abrir fisicamente suas portas, trata-se de garantir condições reais de acesso, participação e apropriação crítica dos saberes que preservam, produzem e divulgam.

Espaços museológicos universitários, ao assumirem sua função social de forma crítica e emancipadora, buscam construir práticas educativas que sejam efetivamente inclusivas, acessíveis e representativas da diversidade social e cultural. Isso implica reconhecer e valorizar as múltiplas identidades, experiências e trajetórias dos públicos, adotando estratégias de mediação cultural sensíveis às diferenças de classe, etnia, gênero, geração, deficiência e pertencimento territorial. Como destacam Chagas (2009) e Bruno (2003), a democratização da cultura nos museus universitários exige o rompimento com práticas excludentes e hegemônicas historicamente consolidadas, bem como a construção de espaços de escuta, diálogo e aprendizagem.

A acessibilidade, nesse contexto, não se restringe à eliminação de barreiras físicas, mas abrange também a acessibilidade comunicacional, metodológica e atitudinal, buscando atender às necessidades e potencialidades de diferentes públicos. A representatividade, por sua vez, exige o compromisso de construir acervos, exposições e narrativas que deem visibilidade às diversas culturas, histórias e saberes presentes na sociedade, combatendo as exclusões simbólicas e promovendo o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira.

Ao fundamentarem suas ações no princípio da democratização do acesso, os museus universitários reafirmam seu papel como agentes ativos na promoção da equidade, da justiça social e da formação de sujeitos críticos, culturalmente conscientes e socialmente participativos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), a educação deve assegurar a todos o direito de participação cultural plena, reconhecendo a cultura como dimensão fundamental para o desenvolvimento humano integral. Esses documentos normativos reforçam que a fruição, a criação e a participação em atividades culturais são direitos inalienáveis e indispensáveis para a construção da cidadania e para a promoção da equidade social. No contexto dos museus universitários, esse princípio se traduz em práticas que visam garantir o acesso e a inclusão de diferentes públicos, superando barreiras físicas, comunicacionais, cognitivas e simbólicas que tradicionalmente excluíram diversos segmentos da sociedade dos espaços culturais.

A concretização desse direito nos museus universitários se expressa em iniciativas como a organização de exposições acessíveis, planejadas para atender a diferentes necessidades sensoriais e cognitivas, a produção de materiais educativos em múltiplas linguagens — como braile, Libras, audiodescrição e leitura fácil — e a oferta de ações de mediação intercultural que respeitem e valorizem a diversidade étnica, cultural, geracional e social dos visitantes. Esses espaços também desenvolvem projetos de inclusão social, estabelecendo parcerias com escolas públicas, movimentos sociais, organizações de pessoas com deficiência e comunidades tradicionalmente marginalizadas, ampliando a democratização do acesso ao patrimônio científico e cultural.

Tais práticas, ao serem implementadas de forma sistemática e crítica, não apenas cumprem as determinações legais, mas fortalecem o compromisso ético dos museus universitários com a justiça social, a equidade e a diversidade cultural. Como destaca Bruno (2003), a inclusão cultural em museus não se limita a adaptar conteúdos e espaços, mas requer a revisão profunda de seus paradigmas curatoriais e educativos, de modo a reconhecer a multiplicidade de saberes, narrativas e formas de expressão presentes na sociedade. Dessa maneira, os museus universitários consolidam-se como espaços efetivamente públicos, participativos e transformadores, contribuindo para o fortalecimento da cidadania cultural desde as primeiras etapas da formação humana.

Menezes (2012) ressalta que a democratização do acesso nos museus universitários implica um compromisso profundo com o reconhecimento e a valorização

da pluralidade de saberes, experiências e trajetórias dos públicos que frequentam essas instituições. Compreender a diversidade sociocultural não apenas como um dado, mas como elemento constitutivo das práticas educativas e museológicas, é condição fundamental para a construção de espaços verdadeiramente inclusivos e participativos. Nesse sentido, a democratização não se limita à ampliação numérica dos visitantes, mas requer transformações estruturais nas formas como o conhecimento é produzido, comunicado e compartilhado nos museus universitários.

Isso exige dos museus universitários a adoção de práticas de escuta ativa, nas quais a voz dos públicos é efetivamente considerada no planejamento, na concepção de exposições e nas atividades educativas. A escuta ativa permite que as narrativas construídas nos espaços museológicos reflitam, de forma mais autêntica, as múltiplas perspectivas culturais, históricas e sociais que compõem a sociedade contemporânea. Para além da escuta, torna-se necessário investir em processos de co-criação de narrativas, nos quais comunidades, grupos sociais e sujeitos historicamente marginalizados possam participar ativamente da definição dos temas, dos enfoques e das formas de comunicação museológica.

Menezes (2012) destaca a descentralização dos discursos hegemônicos que tradicionalmente dominaram os museus, frequentemente reproduzindo visões elitistas, eurocêntricas e excludentes da história, da ciência e da cultura. A descentralização discursiva demanda que os museus universitários atuem como plataformas abertas ao diálogo intercultural, à problematização de saberes dominantes e à visibilização de conhecimentos, memórias e expressões culturais subalternizadas. Dessa maneira, os museus universitários não apenas democratizam o acesso físico aos seus espaços, mas também promovem uma verdadeira democratização simbólica e epistemológica, fundamental para a construção de sociedades mais justas, plurais e democráticas.

A inclusão cultural, portanto, não pode ser entendida apenas como a ampliação do acesso físico aos museus ou como a adoção de medidas pontuais de acessibilidade arquitetônica e comunicacional. Mais do que garantir a presença física dos diversos públicos, a inclusão cultural exige a transformação profunda das relações de poder que historicamente estruturaram as práticas museológicas, frequentemente pautadas por visões elitistas, excludentes e hegemônicas sobre o patrimônio, a ciência e a cultura. Trata-se de questionar os critérios tradicionais de seleção, interpretação e exibição dos acervos, bem como de revisar as narrativas dominantes que, ao longo do tempo, silenciaram, invisibilizaram ou subalternizaram certos grupos sociais.

A construção de espaços efetivos de diálogo entre o museu e seus públicos é essencial. Isso implica a abertura para múltiplas vozes, a criação de dispositivos participativos que permitam a intervenção ativa dos visitantes e das comunidades, e o reconhecimento das diferentes formas de produção de conhecimento e de expressão cultural. Como apontam autores como Chagas (2009) e Bruno (2003), os museus universitários devem operar como lugares de encontro, negociação e construção coletiva de sentidos, superando práticas autoritárias e unilaterais de mediação e curadoria.

A valorização das identidades múltiplas é outro eixo central desse processo de inclusão, exigindo que os museus universitários reconheçam e celebrem a diversidade étnica, cultural, de gênero, etária e socioeconômica da sociedade contemporânea. Isso pressupõe, por exemplo, o acolhimento de narrativas indígenas, afro-brasileiras, LGBTQIA+, populares e periféricas, garantindo a representação digna e crítica dessas experiências nos discursos museológicos.

Por fim, a promoção da equidade — entendida como o tratamento diferenciado que reconhece as desigualdades históricas e busca corrigi-las — é dimensão fundamental para que a inclusão cultural seja efetiva. Os museus universitários, ao adotarem práticas educativas, curatoriais e de gestão orientadas pela equidade, reafirmam seu compromisso com a justiça social e com a construção de um espaço público culturalmente democrático, aberto à participação crítica de todos os sujeitos sociais.

Os museus universitários, enquanto instituições comprometidas com a promoção da educação, da cultura e da ciência, enfrentam atualmente desafios complexos que exigem respostas inovadoras, colaborativas e sustentáveis. Esses desafios decorrem, em grande parte, das transformações sociais, tecnológicas e econômicas que impactam o campo museológico contemporâneo e que impõem a necessidade de constante adaptação e renovação das práticas institucionais.

Um dos obstáculos mais significativos refere-se à sustentabilidade financeira. A forte dependência de recursos públicos, associada à crescente escassez de investimentos destinados à cultura e à ciência, compromete a manutenção adequada das atividades museológicas, a preservação dos acervos e a renovação das propostas educativas e expositivas. Sem financiamento consistente, os museus universitários enfrentam dificuldades para implementar programas de acessibilidade, atualizar suas instalações e desenvolver projetos de impacto social ampliado. Esse cenário exige a

busca por fontes alternativas de financiamento, parcerias institucionais, editais de fomento e a adoção de políticas de gestão mais eficientes e criativas.

Outro desafio premente diz respeito à atualização tecnológica. A incorporação de tecnologias digitais nos processos expositivos, educativos e de comunicação é indispensável para que os museus universitários dialoguem de forma eficaz com as novas gerações e ampliem o alcance e a acessibilidade de suas ações. Ferramentas como realidade aumentada, tours virtuais, aplicativos interativos e plataformas de ensino a distância possibilitam novas formas de mediação cultural e de democratização do acesso ao conhecimento. Contudo, para que essa incorporação tecnológica seja efetiva, é necessário planejamento estratégico, capacitação contínua das equipes e investimentos adequados em infraestrutura e inovação.

A promoção efetiva da inclusão e da diversidade representa ainda outro grande desafio a ser enfrentado. Tornar os museus universitários espaços culturalmente democráticos e socialmente inclusivos implica revisar criticamente suas práticas museológicas, rompendo com modelos tradicionais que tendem a reproduzir exclusões simbólicas e desigualdades históricas. É imprescindível adotar abordagens mais participativas, que valorizem a pluralidade de saberes e a representatividade dos diferentes grupos sociais nos discursos museológicos. A inclusão não pode ser compreendida apenas como presença física nos espaços museais, mas deve ser pensada como participação ativa na construção de narrativas, de memórias e de projetos educativos transformadores.

Segundo Sandell (1998) e Paris (2002), os museus contemporâneos devem se posicionar como agentes de transformação social, comprometidos com a promoção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas. Para que os museus universitários possam cumprir essa missão de maneira consistente, torna-se fundamental investir na formação continuada de seus profissionais, não apenas no domínio de técnicas museológicas tradicionais, mas também em práticas educativas críticas, em metodologias participativas e em políticas de inclusão social. Além disso, o fortalecimento de parcerias estratégicas com comunidades, movimentos sociais, escolas e outras instituições culturais é um caminho essencial para a ampliação do impacto social das ações museais. O desenvolvimento de projetos de pesquisa-ação, que integrem saberes acadêmicos e populares, também se apresenta como estratégia promissora para promover a inovação e o diálogo intercultural nas práticas museológicas universitárias.

As perspectivas futuras para os museus universitários apontam para a necessidade de consolidação de práticas educativas interdisciplinares, capazes de articular diferentes áreas do conhecimento e de promover aprendizagens mais integrais e contextualizadas. O aprofundamento do diálogo com as comunidades locais, respeitando suas culturas, memórias e aspirações, constitui outro eixo central para o fortalecimento da função social dessas instituições. Finalmente, a valorização da experiência estética como dimensão fundamental da aprendizagem — entendida como experiência sensível, emocional e intelectual integrada — deve ser reafirmada como estratégia para a formação de sujeitos críticos, criativos e culturalmente engajados. Nesse horizonte, os museus universitários reafirmam seu compromisso com a democratização do conhecimento, a transformação social e a promoção da diversidade cultural, consolidando-se como espaços vitais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Os museus universitários, ao articularem de maneira dinâmica e interdependente as funções de ensino, pesquisa e extensão, configuram-se como espaços estratégicos para a formação integral dos sujeitos e para a democratização do conhecimento. Inseridos no interior das instituições de ensino superior, esses museus ampliam o alcance da missão acadêmica, ao proporcionar ambientes de aprendizagem que transcendem os limites formais da sala de aula, estimulando práticas educativas baseadas na experiência, na experimentação e na reflexão crítica. Sua atuação integra a produção do conhecimento científico, a preservação do patrimônio cultural e a difusão de saberes diversos, estabelecendo pontes sólidas entre a universidade e a sociedade.

A função educativa dos museus universitários vai além da mera transmissão de informações e da simples divulgação de conteúdos acadêmicos. Trata-se de promover aprendizagens significativas, ou seja, processos educativos que dialogam com os saberes prévios dos sujeitos, que mobilizam a reflexão crítica e que possibilitam a construção autônoma de sentidos. Nesse contexto, o aprendizado é concebido como experiência viva e transformadora, que não apenas amplia o repertório informativo dos visitantes, mas também contribui para o desenvolvimento de competências analíticas, éticas e sociais.

Ao estimular o pensamento crítico, os museus universitários convidam seus públicos a questionarem narrativas estabelecidas, a problematizarem conceitos e a se posicionarem ativamente diante das questões sociais, culturais, científicas e ambientais contemporâneas. A prática museológica, assim, passa a ser orientada não apenas pela transmissão de conteúdos, mas pela formação de sujeitos capazes de interpretar

criticamente o mundo e de agir de maneira responsável e transformadora em seu contexto.

Os museus universitários desempenham um papel fundamental no fortalecimento do pertencimento cultural, ao valorizarem as diversas expressões identitárias presentes na sociedade e ao promoverem o reconhecimento e a celebração da diversidade cultural. Ao apresentar a ciência, a história, a arte e a cultura como construções humanas múltiplas e dinâmicas, esses espaços contribuem para que os indivíduos se reconheçam como parte ativa de um patrimônio comum, fortalecendo vínculos comunitários e identitários.

Dessa maneira, os museus universitários assumem um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural, onde o conhecimento é compreendido como um bem comum, acessível a todos, e onde a cultura é reconhecida em sua diversidade e complexidade. Ao integrar ensino, pesquisa, extensão e ação cultural em suas práticas, essas instituições se consolidam como agentes centrais de transformação social e de promoção da cidadania cultural.

Investir nos museus universitários é investir diretamente na educação, na cultura e na formação cidadã, reconhecendo que essas instituições desempenham um papel estratégico na promoção de sociedades mais justas, críticas e inclusivas. Ao fortalecer os museus universitários, promove-se não apenas a preservação do patrimônio científico e cultural, mas também a democratização do acesso ao conhecimento e a ampliação das oportunidades educativas para públicos diversos. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, reconhecer que o conhecimento científico e cultural deve ser um bem comum, acessível a todos, é reafirmar o compromisso ético com os direitos humanos, com a equidade social e com o fortalecimento da cidadania cultural.

A educação museal desenvolvida nesses espaços, ao articular práticas formais e não formais de ensino, configura-se como uma poderosa ferramenta para a transformação social. Mais do que transmitir informações, a educação museal promove experiências significativas de aprendizagem, fomenta o pensamento crítico, valoriza as múltiplas identidades culturais e incentiva a participação ativa dos indivíduos na vida cultural e científica da sociedade. Ao propor práticas educativas dialógicas, sensíveis às realidades dos diferentes públicos, os museus universitários contribuem para a formação de sujeitos autônomos, criativos e socialmente comprometidos.

Investir em museus universitários, portanto, significa apostar em uma educação integral, capaz de articular saberes acadêmicos e saberes populares, ciência e cultura, memória

e inovação. É também compreender que esses espaços, ao fortalecerem o diálogo entre a universidade e a sociedade, desempenham um papel central na construção de pontes entre diferentes campos do conhecimento e entre diferentes grupos sociais, promovendo a inclusão, a diversidade e a justiça social. Nesse sentido, o fortalecimento dos museus universitários deve ser entendido como uma prioridade nas políticas públicas de educação e cultura, contribuindo para a construção de um projeto social mais democrático, plural e sustentável.

2.2 O MHNUFAL como Agente Educativo: Pesquisa, Práticas e Impactos no Público

O Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), fundado em 1990 por iniciativa de professores do então Centro de Ciências Biológicas (CCBi) – atualmente denominado Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS) – , representou um marco significativo para o estado de Alagoas. A sua criação foi celebrada por seus idealizadores como um dos primeiros esforços institucionais dedicados à promoção da divulgação científica na região, oferecendo um espaço destinado ao estudo, preservação e exibição da biodiversidade local e de outras áreas científicas. Esse pioneirismo ressaltava a importância de Alagoas no cenário acadêmico e cultural do Nordeste.

Inicialmente, o museu foi estabelecido no bairro do Farol, ocupando o antigo prédio da Faculdade de Odontologia, onde permaneceu por 26 anos. Durante esse período, o MHNUFAL se consolidou como uma referência no campo da educação e da pesquisa científica, reunindo acervos relevantes e promovendo atividades que conectavam a universidade à comunidade alagoana. No entanto, com o passar do tempo, o crescimento do acervo e a expansão de suas áreas de atuação tornaram a estrutura inicial insuficiente para acomodar suas atividades e necessidades operacionais. Essa demanda crescente culminou na mudança, em 2016, para uma nova sede localizada na Praça Afrânio Jorge, popularmente conhecida como Praça da Faculdade, no bairro do Prado, em Maceió.

A escolha do novo espaço foi estratégica e levou em consideração fatores como a dimensão do edifício e sua acessibilidade, já que está situado em uma área central da cidade, facilitando o acesso do público. A nova sede, pertencente à Universidade Federal de Alagoas, é uma construção de estilo neoclássico, característica marcante da arquitetura regional de Maceió. O prédio possui pátios amplos, destacando-se como um patrimônio arquitetônico e cultural da cidade. Segundo Amaral (2009),

essas características conferem ao museu um ambiente que combina a preservação do passado com as funções contemporâneas de um espaço educativo.

Além disso, tanto o edifício quanto a Praça Afrânio Jorge fazem parte das Unidades Especiais de Preservação (UEP), criadas como instrumento de proteção do patrimônio edificado de Maceió. Essas unidades estão reguladas pelo Plano Diretor do Município, instituído pela Lei Municipal n.º 5.486, de 2005, que estabelece diretrizes para a conservação de bens de relevante valor histórico e cultural. Essa posição de preservação reforça o papel do MHNUFAL não apenas como um local de promoção científica, mas também como um elemento central na conservação do patrimônio histórico de Alagoas.

O MHNUFAL é uma instituição que une ciência, educação e patrimônio cultural. Sua trajetória, desde a fundação em 1990 até a mudança para sua sede atual, reflete o compromisso com o crescimento acadêmico e o fortalecimento do diálogo com a comunidade. Ao ocupar um edifício histórico no coração de Maceió, o museu reafirma seu papel como um espaço que conecta o passado ao presente, preservando a memória e incentivando o conhecimento científico.

Figura 7 - Fachada do Museu de História natural da Universidade Federal de Alagoas

Fonte: Site da UFAL

O Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFAL) e desempenha um papel central nas atividades de pesquisa e extensão universitária, consolidando-se como importante ponte entre a academia e a sociedade. Com um foco especial nos ecossistemas locais, o museu realiza estudos aprofundados sobre a biodiversidade de

Alagoas, valorizando também os conhecimentos tradicionais das populações locais acerca do uso sustentável dos recursos naturais. Essa abordagem integrada permite que o MHNUFAL atue como um guardião do patrimônio natural e cultural do estado, documentando e preservando aspectos fundamentais de sua riqueza biológica, mineral e histórica.

Os esforços de pesquisa do museu resultam em coleções sistemáticas científicas que oferecem um registro valioso da biodiversidade, tanto atual quanto fóssil, além de testemunharem a ocupação humana ao longo da história. Essas coleções abrangem diversas áreas do conhecimento, incluindo arqueologia, antropologia e estudos relacionados às riquezas minerais de Alagoas, tornando o MHNUFAL uma referência para pesquisadores interessados nos aspectos naturais e culturais do estado. A construção dessas coleções reflete um compromisso contínuo com a conservação do patrimônio e com a produção de conhecimento que contribua para uma melhor compreensão do passado, do presente e dos desafios ambientais e culturais do futuro.

Um destaque das atividades do MHNUFAL é sua contribuição para a divulgação científica, realizada por meio da exposição permanente intitulada "Alagoas: Do Mar ao Sertão". Essa exposição oferece ao público uma visão abrangente sobre os diferentes ambientes naturais do estado, abordando aspectos que vão desde as áreas litorâneas até as regiões áridas do sertão. Por meio de uma combinação de recursos expositivos, interativos e informativos, o museu promove a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e da valorização do patrimônio natural e cultural.

A exposição desempenha um papel crucial na formação de públicos diversos, incluindo estudantes de todos os níveis e a comunidade acadêmica, destacando os processos de pesquisa científica e as práticas de conservação. Além disso, ela também contribui para a ampliação e a valorização das coleções, reforçando o papel do museu como um espaço educativo e cultural essencial para o estado de Alagoas. Em linhas gerais, o MHNUFAL, por meio de suas atividades integradas de pesquisa, extensão e divulgação científica, reafirma sua missão de conectar a ciência à sociedade, promovendo a educação, a preservação e a valorização do rico patrimônio natural e cultural do estado.

Figura 8 - Sala de exposição de longa duração "Alagoas: Do Mar ao Sertão"

Fonte: Imagem elaborada pela autora

O Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) desempenha um papel essencial na sociedade ao atuar como um elo entre o conhecimento científico e a comunidade, promovendo iniciativas de divulgação científica que integram cultura, lazer e educação. Por meio de estratégias bem planejadas, o museu busca democratizar o acesso às informações sobre o patrimônio natural e científico de Alagoas, incentivando a valorização da biodiversidade local e a conscientização sobre sua preservação. Essa atuação reflete um compromisso contínuo com a disseminação do conhecimento e com a promoção de um diálogo mais amplo entre a ciência e a população, fortalecendo seu impacto social e cultural.

Na última década, o MHNUFAL passou por um abrangente processo de reestruturação, que marcou um período de renovação e fortalecimento institucional. Esse processo incluiu a revisão de seus planos de gestão, atualizados para atender às novas demandas da sociedade e alinhar as ações do museu às diretrizes contemporâneas de gestão de instituições culturais e científicas. Além disso, a mudança física para um espaço mais amplo e acessível, a contratação de novos profissionais capacitados em diversas áreas e a elaboração de estratégias de engajamento com a comunidade acadêmica e local reforçaram o papel do museu como um centro de referência para a pesquisa, a educação e a extensão em Alagoas.

Com a missão de contribuir para o enriquecimento científico da população, o MHNUFAL desenvolve uma série de projetos e atividades de extensão, voltados para a valorização e a preservação do patrimônio natural, científico e cultural do estado. Esses projetos incluem a realização de parcerias institucionais com escolas, universidades, ONGs e outras entidades, visando promover a integração entre diferentes setores da sociedade. Através dessas parcerias, o museu tem ampliado seu alcance, levando

informações e experiências educativas a públicos diversos, especialmente àqueles com acesso limitado à ciência e à cultura:

- Setores da Coordenação Científica que realizam trabalhos em diversos municípios de Alagoas;
- Parcerias com órgãos de regulamentação e preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN);
- Consultoria sobre preservação e tratamento museológico de acervos em áreas de relevância científica e histórica do estado de Alagoas, feitas às comunidades, para promover a valorização do patrimônio e destacar a produção de conhecimento e o potencial histórico e turístico.

Além disso, o museu realiza atividades voltadas para a formação de professores e estudantes, incentivando o uso de suas coleções e exposições como ferramentas pedagógicas. Essas iniciativas destacam a importância da educação ambiental e do conhecimento científico como pilares para o desenvolvimento sustentável de Alagoas. O MHNUFAL também promove ações que incluem palestras, oficinas, visitas guiadas e eventos culturais, que não apenas difundem os resultados de suas pesquisas, mas também reforçam a conexão do público com a riqueza natural e cultural do estado.

Ao longo de sua trajetória, o MHNUFAL tem se consolidado como uma instituição que vai além do papel de preservar coleções científicas. Ele se estabelece como um espaço de aprendizado, reflexão e engajamento, conectando a comunidade à ciência de forma inclusiva e acessível. Com uma abordagem dinâmica e inovadora, o museu reafirma sua relevância ao transformar o conhecimento científico em um recurso disponível e útil para todos, contribuindo de forma significativa para a formação de uma sociedade mais consciente e conectada com o seu patrimônio.

A instituição abriga um acervo de proporções impressionantes, com estimativas que apontam para mais de 50.000 itens, tornando-o uma das mais importantes coleções científicas do estado. Apesar de ainda não estar totalmente catalogado devido à complexidade de sua organização e às limitações de recursos físicos e humanos, o acervo é amplamente reconhecido por sua diversidade e riqueza científica. Entre suas coleções mais notáveis, destaca-se a coleção de Herpetologia, que possui aproximadamente 18.000 espécimes registrados, sendo a maioria, cerca de 90%, provenientes de Alagoas, evidenciando a relevância do estado na conservação de espécies de répteis e anfíbios.

As coleções zoológicas do Museu de História Natural destacam-se por sua riqueza e diversidade, abrangendo uma ampla variedade de espécimes que representam a fauna local e regional. Essas coleções incluem exemplares de diferentes grupos taxonômicos, reunindo materiais que ilustram a biodiversidade de Alagoas e de estados vizinhos, como Sergipe e Pernambuco. Com um acervo significativo, composto por espécimes preservados de forma taxidermizada, esqueletos e outros materiais biológicos, essas coleções desempenham um papel crucial para o avanço das pesquisas científicas e para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Além de documentarem a riqueza zoológica da região, elas são instrumentos valiosos para estudos que buscam compreender os padrões de distribuição, conservação e ecologia das espécies.

O Herbário Professor Honório Monteiro, fundado na década de 1980, é outro componente essencial do museu, com 3.332 exsicatas de 116 famílias, 519 gêneros e 820 espécies catalogadas. Esta coleção botânica desempenha um papel fundamental na documentação e estudo da flora regional, servindo como base para estudos em áreas como ecologia e conservação.

A coleção de Geologia e Paleontologia do MHNUFAL também se destaca, com mais de 5.000 espécimes catalogados e outros ainda em fase de preparação. Esses itens incluem minerais, rochas e fósseis que abrangem períodos que vão da Era Paleozoica, como o Siluriano e Devoniano, até o Cenozoico, no Pleistoceno. Entre os fósseis mais relevantes estão icnofósseis de organismos aquáticos e troncos de gimnospermas silicificados da Formação Sergi (Jurássico), além de fósseis de peixes e coprólitos da Formação Maceió (Cretáceo Aptiano), e amonoides, equinodermos e moluscos das formações Riachuelo, Cotinguiba e Calumbi. Essas peças são um testemunho do rico passado geológico e paleontológico da região, contribuindo para estudos que abrangem milhões de anos de história.

Além disso, o museu conta com coleções em processo de tombamento e documentação, como as de Arqueologia e Etnoecologia, que enriquecem ainda mais a diversidade e a abrangência de seu acervo. Cada uma dessas áreas representa um campo de estudo relevante e complementa o compromisso do museu em documentar e preservar o patrimônio natural e cultural de Alagoas. Por meio dessas coleções, o MHNUFAL reafirma sua importância como centro de pesquisa e divulgação científica, promovendo o conhecimento sobre a biodiversidade e o passado histórico da região e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da ciência e da educação no estado.

Figura 9 - Visita a sala de exposição

Fonte: Imagem elaborada pela autora

Em maio de 2016, a exposição do MHNUFAL foi reaberta e, desde então, tornou-se um ponto de atração para uma ampla diversidade de visitantes. Além de receber membros da comunidade acadêmica, a exposição destacou-se por atrair muitos estudantes de escolas da região, que se consolidaram como um de seus principais públicos-alvo. No entanto, a relevância do museu foi além do âmbito educacional, pois a comunidade local passou a vê-lo como um espaço de lazer e aprendizado para todas as idades, tornando-se uma experiência familiar valorizada em Alagoas. Reconhecendo essa demanda, o MHNUFAL concebeu o projeto "Fim de Semana no Museu", inaugurado em julho de 2016, que rapidamente conquistou grande adesão e se estabeleceu como um marco na interação do museu com o público.

A criação do projeto foi motivada por uma demanda espontânea da própria comunidade. Durante as visitas escolares realizadas durante a semana, crianças e adolescentes compartilhavam suas experiências no museu com familiares e amigos, gerando curiosidade e incentivando o interesse por visitas em grupo. A crescente solicitação para que o museu permanecesse aberto aos fins de semana chegou à equipe do MHNUFAL por meio de mensagens enviadas nas redes sociais e outros canais de comunicação institucional. Em resposta, a equipe organizou um fim de semana experimental, com uma programação especial que combinava atividades culturais e científicas, testando a viabilidade dessa nova proposta.

O sucesso da primeira edição superou todas as expectativas, reunindo um público expressivo e confirmando a importância de ampliar o acesso ao museu para

além dos dias úteis. A iniciativa foi rapidamente consolidada e decidiu-se que o MHNUFAL abriria suas portas durante o primeiro fim de semana de cada mês, oferecendo atividades voltadas para a divulgação científica e a valorização do patrimônio cultural e natural de Alagoas. A programação incluiu exposições interativas, oficinas, palestras e visitas guiadas, proporcionando uma experiência enriquecedora que unia educação e lazer.

A repercussão do projeto foi tão significativa que atraiu a atenção da mídia local, ampliando sua visibilidade e reforçando o papel do MHNUFAL como um espaço cultural único na região. Mais do que um local de entretenimento, o museu passou a ser reconhecido como um ambiente de aprendizado e conexão com o patrimônio científico e cultural, capaz de oferecer uma experiência transformadora para seus visitantes. O acervo, impressionante tanto em variedade quanto em quantidade, tornou-se uma ferramenta essencial para promover o conhecimento e estimular a curiosidade científica, destacando a importância da preservação do patrimônio natural e histórico.

O projeto "Fim de Semana no Museu" não apenas atendeu às demandas da comunidade, mas também consolidou o MHNUFAL como um espaço inclusivo e dinâmico, que aproxima o público do conhecimento científico e cultural de forma acessível e engajante. Sua implementação reafirma o compromisso do museu em promover a educação, o lazer e o fortalecimento da identidade cultural de Alagoas, contribuindo para transformar a relação da comunidade com a ciência e a cultura.

Figura 10 - Card de divulgação do Projeto Fim de Semana no Museu

Fonte: rede social MHNUFAL

Desde a reabertura da exposição permanente em 2016, o Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) assumiu um papel estratégico no aprimoramento das práticas pedagógicas e na formação de futuros educadores, em especial os matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Essa colaboração tem ocorrido de forma integrada à disciplina de Estágio Supervisionado I, que aborda as práticas educativas em ambientes de educação não formal. Por meio dessa parceria, o museu tornou-se um espaço privilegiado para que os estudantes vivenciem suas primeiras experiências como docentes, assumindo funções como monitores da exposição e participando ativamente da elaboração, mediação e aplicação de jogos didáticos voltados para diferentes públicos.

Para os alunos em formação, essa experiência tem sido fundamental, pois lhes permite colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de licenciatura. Ao atuarem diretamente com os visitantes do museu, esses estudantes enfrentam situações reais que os desafiam a adaptar estratégias pedagógicas às necessidades específicas de diferentes grupos. Seja no atendimento a crianças de

Educação Infantil, estudantes do Ensino Fundamental e Médio, ou mesmo visitantes adultos não escolarizados, os futuros professores aprendem a lidar com a diversidade e a ajustar suas práticas para tornar o aprendizado acessível e envolvente. Essa vivência prática é essencial para o desenvolvimento das habilidades de ensino, fortalecendo sua preparação para o exercício da docência em ambientes formais e não formais.

Além do impacto na formação dos licenciandos, essa colaboração trouxe benefícios significativos para o próprio museu. Com a participação dos alunos como monitores, o MHNUFAL passou a contar com uma equipe capacitada para atender os diversos perfis de público que frequentam o espaço, garantindo um acompanhamento mais qualificado durante as visitas. Os monitores desempenham um papel crucial ao realizar mediações pedagógicas que tornam as exposições mais compreensíveis e interativas, independentemente do nível de escolaridade ou do background cultural dos visitantes. Adicionalmente, a presença dos estudantes de licenciatura contribuiu para a criação de novos materiais didáticos, como jogos educativos e atividades interativas, desenvolvidos sob orientação de professores e pesquisadores, que auxiliam na divulgação científica e no engajamento do público.

A iniciativa também mudou no perfil do público frequentador do museu. Desde a introdução das práticas pedagógicas integradas, observou-se um aumento significativo na frequência de visitas de grupos organizados de Educação Infantil, o que representou um novo desafio para o museu. Atender a crianças dessa faixa etária exige um preparo diferenciado, tanto em termos de abordagem pedagógica quanto na organização das atividades e do espaço expositivo. Essa mudança demandou do museu um esforço adicional para adaptar suas práticas e materiais, a fim de atender com qualidade às necessidades específicas desse segmento. Os jogos educativos e as atividades lúdicas desenvolvidas pelos alunos de licenciatura têm sido fundamentais nesse processo, permitindo que o MHNUFAL amplie sua atuação como um espaço acessível e inclusivo para todas as idades.

Figura 11 - Ação educativa com crianças no MHNUFAL

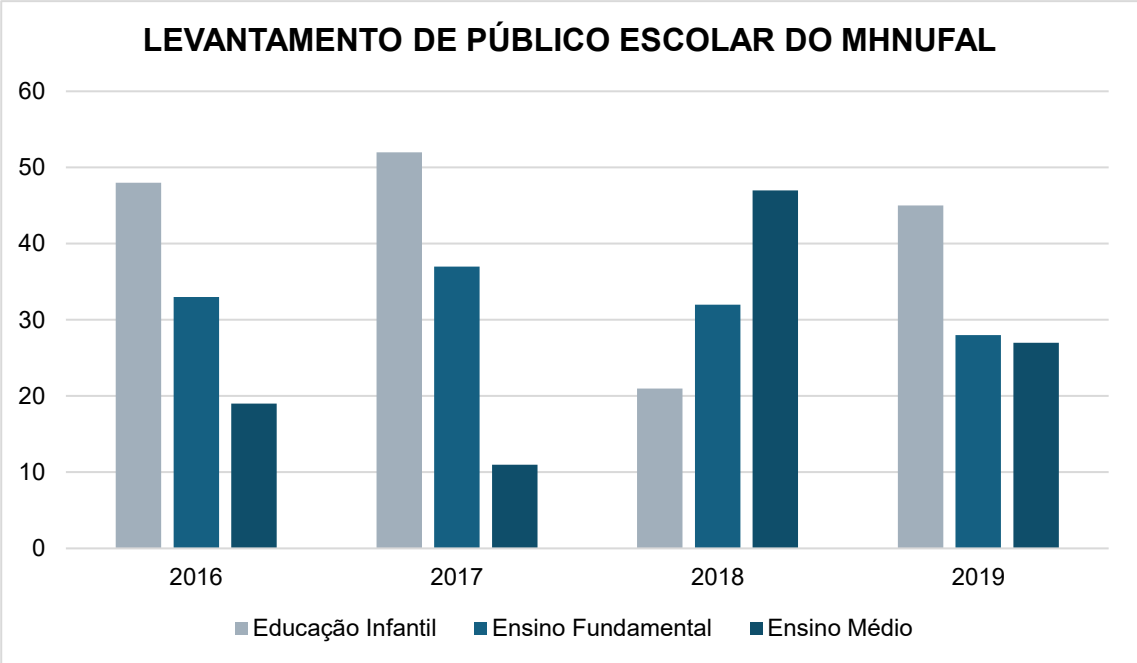
Fonte: Rede social MHNUFAL

Em síntese, a parceria entre o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e o MHNUFAL tem se mostrado uma via de mão dupla, beneficiando tanto a formação de futuros professores quanto o aprimoramento das atividades pedagógicas e do atendimento ao público no museu. Essa colaboração não apenas fortalece a integração entre a universidade e a comunidade, mas também reafirma o compromisso do museu em ser um agente ativo na promoção da educação, do aprendizado e da valorização do patrimônio natural e cultural de Alagoas. Ao capacitar novos educadores e atender às demandas de um público cada vez mais diverso, o MHNUFAL demonstra sua relevância como um espaço de transformação social e construção de conhecimento.

O trabalho sistemático de registro e levantamento de público desenvolvido pelo MHNUFAL tem sido fundamental para compreender o perfil dos visitantes e direcionar estratégias educativas. Entre 2016 e 2019, os dados coletados indicaram a predominância de crianças da Educação Infantil como o principal público visitante, reflexo de fatores como a proximidade de creches e instituições de ensino infantil no

entorno do museu. Esse cenário teve impacto direto no planejamento e na reformulação das ações educativas realizadas pela instituição.

Gráfico 1 - Índice de público infantil 2016 - 2019



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Com a reabertura de sua exposição permanente em 2016, o MHNUFAL tornou-se um espaço amplamente acessível e atrativo para a Educação Infantil. A localização do museu, em uma área central de Maceió cercada por diversas creches e escolas de ensino infantil, foi um elemento decisivo para atrair esse público. Nesse ano, as crianças da Educação Infantil representaram o maior contingente de visitantes, superando com folga os números de estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Em 2017, essa tendência se manteve e foi reforçada, com um aumento significativo nas visitas do público infantil, confirmando o museu como um destino privilegiado para atividades pedagógicas voltadas a essa faixa etária.

Entretanto, em 2018, uma mudança significativa no perfil de visitantes foi registrada. Pela primeira vez após dois anos, o público de Ensino Fundamental e Médio ultrapassou o número de visitantes da Educação Infantil. Esse aumento pode ser diretamente relacionado à realização da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Maceió, um evento de grande porte que mobilizou diferentes instituições educacionais e atraiu um público diverso e mais numeroso do que o habitual. Durante a SBPC, o MHNUFAL promoveu atividades específicas voltadas para alunos do Ensino Fundamental e Médio, como oficinas científicas, palestras

interativas e exposições temáticas, ampliando o interesse desses segmentos pelo museu. Esse evento representou uma oportunidade única de engajamento com públicos que tradicionalmente não predominavam entre os visitantes, gerando um impacto significativo nos números daquele ano e redirecionando temporariamente o foco das atividades do museu.

Apesar do público infantil ter sido consistentemente o maior visitante ao longo dos anos, o MHNUFAL enfrenta dificuldades em ajustar suas ações educativas para atender plenamente às necessidades desse segmento. O desafio reside na especificidade do público infantil, especialmente crianças na faixa etária de dois a cinco anos, que requerem abordagens pedagógicas diferenciadas, atividades interativas e metodologias mais dinâmicas. Grande parte das ações educativas do museu foi inicialmente planejada com foco em públicos mais velhos, como estudantes do Ensino Fundamental e Médio, o que dificulta a adaptação das atividades para um público tão jovem e com demandas distintas. Além disso, o museu carece de materiais didáticos específicos e treinamentos direcionados para a mediação com crianças pequenas, o que limita a eficácia das ações voltadas a esse grupo.

Outro fator que agrava essa dificuldade é a necessidade de maior investimento em infraestrutura e capacitação da equipe. Embora o entorno do museu favoreça a atração de creches e escolas de Educação Infantil, a equipe nem sempre dispõe de tempo e recursos suficientes para criar ações personalizadas que dialoguem diretamente com esse público. A ausência de registros detalhados sobre as atividades realizadas também dificulta o processo de avaliação e replicação de práticas que já se mostraram eficazes para crianças. Assim, o museu tem adotado um processo contínuo de aprendizado, testando novos formatos de atividades e buscando estabelecer parcerias com educadores especializados na Educação Infantil.

A análise desses dados demonstra que, embora o público infantil seja predominante, ele apresenta desafios específicos que exigem um esforço redobrado de planejamento por parte do MHNUFAL. Essa realidade tem levado o museu a repensar suas estratégias, incluindo a criação de ações mais inclusivas e adaptadas para crianças, sem deixar de atender às demandas dos demais públicos. Com um trabalho contínuo de avaliação e ajustes, o MHNUFAL reafirma seu compromisso em ser um espaço de aprendizado e inclusão, capaz de promover o acesso ao conhecimento científico de maneira abrangente e adequada às diferentes faixas etárias.

2.2 As estratégias de ação do museu: comunicação, informação e registro

As ações educativas desenvolvidas pelo MHNUFAL passaram a contar com uma normatização mais estruturada a partir de 2016, como parte de um esforço institucional para melhorar o planejamento e a gestão dessas atividades. Esse processo foi motivado pela entrega anual de relatórios à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL (PROEX-UFAL), nos quais eram detalhadas informações sobre o perfil do público visitante, as ações realizadas e os setores envolvidos. Essa iniciativa visava estabelecer um registro mais preciso e sistemático das atividades educativas, incluindo a identificação dos produtores das ações, as datas em que ocorreram e o número de participantes.

O registro das ações revelou-se crucial para compreender quais setores do museu estavam voltados para atender ao público infantil, um segmento que vinha crescendo significativamente no número de visitantes. Além disso, permitiu o compartilhamento de estratégias bem-sucedidas entre os diferentes setores do MHNUFAL, incentivando a adaptação e a ampliação de iniciativas voltadas para esse público. Contudo, o sistema inicial apresentava limitações significativas: as descrições das atividades eram genéricas, e os registros detalhados das práticas pedagógicas aplicadas pelos produtores das ações não eram adequadamente documentados. Isso significava que, muitas vezes, o acesso a informações completas dependia de contato direto com os responsáveis pelas atividades, o que tornava o processo lento, ineficiente e, em alguns casos, resultava na perda de dados importantes.

Em 2018, como parte do esforço de modernização e alinhamento estratégico, a UFAL introduziu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que trouxe novas diretrizes e objetivos estratégicos para a universidade. No âmbito do MHNUFAL, uma das principais mudanças foi a determinação de que todas as atividades educativas deveriam ser registradas eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFAL). Esse sistema passou a ser a base para o registro, análise e aprovação das ações de extensão realizadas pelo museu, garantindo maior transparência e controle sobre os projetos desenvolvidos.

No caso específico do MHNUFAL, o processo de análise e aprovação das atividades educativas no SIGAA-UFAL é conduzido por um comitê multidisciplinar, composto por um membro interno do museu e representantes de diferentes institutos da universidade, como o Instituto das Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), o Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDMA) e o Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS). Esse comitê desempenha um papel

fundamental na avaliação das descrições das atividades de extensão, verificando sua conformidade com os indicadores e objetivos estabelecidos no PDI.

O processo de avaliação é dividido em duas etapas principais. Na primeira, o comitê analisa as descrições iniciais das atividades propostas, verificando sua metodologia, dinâmica, estratégia de implementação e alinhamento com os objetivos institucionais. Durante o período em que a atividade é desenvolvida, os resultados parciais também são avaliados para garantir a qualidade e a relevância das ações educativas. No entanto, foi observado que os registros eletrônicos submetidos ao SIGAA-UFAL carecem frequentemente de detalhes essenciais. Em particular, muitas descrições não especificam claramente a metodologia aplicada, a intenção pedagógica das atividades ou o público-alvo exato, como o segmento infantil. Essa imprecisão nos registros limita a capacidade de análise detalhada das ações e dificulta a avaliação de sua eficácia.

Apesar dessas limitações, o sistema eletrônico representou um avanço importante na sistematização das atividades educativas do MHNUFAL. Entre 2018 e 2019, período anterior à pandemia de COVID-19 e ao fechamento temporário do museu, foi possível registrar e organizar informações sobre as iniciativas realizadas, proporcionando uma base de dados mais consistente para futuras análises e melhorias. Esses registros são fundamentais para compreender o impacto das ações educativas do museu, identificar lacunas e orientar o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para atender aos diferentes públicos que frequentam o MHNUFAL.

Em resumo, a normatização das ações educativas e a introdução de registros eletrônicos no SIGAA-UFAL marcaram um passo significativo na gestão das atividades do MHNUFAL. Apesar dos desafios relacionados à falta de detalhes em alguns registros, o processo permitiu avanços na organização e avaliação das ações, fortalecendo o papel do museu como um espaço de educação, extensão e promoção do conhecimento científico e cultural em Alagoas. Essas mudanças refletem o compromisso do MHNUFAL em aprimorar continuamente suas práticas, tornando-as mais acessíveis, eficazes e alinhadas às necessidades da comunidade.

Quadro 3 - Ações de extensão do MHNUFAL 2018 no SIGAA-UFAL

DADOS GERAIS DAS AÇÕES DE EXTENSÃO 2018			
CÓDIGO	PJ271-2018		
TÍTULO	Final de Semana no Museu		
CATEGORIA	Projeto	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	17/03/2018 a 18/11/2018
UNIDADE PROPONENTE	Museu de História Natural	ABRANGÊNCIA	Local
ÁREA DO CNPq	Ciências Biológicas	ÁREA PRINCIPAL	Meio ambiente
TIPO DE CADASTRO	Submissão de nova proposta		
PÚBLICO-ALVO INTERNO	Docentes, técnicos e discentes	PÚBLICO-ALVO EXTERNO	Professores e alunos de escolas e faculdades públicas e particulares e a comunidade em geral
PÚBLICO ESTIMADO EXTERNO	2000	PÚBLICO INTERNO EXTIMADO	200
PÚBLICO REAL ATINGIDO	5203		
FONTE DE FINANCIAMENTO	Financiamento interno		
LINHA DE ATUAÇÃO	37 – Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial		
SITUAÇÃO	Concluída		

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA-UFAL

Quadro 4 - Ações de extensão do MHNUFAL em 2019 no SIGAA-UFAL

DADOS GERAIS DAS AÇÕES DE EXTENSÃO 2019			
CÓDIGO	PJ081-2019		
TÍTULO	Final de Semana no Museu		
CATEGORIA	Projeto	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	18/05/2019 a 09/12/2019
UNIDADE PROPONENTE	Museu de História Natural	ABRANGÊNCIA	Local
ÁREA DO CNPq	Ciências Biológicas	ÁREA PRINCIPAL	Educação
TIPO DE CADASTRO	Submissão de nova proposta		
PÚBLICO-ALVO INTERNO	Docentes, técnicos e discentes	PÚBLICO-ALVO EXTERNO	Estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio e Comunidade do entorno do MHNUFAL. Bairro do Prado
PÚBLICO ESTIMADO EXTERNO	1000	PÚBLICO ESTIMADO INTERNO	40
PÚBLICO REAL ATINGIDO	1247		
FONTE DE FINANCIAMENTO	Financiamento interno		
LINHA DE ATUAÇÃO	17 – Espaços de Ciência		
SITUAÇÃO	Concluída		

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA-UFAL

A padronização dos processos implementados no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) trouxe avanços significativos na

recuperação e no acesso às informações registradas sobre as atividades educativas realizadas pela instituição. Essa sistematização possibilitou que qualquer pesquisador ou curador vinculado ao museu pudesse consultar uma lista detalhada das atividades desenvolvidas, identificando os respectivos responsáveis por sua criação e execução. Essa transparência e organização facilitaram a gestão e o compartilhamento de informações internas, promovendo um ambiente mais colaborativo e eficiente para os envolvidos nas ações de extensão.

No entanto, apesar do progresso alcançado, o sistema ainda apresenta limitações importantes, especialmente no que diz respeito ao acesso ao conteúdo específico das atividades educativas e à definição precisa de seus públicos-alvo. As informações registradas frequentemente carecem de detalhes mais aprofundados sobre a metodologia aplicada, os objetivos pedagógicos e o perfil dos participantes. Embora seja possível fazer suposições com base nos títulos das atividades ou em palavras-chave presentes nas descrições, essa abordagem não garante a precisão necessária para compreender totalmente o alcance e o impacto das ações. A ausência de registros claros e consistentes pode dificultar análises mais detalhadas e limitar o potencial de aprimoramento das práticas educativas.

O sistema utilizado permite que os usuários listem todas as atividades de extensão nas quais estão envolvidos ou realizem buscas filtradas pela unidade acadêmica responsável. No caso do MHNUFAL, as atividades educativas são cadastradas dentro do Projeto de Extensão "Fim de Semana no Museu", que tem periodicidade anual. Esse modelo centralizado facilita o registro e a gestão das atividades, uma vez que todas elas são organizadas sob a coordenação de um único responsável, enquanto mantém a autoria e o controle sobre cada ação com o pesquisador ou curador envolvido. Essa estrutura oferece maior agilidade na supervisão das atividades, além de permitir um acompanhamento mais eficiente das equipes envolvidas e do alcance do público.

Ao acessar as informações registradas no sistema, é possível obter dados gerais sobre cada atividade, incluindo a unidade acadêmica proponente, o período de execução, as áreas de conhecimento envolvidas, a composição da equipe e o público atendido. Esses dados são fundamentais para a avaliação e o monitoramento das ações educativas, fornecendo uma visão abrangente das iniciativas realizadas. Contudo, no que diz respeito ao conteúdo pedagógico e às estratégias aplicadas, os registros permanecem sucintos, muitas vezes limitando-se a um resumo geral da atividade. Essa falta de detalhamento representa um desafio para aqueles que buscam compreender a fundo os aspectos metodológicos e teóricos que embasam as ações, bem como os resultados alcançados em termos de impacto educacional e cultural.

O sistema exige que as informações sobre cada atividade sejam preenchidas em um bloco denominado "Detalhes da Ação", que inclui campos para resumo, justificativa, fundamentação teórica, metodologia e referências. Esses itens são obrigatórios para que os coordenadores de extensão do comitê de avaliação possam autorizar a execução das atividades. Embora esses registros forneçam uma base inicial para a análise das propostas, sua descrição costuma ser bastante sucinta, dificultando a identificação de especificidades importantes, como o alinhamento das atividades com os objetivos pedagógicos ou o público-alvo exato. Isso demonstra a necessidade de aprimorar os processos de registro, garantindo que as informações sejam mais completas e detalhadas, de modo a permitir uma avaliação mais robusta e a criação de um acervo documental mais útil para consultas futuras.

A padronização e o uso do sistema integrado representam um avanço significativo na gestão das atividades educativas do MHNUFAL, mas também evidenciam a importância de investir na qualidade e no detalhamento das informações registradas. Isso é fundamental não apenas para melhorar o acompanhamento e a avaliação das ações, mas também para fortalecer o papel do museu como um espaço de aprendizado e inclusão, capaz de atender de forma eficaz às demandas de públicos diversos. O aprimoramento contínuo desses processos garantirá que o museu continue a desempenhar sua missão educativa de forma inovadora e relevante para a sociedade.

Quadro 5 - Detalhes das ações de extensão SIGAA-UFAL

DETALHES DA AÇÃO	
RESUMO	Resumo breve do projeto que abriga as ações de extensão
JUSTIFICATIVA	Apresentar argumentos que mostrem que o projeto tem caráter extensionista
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Fundamentação teórica geral, tendo como base teóricos da educação
METODOLOGIA	A metodologia descreve as ações e produtos para aplicação e desenvolvimento das atividades
REFERÊNCIAS	Bibliografia e normas técnicas da universidade consultadas
OBJETIVOS GERAIS	Mostra qual o intuito do projeto
RESULTADOS ESPERADOS	Traz de forma suscinta a descrição suscinta daquilo que o museu pretende alcançar, que sempre é descrito como ampliação do público

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA-UFAL

O bloco de objetivos e atividades no sistema de registro utilizado pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) é uma seção destinada a informar os detalhes sobre as ações educativas planejadas e realizadas pelos pesquisadores e curadores da instituição. Nesse espaço, é solicitado que os responsáveis descrevam a atividade de forma clara, incluindo informações como o período de realização, a carga horária estimada e, idealmente, o público-alvo para o qual a atividade é destinada. Essas informações são fundamentais para que as ações educativas possam ser devidamente registradas, analisadas e aprovadas pelos comitês de extensão.

No entanto, ao analisar os registros apresentados nesse bloco, observa-se que, frequentemente, as descrições das ações educativas são feitas de maneira genérica e pouco detalhada. Embora alguns pesquisadores e curadores informem o público-alvo das atividades, essa prática não é adotada de forma consistente, o que resulta em lacunas importantes nos registros. Por exemplo, há casos em que as descrições fornecem apenas uma visão superficial das ações planejadas, sem especificar claramente quais segmentos do público estão sendo priorizados, quais são os objetivos pedagógicos pretendidos ou quais metodologias serão aplicadas para atingir esses

objetivos. Essa falta de detalhamento pode dificultar a compreensão completa da natureza da atividade e de seu impacto educacional.

A ausência de informações mais precisas no bloco de objetivos e atividades representa um desafio significativo para a análise e o acompanhamento das ações educativas do MHNUFAL. Sem uma descrição detalhada, torna-se difícil avaliar se as atividades estão alinhadas com as diretrizes institucionais, se atendem adequadamente às necessidades do público-alvo e se empregam metodologias pedagógicas eficazes. Além disso, a falta de padronização na forma como as informações são registradas impede que se tenha uma visão abrangente e comparativa das atividades realizadas, dificultando o planejamento estratégico e a tomada de decisões para melhorar as práticas educativas.

Essa inconsistência também tem implicações no processo de aprovação das atividades pelos comitês de extensão. Quando os registros não incluem informações completas e bem estruturadas, os avaliadores podem enfrentar dificuldades para compreender o propósito e o alcance das ações propostas, o que pode atrasar ou até comprometer o processo de aprovação. Além disso, a falta de clareza nos registros limita a capacidade da instituição de documentar de forma eficaz as contribuições de cada ação para os objetivos gerais do museu, como a promoção da educação científica, a valorização do patrimônio natural e cultural e o engajamento da comunidade.

Por outro lado, a inclusão de informações detalhadas no bloco de objetivos e atividades poderia trazer benefícios significativos para o museu e para os próprios pesquisadores e curadores. Descrições mais completas e padronizadas ajudariam a criar um acervo de boas práticas, que poderia ser utilizado para inspirar e orientar futuras iniciativas. Além disso, o registro detalhado das metodologias e dos resultados das atividades contribuiria para a construção de um histórico institucional mais sólido, fortalecendo a capacidade do MHNUFAL de demonstrar seu impacto educativo e cultural para a comunidade e para a universidade.

Em resumo, embora o bloco de objetivos e atividades seja uma ferramenta valiosa para o registro e a organização das ações educativas do MHNUFAL, sua utilização atual apresenta limitações significativas devido à falta de detalhamento e padronização nos registros. Para superar esses desafios, seria essencial implementar diretrizes mais claras sobre como preencher esse bloco, incentivando os responsáveis a incluir informações mais completas e específicas sobre suas atividades. Isso não apenas melhoraria o acompanhamento e a avaliação das ações, mas também fortaleceria o papel do museu como um espaço de excelência em educação, pesquisa e extensão.

Quadro 6 - Dados gerais das ações de extensão do MHNUFAL no SIGAA-UFAL

OBJETIVOS / ATIVIDADES			
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	Realização de atividades científico-culturais em Comemoração ao dia do Paleontólogo comemorado no Brasil 07 do mês de março.		
LISTA DE PARTICIPANTES			
CARGA HORÁRIA	16H	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	17/03/2018 a 18/03/2018

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA-UFAL

A ausência de instrumentos eficientes de registro e documentação das ações educativas desenvolvidas no MHNUFAL resulta em uma perda significativa de informações importantes sobre essas atividades. Esse problema é particularmente evidente quando se observa que os próprios produtores, como pesquisadores e curadores, não dispõem de ferramentas que lhes permitam registrar, de maneira detalhada e sistemática, as metodologias, os resultados e as especificidades das ações realizadas. Assim, as descrições disponíveis geralmente se restringem a informações mínimas, muitas vezes insuficientes para permitir a replicação ou o aprimoramento dessas práticas, tanto para o público infantil quanto para outros segmentos.

Essa lacuna na documentação também afeta a capacidade de planejamento e avaliação das ações educativas. Por exemplo, ao serem questionados, os pesquisadores e curadores frequentemente confirmam que já desenvolveram atividades voltadas para o público infantil. No entanto, quando se pede que especifiquem se essas atividades atenderam crianças na faixa etária de dois a cinco anos, a maioria dos profissionais não sabe precisar. Muitos acreditam que essa informação pode ser encontrada nos registros do SIGAA-UFAL ou em outros relatórios institucionais, mas a realidade é que não existem procedimentos estabelecidos para garantir que essas informações sejam registradas de forma detalhada e acessível. Essa lacuna reflete a falta de um sistema robusto de documentação, capaz de fornecer um panorama claro e confiável sobre as ações realizadas.

A ausência de registros detalhados cria um cenário em que as informações ficam dispersas ou dependentes de consultas informais entre os colegas. Quando se busca recuperar dados sobre atividades específicas, os responsáveis frequentemente recorrem aos resumos anuais enviados à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFAL). Embora esses relatórios contenham informações gerais sobre as ações desenvolvidas,

eles raramente apresentam o nível de detalhamento necessário para uma análise aprofundada. Nesse sentido, os resumos anuais não conseguem atender plenamente às necessidades de consulta, avaliação ou replicação das práticas educativas. Em muitos casos, a única alternativa disponível é buscar informalmente os colegas que participaram das atividades, na esperança de que tenham registros ou memórias mais detalhadas sobre o que foi feito.

A falta de detalhamento nos registros também impede que as ações educativas sejam avaliadas em termos de impacto e eficácia. Sem informações claras sobre as metodologias aplicadas, os objetivos pedagógicos e os públicos atendidos, torna-se difícil identificar quais práticas foram mais bem-sucedidas e quais poderiam ser ajustadas ou ampliadas. Essa situação também dificulta a disseminação de boas práticas, limitando o potencial de inovação e colaboração entre os setores do museu e até mesmo com outras instituições.

A ausência de registros completos e sistematizados no MHNUFAL traz impactos significativos no processo de gestão e tomada de decisão. Sem dados confiáveis e detalhados, os gestores e coordenadores enfrentam dificuldades em planejar ações futuras, avaliar a eficácia de iniciativas anteriores ou justificar a continuidade de projetos existentes. Essa lacuna também compromete a capacidade do museu de demonstrar suas contribuições no campo da educação e da extensão universitária, dificultando a comunicação efetiva com a comunidade acadêmica e externa. A falta de um retrato claro e documentado enfraquece a capacidade do MHNUFAL de articular seus objetivos e de consolidar sua relevância como instituição educativa.

Para enfrentar esses desafios, é imprescindível a implementação de um sistema de registro robusto e padronizado, que assegure a documentação detalhada de todas as ações educativas realizadas. Esse sistema deve incluir campos específicos para registrar a concepção, execução e avaliação das iniciativas, abrangendo informações como as metodologias empregadas, os objetivos pedagógicos, os públicos-alvo e os resultados alcançados. A criação de um banco de dados estruturado permitiria não apenas o armazenamento dessas informações, mas também a realização de análises que possibilitem a replicação e o aprimoramento das práticas educativas.

Além da adoção de um sistema eficiente, é igualmente importante investir na capacitação dos profissionais responsáveis pela execução das ações educativas. Treinamentos regulares podem ser fundamentais para que educadores, curadores e pesquisadores compreendam a importância da documentação e se tornem aptos a utilizar ferramentas de registro de maneira eficaz. Essa formação contínua não apenas

qualificaria o trabalho realizado no museu, mas também garantiria que os dados gerados fossem consistentes e úteis para subsidiar decisões estratégicas.

A ausência de registros detalhados também impacta negativamente na construção da memória institucional do MHNUFAL, limitando sua capacidade de monitorar o progresso de suas atividades ao longo do tempo e de responder às demandas da sociedade de forma dinâmica. Um sistema de documentação eficiente contribuiria para consolidar o museu como um espaço de referência em educação e extensão, ao oferecer uma base sólida de informações para o desenvolvimento de novos projetos e a avaliação contínua das ações realizadas.

Em síntese, a implementação de um sistema de registro mais completo e a capacitação dos produtores de ações educativas são elementos essenciais para que o MHNUFAL alcance seu pleno potencial como agente de promoção do conhecimento. Esses esforços não apenas fortaleceriam sua atuação como uma instituição de excelência, mas também valorizariam o patrimônio científico e cultural de Alagoas, ampliando seu impacto na sociedade.

CAPÍTULO 3

A INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO E DOS DOCUMENTOS DE REGISTRO DAS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL DO MHNUFAL

A presente pesquisa concentra-se nas questões e desafios relacionados às práticas educativas realizadas no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). Para compreender essas dinâmicas, adotou-se a análise do discurso como ferramenta metodológica, reconhecida por sua capacidade de desvelar aspectos ocultos nas narrativas e práticas educacionais, especialmente em contextos de ensino não formal. A abordagem baseia-se na identificação e sistematização de categorias analíticas que articulam comportamentos de pesquisadores e curadores (PC) no desenvolvimento de ações educativas voltadas ao público infantil, além de considerar a implementação e os impactos dessas ações nesse ambiente específico.

O corpus investigado é composto por discursos produzidos por pesquisadores e curadores envolvidos na concepção e execução das Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI) no MHNUFAL, entre os anos de 2016 e 2019. A análise incluiu, ainda, suas percepções sobre a eficácia e a qualidade das atividades propostas, com atenção especial ao público infantil de dois a cinco anos. Para fundamentar teoricamente a investigação, foram mobilizados os pressupostos de Norman Fairclough (2016), cuja abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece uma estrutura robusta para compreender as inter-relações entre linguagem, poder e práticas sociais. Fairclough enfatiza que a análise detalhada de textos e documentos educacionais pode revelar intenções subjacentes e relações de poder que moldam as interações discursivas, possibilitando uma leitura mais crítica e aprofundada dessas produções.

A teoria do discurso, conforme abordada por Norman Fairclough (2016), é uma ferramenta analítica que permite compreender como os significados são construídos, negociados e transmitidos em contextos sociais e culturais. Nos museus, o discurso educativo se materializa por meio de exposições, materiais interpretativos, ações mediadas e interações entre educadores e visitantes. Essas práticas discursivas não apenas refletem os valores e objetivos institucionais, mas também influenciam a maneira como os visitantes, especialmente crianças, constroem conhecimento e relacionam-se com o patrimônio.

Maria Margaret Lopes (2005) destaca que os museus funcionam como espaços de tradução cultural, nos quais conceitos complexos podem ser reinterpretados em formatos acessíveis. Para o público infantil, isso significa transformar informações científicas ou históricas em narrativas interativas, jogos ou atividades lúdicas, criando oportunidades de aprendizado significativo.

A pesquisa também estabelece diálogos teóricos com o modelo de análise interacional desenvolvido por Sinclair e Coulthard (1975), conhecido como padrão IRF (Initiation-Response-Feedback), traduzido como Iniciação, Resposta e Acompanhamento. Esse padrão, amplamente utilizado em estudos de interações

educacionais, permite mapear as estruturas discursivas que emergem durante as trocas comunicativas entre professores e alunos. No contexto desta pesquisa, o componente "I" (Iniciação) foi associado às práticas iniciais dos pesquisadores/curadores, com foco nos conceitos, valores e expressões predominantes em suas ações educativas. O componente "R" (Resposta) abrangeu as interações subsequentes e as respostas obtidas junto ao público-alvo das ações. Por fim, o componente "F" (Follow-up ou Acompanhamento) destacou as dinâmicas de retroalimentação entre os pesquisadores/curadores, apontando como essas interações contribuíram para a reformulação e aprimoramento das práticas educativas.

Adicionalmente, foram considerados os pressupostos de Van Dijk (2013) sobre a construção discursiva de significados e o papel das estruturas sociais no condicionamento das práticas discursivas. Segundo Van Dijk, a análise do discurso permite investigar como os atores sociais negociam sentidos e reproduzem ideologias em seus discursos, especialmente em contextos educacionais e culturais. Essa perspectiva amplia a compreensão dos fatores que moldam as práticas educativas em ambientes museológicos, onde a mediação discursiva desempenha um papel central na promoção de experiências significativas para o público infantil.

Ao articular essas abordagens teóricas, a pesquisa revisitou e expandiu as aplicações tradicionais da análise do discurso, adaptando-as ao contexto específico do MHNUFAL. A investigação buscou não apenas descrever as práticas educativas, mas também interpretar os significados atribuídos a essas ações pelos seus idealizadores, identificando desafios e potencialidades inerentes ao processo de educação não formal em museus. Dessa forma, a análise contribui para o campo da educação museológica ao propor reflexões críticas sobre as práticas discursivas e seus impactos no desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas para o público infantil.

Quadro 7 - Elementos da análise padrão IRF

ELEMENTOS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO
Identificação	Identifica os elementos textuais, como palavras-chave, conceitos principais
Relação	Analisa as relações entre os elementos identificados, como conexões entre conceitos
Funcionamento	Examina como os elementos identificados e as relações estabelecidas contribuem para o significado global do discurso

Fonte: Quadro elaborado pela autora

As ações educativas realizadas no MHNUFAL são concebidas e executadas sob a responsabilidade exclusiva dos pesquisadores e curadores (PC). No entanto, observa-se a ausência de um dispositivo institucional formalizado que oriente essas práticas além das ações de extensão promovidas pela instituição. Tal cenário resulta em documentações diversas e heterogêneas, marcadas pelo discurso predominante das Ciências Naturais, o que reforça a necessidade de estudos que problematizem as intencionalidades pedagógicas e as práticas discursivas envolvidas.

Este estudo baseia-se, em parte, nas recomendações de Labov e Fanshel (1977), que introduziram o conceito de *discourse markers* (marcadores discursivos), enfatizando que as proposições gerais trazidas pelos participantes em eventos discursivos possuem papel central na intencionalidade de seus discursos. A análise proposta busca identificar se as ações educativas desenvolvidas no MHNUFAL refletem uma intenção pedagógica consciente, considerando, em particular, as peculiaridades do público infantil. A análise dessas práticas é orientada pela perspectiva de que as interações discursivas não apenas comunicam, mas também estruturam relações sociais e ideológicas.

A análise documental assume relevância neste contexto, permitindo investigar registros além do que é explicitamente comunicado na linguagem oral. Hodge e Kress (1988) expandem o escopo da análise comunicativa ao considerar "outros modos semióticos" como constitutivos da produção de sentido em uma perspectiva social. Assim, os registros documentais fornecidos pelos PC podem revelar significados que ultrapassam os limites da linguagem oral e textual, enriquecendo a compreensão das práticas educativas.

Os pesquisadores/curadores do MHNUFAL têm expertise na linguagem da divulgação científica e no discurso expositivo, além de estarem familiarizados com o caráter pedagógico inerente às instituições museológicas. Contudo, Michel Pêcheux (1995) problematiza o caráter pedagógico da linguagem ao considerar que os discursos produzidos em ambientes institucionais frequentemente incorporam uma "ideologia de discurso". Segundo o autor, a tríade "língua, sujeito e história" é fundamental para compreender como as práticas científicas e pedagógicas se inter-relacionam em um sistema de significados ideologizados. Essa abordagem permite situar o sujeito — neste caso, o público infantil — em relação ao *interdiscurso*, entendendo as práticas educativas como fenômenos ideologicamente impregnados e politicamente orientados.

Do ponto de vista metodológico, a análise das práticas educativas será estruturada em três dimensões principais: análise textual, prática discursiva e prática social. A análise textual concentra-se nas propriedades linguísticas dos textos produzidos; a prática discursiva explora os processos de produção, distribuição e interpretação dos discursos; e a prática social investiga os contextos socioculturais mais amplos nos quais esses discursos estão inseridos. Essa abordagem é amplamente respaldada por Fairclough (2016), que destaca a relação dialética entre linguagem e sociedade, considerando o discurso como prática social que reflete e constrói realidades.

Além disso, categorias como intertextualidade e interdiscursividade são fundamentais para esta pesquisa. Segundo Fairclough (2016), a intertextualidade refere-se ao diálogo entre textos, conectando o presente ao passado e moldando futuros discursos. Já a interdiscursividade abrange as convenções discursivas em múltiplas camadas, frequentemente ocultas na superfície do texto. Ambas as categorias são essenciais para compreender as dinâmicas de mudança social e a reestruturação de práticas discursivas, especialmente no contexto educativo museológico.

A análise crítica do discurso, conforme defendida por Orlandi (2007), enfatiza a necessidade de desvelar as ideologias subjacentes aos discursos institucionais, identificando as formas de poder e exclusão que podem estar embutidas em práticas aparentemente neutras. No contexto do MHNUFAL, essa abordagem permite refletir sobre como os discursos dos pesquisadores/curadores sustentam ou transformam relações de poder e participação social, considerando as especificidades do público infantil e suas interações com o ambiente museológico.

A dialética do discurso também é explorada como uma relação entre elementos discursivos e não discursivos que constituem a realidade social. Conforme aponta Charaudeau (2008), o discurso educativo não deve ser analisado isoladamente, mas em relação às práticas sociais, políticas e culturais que o moldam. Essa perspectiva

possibilita compreender como as ações educativas do MHNUFAL articulam linguagem, ideologia e prática social, promovendo ou resistindo a transformações nas relações sociais.

A pesquisa propôs uma análise crítica das práticas educativas no MHNUFAL, articulando dimensões linguísticas, discursivas e sociais para investigar intencionalidades pedagógicas, configurações ideológicas e suas implicações para a educação não formal.

A segunda infância, que compreende crianças de dois a cinco anos, é uma fase crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Segundo Jean Piaget (1976), as crianças nesse estágio estão em uma fase pré-operacional, marcada pelo pensamento simbólico e pela imaginação. Portanto, as atividades educativas em museus precisam ser adaptadas para respeitar essas características, utilizando recursos visuais, táteis e narrativos que estimulem a curiosidade e a interação.

Vigotsky (1984) enfatiza a importância da interação social no aprendizado, destacando que a mediação é essencial para que as crianças avancem em sua zona de desenvolvimento proximal. Nos museus, os educadores desempenham o papel de mediadores, ajudando as crianças a construírem significados a partir das exposições e atividades. Essa abordagem é complementada por Henri Wallon (1986), que aponta para a integração entre emoção e cognição no processo de aprendizagem. Atividades práticas e lúdicas nos museus, como oficinas de arte ou experimentos científicos, ajudam a integrar essas dimensões, promovendo o desenvolvimento integral das crianças. McManus enfatizam o papel da mediação e a importância do educador nesse processo:

> A importância do educador pode ser definida como aquele que vai promover o aprendizado dentro do ambiente de um museu. O outro papel é o de transformar as informações por parte daqueles que se tornam mediadores no museu. O educador entende lado pedagógico e as questões ligadas à aprendizagem no museu (McManus, 2013, p.17-18).

Ana Mae Barbosa (1991) propõe a abordagem triangular da educação estética, que inclui apreciação, contextualização e produção. Essa metodologia é particularmente relevante para museus, pois incentiva as crianças a interagirem com as exposições de forma ativa, seja observando, interpretando ou criando algo relacionado ao que vivenciaram. Por meio dessa interação, os museus não apenas promovem a sensibilização artística, mas também ajudam a desenvolver habilidades críticas e criativas.

Pesquisadoras como Marília Xavier Cury (2013) e Gabriela Aidar (2014) destacam que a intencionalidade pedagógica vai além de um planejamento formal e estruturado, devendo ser compreendida como um processo contínuo e dinâmico de reflexão e adaptação às necessidades e características dos educandos. Segundo Cury, a intencionalidade envolve o alinhamento entre os objetivos educativos, o contexto do público-alvo e os recursos disponíveis, o que exige dos educadores uma postura crítica e flexível. Aidar, por sua vez, reforça que para que essa prática seja efetiva, é imprescindível que os profissionais disponham de capacitação específica, recursos materiais adequados e apoio institucional consistente, elementos que permitem a construção de ações educativas mais significativas e alinhadas às demandas pedagógicas. Essas condições são fundamentais para que os educadores possam implementar práticas que considerem as dimensões cognitiva, emocional e social do público infantil, promovendo experiências educacionais enriquecedoras no contexto museológico.

3.1 O discurso dos profissionais/curadores para as práticas de ações educativas para o público infantil e sua aplicação e registro

A intencionalidade pedagógica é um elemento fundamental no planejamento de ações educativas em museus. De acordo com Paulo Freire (1996), toda prática educativa deve ser intencional, isto é, planejada com objetivos claros e alinhada às necessidades dos educandos. No contexto infantil, isso implica considerar as características específicas da faixa etária, como curiosidade natural, capacidade de atenção limitada e necessidade de interação prática.

O ambiente expositivo constitui um espaço fundamental de comunicação e interação no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), sendo amplamente reconhecido e utilizado pelos pesquisadores e curadores. Nesse espaço, a pesquisa qualitativa desempenha um papel crucial na interpretação dos dados fornecidos pela instituição e pelos pesquisadores/curadores. Essa análise qualitativa apoia-se em registros documentais e audiovisuais que documentam o trabalho expositivo, permitindo compreender como os objetos exibidos comunicam suas acepções e importâncias dentro do contexto da história natural, além de avaliar o impacto do museu para a sociedade. O espaço expositivo, assim, atua como um meio dinâmico de mediação, possibilitando aos pesquisadores e curadores promoverem o conhecimento, estimular a reflexão e destacar o trabalho institucional de forma significativa.

No âmbito desta pesquisa, a análise do discurso em museus revelou-se uma abordagem teórica e metodológica essencial, com o objetivo de investigar as relações entre linguagem, poder e ideologia na construção e na apresentação dos discursos museais. O estudo concentrou-se na análise crítica de documentos escritos e relatos orais produzidos pelos pesquisadores e curadores responsáveis pelas ações educativas, bem como nos registros pessoais relacionados ao processo de construção desses materiais. Os resultados evidenciam que, embora o ambiente expositivo seja um recurso valioso, ele não é, por si só, suficiente ou a melhor estratégia para engajar o público infantil que visita o MHNUFAL. Nesse sentido, destaca-se que as ações educativas configuram uma ferramenta alternativa, com elevado potencial para alcançar esse público, desde que sua linguagem e metodologias sejam devidamente analisadas e ajustadas.

A pesquisa também enfatiza a necessidade de compreender como os pesquisadores e curadores do MHNUFAL estruturam o processo de construção de significado nas ações educativas destinadas às crianças. Nesse contexto, a análise do discurso foi aplicada como uma metodologia central, permitindo investigar os discursos implícitos, ou seja, elementos que não estão explicitamente enunciados, mas que são sugeridos ou pressupostos nas mensagens transmitidas. Esse trabalho analítico envolveu a identificação de minúcias narrativas, por meio da intertextualidade, que revelam como os pesquisadores e curadores percebem e estruturam suas relações com o público infantil.

Para compreender essas interações, utilizou-se o padrão IRF (Iniciação, Resposta e Acompanhamento), aplicado na interação inicial com base em um roteiro de entrevistas estruturadas (ver Anexo). O objetivo foi identificar as possíveis ações educativas destinadas ao público infantil, com base nas respostas de cinco pesquisadores entrevistados. Essas respostas foram analisadas com foco nos marcadores discursivos mais presentes em cada etapa da interação: abertura (Iniciação), resposta (Resposta) e acompanhamento (Follow-up). Esse padrão dialógico permitiu explorar as trocas discursivas entre os pesquisadores/curadores e os visitantes, destacando elementos que refletem intencionalidades pedagógicas e estratégias de mediação.

Os resultados indicaram que a interação inicial é crucial para estabelecer um vínculo significativo com o público infantil, sendo mediada pela capacidade do pesquisador/curador de adaptar a linguagem e os conceitos apresentados às necessidades e interesses desse público. Além disso, a análise revelou que, embora os discursos institucionais valorizem a abordagem expositiva, o potencial transformador das ações educativas reside em sua capacidade de engajar ativamente as crianças por

meio de práticas interativas e discursivas ajustadas às suas realidades cognitivas e sociais.

O trabalho de pesquisa reafirmou a importância de investigar criticamente a linguagem e os processos discursivos na construção de ações educativas em museus. A análise do discurso, ao explorar aspectos implícitos e intertextuais, permite uma compreensão aprofundada das relações entre os pesquisadores/curadores e o público infantil, contribuindo para o desenvolvimento de práticas educativas mais eficazes e inclusivas no contexto do MHNUFAL.

Quadro 8 - Questionamentos e registros dos elementos de entrevista

PERGUNTA	I DENTIFICAÇÃO (I)	RELAÇÃO (R)	FUNCIONAMENTO (F)
Como é o processo de elaboração das ações educativas?	Pontuais	Eventos; Pedido do MHNUFAL	Motivação própria
Como é definido perfil do público das ações educativas?	Pelo conteúdo	Pela demanda do museu	Tentar fazer o mais abrangente possível
Você já elaborou ações educativas para o público infantil?	Sim, muitas vezes	Algumas vezes	Tenho de dificuldade em definir se foram apenas para o público infantil
Das ações indicadas nos relatórios do MHNUFAL desenvolvidas pelo setor no qual que atua, você diria que elas são aplicáveis para o público na faixa etária entre 2 a 5 anos?	Sim	Algumas podem ser	Acho que não funcionariam bem

Fonte: Quadro elaborado pela autora

As ações pedagógicas desenvolvidas para o público infantil no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) são identificáveis por meio de relatórios institucionais e registros documentais. Contudo, observa-se uma dificuldade

significativa em estabelecer uma definição precisa dos elementos que compõem essas atividades, uma vez que, à primeira vista, parecem ser de simples execução. Um dos principais desafios detectados está relacionado à intencionalidade pedagógica subjacente, que frequentemente se revela de difícil localização. Essa lacuna faz com que as Ações Educativas para o Público Infantil (AEPIs) sejam frequentemente percebidas como uma mera complementação à visitação das exposições, sem que fique claramente delineado se tais atividades conseguem, de fato, cumprir um papel efetivo de comunicação e engajamento, especialmente com o público infantil.

A fim de aprofundar a compreensão sobre essas ações, a pesquisa verificou os registros textuais referentes à produção das AEPIs disponíveis em relatórios institucionais e outros documentos. Para isso, os registros foram apresentados aos pesquisadores e curadores do MHNUFAL, com o objetivo de identificar ações que estes considerassem aplicáveis ao público infantil. Esse processo seguiu um padrão inicial de identificação (Padrão I), no qual as ações educativas para o público infantil foram reconhecidas por meio de palavras-chave que as nominassem direta ou indiretamente ou que apresentassem associação com atividades destinadas especificamente a esse público.

Os documentos analisados nesse processo foram obtidos tanto no acervo do MHNUFAL quanto no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFAL) (ver Anexo e Apêndice). Para a análise, foi elaborada uma estrutura metodológica que considerou registros compreendidos no período de 2016 a 2019. Esses documentos foram examinados para identificar ações educativas destacadas pelos pesquisadores/curadores como destinadas ao público infantil. Após a identificação, foi estruturado um quadro analítico que sintetiza e organiza as informações extraídas desses registros.

A análise documental priorizou uma abordagem qualitativa, orientada pelos seguintes critérios: (1) identificação de termos que indicam ações educativas voltadas ao público infantil; (2) descrição dos contextos em que essas ações foram realizadas; e (3) avaliação da relação entre a intencionalidade pedagógica declarada e a execução das atividades. Essa metodologia permitiu não apenas mapear as AEPIs, mas também levantar questionamentos acerca da efetividade dessas ações na comunicação com o público infantil e no alcance dos objetivos pedagógicos previstos.

Os resultados preliminares indicam que, embora as AEPIs sejam uma parte reconhecida das atividades museológicas, a sua concepção e execução carecem, em muitos casos, de uma estrutura pedagógica robusta que assegure o cumprimento de intencionalidades educativas claras. Além disso, a análise sugere que a delimitação do papel das AEPIs no MHNUFAL ainda é insuficientemente articulada, sobretudo no que

diz respeito à interação com o público infantil. Assim, torna-se imprescindível investigar como essas ações podem ser reestruturadas para melhor atender às necessidades de aprendizagem e engajamento desse público, consolidando o museu como um espaço de educação não formal efetivo e inclusivo.

A sistematização das ações educativas voltadas ao público infantil no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), entre os anos de 2016 e 2019, resultou da análise de relatórios institucionais e de entrevistas realizadas com pesquisadores e curadores atuantes no museu. O levantamento, representado no quadro a seguir, busca evidenciar o esforço das diferentes áreas científicas do museu em desenvolver atividades específicas para crianças, revelando a diversidade de abordagens e a frequente presença de linguagens lúdicas e interativas. Contudo, a análise desses dados não esteve isenta de desafios, sobretudo em virtude da minha dupla posição como pesquisadora e integrante da equipe técnica da instituição.

Essa condição implicou em limites éticos e interpretativos relevantes, uma vez que a proximidade com os sujeitos entrevistados e com a rotina institucional pode afetar tanto a coleta quanto a interpretação das falas. Ainda que a familiaridade com o campo de pesquisa favoreça a compreensão das práticas e contextos, ela também pode limitar o distanciamento crítico necessário à análise. Em diversas situações, foi necessário contornar resistências dos profissionais entrevistados em explicitar suas concepções sobre o trabalho educativo com crianças, seja pela dificuldade de formular discursos sobre práticas naturalizadas, seja pelo receio de avaliações externas ou institucionalizadas.

A maioria dos entrevistados revelou uma compreensão fragmentada sobre o papel educativo das ações museais direcionadas à infância, muitas vezes associando-as exclusivamente ao entretenimento ou às datas comemorativas. Tal percepção indicou não apenas a ausência de uma política institucional formalizada para a educação infantil no museu, mas também a carência de formação continuada dos profissionais envolvidos nas atividades educativas. Esses elementos tornaram ainda mais complexa a tarefa de analisar os sentidos atribuídos à infância e à educação museal no interior do MHNUFAL.

Diante dessas complexidades, a análise do discurso foi adotada como ferramenta metodológica central, especialmente a partir dos pressupostos de Norman Fairclough. A escolha por essa abordagem permitiu compreender as falas dos curadores e pesquisadores como práticas discursivas inseridas em contextos sociais e institucionais específicos, revelando as tensões entre discurso e prática. A análise crítica do discurso tornou-se, assim, um recurso potente para identificar os significados

subjacentes, as ideologias em circulação e as relações de poder que permeiam o campo educativo no museu.

A metodologia de Fairclough contribuiu para problematizar não apenas o conteúdo das entrevistas, mas também os modos pelos quais os profissionais se posicionam em relação à infância, à educação e às suas próprias responsabilidades institucionais. A triangulação com os dados documentais, como os relatórios institucionais que informam o quadro a seguir, possibilitou validar as recorrências discursivas e mapear os eixos temáticos mais recorrentes, como a valorização da ludicidade, a espontaneidade nas práticas e a ausência de planejamento pedagógico estruturado.

O quadro de ações educativas infantis apresentado nesta seção deve ser compreendido não apenas como um inventário de práticas, mas como um material empírico que expressa as compreensões, os limites e as potencialidades da atuação educativa do MHNUFAL com seu público infantil. Sua leitura, à luz da análise do discurso, oferece subsídios valiosos para a reflexão crítica sobre as políticas museais voltadas à infância, apontando a urgência de uma maior institucionalização, formação e reflexão pedagógica nas práticas educativas desenvolvidas no interior dos museus universitários.

Quadro 9 - Ações educativas listadas nos relatórios MHNUFAL

INFORMAÇÕES DO RELATÓRIOS DE 2016 A 2019			
AÇÃO EDUCATIVA		SETOR	ANO
01	Teatro de Fantoche sobre Arqueologia	Arqueologia	2016
02	Oficina Infantil de Dança Rupestre	Arqueologia	2016
03	Jogo de aventura Mama Go	Mastozoologia	2016
04	Oficina Botânica para crianças	Botânica	2016
05	Contação de História	Ornitologia	2016
06	Oficina de origami	Entomologia/Malacologia	2016
07	atividades lúdicas para crianças	Administração	2016
08	Oficina “O pequeno herpetólogo	Herpetologia	2017
09	Oficina “Brincando com Dinossauros”	Geologia/Paleontologia	2017
10	Oficina infantil de pintura em cerâmica	Arqueologia	2017
11	Sessão de contos: Bichos, cantos e encantos	Arqueologia	2017

12	Oficina de origami de mamíferos	Mastozoologia	2017
13	Brincadeiras: corrida de marsúpio; buscando meu alimento	Mastozoologia	2017
14	Brincadeiras: presa-predador; corrida de morcegos	Mastozoologia	2017
15	Oficina infantil “Como fazer arranjo de flores”	Etnoecologia	2017
16	Oficina Infantil de Confecção de Máscaras Africanas	Administração/Museologia	2017
17	Confecção de Livrinho Infantil	Administração/Museologia	2017
18	Contação de Histórias “Histórias do lar... de lá”	Administração/Museologia	2017
19	Teatro de fantoches: História de Zumbi dos Palmares	Administração/Museologia	2017
20	Jogos infantis	Geologia/Paleontologia	2018
21	Oficina brincando com gigantes	Geologia/Paleontologia	2018
22	Oficina de pintura cerâmica	Arqueologia	2018
23	Oficina Pequeno(a) guerreiro(a) pré-histórico(a)	Arqueologia	2018
24	Pintura Facial	Entomologia/Malacologia	2018
25	Oficina tiaras e tridentes (crianças)	Etnoecologia	2018
26	Oficina reciclagem (crianças)	Etnoecologia	2018
27	Oficina colagem com areia (crianças)	Etnoecologia	2018
28	Oficina sapo guloso/Corrida de sapo/Amarelinha do jabuti (crianças)	Etnoecologia	2018
29	Oficina botânica para crianças – a folha e a flor	Etnoecologia	2018
30	Jogo Mamíferos em ação	Mastozoologia	2018
31	Jogo busca ativa mamíferos	Mastozoologia	2018
32	Jogo corrida do marsúpio	Mastozoologia	2018
33	Oficina origami mamíferos	Mastozoologia	2018
34	Oficina pequeno morcególogo	Mastozoologia	2018
35	Contação de histórias infantis	Administração/Museologia	2018

36	Oficina brinquedo reciclado	Administração/Museologia	2018
37	Jogo: Corrida de marsúpio e Jogo mamíferos em ação	Mastozoologia	2019
38	Cultural: Contação de histórias	Mastozoologia	2019
39	Oficina: Brinquedos reciclados Jogo: Busca ativa de pequenos mamíferos	Mastozoologia	2019
40	Jogo: Mamíferos e ação	Mastozoologia	2019
41	Oficina: Pintura rupestre	Arqueologia	2019
42	Oficina: Pequeno caçador	Arqueologia	2019
43	Oficina: Quebra-cabeça	Arqueologia	2019
44	Contação de história e oficina de bonecas Abayomi	Arqueologia	2019
45	Atividade infantil: Monte seu animal marinho	Entomologia/Malacologia	2019
46	Atividade Infantil: Álbum de figurinhas	Entomologia/Malacologia	2019
47	Atividade infantil: Pescaria	Entomologia/Malacologia	2019
48	Atividade Infantil: Como nascem os sapos	Herpetologia	2019
49	Atividade infantil: Herpeto kids – Criando meus próprios brinquedos	Herpetologia	2019
50	Oficina: Mini chef da geração saúde (de 7 a 12 anos, vagas limitadas)	Etnoecologia	2019
51	Oficina de horta em casa (adultos e crianças)	Etnoecologia	2019
52	Oficina de pintura com tinta vegetal	Botância/Museologia	2019
53	Gincana Passarinhando	Ornitologia	2019

54	Oficina de Origami	Ornitologia	2019
55	Oficina Infantil: Bonecas Abayomi	Taxidermia	2019
56	Brincadeiras Infantis: “Revivendo nosso passado”.	Taxidermia	2019
57	Oficina Infantil: Faça sua historinha em gibi.	Taxidermia	2019
58	Oficina infantil: “Máscaras Africanas: beleza magia e importância	Taxidermia	2019

Fonte: Quadro elaborado pela autora

O quadro permite a identificação de 58 ações educativas destinadas ao público infantil, contendo informações detalhadas sobre o setor responsável pela sua produção e o ano em que foram realizadas. Adicionalmente, alguns pesquisadores e curadores relataram que certas ações foram replicadas em diferentes momentos, indicando a reutilização de materiais e metodologias previamente desenvolvidos. Esse padrão de repetição sugere um caráter de adaptabilidade das ações, mas também levanta questões sobre a adequação e intencionalidade pedagógica voltadas especificamente ao público infantil.

Com base nas informações do quadro, foram realizadas entrevistas com os produtores dessas ações para investigar se elas, de fato, atendiam ao público infantil na faixa etária entre 2 e 5 anos. Durante essas entrevistas, muitos pesquisadores e curadores demonstraram hesitação ao responder, indicando incerteza sobre a compatibilidade das ações educativas com as necessidades e capacidades desse público específico. Alguns deles sugeriram que, com ajustes e adaptações, parte das ações listadas poderia ser aplicada a crianças dessa faixa etária. Esse ponto evidencia a necessidade de reflexão e planejamento pedagógico mais direcionado, com vistas a assegurar que as práticas educativas estejam alinhadas às características cognitivas e sociais do público-alvo.

A partir das ações identificadas e listadas, foi realizada a construção de marcadores específicos para avaliar a adequação das atividades às características do público infantil. Essa etapa metodológica envolveu um processo de triangulação de dados, integrando informações obtidas nos documentos institucionais, nos relatórios analisados e nos relatos das primeiras entrevistas realizadas com os pesquisadores e

curadores. Esses marcadores foram desenvolvidos com o objetivo de estabelecer critérios claros que pudessem ser utilizados para identificar Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI) e avaliar sua aplicabilidade para crianças entre 2 e 5 anos.
Os marcadores construídos consideram elementos como:

1. **Objetivo pedagógico explícito:** Verificar se a ação possui uma proposta educacional claramente definida, com foco em conteúdos acessíveis e significativos para o público infantil.
2. **Metodologia adaptada:** Avaliar se as atividades contemplam estratégias pedagógicas adequadas às capacidades cognitivas, motoras e sociais de crianças de 2 a 5 anos.
3. **Interatividade:** Identificar o grau de interação entre os participantes e o conteúdo apresentado, enfatizando atividades práticas e lúdicas que promovam o engajamento das crianças.
4. **Uso de linguagem acessível:** Analisar se a linguagem utilizada é apropriada para a faixa etária, evitando termos excessivamente técnicos ou complexos.
5. **Contexto museológico:** Examinar como os objetos, exposições e recursos do museu são integrados às atividades, favorecendo a construção de significados relacionados ao ambiente museal.

Esses marcadores foram aplicados às ações educativas listadas, permitindo uma análise criteriosa de sua adequação ao público infantil. Além disso, eles servem como base para a reformulação de práticas que não atendam plenamente às necessidades pedagógicas dessa faixa etária, promovendo ajustes que tornem as atividades mais inclusivas e efetivas.

Por fim, o desenvolvimento desses marcadores também contribui para uma compreensão mais ampla das práticas educativas no contexto museológico. Ele reforça a importância de um planejamento intencional e orientado por princípios pedagógicos que atendam às especificidades do público infantil, garantindo que as ações educativas do MHNUFAL não apenas complementem as exposições, mas também se consolidem como ferramentas eficazes de mediação do conhecimento e de promoção do engajamento das crianças.

Quadro 1 - Marcadores para análise dos relatórios MHNUFAL

ANÁLISE DA ESTRUTURA DO PADRÃO DOCUMENTAL DE AEPI	
Marcadores de AEPI Diretos	Infantil. Pequeno, Crianças, Brinquedo/Brincadeira/Brincando, Mini
Marcadores de AEPI Indiretos	Teatro Fantoches, Jogo, Gincana, Contação de história e Contos
Marcadores de AEPI Intuitivo	Lúdicas, Origami, Quebra Cabeça, Pintura

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Os marcadores das Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI) foram classificados em três categorias principais, com base nas percepções dos pesquisadores e curadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), considerando o grau de adequação das ações educativas ao público infantil na faixa etária de 2 a 5 anos. Essa classificação buscou compreender a aplicabilidade das ações registradas e identificar lacunas e possibilidades de aprimoramento no planejamento pedagógico.

1. **Marcadores de AEPI Diretos:** Esta categoria reúne ações educativas que, segundo os pesquisadores e curadores, contemplariam integralmente as necessidades do público infantil entre 2 e 5 anos. Essas ações foram planejadas com intencionalidade pedagógica clara e apresentaram características metodológicas alinhadas às capacidades cognitivas, motoras e sociais dessa faixa etária, dispensando adaptações significativas.

2. **Marcadores de AEPI Indiretos:** Nesta classificação encontram-se ações que, embora não tenham sido originalmente desenvolvidas para crianças de 2 a 5 anos, poderiam ser aplicadas a esse público com poucas adaptações. Os ajustes mencionados pelos pesquisadores incluem adequações na linguagem, no conteúdo ou na abordagem metodológica, visando tornar a experiência mais apropriada para as características desse grupo.

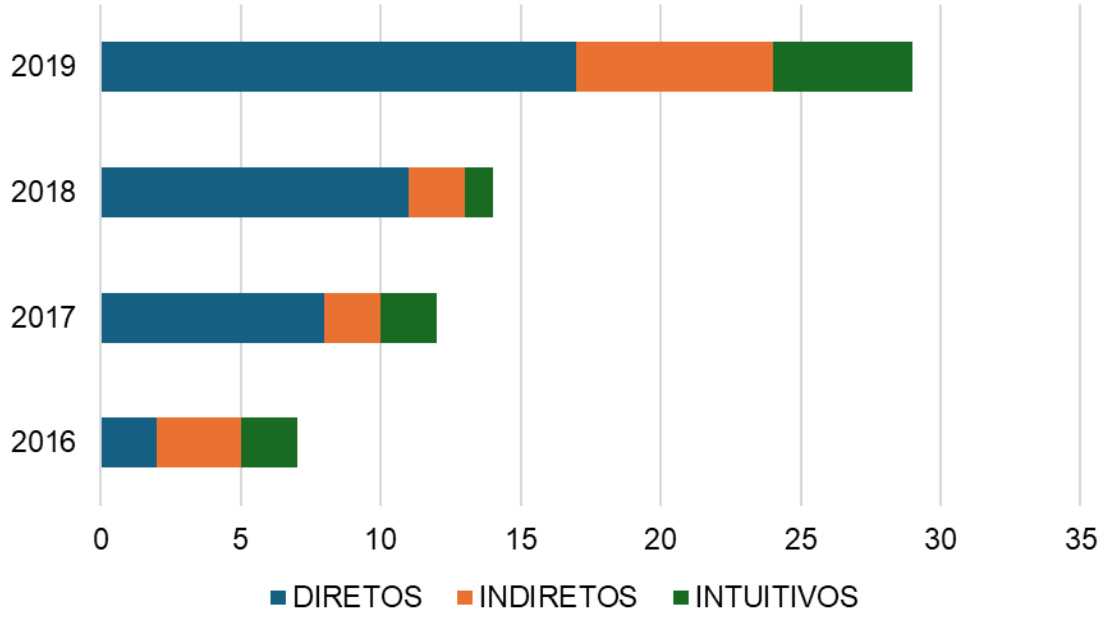
3. **Marcadores de AEPI Intuitivos:** Este grupo é composto por ações educativas para as quais não existem registros documentais detalhados, mas que, de acordo com os relatos dos pesquisadores, tiveram a participação de crianças nessa faixa etária. Em muitos casos, essas ações foram desenvolvidas por membros das equipes de trabalho, sem planejamento formalizado, sendo implementadas de forma espontânea ou intuitiva.

A partir dessa estrutura metodológica, foram listadas as ações educativas que poderiam ser direcionadas especificamente ao público infantil de 2 a 5 anos. Observou-se, contudo, que a maioria dos registros analisados não apresenta descrições detalhadas sobre a faixa etária dos participantes almejados. Apenas um dos registros analisados continha a identificação explícita da idade do público participante, o que ressalta a ausência de sistematização nesse aspecto e reforça a necessidade de um planejamento pedagógico mais estruturado.

As ações educativas identificadas foram extraídas dos relatórios institucionais do MHNUFAL, abrangendo os anos de 2016, 2017 e 2019, complementadas por relatos orais obtidos em entrevistas com os pesquisadores e curadores. A análise dos registros resultou na identificação de 28 termos considerados representativos para a recuperação de AEPIs. Esses termos foram distribuídos entre as três categorias de marcadores (Diretos, Indiretos e Intuitivos) e submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa, permitindo estabelecer a incidência e o perfil das ações educativas registradas.

Com base na análise, foi possível identificar padrões e lacunas nas práticas educativas voltadas ao público infantil, destacando a predominância de ações intuitivas e indiretas em relação às diretas. A ausência de registros sistemáticos sobre a faixa etária dos participantes reforça a necessidade de uma maior formalização no planejamento e na documentação das AEPIs. Esses resultados são apresentados no gráfico a seguir, que sintetiza a distribuição das ações educativas entre as categorias de marcadores, fornecendo uma visão abrangente da aplicabilidade das práticas pedagógicas no contexto museológico.

Gráfico 2 - Marcadores de ação educativa público infantil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

No ano de 2016, que marcou o início dos registros sistemáticos das ações educativas no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), verificou-se que a maioria das atividades apresentava marcadores classificados como **indiretos**. Essa predominância sugere que, naquele momento, as ações educativas não haviam sido planejadas com uma intencionalidade pedagógica voltada especificamente ao público infantil, mas sim como atividades adaptáveis, podendo ser ajustadas conforme as demandas dos visitantes.

Esse período inicial coincide com a reabertura do museu, o que pode ter influenciado o caráter das ações educativas registradas. A necessidade de reestruturação das atividades e o foco na retomada das operações museológicas provavelmente contribuíram para que os esforços dos pesquisadores e curadores fossem direcionados a um público mais amplo, sem delimitar com precisão a faixa etária dos participantes, o que explica a concentração de marcadores indiretos nesse ano.

Nos anos subsequentes, observa-se um aumento gradual na incidência de marcadores diretos nas Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI). Esse crescimento está associado a uma percepção mais clara, por parte de alguns pesquisadores e curadores, da presença e das demandas específicas do público infantil na faixa etária de 2 a 5 anos. Tal percepção parece ter influenciado o planejamento e a execução das ações educativas, promovendo um direcionamento mais intencional e estruturado para atender às características desse público.

Esse processo de transição demonstra uma evolução na concepção das práticas educativas do museu, que, a partir do reconhecimento da especificidade do público infantil, passou a desenvolver atividades com objetivos pedagógicos mais definidos e metodologias mais adequadas. A mudança na distribuição dos marcadores reflete um avanço na abordagem museológica, evidenciando um esforço crescente para integrar o público infantil de forma significativa às atividades educativas, em consonância com o papel social e educativo do museu.

Esses dados reforçam a importância de uma documentação sistemática e de uma análise crítica das ações educativas, permitindo identificar padrões, lacunas e oportunidades de aprimoramento. Além disso, sublinham a necessidade de investir em planejamento pedagógico voltado ao público infantil, considerando suas particularidades cognitivas, sociais e culturais, de modo a consolidar o MHNUFAL como um espaço de educação não formal inclusivo e acessível.

3.2 A prática pedagógica nas ações educativas e as possibilidades de atuação no museu

A aplicação da intencionalidade pedagógica pelos pesquisadores e curadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) exige um processo reflexivo e criterioso na seleção e no planejamento das ações educativas. Essa tarefa implica considerar os conhecimentos que precisam ser transmitidos ao público infantil em cada nível de ensino, levando em conta as peculiaridades cognitivas, emocionais e sociais das crianças, conforme suas diferentes faixas etárias. Essa abordagem busca garantir que as atividades propostas não apenas despertem o interesse, mas também promovam o engajamento ativo e a construção de aprendizagens significativas.

O pesquisador/curador assume, assim, o papel de mediador do conhecimento, responsável por elaborar sequências didáticas que favoreçam a interação das crianças com os conteúdos do museu, respeitando seus níveis de desenvolvimento e suas experiências prévias. Esse planejamento deve incluir atividades que permitam às crianças reconhecerem os limites de seus conhecimentos, incentivando-as a ampliá-los e/ou reformulá-los com base nas novas informações e experiências vivenciadas. Essa dinâmica é essencial para que o processo de aprendizagem se torne efetivo e transformador.

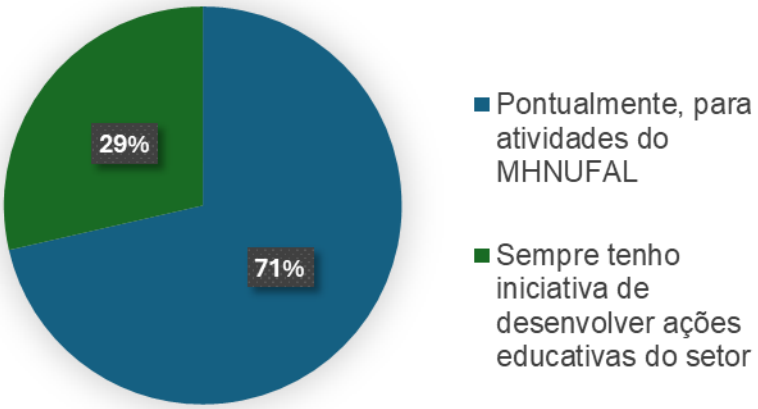
Ao refletir sobre o conceito de "intencionalidade" no âmbito das ações pedagógicas realizadas no MHNUFAL, torna-se evidente o desafio enfrentado pelos pesquisadores e curadores na elaboração e implementação dessas práticas. A

intencionalidade pedagógica transcende o ato de planejar, abrangendo também a capacidade de alinhar as ações educativas com as necessidades, interesses e realidades do público infantil. Trata-se de um esforço contínuo para estabelecer um equilíbrio entre a ação consciente e direcionada do pesquisador/curador e a receptividade e participação das crianças, criando um ambiente de aprendizagem que seja, ao mesmo tempo, significativo e proveitoso.

Essa harmonização requer uma compreensão aprofundada sobre o papel do museu como espaço de educação não formal, onde o aprendizado ocorre de forma mais flexível e contextualizada. A intencionalidade pedagógica no MHNUFAL deve, portanto, orientar-se por uma perspectiva que valorize a experiência prática e lúdica, integrando elementos interativos e multissensoriais que favoreçam a exploração e a curiosidade natural das crianças. Além disso, é essencial que os pesquisadores e curadores considerem os aspectos culturais, sociais e históricos que permeiam o contexto museológico, de modo a tornar as ações educativas mais inclusivas e significativas.

Nesse sentido, a intencionalidade pedagógica torna-se uma ferramenta indispensável para o sucesso das ações educativas no museu, representando o elo entre o planejamento acadêmico e a experiência vivida pelo público infantil. Reconhecer sua importância e buscar aprimorar sua aplicação são passos fundamentais para consolidar o papel do MHNUFAL como um espaço educativo de excelência, capaz de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento integral das crianças e para o fortalecimento da educação não formal em âmbito regional e nacional.

Gráfico 3 - Frequência das ações educativas



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Os dados analisados indicam que a maioria dos participantes envolvidos no planejamento e execução de ações educativas no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) adota uma postura proativa ao buscar oportunidades para engajar o público em atividades educativas. Essa atitude evidencia um forte compromisso com os objetivos institucionais de educação e formação, reforçando o papel do museu como um espaço relevante de ensino não formal. Contudo, a análise também aponta a existência de um grupo menor de participantes cuja atuação em ações educativas ocorre de forma pontual ou esporádica, o que demanda uma avaliação crítica das condições e fatores que contribuem para essa realidade.

A presença desse grupo menor pode estar associada a uma série de variáveis, como restrições de recursos institucionais, limitações de tempo disponíveis para planejamento e execução, ou ainda lacunas na formação e capacitação específica para o desenvolvimento de práticas educativas. Tais fatores têm o potencial de impactar a regularidade e a abrangência das iniciativas educativas no museu, destacando a necessidade de uma abordagem estratégica que contemple o fortalecimento das capacidades institucionais e individuais, bem como a oferta de suporte adequado para os profissionais envolvidos.

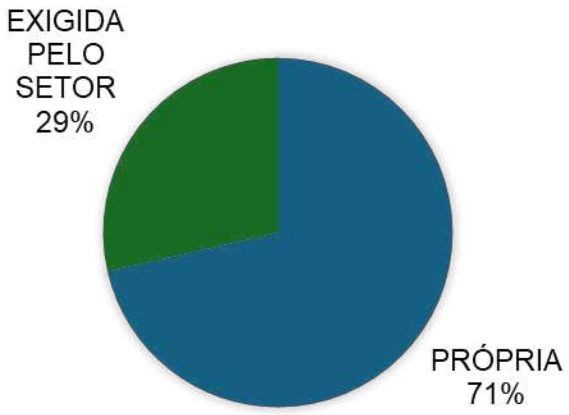
Os resultados sugerem, portanto, um panorama complexo e multifacetado, no qual demandas institucionais e iniciativas pessoais desempenham papéis complementares, mas nem sempre alinhados, no desenvolvimento das atividades educativas do MHNUFAL. A parcela significativa de pesquisadores e curadores que demonstra motivação intrínseca para a criação e execução dessas ações reflete um alto nível de comprometimento pessoal com a missão de divulgar o conhecimento científico e promover experiências educativas significativas. Esse engajamento individual, no entanto, deve ser visto em conjunto com a necessidade de atender às exigências e metas estabelecidas pelos setores institucionais, o que evidencia a importância de um alinhamento mais efetivo entre os objetivos do museu e as iniciativas dos profissionais.

Esse cenário aponta para a necessidade de uma gestão integrada e colaborativa no MHNUFAL, que valorize tanto as contribuições individuais quanto as diretrizes institucionais, criando um ambiente de trabalho que fomente a criatividade, a inovação pedagógica e a continuidade das ações educativas. Além disso, o fortalecimento de políticas institucionais claras, que reconheçam e incentivem a participação ativa de pesquisadores e curadores em atividades educativas, é fundamental para assegurar a sustentabilidade do programa educativo do museu e maximizar seu impacto social e cultural.

Os resultados desta análise reforçam a relevância de investir em uma abordagem sistemática e estruturada para o desenvolvimento de ações educativas no

MHNUFAL, promovendo um equilíbrio entre as demandas institucionais e as motivações individuais. Isso não apenas fortalece o papel do museu como um espaço de educação não formal, mas também contribui para a consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas, eficazes e alinhadas aos objetivos de divulgação científica e formação cidadã.

Gráfico 4 - Motivação para desenvolver as ações educativas



Fonte: gráfico elaborado pela autora

O gráfico apresentado revela uma dinâmica interessante e significativa na análise das fontes de motivação para a realização de ações educativas no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). De acordo com os dados, 29% dos participantes apontaram que a motivação para desenvolver tais atividades é influenciada por estímulos provenientes de seus respectivos setores institucionais. Em contrapartida, a grande maioria, representando 71% dos participantes, atribuiu essa motivação à própria iniciativa pessoal e ao desejo intrínseco de socializar o conhecimento adquirido por meio de suas pesquisas acadêmicas.

Essa predominância de autonomia dos pesquisadores e curadores na definição e implementação das ações educativas reflete um forte comprometimento individual com a missão de promover a divulgação científica e engajar o público. Esse cenário sugere que, em muitos casos, os profissionais envolvidos possuem uma compreensão mais profunda e sensível das necessidades, interesses e expectativas do público atendido pelo museu, possibilitando o desenvolvimento de estratégias educativas mais direcionadas, personalizadas e eficazes. Essa abordagem bottom-up, fundamentada na iniciativa individual, pode contribuir significativamente para o alcance de resultados positivos na interação com o público, sobretudo em um ambiente de educação não formal, onde o engajamento e a criatividade são elementos essenciais.

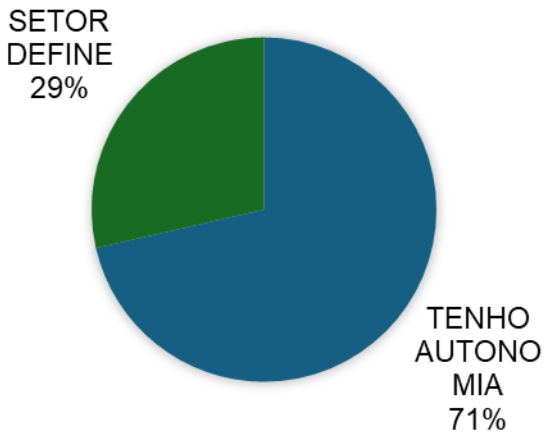
Por outro lado, os 29% dos participantes que indicaram o setor institucional como fonte de motivação destacam o papel importante das diretrizes organizacionais na formulação de ações educativas. A influência dos setores institucionais tende a garantir que as atividades estejam alinhadas a objetivos mais amplos, como a promoção da missão e dos valores do MHNUFAL, além de contribuir para a coesão e a integração das iniciativas no contexto das metas institucionais. A partir dessa perspectiva, o estímulo institucional pode favorecer uma abordagem mais abrangente, promovendo uma articulação estratégica entre as diferentes ações desenvolvidas no museu e ampliando seu impacto social e cultural.

A análise desses dados sugere a necessidade de uma colaboração harmoniosa entre a autonomia dos pesquisadores e curadores e as diretrizes institucionais. Essa integração pode resultar em estratégias educativas mais equilibradas, capazes de combinar a criatividade e o conhecimento especializado dos profissionais com a visão institucional de longo prazo. Assim, enquanto a autonomia pessoal dos profissionais contribui para a inovação e a adaptação das ações educativas às demandas específicas do público, a participação institucional oferece suporte, recursos e direcionamento estratégico, garantindo que as iniciativas educativas estejam alinhadas aos objetivos gerais do museu.

Esse equilíbrio entre iniciativa individual e orientação institucional é fundamental para o sucesso das ações educativas no MHNUFAL, uma vez que permite atender tanto às expectativas do público quanto às metas organizacionais. Além disso, ele reforça o papel do museu como um espaço de colaboração e troca de conhecimentos, no qual pesquisadores e curadores desempenham um papel ativo na construção de experiências significativas para o público, ao mesmo tempo em que contribuem para a consolidação do museu como uma referência em educação não formal.

Os dados apresentados no gráfico evidenciam que a interação entre as motivações individuais e institucionais não apenas enriquece as ações educativas, mas também promove uma abordagem mais holística, inclusiva e eficaz. Essa integração fortalece o compromisso do MHNUFAL com a divulgação científica e a formação cidadã, assegurando a sustentabilidade e o impacto das suas iniciativas educativas no longo prazo.

Gráfico 5 - Definição do público-alvo



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

A definição do público-alvo das ações educativas realizadas no Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) revela uma dinâmica marcada pela autonomia dos pesquisadores e curadores (PC) nesse processo decisório. De acordo com os dados levantados, 29% dos participantes indicaram que a definição do público-alvo é orientada pelos setores institucionais, enquanto uma expressiva maioria de 71% afirmou que a decisão é resultado de sua própria autonomia. Essa dicotomia entre autonomia individual e diretrizes institucionais reflete uma interação complexa na formulação das estratégias educativas do museu.

A predominância da autonomia, expressa pelos 71% de pesquisadores e curadores, sugere que a identificação do público-alvo depende em grande parte das percepções e julgamentos individuais desses profissionais, considerando suas experiências, conhecimentos específicos e a natureza dos projetos que desenvolvem. Essa abordagem autônoma pode conferir maior flexibilidade e personalização às ações educativas, permitindo que sejam adaptadas a públicos variados e atendam a demandas específicas. No entanto, também aponta para a ausência de uma política institucional uniforme e bem definida para a determinação do público-alvo, o que pode gerar lacunas ou inconsistências no planejamento e na execução das atividades.

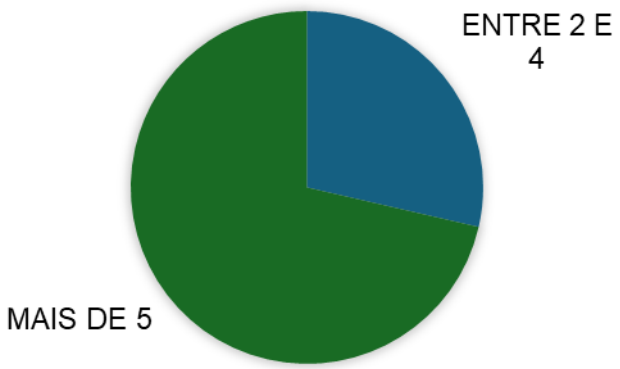
Embora os dados indiquem um aumento na presença de público infantil no museu, a análise documental revelou que o público infantil na faixa etária de 2 a 5 anos não foi priorizado de maneira consistente pelos pesquisadores e curadores que exercem essa autonomia. Essa constatação destaca uma desconexão entre o potencial crescimento desse segmento de público e as decisões tomadas na formulação das estratégias educativas. Isso sugere que, mesmo com a autonomia amplamente exercida, não houve uma integração efetiva entre a percepção das mudanças no perfil

dos visitantes e a adaptação das ações para contemplar, de forma intencional, as necessidades e interesses das crianças mais jovens.

A influência das diretrizes institucionais, representada pelos 29% de participantes que indicaram o setor como responsável pela definição do público-alvo, também merece atenção. A atuação institucional pode promover uma visão mais coesa e estratégica, alinhada aos objetivos organizacionais de longo prazo, como a ampliação do impacto educativo e a diversificação do público. No entanto, sua baixa representatividade no processo decisório aponta para uma necessidade de fortalecimento dessa dimensão, a fim de equilibrar a autonomia dos profissionais com uma orientação institucional que contemple diretrizes claras para a definição e segmentação do público-alvo.

A dicotomia observada entre autonomia individual e orientação institucional na definição do público-alvo do MHNUFAL evidencia uma dinâmica que oferece tanto oportunidades quanto desafios. Por um lado, a autonomia permite inovação e flexibilidade; por outro, a ausência de uma política bem estruturada pode limitar o alcance e a eficácia das ações educativas, especialmente em relação ao público infantil na faixa etária de 2 a 5 anos, que ainda carece de maior atenção e priorização. Para enfrentar esses desafios, é fundamental que o museu desenvolva políticas integradas e colaborativas que equilibrem a autonomia dos pesquisadores e curadores com diretrizes institucionais robustas, assegurando que as ações educativas atendam às demandas de todos os segmentos do público de maneira inclusiva e estratégica.

Gráfico 6 - Quantidade de ações desenvolvidas para público infantil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

A análise da distribuição das ações educativas desenvolvidas para o público infantil revelou uma disparidade significativa nos dados apresentados. A parte

majoritária do gráfico, representando a realização de mais de cinco atividades educativas, reflete um cenário de ampla oferta de Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI). Esse dado sugere um compromisso substancial dos pesquisadores e curadores com o desenvolvimento educacional infantil, indicando um reconhecimento da importância dessas iniciativas no crescimento e aprendizado das crianças. A predominância desse segmento no gráfico também pode ser interpretada como um reflexo da priorização de determinadas áreas ou temas que têm recebido maior atenção nas práticas educativas do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL).

Por outro lado, a área menor do gráfico, onde estão registradas entre duas e quatro atividades educativas, aponta para uma lacuna ou menor atenção dedicada a determinados segmentos ou áreas específicas de educação infantil. Essa discrepância, embora evidencie uma diversidade de esforços educacionais, também levanta questões sobre a distribuição equitativa das ações e a abrangência das iniciativas desenvolvidas. A ausência de uma distribuição mais uniforme pode indicar a necessidade de um planejamento estratégico mais detalhado, que contemple segmentos menos atendidos, garantindo uma educação mais equitativa e inclusiva para todas as crianças.

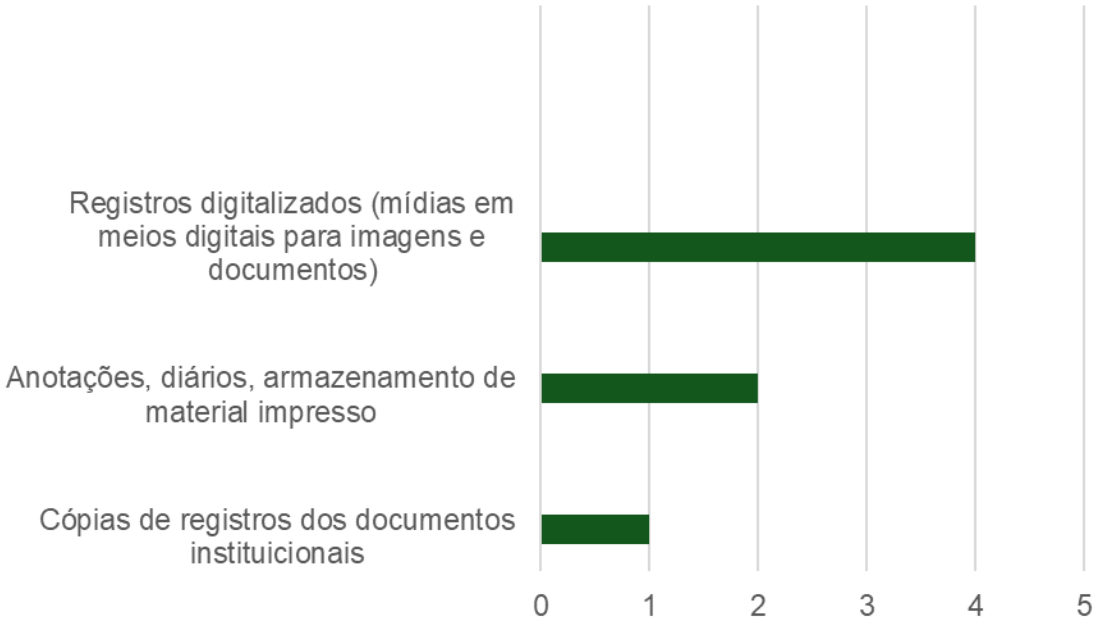
Além disso, as informações coletadas sobre os hábitos de registro das atividades educativas apontam para desafios adicionais relacionados à sistematização e recuperação de dados. Entre os participantes, 57,1% afirmaram registrar as atividades todas as vezes, 14,3% indicaram fazê-lo na maioria das vezes, enquanto 28,6% declararam que não costumam registrar suas atividades educativas. Contudo, quando esses dados foram comparados às informações obtidas durante as entrevistas iniciais, muitos participantes relataram dificuldades em localizar e recuperar os registros de suas ações. Para sanar essa lacuna, quase todos os participantes recorreram aos dados institucionais e ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFAL) apresentados durante as conversas.

Essas dificuldades na recuperação de registros apontam para a necessidade de um sistema de documentação mais eficiente e acessível, que permita o registro sistemático e a consulta facilitada das ações educativas realizadas. A inexistência de uma prática uniforme de registro pode comprometer a avaliação, o monitoramento e a continuidade das iniciativas educativas, dificultando o planejamento e a identificação de áreas que necessitam de maior atenção ou investimento.

Os números sugerem que, apesar do comprometimento evidente com a realização de ações educativas, há uma necessidade premente de aprimorar os processos de planejamento, registro e avaliação dessas iniciativas. Uma distribuição mais equilibrada das atividades, aliada a práticas robustas de documentação, poderia

contribuir para a criação de um ambiente educacional mais equitativo e eficiente no MHNUFAL, maximizando o impacto das ações educativas e promovendo uma experiência de aprendizagem significativa para todas as crianças atendidas.

Gráfico 7 - Instrumentos ou suportes de registros das ações educativas



Fonte: gráfico elaborado pela autora

A análise dos dados apresentados no gráfico referente às "Ações Educativas Aplicáveis para a Faixa Etária entre 2 e 5 Anos" permite compreender a dinâmica e o alcance das atividades realizadas pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL) entre os anos de 2016 e 2019. Os resultados indicam que cerca de 43% dos pesquisadores e curadores (PC) afirmaram ter desenvolvido, nesse período, cinco ou mais ações educativas voltadas especificamente para crianças dessa faixa etária. Essa porcentagem expressiva sugere um grupo comprometido e ativo na criação de atividades direcionadas ao público infantil, refletindo um esforço significativo para atender a esse segmento de visitantes e promover uma experiência educativa enriquecedora.

Outro grupo igualmente representativo, também com 43%, declarou ter realizado entre duas e quatro ações educativas voltadas para crianças entre 2 e 5 anos durante os três anos analisados. Esse dado revela uma frequência moderada de iniciativas, sugerindo que esses pesquisadores e curadores desenvolvem ações educativas para o público infantil de forma menos regular ou em resposta a demandas

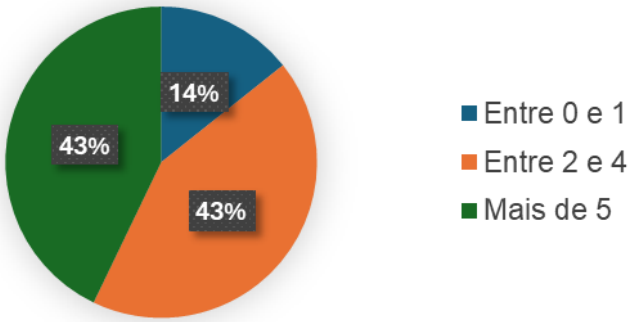
específicas. Essa faixa intermediária pode refletir desafios na alocação de tempo, recursos ou prioridades institucionais, que influenciam a frequência com que essas atividades são planejadas e executadas.

Por fim, 14% dos participantes afirmaram ter desenvolvido ao menos uma ação educativa para o público infantil entre 2 e 5 anos no mesmo período. Embora essa porcentagem represente uma menor incidência de ações direcionadas, é importante considerar que ela pode estar associada a fatores como limitações de recursos, prioridades de pesquisa ou a falta de um planejamento específico voltado para a faixa etária mencionada. Esse cenário destaca a necessidade de investigar mais a fundo os fatores que limitam a participação desse grupo no desenvolvimento de ações educativas voltadas para crianças, a fim de identificar estratégias para aumentar seu engajamento e contribuição nesse contexto.

A distribuição das ações educativas descritas no gráfico revela tanto os avanços quanto as lacunas existentes na abordagem pedagógica voltada ao público infantil no MHNUFAL. Enquanto uma parcela significativa dos PC demonstra um forte compromisso com o desenvolvimento de atividades para crianças, os dados também sugerem uma necessidade de maior equilíbrio e regularidade na oferta de ações educativas para a faixa etária de 2 a 5 anos. Além disso, os resultados ressaltam a importância de estratégias institucionais que incentivem e apoiem todos os pesquisadores e curadores na criação e execução de práticas educativas, assegurando que essas iniciativas atendam de forma mais equitativa às demandas do público infantil.

Essas informações reforçam a relevância de um planejamento pedagógico mais estruturado e abrangente, que alinhe as intenções individuais dos profissionais com os objetivos institucionais do museu, promovendo uma maior inclusão e continuidade nas ações educativas. Essa abordagem colaborativa tem o potencial de consolidar o MHNUFAL como um espaço de educação não formal acessível, inovador e capaz de atender efetivamente às necessidades das crianças e demais visitantes.

Grafico 8 - Ações educativas aplicáveis para faixa etária entre 2 e 5 anos



Fonte:Gráfico elaborado pela autora

A análise dos dados apresentados no gráfico intitulado "Ações Educativas Aplicáveis para a Faixa Etária entre 2 e 5 Anos" evidencia uma distribuição significativa de recursos e esforços educativos direcionados às crianças nessa faixa etária no contexto do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). Os resultados demonstram uma divisão notável entre os pesquisadores e curadores (PC) quanto à frequência de desenvolvimento de Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI) no período analisado.

Aproximadamente 43% dos pesquisadores e curadores indicaram ter realizado mais de cinco AEPIs voltadas especificamente para crianças entre 2 e 5 anos. Esse grupo representa um contingente expressivo de profissionais que demonstram um elevado nível de comprometimento com a promoção de práticas pedagógicas voltadas ao público infantil. Esse dado sugere um foco contínuo e consistente no desenvolvimento de estratégias educativas destinadas a atender às demandas cognitivas, sociais e emocionais dessa faixa etária.

Outro segmento igualmente relevante, também representando 43% dos participantes, relatou a realização de entre duas e quatro AEPIs no mesmo período. Essa frequência intermediária pode refletir um esforço moderado de engajamento com o público infantil, possivelmente influenciado por fatores como alocação de tempo, recursos institucionais ou a priorização de outras faixas etárias e projetos. Embora esse grupo tenha contribuído significativamente para o desenvolvimento de atividades, a menor regularidade na criação de AEPIs pode indicar a necessidade de maior apoio institucional e planejamento específico para potencializar a frequência e o impacto dessas ações.

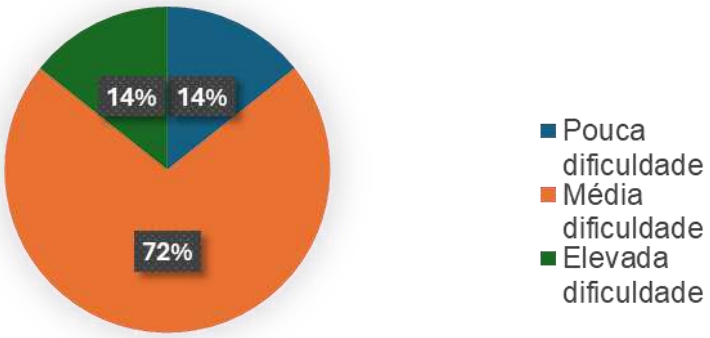
Por fim, um grupo menor, correspondendo a 14,3% dos pesquisadores e curadores, declarou ter realizado ao menos uma AEPI para crianças entre 2 e 5 anos durante o período avaliado. Esse dado, embora represente uma contribuição limitada

em termos quantitativos, sugere que há espaço para ampliar o engajamento desse grupo na formulação de estratégias pedagógicas direcionadas ao público infantil. A baixa incidência de ações educativas nesse segmento pode estar associada a barreiras como falta de experiência específica no trabalho com crianças, ausência de capacitação direcionada ou restrições de recursos e infraestrutura.

A distribuição observada no gráfico reflete uma heterogeneidade na abordagem educativa voltada para crianças entre 2 e 5 anos, destacando tanto os avanços quanto as lacunas no planejamento e execução de AEPIs no MHNUFAL. Enquanto uma parcela significativa dos pesquisadores e curadores demonstra compromisso ativo com esse público, a variação na frequência das ações sugere a importância de implementar políticas institucionais mais robustas para incentivar e apoiar todos os profissionais no desenvolvimento de atividades educativas consistentes e inclusivas.

Apresentados os dados, eles sublinham a necessidade de um planejamento estratégico que equilibre as iniciativas individuais com os objetivos institucionais, promovendo maior equidade e regularidade na oferta de AEPIs. Tal abordagem não apenas fortaleceria o papel do MHNUFAL como um espaço de educação não formal voltado para o público infantil, mas também ampliaria seu impacto social e educativo, garantindo que crianças entre 2 e 5 anos sejam atendidas de maneira mais abrangente e eficaz.

Gráfico 9 - Grau de dificuldade em desenvolver ações educativas para público entre 2 e 5 anos



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

A análise dos dados apresentados no gráfico intitulado "Grau de Dificuldade em Desenvolver Ações Educativas para o Público entre 2 e 5 Anos" revela uma variação significativa nos níveis de dificuldade relatados pelos educadores ao desenvolver atividades voltadas para essa faixa etária. Essa diversidade reflete os diferentes contextos, experiências e recursos disponíveis para os profissionais envolvidos.

Cerca de 14% dos participantes indicaram enfrentar pouca dificuldade no desenvolvimento de ações educativas para crianças entre 2 e 5 anos. Esse grupo parece demonstrar uma familiaridade maior com as especificidades dessa faixa etária, incluindo a adaptação de estratégias pedagógicas às necessidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças. Esses educadores podem contar com experiências prévias ou com recursos que lhes permitem lidar de forma eficaz com os desafios inerentes ao trabalho com esse público.

Por outro lado, um percentual idêntico, também de 14%, afirmou enfrentar elevada dificuldade ao planejar e implementar atividades para essa faixa etária. Esse nível de dificuldade sugere a presença de obstáculos substanciais, que podem incluir desafios comportamentais apresentados pelas crianças, a necessidade de atender à diversidade de habilidades e interesses individuais, e a ausência de recursos materiais e humanos adequados. A elevada dificuldade relatada por esses educadores aponta para a necessidade de intervenções mais direcionadas, tanto em termos de formação profissional quanto de infraestrutura e suporte institucional.

A maioria dos respondentes, no entanto, cerca de 72%, relatou dificuldade de nível médio ao desenvolver ações educativas para crianças entre 2 e 5 anos. Esse grupo expressa um cenário de desafios que, embora significativos, são considerados gerenciáveis. Isso sugere que, apesar das barreiras existentes, os educadores têm conseguido adaptar suas práticas para atender a essa faixa etária, ainda que enfrentem limitações que exigem esforço contínuo e soluções criativas.

Esses dados destacam a importância de adotar abordagens pedagógicas flexíveis e adaptativas na criação de programas educacionais voltados para crianças em tenra idade. O planejamento e a implementação dessas ações devem reconhecer a diversidade de capacidades e desafios enfrentados pelos educadores, especialmente no que diz respeito à adequação das atividades aos contextos específicos de aprendizagem das crianças.

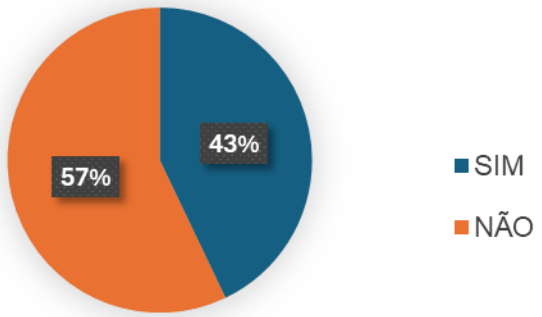
Quando questionados sobre os principais fatores que dificultam o trabalho com crianças entre 2 e 5 anos, os pesquisadores e curadores apontaram, em sua maioria, a inadequação dos espaços físicos e a acessibilidade da instituição como um dos principais entraves. Além disso, outros fatores destacados incluem a falta de preparo da equipe para lidar com as demandas específicas dessa faixa etária, bem como a escassez de estrutura e orçamento dedicados às ações educativas para esse público.

Esses resultados reforçam a necessidade de investimentos mais robustos em infraestrutura, incluindo espaços físicos adaptados que proporcionem segurança, acessibilidade e conforto para as crianças, além de recursos didáticos apropriados. Da mesma forma, destaca-se a importância de oferecer formação continuada para os

profissionais, garantindo que estejam capacitados para lidar com os desafios específicos dessa faixa etária, incluindo metodologias interativas, lúdicas e inclusivas.

Os desafios relatados pelos educadores ao desenvolverem ações educativas para crianças entre 2 e 5 anos evidenciam a importância de uma abordagem integrada que contemple desde a infraestrutura física até o preparo humano e pedagógico. Ao superar essas barreiras, o MHNUFAL poderá proporcionar experiências educativas mais enriquecedoras, inclusivas e impactantes para as crianças, consolidando seu papel como um espaço de referência em educação não formal.

Gráfico 10 - Desenvolvimento das ações educativas de acordo com o conceito de intencionalidade pedagógica



Fonte: gráfico elaborado pela autora

O conceito de intencionalidade pedagógica desempenha um papel central no desenvolvimento de ações educativas que promovem o aprendizado significativo e o crescimento integral das crianças. Esse conceito implica um planejamento deliberado, no qual os objetivos educacionais são claramente definidos, levando em consideração as necessidades dos participantes, os contextos de aprendizagem e a escolha de estratégias pedagógicas adequadas. No contexto do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), a análise dos dados revelou uma divisão entre os profissionais em relação à adoção desse princípio em suas práticas educativas.

Cerca de 43% dos profissionais afirmaram desenvolver suas atividades educativas com base nos princípios da intencionalidade pedagógica. Essa proporção reflete um grupo de educadores que planejam conscientemente suas ações, direcionando-as para atender a objetivos específicos e proporcionar experiências educativas de alta qualidade. Esses profissionais demonstram um compromisso com a excelência educacional, entendendo que a aplicação da intencionalidade pedagógica é fundamental para promover o engajamento, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças de maneira sistemática e alinhada às suas necessidades. Essa abordagem também evidencia a valorização de práticas que transcendem a improvisação ou o

acaso, contribuindo para o fortalecimento do papel do museu como um espaço de educação não formal e transformadora.

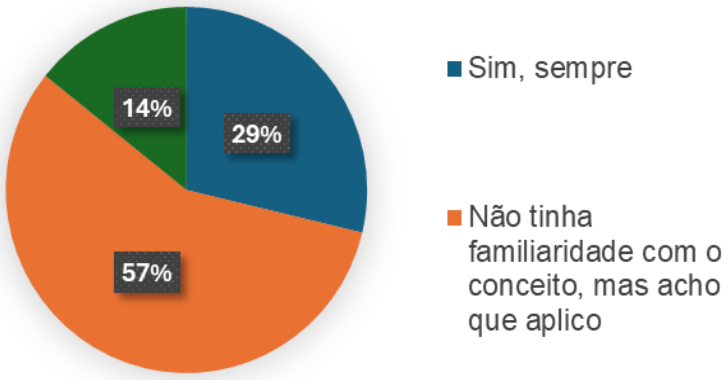
Por outro lado, a maioria dos respondentes, representando 57%, declarou não desenvolver suas ações educativas com base na intencionalidade pedagógica. Esse dado sugere uma lacuna significativa, seja na compreensão conceitual, seja na implementação prática desse princípio. A ausência de intencionalidade pedagógica pode resultar em práticas menos estruturadas, que, embora possam ser bem-intencionadas, carecem de alinhamento com objetivos educativos claros e estratégias consistentes. Essa deficiência tem o potencial de impactar negativamente a qualidade das ações educativas, dificultando o alcance dos objetivos e reduzindo a eficácia das interações educativas no museu.

A disparidade observada nos dados sublinha a necessidade de promover a conscientização sobre a importância da intencionalidade pedagógica entre os pesquisadores e curadores do MHNUFAL. É essencial oferecer formação continuada e suporte técnico aos profissionais, garantindo que compreendam plenamente os conceitos e práticas associados a esse princípio. Capacitações voltadas para o planejamento pedagógico, a definição de objetivos educativos e a adaptação de estratégias ao público infantil podem ser implementadas como parte de um esforço institucional para fomentar uma abordagem mais intencional e qualificada.

Além disso, a implementação de diretrizes institucionais claras e a criação de um ambiente colaborativo podem contribuir para o fortalecimento da intencionalidade pedagógica no museu. Essas iniciativas poderiam incluir o desenvolvimento de planos educativos estruturados, a troca de experiências entre os profissionais e a sistematização das práticas já existentes, permitindo que os pesquisadores e curadores alinhem suas ações às metas institucionais e às demandas do público.

As análises evidenciam tanto o avanço de uma parcela dos profissionais na adoção da intencionalidade pedagógica quanto as lacunas que ainda precisam ser enfrentadas para que esse conceito seja amplamente aplicado. Ao promover a adoção consistente desse princípio, o MHNUFAL pode potencializar o impacto de suas ações educativas, garantindo que as crianças atendidas no museu desfrutem de experiências enriquecedoras, alinhadas aos mais altos padrões de qualidade pedagógica.

Gráfico 11 - A intencionalidade nas ações educativas para o público entre 2 e 5 anos



Fonte: Gráfico elaborado pela autora

A análise do gráfico sobre a intencionalidade pedagógica nas ações voltadas para crianças de 2 a 5 anos evidencia nuances significativas na prática dos pesquisadores e curadores (PC) do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). O levantamento revela que 29% dos participantes afirmam desenvolver suas atividades educativas com uma intencionalidade pedagógica clara e planejada. Entretanto, mesmo entre esses profissionais, alguns enfrentam dificuldades em identificar ou recuperar registros de ações educativas que tenham sido especificamente desenvolvidas para essa faixa etária, sem adaptações. Esse dado sugere que, embora exista a intenção de considerar a pedagogia em suas práticas, a sistematização e a documentação dessas ações ainda apresentam lacunas.

Por outro lado, 57% dos respondentes declararam não estar familiarizados com o conceito de intencionalidade pedagógica. Ainda assim, muitos acreditam que suas práticas abrangem aspectos educativos relevantes. Essa discrepância indica uma lacuna conceitual e prática, refletindo a necessidade de maior capacitação para que os profissionais compreendam plenamente o conceito e o integrem em suas atividades. A ausência de uma abordagem intencional pode comprometer a qualidade das ações educativas, tornando-as menos eficazes em atingir seus objetivos pedagógicos.

Adicionalmente, 14% dos pesquisadores relataram dificuldades em identificar ou aplicar a intencionalidade pedagógica em suas atividades voltadas para crianças entre 2 e 5 anos. Esses resultados reforçam a necessidade de suporte técnico, recursos e programas de formação contínua que auxiliem esses profissionais a aprimorar suas práticas. Tais esforços poderiam incluir a definição de diretrizes pedagógicas claras, a oferta de capacitações específicas para trabalhar com o público infantil e o desenvolvimento de ferramentas para avaliar a eficácia das ações educativas.

Principais Elementos da Intencionalidade Pedagógica - Quando questionados sobre como aplicam o conceito de intencionalidade pedagógica na elaboração de ações educativas, os pesquisadores e curadores destacaram os seguintes pontos-chave:

1. **Identificação da Faixa Etária do Público-Alvo:** Esse é um passo inicial essencial, pois diferentes idades demandam abordagens distintas. Ao definir a faixa etária, os PC adaptam conteúdos e estratégias para atender às necessidades, habilidades e interesses específicos das crianças. Esse ajuste garante que as mensagens educativas sejam compreendidas e impactem positivamente o público.
2. **Planejamento da Execução das Atividades:** Após identificar o público-alvo, os PC enfatizam a importância de planejar a logística, a metodologia e os recursos utilizados. Isso inclui a escolha de ferramentas interativas, jogos e histórias, considerando a acessibilidade e o engajamento das crianças. Um planejamento bem estruturado aumenta a eficácia das atividades e proporciona uma experiência enriquecedora.
3. **Definição de Objetivos Educacionais:** Cada ação deve ter metas pedagógicas claras e específicas, como promover a curiosidade, estimular o pensamento crítico ou desenvolver habilidades motoras. A definição de objetivos alinhados às características do público infantil assegura que as atividades vão além do entretenimento, promovendo um impacto educacional significativo.
4. **Enfoque na Mensagem Educacional:** Os PC destacaram a necessidade de transmitir mensagens relevantes e alinhadas aos objetivos institucionais do museu. Essa mensagem pode abranger informações científicas, culturais ou históricas, promovendo a conscientização sobre temas como sustentabilidade e preservação do patrimônio.

Dificuldades e Desafios na Prática Pedagógica - Embora os PC reconheçam a importância da intencionalidade pedagógica, muitos destacaram desafios específicos ao trabalhar com crianças entre 2 e 5 anos. Entre os principais obstáculos mencionados estão:

- **Inadequação dos Espaços Físicos:** A falta de infraestrutura adaptada para o público infantil foi apontada como uma barreira significativa, dificultando a execução de atividades seguras e acessíveis para crianças pequenas.

- **Falta de Capacitação:** A ausência de formação específica para lidar com as necessidades cognitivas e emocionais dessa faixa etária é um fator que limita a eficácia das ações educativas.
- **Carência de Recursos e Orçamento:** A restrição orçamentária e a falta de materiais adequados comprometem a qualidade e a frequência das ações destinadas a esse público.

O processo de análise dos relatos dos pesquisadores e curadores (PC) do MHNUFAL revelou disparidades significativas na aplicação da intencionalidade pedagógica em ações educativas voltadas para o público infantil. Enquanto alguns profissionais demonstraram uma compreensão mais aprofundada e prática desse conceito, outros ainda apresentam dificuldades em traduzir as necessidades dessa faixa etária em estratégias pedagógicas concretas. Entre os relatos destacados, um PC enfatizou a importância de diversificar as estratégias de comunicação e incorporar atividades lúdicas e práticas, afirmando que "o planejamento das atividades que desenvolvo para crianças leva em consideração a importância de diversificar estratégias de comunicação, bem como considerar atividades de caráter mais prático e lúdico que ajudem a desenvolver habilidades motoras." Essa declaração reflete uma abordagem sensível às especificidades do público infantil, reconhecendo que o aprendizado ocorre de forma mais efetiva por meio da experiência prática e do envolvimento emocional.

Essa perspectiva também destaca o papel crucial das atividades lúdicas não apenas como ferramentas pedagógicas, mas como recursos que facilitam o desenvolvimento motor e promovem maior engajamento por parte das crianças. A interação com atividades práticas e sensoriais estimula a curiosidade natural da criança, captando sua atenção e proporcionando experiências educativas significativas. No entanto, essa abordagem mais estruturada e consciente contrasta com os relatos de outros profissionais que ainda demonstram menor clareza sobre como atender às demandas específicas das crianças entre 2 e 5 anos. Essa disparidade aponta para a necessidade de uma capacitação mais robusta e sistemática para os profissionais do museu.

Os dados também indicam que, embora a intencionalidade pedagógica seja amplamente reconhecida como um princípio orientador para ações educativas, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios consideráveis. Muitos PC relataram dificuldades em planejar atividades que alinhem objetivos educativos claros com as capacidades cognitivas e emocionais do público infantil. Isso sugere que a capacitação dos profissionais deve incluir não apenas treinamentos técnicos, mas também a

elaboração de diretrizes operacionais e ferramentas de avaliação que auxiliem no desenvolvimento e na execução de atividades pedagógicas.

Outro aspecto relevante identificado na análise é a importância de promover uma formação contínua e colaborativa entre os profissionais do museu. As ações educativas não devem ser concebidas isoladamente, mas sim como parte de um esforço institucional integrado que reúna pesquisadores, educadores e curadores em um diálogo constante sobre melhores práticas. A troca de experiências e a análise crítica dos resultados das ações realizadas são fundamentais para aprimorar a qualidade das atividades oferecidas ao público infantil e garantir a relevância do museu como espaço de educação não formal.

Além disso, os resultados apontam para a necessidade de criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento de práticas pedagógicas baseadas na reflexão crítica. Essa abordagem deve incluir tanto a análise dos resultados das ações educativas quanto a identificação de oportunidades para inovações metodológicas. O desenvolvimento de atividades mais interativas, adaptadas e alinhadas aos interesses das crianças pode transformar o museu em um espaço que não apenas informa, mas também inspira e desperta a curiosidade, promovendo uma conexão emocional com o patrimônio cultural e natural.

A lacuna na sistematização de diretrizes e na documentação das práticas educativas também foi identificada como um fator limitante. Embora algumas ações sejam desenvolvidas com clareza e intencionalidade pedagógica, a ausência de registros formais dificulta a avaliação de sua eficácia e a disseminação de boas práticas entre os demais profissionais do museu. Essa questão reforça a importância de instituir processos sistemáticos de planejamento, execução e monitoramento das ações educativas, garantindo que as práticas bem-sucedidas possam ser replicadas e aprimoradas.

O fortalecimento da intencionalidade pedagógica e da capacitação profissional não apenas contribui para melhorar a qualidade das ações educativas no MHNUFAL, mas também reafirma o papel do museu como um agente transformador na sociedade. Ao oferecer experiências imersivas e adaptadas às especificidades das crianças, o museu pode se consolidar como uma referência em educação infantil, estimulando o desenvolvimento integral dos visitantes mais jovens e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação cultural e ambiental.

Para alcançar esses objetivos, é essencial que a instituição adote uma abordagem estratégica, que contemple o alinhamento entre os objetivos educativos, as necessidades do público infantil e os recursos disponíveis. Esse esforço deve incluir investimentos em infraestrutura, formação profissional e pesquisa sobre educação

museológica, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e eficazes.

CONSIDERAÇÕES

A hipótese que orientou esta pesquisa sustentava que a ausência de reconhecimento das especificidades da educação infantil, notadamente na faixa etária de dois a cinco anos, comprometeria a efetividade das ações educativas promovidas pelo Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL). Presumia-se que tal lacuna interferiria negativamente na relação das crianças com o ambiente museológico, limitando o potencial formativo das experiências vividas nesse contexto.

Ao longo do estudo, foi possível confirmar que a escassez de conhecimentos pedagógicos específicos sobre a infância, aliada à prevalência de concepções adultocêntricas e à ausência de políticas institucionais voltadas à primeira infância, influenciou diretamente a forma como os profissionais conceberam e executaram as ações educativas. As análises revelaram que as prioridades metodológicas dos pesquisadores e curadores, muitas vezes centradas na lógica da pesquisa científica ou da comunicação especializada, dificultaram a construção de propostas pedagógicas sensíveis às necessidades cognitivas, afetivas e sensoriais das crianças pequenas.

A hipótese mostrou-se pertinente também ao evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais em reconhecer a criança como sujeito ativo de cultura e de aprendizagem. A incorporação das particularidades da educação infantil — como o brincar, a mediação sensorial e a escuta qualificada — ainda aparece de forma pontual e pouco sistematizada nas práticas analisadas.

Nesse processo, a Análise Crítica do Discurso, com base nos pressupostos teóricos de Norman Fairclough, revelou-se um instrumento metodológico fundamental para interpretar os sentidos subjacentes às falas dos entrevistados e às documentações institucionais. A abordagem permitiu compreender como determinadas representações da infância e da educação se estabilizam no discurso institucional e condicionam práticas educativas excludentes ou pouco efetivas para o público infantil.

Para que o MHNUFAL estabeleça um vínculo significativo e duradouro com seu público real e potencial, é essencial que ele ofereça experiências educacionais valiosas e impactantes. Nesse contexto, as exposições e os objetos do acervo são recursos de grande potencial para a concepção de atividades educativas, especialmente ao possibilitar a realização de comparações entre diferentes espécies e ambientes. Esses elementos podem facilitar a construção de conhecimentos científicos e culturais de maneira acessível e envolvente. Contudo, embora sejam ferramentas relevantes, não devem ser consideradas a única abordagem ou a prioridade absoluta nas práticas educativas. É necessário ampliar o escopo das estratégias pedagógicas, integrando metodologias interativas, lúdicas e reflexivas que dialoguem com as particularidades do público infantil e promovam uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Dado o foco e os objetivos desta pesquisa, torna-se evidente a necessidade de adotar uma abordagem educativa centrada nos museus, com ênfase na análise e atendimento das necessidades específicas do público infantil, que constitui a maior parte dos visitantes do MHNUFAL. Essa abordagem demanda uma reavaliação cuidadosa das práticas institucionais, priorizando a formulação de estratégias pedagógicas que reconheçam as particularidades dessa faixa etária e promovam experiências significativas de aprendizado. A urgência em atender a esse público de maneira eficaz está intrinsecamente relacionada ao cumprimento da missão educativa do Museu de História Natural de Alagoas, que busca conectar o público ao patrimônio científico e cultural de forma acessível, inclusiva e transformadora.

Atualmente, o MHNUFAL encontra-se em um estágio inicial de desenvolvimento de seu programa educativo, carecendo de uma sistematização robusta dos registros e práticas educativas já implementadas. Embora exista uma proposta geral, a ausência de um sistema estruturado para documentar e avaliar as ações dificulta a continuidade e a melhoria das iniciativas. Assim, torna-se imperativo criar instrumentos que materializem as ações educativas voltadas para crianças, permitindo a evidência da intencionalidade pedagógica que deve orientar essas atividades. Considerando que o público infantil representa o segmento predominante de visitantes, esses esforços são cruciais para alinhar as práticas do museu às expectativas do público, aos princípios educativos contemporâneos e à responsabilidade social da instituição.

A formulação de ações educativas que estejam embasadas em uma proposta clara de intencionalidade pedagógica exige que o MHNUFAL e seus profissionais aprofundem o conhecimento sobre as especificidades do público infantil. Isso inclui a realização de uma reflexão crítica e o levantamento de questões fundamentais antes da definição e implementação das atividades. Perguntas como "Quais são os objetivos pedagógicos da ação?", "Que conhecimento está sendo transmitido e de que forma ele se relaciona com o universo das crianças?", "As estratégias propostas são adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças?", "Como verificar a eficácia das atividades na promoção de aprendizagens significativas?" e "De que maneira as ações educativas serão registradas e avaliadas?" são essenciais para garantir o alinhamento entre as práticas institucionais e as necessidades do público.

Para atender a essas demandas, é indispensável que o MHNUFAL examine com rigor a formulação, aplicação e impacto das propostas educativas desenvolvidas em seu contexto institucional. Esse processo deve ser orientado por uma abordagem sistemática que observe as dinâmicas próprias de um espaço de aprendizagem não formal, no qual o aprendizado ocorre de maneira espontânea e interativa.

Diferentemente do ensino formal e institucionalizado, o museu oferece um ambiente que combina liberdade de exploração com oportunidades educativas estruturadas. Assim, é fundamental que as ações educativas sejam planejadas para educar sem impor a rigidez de um currículo tradicional, respeitando a natureza lúdica e participativa da experiência museológica.

A sistematização e descrição detalhada das ações educativas realizadas pelo MHNUFAL, bem como uma reflexão crítica sobre os processos institucionais que as orientam, são etapas indispensáveis para a melhoria contínua dessas práticas. Essa abordagem permite identificar quais estratégias têm sido mais eficazes na promoção da construção de conhecimento entre as crianças que frequentam o museu. Além disso, oferece aos pesquisadores e curadores a oportunidade de acessar e analisar as ações educativas previamente desenvolvidas, possibilitando sua reorganização e adaptação. Esse processo inclui a verificação de objetivos pedagógicos, a avaliação da centralidade do público infantil nas atividades planejadas e a adequação das metodologias empregadas. Ao aprimorar as práticas educativas, esses profissionais também contribuem para seu próprio desenvolvimento profissional, ampliando suas competências em planejamento, execução e avaliação de ações pedagógicas.

A importância das ações educativas para o museu é inegável, pois elas não apenas viabilizam a transmissão e a construção compartilhada de conhecimento com o público, mas também reforçam o papel do museu como um espaço de aprendizagem não formal e inclusivo. Estruturar essas ações de maneira adequada e registrar suas etapas e resultados são práticas fundamentais, pois permitem identificar claramente os objetivos propostos, avaliar a coerência entre as estratégias empregadas e os resultados esperados, e, sobretudo, verificar com rigor se as metodologias adotadas são eficazes. Essa sistematização contribui para a melhoria contínua das práticas educativas, garantindo que o MHNUFAL cumpra seu papel social e educativo de forma mais eficiente e significativa.

No contexto do MHNUFAL, observa-se que as ações educativas enfrentam desafios significativos na sua formulação, carecendo de uma abordagem sistemática e alinhada à intencionalidade pedagógica. Essas ações, muitas vezes, não são integradas de maneira colaborativa entre os diversos setores do museu, o que compromete a coerência e a efetividade das práticas. Além disso, mesmo nas ações já desenvolvidas, nota-se uma lacuna na atenção à forma como o conhecimento é adquirido pelas crianças. Não há evidências claras de que a preocupação com os processos de aprendizagem infantil esteja sendo considerada como um elemento central no planejamento das atividades educativas. Essa ausência de foco dificulta a concretização

de propostas que atendam às necessidades do público infantil e que estejam alinhadas aos objetivos institucionais do museu.

Um erro que não pode ser cometido, no entanto, é negligenciar a escuta e a observação atenta das crianças durante as ações educativas. Ignorar suas expressões, gestos e interações seria negar o papel social fundamental que elas desempenham, além de privá-las de participação ativa no desenvolvimento de práticas que as acolham e contribuam para seu crescimento integral. Reconhecer e valorizar as contribuições das crianças no ambiente museológico é indispensável para criar estratégias que sejam verdadeiramente inclusivas e significativas. Esse enfoque reforça o compromisso do museu em respeitar as crianças como sujeitos de direitos, promovendo sua autonomia e protagonismo na construção do conhecimento.

Outro aspecto fundamental que não pode ser ignorado, mesmo ao delimitar um recorte específico, é o reconhecimento das múltiplas infâncias. Dentro do contexto social, fatores culturais, históricos e ambientais desempenham papéis significativos em como a infância é vivenciada, tornando essa fase distinta para cada indivíduo. Essas variações influenciam diretamente as formas como as crianças interpretam e interagem com o mundo ao seu redor, gerando experiências únicas que precisam ser consideradas no desenvolvimento de práticas educativas em museus. Compreender as diferentes infâncias é reconhecer que as crianças não constituem um grupo homogêneo, mas sujeitos plurais cujas vivências são moldadas por suas realidades particulares.

Essa constatação reforça que as crianças não podem ser tratadas como receptáculos passivos de ações pedagógicas ou como meros destinatários de conteúdo. Pelo contrário, é imprescindível que lhes seja atribuído protagonismo. As crianças devem ter sua voz ouvida e valorizada, e as estratégias educativas devem incluir formas que permitam sua participação ativa, garantindo que as ações desenvolvidas sejam significativas e respeitem suas necessidades, interesses e capacidades. Proporcionar oportunidades para que as crianças contribuam nas decisões sobre ações voltadas a elas é essencial para promover um aprendizado mais relevante e efetivo.

A primeira etapa para alcançar esse objetivo é compreender profundamente o público infantil. Apesar de muitos museus receberem crianças regularmente, é necessário questionar se essas crianças são, de fato, contempladas em suas particularidades. As iniciativas educativas atendem às suas necessidades específicas? Os objetivos estabelecidos para as visitas são alcançados ou as experiências acabam se limitando a uma atividade pontual, semelhante a "mais um dia fora da escola"? Essas questões precisam ser continuamente analisadas e debatidas para garantir que o museu cumpra seu papel educativo de forma significativa.

Embora as crianças ocupem um espaço central na sociedade e estejam presentes no cotidiano, elas são frequentemente negligenciadas ou têm seus direitos atendidos apenas por meio de medidas paliativas. A compreensão das crianças como sujeitos complexos requer observação atenta e cuidadosa, dado que essa fase da vida é essencial para sua formação integral. Os museus, como espaços não formais de educação, desempenham um papel crucial ao oferecer ambientes onde o aprendizado ocorre de maneira espontânea, sem a pressão ou rigidez associadas ao ensino formal. Nesse contexto, a valorização da ludicidade e do brincar se torna imprescindível. Esses elementos não apenas refletem a natureza da infância, mas também desempenham funções essenciais no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Os novos museus de ciências e, de maneira geral, os espaços museológicos, devem reconhecer seu potencial educativo para popularizar o pensamento científico e construir uma sociedade mais informada e crítica. Isso requer o planejamento de experiências que respeitem as características do universo infantil, explorando a curiosidade natural das crianças e utilizando abordagens interativas e envolventes. Integrar o brincar, a exploração sensorial e a experimentação prática nas ações educativas é uma estratégia eficaz para garantir que os museus sejam ambientes inclusivos, acessíveis e transformadores, que respeitam e promovem as singularidades de cada criança enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem.

A trajetória das ações educativas no contexto mundial é um capítulo fascinante da história da educação e da cultura, levando-nos a refletir sobre os papéis desempenhados pelos museus, particularmente os de história natural. Esses espaços são frequentemente descritos como templos do conhecimento, onde as exposições reverberam séculos de acumulação, preservação e interpretação científica. Nesse ambiente, os museus consolidaram-se como ferramentas essenciais para promover o aprendizado, despertando a curiosidade e conectando o público ao conhecimento de maneira tangível, envolvente e significativa.

A educação museal, em particular, não deve ser entendida como uma prática limitada à mera transmissão de informações ou à apresentação de dados científicos. Pelo contrário, a ação educativa em museus deve transcender a simples comunicação de conteúdos e se posicionar como um catalisador de reflexões profundas sobre questões globais contemporâneas. Temas como a evolução das espécies, as mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e as implicações éticas da ciência devem ser abordados de forma acessível, conectando o passado ao presente e instigando o público a refletir sobre seu papel na construção de um futuro mais sustentável. Nesse sentido, as vitrines repletas de fósseis, os dioramas meticulosamente criados e as coleções históricas servem como pontos de partida para experiências que unem

imaginação e conhecimento científico, desafiando-nos a reconsiderar nossa relação com o mundo natural.

No que diz respeito à educação infantil em museus, torna-se imprescindível discutir e ampliar sua implementação, garantindo que esses espaços sejam acessíveis a todas as crianças, com ações pautadas nos princípios de equidade, inclusão e qualidade. A educação infantil em museus precisa considerar as necessidades específicas do público infantil, respeitando suas particularidades cognitivas, emocionais e culturais. Isso demanda uma abordagem educativa centrada na criança, utilizando metodologias lúdicas e interativas que promovam o aprendizado de maneira ativa e participativa.

Ao longo do tempo, a função educativa dos museus passou por transformações significativas, refletindo avanços nas práticas pedagógicas e na compreensão do papel social dessas instituições. No entanto, apesar do progresso alcançado, ainda há muito a ser feito para consolidar a integração entre museu e educação, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de práticas educativas que atendam ao público infantil. É fundamental que os profissionais da área, incluindo educadores, curadores e pesquisadores, se engajem em discussões mais aprofundadas sobre as possibilidades e desafios da educação museal. Isso inclui refletir sobre as estratégias pedagógicas utilizadas, avaliar a eficácia das ações educativas e buscar formas de torná-las mais relevantes e alinhadas às demandas contemporâneas.

Para que os museus se estabeleçam como espaços efetivos de aprendizado para as crianças, é necessário repensar continuamente as práticas educativas, adaptando-as às mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Ao promover a integração entre o lúdico e o educativo, os museus podem ampliar seu impacto, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a sociedade e o meio ambiente.

A educação infantil no Brasil passou por diferentes fases de desenvolvimento, marcadas por avanços significativos na legislação e na ampliação do acesso ao longo das últimas décadas. Esses progressos, no entanto, ainda coexistem com inúmeros desafios que precisam ser superados para assegurar uma educação de qualidade e equitativa para todas as crianças brasileiras. Nesse cenário, os museus e suas estratégias educativas têm o potencial de desempenhar um papel complementar importante, oferecendo um ambiente de aprendizado lúdico e não formal que respeita as características únicas do universo infantil. Esses espaços educativos podem atuar como catalisadores no processo de construção do conhecimento, promovendo experiências interativas e sensoriais que favorecem o desenvolvimento integral das crianças.

As reformas educacionais impulsionadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 representaram marcos fundamentais para a educação infantil no país. A LDB, ao dedicar um capítulo exclusivo à educação infantil, reconheceu as crianças como sujeitos de direitos, atribuindo um novo significado a essa etapa educacional. Nesse contexto, o papel dos museus deve ser reconsiderado e ampliado. Embora a presença de crianças nesses espaços seja comum, muitas vezes as práticas educativas voltadas a elas não são devidamente sistematizadas. Essa lacuna reforça a necessidade de que os museus, como instituições educativas, se alinhem às diretrizes legais e às demandas contemporâneas para construir programas estruturados que atendam às necessidades específicas do público infantil.

A infância é reconhecida como uma fase crucial para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais. As políticas educacionais têm como objetivo central promover a equidade e a qualidade, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas origens ou condições sociais, tenham acesso a uma educação que respeite suas particularidades e potencie seu aprendizado. Essa perspectiva inclusiva e voltada para as especificidades individuais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada criança tenha a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial.

Uma instituição museológica que se compromete com a construção de um programa educativo alinhado a esses preceitos está não apenas cumprindo um papel social, mas também investindo no futuro do país. Ao priorizar ações educativas que valorizem a diversidade e promovam o pensamento crítico, os museus ajudam a formar uma geração de cidadãos mais conscientes, preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse sentido, os museus devem ser vistos como espaços que, além de preservarem a memória e o patrimônio, atuam ativamente na formação de indivíduos críticos, criativos e socialmente engajados.

É imprescindível destacar a importância da mobilização dos profissionais diretamente envolvidos nas práticas educativas do MHNUFAL para que desenvolvam uma compreensão mais clara e aprofundada da intencionalidade pedagógica em suas ações. Essa clareza não apenas eleva a qualidade das experiências proporcionadas ao público infantil, mas também garante que os saberes e conhecimentos transmitidos estejam alinhados às necessidades e características específicas desse público. A intencionalidade pedagógica, ao estabelecer um propósito bem definido para cada ação educativa, contribui para a criação de práticas mais significativas e eficazes.

O presente estudo concentrou-se na atuação dos pesquisadores e curadores, revelando que a intencionalidade pedagógica é uma abordagem essencial no

planejamento e na execução de ações educativas. Ela se fundamenta na organização consciente e no direcionamento intencional das práticas educacionais, visando atingir resultados claros e relevantes. Essa abordagem exige que as práticas sejam estruturadas de forma a considerar os objetivos educacionais, as características do público e os métodos mais apropriados para promover aprendizagens significativas.

Dessa forma, conclui-se que é fundamental revisar e aprimorar as práticas e os processos desenvolvidos pelos pesquisadores e curadores do MHNUFAL sob a ótica da intencionalidade pedagógica. A ausência de uma reflexão sistemática e de etapas claras para o planejamento e a execução das Ações Educativas para o Público Infantil (AEPI) resulta em lacunas que podem comprometer a eficácia das atividades educativas. A definição de etapas para a construção e análise dessas ações permite não apenas orientar o trabalho do corpo técnico de maneira mais eficaz, mas também alinhar as práticas às demandas educacionais e institucionais do museu.

No entanto, para que as propostas educativas atinjam seu pleno potencial, é necessário refletir continuamente sobre o trabalho desenvolvido, revisar práticas existentes, recuperar informações e melhorar a sistematização dos registros. Essa abordagem possibilita avaliar com maior precisão o impacto das ações educativas e identificar áreas que precisam de melhorias, garantindo que as propostas para o público infantil estejam em sintonia com os objetivos de uma instituição educativa comprometida com a excelência.

O papel de especialistas e profissionais em suas respectivas áreas é igualmente crucial para promover processos educacionais de qualidade. A presença de indivíduos capacitados, com conhecimento pedagógico e técnico, facilita a criação de estratégias que estimulem aprendizagens mais significativas e aprimoradas. Nesse contexto, seria altamente benéfico para o MHNUFAL investir na formação continuada de seu corpo técnico, promovendo ações que envolvam educadores experientes e especialistas em práticas pedagógicas. Essa interação possibilitaria a transferência de conhecimentos e habilidades que contribuiriam para a formulação de ações educativas mais robustas.

Além disso, a intencionalidade pedagógica desempenha um papel central no desenvolvimento socioemocional das crianças. Ao considerar aspectos como curiosidade, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas, ela incentiva a construção de experiências que vão além da mera transmissão de informações. Essas práticas educativas não apenas ajudam as crianças a desenvolverem competências cognitivas, mas também promovem habilidades sociais e emocionais essenciais para seu crescimento integral. Assim, ao incorporar a intencionalidade pedagógica em suas práticas, o MHNUFAL tem a oportunidade de se consolidar como uma referência em

educação museal, oferecendo ao público infantil experiências educativas enriquecedoras e transformadoras.

Ao adotar uma postura intencional em suas práticas educativas, o museu transforma-se em um espaço privilegiado para a exploração, descoberta e desenvolvimento integral das crianças. Essa abordagem permite que as crianças assumam um papel ativo e protagonista em seus próprios processos de aprendizagem, incentivando a autonomia, a criatividade e a construção de conhecimentos significativos. A intencionalidade pedagógica, nesse contexto, oferece aos pesquisadores e curadores a possibilidade de adaptar suas estratégias e métodos na elaboração, execução e avaliação de ações educativas. Dessa forma, é possível atender de maneira mais efetiva às demandas do público infantil, promovendo uma educação mais inclusiva, acessível e alinhada às especificidades dessa faixa etária. Embora implementar a intencionalidade pedagógica seja um desafio complexo, trata-se de um esforço imprescindível para aprimorar o programa educativo do museu e proporcionar experiências que impactem positivamente o desenvolvimento das crianças.

No âmbito da educação infantil, é crucial que as ações educativas sejam planejadas com uma intenção clara e determinada. Isso significa que as atividades devem ser estruturadas com base em objetivos pedagógicos bem definidos, contemplando estratégias que favoreçam a construção de conhecimento e a formação de uma consciência crítica e reflexiva nas crianças. Essas ações devem considerar o estágio de desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, garantindo que sejam apropriadas, envolventes e adequadas às suas capacidades e interesses. Nesse sentido, a intencionalidade pedagógica desempenha um papel central, pois representa o planejamento deliberado e a orientação consciente dos processos de ensino e aprendizagem, assegurando que os objetivos educacionais sejam alcançados em um contexto específico.

A seleção criteriosa de conteúdo é outro aspecto fundamental da intencionalidade pedagógica. Essa escolha cuidadosa permite que os profissionais desenvolvam estratégias de ensino mais eficazes, métodos de avaliação mais precisos e recursos didáticos mais apropriados às necessidades do público-alvo. No caso do museu, essa seleção deve estar alinhada aos objetivos institucionais e fundamentada em uma compreensão profunda do público infantil, considerando suas características, interesses e capacidades. A escolha dos conteúdos também deve dialogar com as metas educativas mais amplas, promovendo aprendizagens que sejam relevantes tanto para o contexto museológico quanto para a vivência cotidiana das crianças.

A aplicação da intencionalidade pedagógica requer, ainda, uma reflexão constante por parte dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de práticas

educativas. Essa reflexão é essencial para avaliar o impacto das atividades realizadas e ajustá-las sempre que necessário, garantindo que as ações educativas sejam não apenas relevantes, mas também desafiadoras e significativas para o público infantil. Esse processo contínuo de revisão e aprimoramento permite que os profissionais promovam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências específicas nas crianças, consolidando o papel do museu como um espaço de educação transformadora.

Praticar a educação com intenção, portanto, implica mais do que apenas transmitir informações ou planejar atividades pontuais. Trata-se de uma abordagem integrada que busca alinhar os objetivos pedagógicos aos métodos e estratégias adotados, promovendo aprendizagens que sejam enriquecedoras, inclusivas e duradouras. Ao incorporar a intencionalidade pedagógica em suas ações, o museu reafirma seu compromisso com a formação integral das crianças, ampliando sua relevância como espaço educativo e social.

Os profissionais que atuam em museus desempenham um papel essencial na concepção e implementação de ações educativas que transcendam a simples transmissão de informações, promovendo experiências significativas para os visitantes. Para atingir esse objetivo, é imprescindível que esses profissionais estejam profundamente atentos às características, interesses e necessidades do público que atendem. Essa sensibilidade e compreensão das especificidades dos visitantes permitem a criação de iniciativas educativas que sejam não apenas informativas, mas também alinhadas aos contextos culturais, sociais e individuais de cada grupo.

Compreender as características demográficas, os níveis de conhecimento, as habilidades e os interesses dos diferentes públicos possibilita o desenvolvimento de experiências educativas mais relevantes, acessíveis e engajantes. No caso das crianças, por exemplo, é fundamental adotar abordagens lúdicas, interativas e sensoriais, que despertem a curiosidade natural e incentivem a participação ativa. Tais estratégias devem ser orientadas por uma intencionalidade pedagógica clara, garantindo que as atividades sejam adequadas ao estágio de desenvolvimento infantil e promovam a construção de conhecimento de forma significativa. Para públicos adultos, por outro lado, abordagens mais reflexivas e aprofundadas podem ser mais eficazes, permitindo que os visitantes conectem as informações apresentadas ao seu repertório prévio e às suas experiências de vida.

Além disso, a atenção às especificidades do público é indispensável para identificar e superar possíveis barreiras de acesso que possam limitar a participação e o engajamento de determinados grupos. Essas barreiras podem incluir desde questões físicas, como a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, até fatores

socioeconômicos, que podem dificultar o acesso de comunidades marginalizadas. Profissionais de museus comprometidos com a inclusão devem trabalhar para desenvolver iniciativas que eliminem essas barreiras, garantindo que todos os visitantes possam desfrutar plenamente das experiências educativas oferecidas. Isso pode envolver desde a adaptação de materiais e espaços até o desenvolvimento de programas específicos que atendam às necessidades de públicos diversos.

Ao alinhar suas práticas educativas às características e necessidades de seus visitantes, os museus não apenas promovem a inclusão, mas também fortalecem seu papel como espaços transformadores, capazes de engajar diferentes públicos e contribuir para a formação de uma sociedade mais informada, crítica e equitativa.

Um aspecto de extrema relevância para o desenvolvimento de ações educativas em museus é o registro sistemático dessas iniciativas. Documentar as atividades realizadas é uma prática indispensável para avaliar a eficácia e o impacto das ações, permitindo aos profissionais analisarem quais estratégias foram bem-sucedidas e identificar áreas que necessitam de aprimoramento em futuras iniciativas. O registro, além de facilitar esse processo de avaliação interna, também se torna essencial para a prestação de contas a financiadores, parceiros institucionais e à comunidade em geral. Ele evidencia como os recursos disponibilizados foram utilizados e quais resultados concretos foram alcançados, fortalecendo a transparência e a credibilidade do museu como instituição educativa e cultural.

Adicionalmente, a sistematização e registro das atividades educativas contribuem significativamente para a construção de um corpo de conhecimento que pode ser compartilhado com outros profissionais e instituições culturais. Essa prática fomenta a colaboração e o intercâmbio de ideias, possibilitando o desenvolvimento de boas práticas e a consolidação de estratégias inovadoras no campo da educação em museus. Ao promover essa troca de experiências e conhecimentos, os museus reforçam seu papel como protagonistas na formação de redes de aprendizagem e inovação, contribuindo para o avanço contínuo das práticas museológicas em escala local e global.

O museu, como instituição que promove a construção de conhecimento, desempenha um papel central na democratização da educação. Ele amplia o acesso a informações e experiências que enriquecem a formação dos sujeitos, tornando-se um espaço de aprendizado acessível a diversos públicos. No caso específico do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas (MHNUFAL), esse compromisso é evidenciado pelo esforço em atender diferentes públicos, incluindo as crianças. No entanto, desde sua reabertura, a instituição tem enfrentado desafios para consolidar sua contribuição educacional junto ao público infantil. Esses desafios não se originam de desinteresse ou insuficiência técnica por parte de sua equipe, mas da ausência de uma

reflexão teórica mais robusta sobre as formulações das ações educativas destinadas a esse público.

Outro problema identificado é a falta de um registro consistente dessas ações educativas. Essa carência dificulta a recuperação de informações e a análise crítica das práticas já realizadas, prejudicando a continuidade e o aprimoramento das iniciativas voltadas às crianças. A ausência de registros sistematizados limita a capacidade do museu de avaliar o impacto de suas ações e de construir estratégias mais eficazes para atender às necessidades desse público específico. Portanto, torna-se urgente que o MHNUFAL implemente mecanismos para registrar e refletir sobre suas práticas, de modo a fortalecer sua atuação educativa e garantir que sua missão de democratizar o acesso ao conhecimento seja plenamente cumprida.

A documentação das atividades educativas realizadas por museus desempenha um papel estratégico na garantia do cumprimento das políticas públicas relacionadas à educação e cultura. Ao alinhar suas iniciativas com as metas e diretrizes estabelecidas por órgãos governamentais, os museus não apenas demonstram seu compromisso com os objetivos de desenvolvimento educacional e cultural, mas também reforçam sua relevância como agentes de transformação social. Esse alinhamento permite que as práticas museológicas contribuam para a promoção de uma educação inclusiva, acessível e de qualidade, conforme preconizado pelas políticas públicas vigentes.

Manter-se atualizado sobre as políticas públicas é uma prática essencial para que as atividades educativas do museu estejam em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas pelos reguladores. Isso implica atenção às questões prioritárias da atualidade, como diversidade, inclusão, acessibilidade e sustentabilidade, que devem ser integradas de maneira transversal ao planejamento, à execução e à avaliação das iniciativas educativas. Ao incorporar esses princípios em suas práticas, os museus podem garantir que suas ações sejam socialmente responsáveis e alinhadas aos valores contemporâneos de justiça social e equidade.

A adesão às recomendações das políticas públicas também fortalece a legitimidade e a credibilidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais de museus, tanto perante a comunidade local quanto diante das autoridades governamentais. Essa conformidade pode facilitar o acesso a financiamentos e recursos adicionais, essenciais para a sustentação e ampliação das atividades educativas. Além disso, estar alinhado às diretrizes públicas oferece ao museu uma base sólida para justificar suas ações, consolidar parcerias institucionais e ampliar seu alcance social.

Outro aspecto relevante é que a observância das políticas públicas contribui para evitar problemas legais ou éticos que possam surgir durante o desenvolvimento e

a implementação de iniciativas educativas. Isso abrange questões relacionadas à proteção de direitos autorais, à segurança e bem-estar dos visitantes, à gestão e proteção de dados pessoais e à conformidade com padrões de qualidade e ética profissional. O cumprimento dessas normativas não apenas minimiza riscos institucionais, mas também reforça o compromisso do museu com a ética e a responsabilidade social.

Ao priorizar tanto a atenção às necessidades do público quanto o cumprimento das políticas públicas, os profissionais de museus podem desempenhar um papel significativo no avanço da educação e da cultura em suas comunidades. Essas práticas contribuem para consolidar a imagem do museu como uma instituição comprometida com a excelência, a inclusão e a transformação social, além de reforçar sua posição como espaço de referência para o aprendizado, o debate e a construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

A atenção ao público e o alinhamento com as políticas públicas configuram elementos centrais no trabalho dos profissionais de museus na elaboração e implementação de ações educativas. Compreender as necessidades, interesses e particularidades dos diferentes públicos é uma prática indispensável para planejar iniciativas que sejam verdadeiramente significativas e inclusivas. Além disso, o registro sistemático das atividades desenvolvidas é essencial para avaliar seu impacto e garantir que elas estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. Esse alinhamento não apenas fortalece a relevância social das ações educativas dos museus, mas também assegura que essas instituições contribuam de maneira efetiva para a democratização do acesso ao conhecimento e para a promoção da equidade cultural em suas comunidades.

Outro aspecto fundamental, muitas vezes negligenciado, é o reconhecimento das diferentes infâncias. Dentro do contexto social, fatores culturais, históricos e ambientais influenciam de forma marcante a vivência do período infantil, tornando essa fase distinta para cada indivíduo. Essas diferenças moldam as interpretações das crianças e impactam suas experiências em espaços museológicos, evidenciando a necessidade de práticas educativas que sejam sensíveis à diversidade de infâncias. Não considerar essas variações implica ignorar as especificidades do público infantil e limitar o alcance das ações educativas.

Ao refletir sobre a infância, fica claro que as crianças não podem ser compreendidas como um grupo homogêneo ou como sujeitos meramente receptores de ações pedagógicas. Pelo contrário, é imperativo reconhecer seu protagonismo, atribuindo-lhes voz e agência. Isso exige a criação de estratégias que permitam às crianças participarem ativamente das ações destinadas a elas, assegurando que suas

percepções, opiniões e formas de expressão sejam valorizadas e incorporadas no planejamento e execução das atividades educativas. Essa abordagem promove não apenas aprendizagens mais significativas, mas também o fortalecimento do papel social das crianças como sujeitos ativos na construção do conhecimento e na transformação de suas realidades.

Por fim, a pesquisa contribui para o campo da educação museológica ao propor critérios e marcadores que aprimoram a concepção e a execução de atividades voltadas ao público infantil. Ao identificar lacunas e propor soluções baseadas em uma análise crítica dos discursos e práticas institucionais, este trabalho reforça a importância de uma abordagem pedagógica intencional e sistematizada, consolidando o papel do MHNUFAL como um espaço inclusivo, transformador e essencial para a educação não formal.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. C; AZEVEDO, N. **O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 469-489, maio-ago. 2010

ALEXANDRINO, V. da C.; BRAZ AQUINO, F. de S. **Análise das concepções de profissionais da educação sobre o desenvolvimento infantil: Um estudo em creches de uma cidade da Paraíba – Brasi**l: Analysis of the conceptions of professionals in education on child development: a study in daycare centers in a city in paraíba – Brazil. Revista Portuguesa de Educação, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 85–99, 2018. DOI: 10.21814/rpe.13756. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13756. Acesso em: 14 abr. 2023.

ALMEIDA LIMA, J. A.; DA ROCHA BERNARDO, J. R. **Ação educativa e prática social: possibilidades didáticas em museus de ciências**. Revista Diálogo Educacional, [S. l.], v. 21, n. 69, 2021. DOI: 10.7213/1981-416X.21.069.DS01. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27961. Acesso em: 17 abril. 2023.

ALMEIDA, F. S.; DA ROCHA, R. S. **Reflexões sobre o papel educativo dos museus no Brasi**l. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 2, p. 521-533, 2021

ALMEIDA, Ordália A. de - A História da Educação Infantil - 14º Encontro Brasileiro de Educação Infantil - Campo Grande./MS – 2002

AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió: uma perspectiva de preservação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

ARIÈS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água, 1988

AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhaïlovich. **The Dialogic Imagination: Four Essays**. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Imagem no ensino da arte: anos 80 e novos tempos**. . São Paulo: Perspectiva.1991 . Acesso em: 27 set. 2024.

BARBOSA, Ierecê dos Santos et al. **Neurociência, aprendizagem e estratégias cognitivas: um relato de experiências**. In: FACHÍN-TERÁN, Augusto; SANTOS, Saulo Cézar Seiffert (Orgs.). Temas sobre ensino de ciências em espaços não formais: avanços e perspectivas. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2016. p. 223-229.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria das Graças Souza. **Organização do espaço na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARBOSA, Maria Helena Rosa. **Ações Educativas em Museus de Arte: Entre Políticas e Práticas**. Palíndromo, Florianópolis, v. 4, n. 7, 2013. DOI: 10.5965/2175234604072012110. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3391. Acesso em: 28 abr. 2025.

BOTO, C., ed. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019, 344 p. História, Pensamento, Educação collection. Novas Investigações series, vol. 9. ISBN: 978-65-5824-027-3. Avalable from: http://books.scielo.org/id/fjnhs..

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. Tradução de Maria Cristina Piske. Porto Alegre: Artmed, 1984.

BRAGA, Jezulino Lucio Mendes. **Educação Museal: desafios e perspectivas**. São Paulo: IBRAM, 2018

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 2022-02-13

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Estatuto de Museus, Brasília. Jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 2019-04-04

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Op. Cit. 28LIBÂNEO, J. C. Didática. Coleção magistério - 2º Grau. Série formação do professor. São Paulo. Editora Cortez. 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CEB nº 01/99**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2023

BROADHEAD, Pat; HOWARD, Justine; WOOD, Elizabeth (Eds). **Play and Learning in the Early Years. From Research to Practice**. Thousand Oaks, CA: Sage 2010.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRULON, B. **Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 28, p. 1-30, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e1. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRUNER, Jerome Seymour. **O processo da educação**. Tradução de Aluizio Alves Filho. São Paulo: Nacional, 1976.

CAMPOS, J. F.; RAMOS, M. L. **Pedagogia da Infância e Práticas Educativas em Museus**. Revista Educação e Cultura, v. 15, n. 3, p. 215-230, 2021.

CAMPOS, R. K. do N.; RAMOS, T. K. G. **Entre limites e possibilidades: participação de crianças na prática pedagógica e intencionalidade docente**. Debates em Educação, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 219–239, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p219-239. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12662. Acesso em: 16 abril. 2023.

CANÁRIO, R. **Educação de Adultos, um campo e uma problemática**. Lisboa: Educa. 2000.

CARDOSO, J. R. **O professor do futuro: Valorizar os professores, melhorar a educação**. Editora Guerra e Paz. 2013.

CARVALHO, Cristina. **Criança menorzinha... ninguém merece! – políticas de infância em espaços culturais**. In: KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloísa Candal (Ed). Educação infantil: enfoques em diálogo. 2. Ed. São Paulo: Papirus, 2013. p. 295-312.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris. **O Público Infantil nos Museus**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 911-930, set. 2016. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432016000300911&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 1 fev. 2024. Epub 31-Maio-2016.

CASTRO, Ana Ramos Rodrigues. **Políticas públicas para a gestão dos museus no Brasil: A construção da política nacional dos museus (1930-2016)**, 2022. 289 f.

CASTRO, Fernanda Rabello de. **Há sentido na educação não formal na perspectiva da formação integral?** Museologia & Interdisciplinaridade, v. 4, n. 8, p. 171-183, dez. 2015.

CAVALCANTI, Cecilia C. B.; PERSECHINI, Pedro Muanis. **Museus de Ciência e a popularização do conhecimento no Brasil.** Field Actions Science Reports, [S. l.], n. 3, p. 1-11, nov. 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/factsreports/ pdf/1085. Acesso em: 11 out. 2021

CERATI, T.M.; MARANDINO, M. **Alfabetização científica e exposições de museus de ciências**. 2013. Disponível em: . Acesso em: 20 de jun. de 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso educativo e suas implicações sociais**. São Paulo: Contexto, 2008.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Organização das Nações Unidas (ONU), 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 26 abr. 2025.

CORÁ, J; BATTESTIN, C. **Gabinete de curiosidades: um lugar de maravilhamento diante do mundo**. R. Inter. Interdisc. Art&Sensorium, Curitiba, v.8, n.1, p. 009 – 0 29 Jan.- Jun. 2021

COSTA, Andréa Fernandes; BRAGA, Jezulino Lucio Mendes. **"A Educação Museal e o Público Infantil"**. Revista Museologia e Interdisciplinaridade, v. 12, n. 3, 2020

COSTA, Edith Gonçalves; OLIVEIRA, Endell Menezes de; ALMEIDA, Ana Cristina Pimentel Carneiro de. **Da escola à feira e da feira à mesa: o ensino não formal e a alimentação saudável na Educação Infantil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 12, e30391211279, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11279.

COUTINHO-SILVA, R.; PERSECHINI, P.; MASUDA, M.; KURTENBACH, E. **Interação museu de ciências-universidade: contribuições para o ensino não-formal de ciências**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 57, n. 4, 2005, p. 24-25.

CURY, M. X. **Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações**/ Education in museums: scenery, dilemmas and some weights. Ensino em Re-Vista, [S. l.], n. 1, 2013. DOI: 10.14393/ER-v20n1a2013-3 . Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23206. Acesso em: 23 out. 2024

DALBOSCO, C. A.; BERTOTTO, C.; SCHWENGBER, I.L. **A Ação Pedagógica Crítica e Formação do Pensamento Reflexivo**. Olhar de Professor, vol. 23, 2020 Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68464195054

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, John. **My pedagogic creed: meu credo pedagógico**. Tradução de Renato Gontijo. [S.l.]: Amazon Kindle, [2023]. eBook Kindle.

DEWEY, John. **Democracia e Educação: introdução à Filosofia da Educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959

DOMINGOS, Lucilene Emidio; SILVA, José Geraldo Ferreira da. **Aula de campo no projeto TAMAR: conscientizando alunos do nível 1 da educação infantil, sobre os cuidados e sobrevivência das tartarugas no habitat de proteção**. ID on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 14, n. 50, p. 823-834, maio/2020. DOI: 10.14295/idonline.v14i50.2243. Disponível em: http://idonline.emnuvens.com.br/id. Acesso em: 04 de abril de 2025

EMUSE – I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL. Emuse. Conteúdo. PNEM. 2023. Disponível em: . Acesso em: 12 de março de 2024

FABIANI, Débora Jaqueline Farias. **O jogo no horário livre: a educação física na educação não formal**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FABIANI, Débora Jaqueline Farias; SCAGLIA, Alcides José. **Pedagogia do jogo: ensino, vivência e aprendizagem do brincar na educação não formal**. Corpoconsciência, Cuiabá, v. 24, n. 2, p. 103-117, maio/ago. 2020.

FAIRCLOGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasilia : Editora Universidade de Brasília, 2016.

FALCÃO, A. **Museu como lugar de memória, museu e escola**. In S. d. Distância, Educação formal e não-formal. Brasil: Secretaria de Educação a Distância. 2009.

FALK, J. H. e STORKSDIECK, M. **Museus e o aprendizado da ciência**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 117-43, 2005.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. **Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2000.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. **The Museum Experience Revisited**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2012

FARIAS, Mabel. **Infância e Educação no Brasil Nascente**. In: Educação da Infância: história e política, Org. VASCONCELLOS, Vera M. R. de, DP & A Editora, cap. 2, p. 33 - 49 – Rio de Janeiro/RJ – 2005.

FERNANDES, Renata Sieiro; GARCIA, Valéria Aroeira. **Educação não formal no contexto brasileiro e internacional: tensões que perpassam a formulação conceitual**. Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 26, n. 2, p. 498-517, maio/ago. 2019.

FERNANDES, Renata Sieiro; LIMA, Lívia Morais Garcia; MIRANDA, Antonio Carlos. **Abordagens teórico-metodológicas em educação não formal e animação sociocultural**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 22, n. 3, p. 497-513, set./dez. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação de educadores na educação não formal pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr.-jun. 2014.

GABRIEL, Olívia Alexsander; BLASIUS, Luciano. **A afetividade para a desconstrução do racismo e da desigualdade afetiva na educação infantil**. Em Favor de Igualdade Racial, Rio Branco, v. 6, n. 2, p. 156-168, maio/ago. 2023. DOI: 10.29327/269579.6.2-13.

GABRIEL, Rose Skripka N.. Morin, E. (2000). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000. Constr. psicopedag., São Paulo , v. 28, n. 29, p. 97-98, 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542020000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 dezembro. 2024. .

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 2000.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. Petrópolis. 2008

GEE, James Paul. **An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method**. Nova York: Routledge, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acess on: 27 Jan. 2025.

GOMES, Sidmar Silveira. **Uma análise de produção bibliográfica sobre as práticas teatrais contemporâneas e a infância: protagonismos infantis e relações de poder**. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 9, n. 21, p. 165-183, set./dez. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: DEMU-IPHAN-MinC, 2007.

GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; AMARAL, Daniela Patti do. **A ciência, o brincar e os espaços não formais de educação**. In: Programa de pesquisa em Educação para a Ciência do MAST/MCT. Rio de Janeiro, 1993.

GUIMARÃES, Célia Maria. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HEIN, George E. **Learning in the museum**. London: Routledge, 1998.

HODGE, R.; KRESS, G. **Social Semiotics**. London: Polity Press, 1988.

HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20. ed. Porto Alegre. 2015

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and education: purpose, pedagogy, performance**. London: Routledge, 2007.

IBERMUSEOS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Disponível em: https://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal/. Acesso em: 14 novembro. 2024

ICOM Brasil. **Nova Definição de Museu**, 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/. Acesso em: 11 maio 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, v. 2, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal: relatório final** / [coordenação Daniele Pereira Canedo, José Roberto Severino; [pesquisadoras Caroline Fantinel...[et al.]]. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Casa Aberta Editora e Livraria : Instituto Brasileiro de Museus, 2023.

ISZLAJI, C.; MARANDINO, M. **Museu e criança: a importância dos espaços de educação e cultura no ensino de ciências**. In: MARTINEZ, S. A. (Org.) A criança e o ensino de ciências: pesquisas, reflexões e experiências. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF – MEC. 2014.

ISZLAJI, Cynthia. **A criança nos museus de ciências: análise da exposição Mundo da Criança do Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia) - Ensino de Ciências (Física, Química e Biologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.81.2012.tde-13062012-111917. Acesso em: 2021-03-03

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Tradução . São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 96, p. 797–818, out. 2006.

LABOV, W.; FANSHEL, D**. Therapeutic Discourse: Psychotherapy as conversation**. New York: Academic Press, 1977.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010. 130 p. - (Coleção Pedagogia: saberes em construção)

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004

LIMA, L. R.; CORREIA, C. J. S. **Atividades extensionistas do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas: um foco no ensino de botânica**. In: Congresso Nacional de Educação. 4., 2017, João Pessoa. Anais eletrônicos. João Pessoa: Editora Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD4_SA16_ID8541_25092017215908.pdf. Acesso em: 2019-23-06

LOPES, M. M.; MURRIELLO, S. E.. **Ciências e educação em museus no final do século XIX**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 12, p. 13–30, 2005

LOPES, Romilda Aparecida. **Vamos ao Museu Hoje? Lazer e Educação em Visitas Mediadas**. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-Graduação em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MACMANUS, Paulette Marion. **Uma palavra em seu ouvido... o que você quer dizer quando fala, ou pensa a respeito de Educação (formal e Informal), Aprendizagem e Interação?** Museu – Lugar do Público / organizado por Martha Marandino, Adriana Valente. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Tradução de Beatriz Cannabrava. Porto Alegre: Penso, 1999.

MARANDINO, M. et al. **Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?** Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

MARANDINO, M.; SILVEIRA, R.V.M.; CHELINI, M. J.; BIZERRA, A.F.; GARCIA, V. A. R.; MARTINS, L.C.; LOURENÇO, M.F.; FERNANDES, J.A.; FLORENTINO, H.A.A. **Educação não-formal e divulgação científica: o que pensa quem faz?** In: Atas do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências - ENPEC. 2004.
MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. GEENF/FEUSP/Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. 2008

MARANDINO, Martha. **Educação em museus de história natural: possibilidades e desafios de um programa de pesquisa**. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/13301167.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

MARANDINO, Martha. **Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias**. Disponível em: http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/museologia_marandino2009.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

MASSARANI, Luisa. **Olhar das crianças sobre uma exposição interativa. In: Divulgação científica e museus de ciência: O olhar do visitante – Memórias do evento** / Luisa Massarani, Rosicler Neves, Luís Amorim (Organizadores) Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; RedPop, 2016.

MCMANUS, Paulette Marion; MARANDINO, Martha; MONACO, Luciana Magalhães. **Educação em museus: pesquisas e prática**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2013. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/243 . Acesso em 3 dezembro. 2024.

MORAES, Julia Nolasco Leitão de. **Museu, informação artística e "poesia das coisas": a divulgação artística em museus de arte**. Orientadora: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Dout. em Ciência da Informação)-IBICT/UFRJ/ECO. Disponível em: <>. Acesso em: 04 set. 2024.

MORUZZI, Andrea Braga. **Linguagens, interações e brincadeiras – preposições para o currículo na Educação Infantil**. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 3, n. 5, p. 16-25, jul./dez. 2014

MOYLES, J.R. **Só brincar? O Papel do Brincar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NASCIMENTO, C., BERTINO, J. **Estudo preliminar: Sala Lúdica do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas**. TCC (Tecnologia em Design de Interiores) – Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió. Maceió, p. 87. 2022.

NASCIMENTO, Mona Ribeiro; GONÇALVES, Leane C. Ferreira. **Educação Museal em Rede: Surgimento e atuação das redes de educadores em museus no Brasil**. © Redoc Rio de Janeiro v. 3 n.2 p. 140 Maio/Agosto 2019

NEGRI, P. S. **Comunicação Didática: A Intencionalidade Pedagógica Como Estratégia de Ensino**. Módulo I. Londrina: LABTED/UEL, 2008.

OBEC-BA - OBSERVATÓRIO ECONOMIA CRIATIVA. **Estudos e pesquisas**. Disponível em: https://obec.ufba.br/pesquisa-educacao-museal-brasil/. Acesso em: 10 de março de 2024

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Org.). **Em busca da pedagogia da infância**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. p. 168-187

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **A infância e a construção social do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018. Online. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844180983

PELOSO, F. C.; PAULA, E. M. A. T. DE. **A educação da infância das classes populares: uma releitura das obras de Paulo Freire**. Educação em Revista, v. 27, n. 3, p. 251–280, dez. 2011.

PEREIRA, Marcele R. N. **Museus escolares: trajetória histórica e desafios à luz da museologia social**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 51, p. 96-118, 2019.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

PISKE, Eliana Lima; GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar. **Educação Ambiental das Infâncias na perspectiva sistêmica**. Sér.-Estud., Campo Grande, v. 26, n. 56, p. 41-70, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231819822021000100041&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 abril 2023. Epub 22-Jul-2021.

PNEM – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL. Página inicial. Sobre a PNEM. Histórico. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-educacao-museal-pnem. Acesso em 06 de março de 2024

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira: o desenvolvimento humano e o antropoceno**. Nova York: PNUD, 2022. Disponível em: https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2020-proxima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno. Acesso em: 24 seu. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ROCHA, E. A. C. **Infância e educação: delimitações de um campo de pesquisa**. In: Educação, Sociedade & Culturas. n. 17, p. 67-88, 2002.

ROCHA, Luciana Bellé; GUARÇONI, André. **Educação não-formal e seu processo de avaliação**. Revista Científica Intelletto, Venda Nova do Imigrante, v. 2, n. 2, p. 54-63, 2017.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 477p.

ROGOFF, Barbara. **Apprenticeship in thinking: cognitive development in social context**. New York: Oxford University Press, 1990.

ROLDÃO, M.; ALONSO, L. Ser professor do 1º Ciclo: Construindo a Profissão, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minh. Editora Almedina. 2005.

SANDELL, Richard**. Museums as agents of social inclusion. Museum Management and Curatorship**, v. 17, n. 4, p. 401–418, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial.** Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. **Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006. Disponível em: https://histedbronline.ced.unicamp.br/. Acesso em: 16 de junho 2024.

SANTOS, Maria Cecília T. Moura (Org). **Encontros Museológicos - reflexões sobre a museologia a educação e o museu. Museu e Educação: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro. MinC/IPHAN/DEMU, 2008, p.125-146.

SCHEINER, T.C. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr., 2012

SCHMITT, A. **Registro de Planejamento na Educação**. Santa Catarina. Ed FURB. Vol. 1, n 2. 2006.

SEIFFERT-SANTOS, Saulo Cézar; CUNHA, Francielly Leal Jaques. **Parque temático, popularização e pesquisa amazônica: a proposta do Bosque da Ciência/INPA**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 38, 2022. Online. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469829448

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Política Nacional de Educação Museal**. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br. Acesso em: 23 dezembro. 2024

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS, Deborah A. (Org.**). From neurons to neighborhoods: the science of early childhood development**. Washington, D.C.: National Academy Press, 2000.

SILVA, Maurício André da; COSTA, Andréa Fernandes. **História da Educação Museal no Brasil**. Rio de Janeiro: ICOM Brasil, 2020.

SINCLAIR. J.; COULTHARD, M. **Towards and analysis of discourse: the english used by teachers and pupils**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

SOUTO, Pamela Larissa Souza; BARBOSA, Francisco Jam's Willame Carneiro; MEIRA, Suedio Alves; VIEIRA, Tacyele Ferrer. **Relevância da arte na educação infantil voltada à educação ambiental**. Práticas aplicadas no ensino não formal. Revista Equador, Teresina, v. 8, n. 2, p. 97-114, jul./dez. 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 16 ed. Petrópolis. 2014.

TOLENTINO, A. B. **Museologia social: apontamentos históricos e conceituais**. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 52, n. 8, p. 21-44, jun. 2016.

TRAN, Lynn Uyen (2007). **Teaching science in museums: The pedagogy and goals of museum educators**. Science Education, 91(2), 278-297.

TRINDADE, Christiane Coutheux. **John Dewey: o lugar da educação na sociedade democrática**. In: BOTO, C. (org.). Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 115-140. (História, Pensamento, Educação collection. Novas Investigações series, v. 9). Disponível em: . DOI: .

UNESCO. **Diretrizes políticas para a aprendizagem móvel**. Brasília, 2014, 45 p. Disponível em: YvnF9Po. Acesso em: 04 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Museu de História Natural**. [2016]. Disponível em: https://ufal.br/ufal/extensao/equipamentos-culturais/museus/museu-de-historia-natural. Acesso em: 16 de agosto de 2024

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Panorama da história da educação museal no Brasil: uma reflexão**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 52, p. 49-63, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse and Knowledge: A Sociocognitive Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAZENKESKI, V. F.; COSTA, H. H. F. G. DA. **A importância das ações educativas nos museus**. Ágora, v. 17, n. 2, p. 64-73, 16 maio 2016.

WERTSCH, James V. **Vygotsky and the social formation of mind**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

ZANATA, Beatriz A. - **O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar**. Cad. Cedes, vol. 25, n. 66, p. 165-184 - Campinas/SP - maio/agosto 2005.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DE AEPI

IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR/CURADOR ENTREVISTADO

Nome:

Formação:

Setor que atua/atuou:

ELABORAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS NO MHNUFAL

Como é o processo de elaboração das ac?

Como é definido perfil do público da ac?

Você já elaborou ações educativas para o público infantil?

Das ações indicadas nos relatórios do MHNUFAL desenvolvidas pelo setor que atua, você diria que elas são aplicáveis para o público entre 2 a 5 anos?

RESUMO DAS ATIVIDADES DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL - UFAL

O Museu de História Natural apresenta relatórios internos de atividades anuais. Este documento reúne os principais eventos, projetos e iniciativas desenvolvidos entre 2016 e 2019, com o objetivo de verificar e extrair ações educativas voltadas ao público infantil.

Eventos Realizados 2016

	26 ANIVERSÁRIO DO MHN Data:09/05/2016 a 13/05/2016 Descrição: semana de atividades organizadas para comemorar o aniversário do MHN (07/05). E este ano marcou a reabertura da exposição permanente – Alagoas: Do Mar ao Sertão – na nova sede do MHN no bairro do Prado. **Público: 87 visitantes**
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	
9/5 (Segunda-feira) 16h - Cerimônia de reabertura da exposição. 10/5 (Terça-feira) 9h as 11h - Atividade de socialização: Gestão do Patrimônio: o caso do Museu de História Natural da UFAL - Leandro Gonçalves. 14h as 16h - Palestra: A coleção herpetológica do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas" - Ma. Selma Torquato (Herpetologia MHN-UFAL). 11/5 (Quarta-feira)	

9h as 11h - Atividade de socialização a respeito do curso "Segurança de Acervos Culturais" realizado em maio do ano passado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST.
14h as 16h - Palestra: O Herbário do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas – Prof.ª Dra. Letícia Ribes de Lima (ICBS-UFAL; MHN/UFAL)
14 as 18h - Visitas guiadas aos setores de Geologia e Paleontologia - Prof. Dr. Ana Paula Lopes (IGDEMA-UFAL; MHN/UFAL) e Prof. Dr. Jorge Lopes (ICBS-UFAL; MHN/UFAL) e
Ornitologia (Prof. Dr. Renato Gaban-Lima) Limite de participantes: 10 pessoas.
Tempo de duração: 20 Minutos

12/5 (Quinta-feira)
9h as 12h – Mesa redonda “Inventário e Catalogação das aves de Alagoas: estabelecendo parâmetros regionais para análises de bioindicação”
- Apresentação do projeto de longo prazo que vem sendo realizado pelo Laboratório de Morfologia, Sistemática e Ecologia de Aves - LSEA/UFAL". Prof. Dr. Renato Gaban-Lima (ICBS-UFAL; MHN/UFAL)
- Listas das Aves de Alagoas e a distribuição geográfica do conhecimento ornitológico. Laurene Coimbra da Silva Cavalcante (Graduanda em Ciências Biológicas e bolsista PIBIC do LSEA).
- Aves do Parque Municipal de Maceió: a relevância desse fragmento florestal para o ambiente urbano. Williams Oliveira da Silva (Graduando em Ciências Biológicas e colaborador PIBIC do LSEA)
- Aves urbana e qualidade ambiental: o que a ornitofauna do Campus A. C. Simões (UFAL) nos informa? Taina Karoline Guedes (Graduanda em Ciências Biológicas e bolsista PIBIC do LSEA)
14h as 16h - Palestra: A coleção de mamíferos do Museu de História Natural: 4 anos de avanços – Ma. Anna Ludmilla Nascimento (Mastozoologia MHN-UFAL).
13/5 (Sexta-feira)
9h as 11h - Palestra: Arqueologia, museu e educação patrimonial: conhecer para valorizar, valorizar para preservar - Mayana Castro (Arqueologia MHN-UFAL).
14 as 16h - Mesa redonda: Orquídeas e Bonsai
Taxonomia básica para orquidófilos - Wictor Thomas (Graduando em Ciências Biológicas, estagiário do Herbário MUFAL).
Bonsai: arte na palma da mão - Vitor Martin (Paisagista, professor de bonsai, mestrando da Escola Europeia de Bonsai).
Coordenadora: Núbia Lima (Bióloga, mestre em Proteção de Plantas).

14ª SEMANA DE MUSEUS	**14ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS** Data: 16/05/2016 A 22/05/2016 Descrição: Evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram para celebrar nas instituições museais o Dia Internacional dos Museus. **Público:332 visitantes**

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

16/05
14h - Palestra de abertura: Museus e Paisagens Culturais - Prof. Dr. Jorge Luiz Lopes e Representante do IPHAN (a confirmar)
16h – Apresentação Cultural (Grupo de Percussão) 17/05
9h – Palestra de abertura: Museu: espaço de formação e interação – Prof. Me. Saulo Nicácio (ICBS-UFAL).
Mediadora: Ma. Cíntia Rodrigues (Museóloga MHN-UFAL) Mesa Redonda: Museus e Educação
A importância do museu para o ensino de ciências e biologia – Profa. Ma. Maria Danielle Araújo Mota (ICBS-UFAL)
Os Museus como território para o ensino e a aprendizagem – Mestrando Carlos Correia (Biólogo MHN-UFAL)
A Educação Patrimonial como ferramenta para a "alfabetização cultural" – Mayana de Castro (Arqueóloga MHN-UFAL)
14h – Mesa Redonda: Turismo em museus
Mediadores: Prof. Dr. Jorge Lopes (ICBS-UFAL; MHN/UFAL) e Profa. Dra. Ana Paula Lopes (IGDEMA-UFAL; MHN/UFAL)
Turismo em museus - Henrique Dantas (Presidente do Sindicato de Guias de Turismo – Singtur)
Turismo ambiental e estudo do meio - Prof. Dr. Renato Gaban-Lima (ICBS-UFAL; MHN/UFAL) 18/05

14h – Convivência com a seca: a recuperação de nascentes como alternativa – Mestranda Leila Caroline Salustiano Silva (PPGG/UFAL)
19/05
9h - Palestra: Arqueologia, museu e identidade: conhecer para valorizar; valorizar para preservar - Mayana de Castro (Arqueologia MHN-UFAL).
10:30h – Palestra: Jardim vertical e compostagem doméstica: da montagem a manutenção - Maria Carolina Padilha (Engenheira Agrônoma / Técnica MHN-UFAL) e Eladio Pereira de Santana (Graduando em Ciências Biológicas – ICBS / Bolsista Etnobotânica MHN-UFAL).
14h Palestra: A coleção herpetológica do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas" - Ma. Selma Torquato (Herpetologia MHN-UFAL).
15:30 Palestra: A coleção de mamíferos do Museu de História Natural: 4 anos de avanços – Ma. Anna Ludmilla Nascimento (Mastozoologia MHN-UFAL).
20/05
15h - Biblioencanta (Grupo de contadores)
O grupo de contadores irá trabalhar as paisagens culturais de Maceió, trazendo algumas lendas como a Mulher da capa preta, Sereia, Mulher da Praça da Maravilha, etc.
21 e 22/05
9h às 17h – Excepcionalmente aberto pela Comemoração do Dia Internacional de Museus. Visita guiada a Exposição permanente: Alagoas: Do Mar ao Sertão.

I FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 02/07/2016 e 03/07/2016

Descrição: início do projeto Fim de Semana no Museu, uma atividade que surgiu por conta de uma demanda da comunidade e das famílias que sempre reclamavam não ter oportunidade de visitar o museu durante a semana.
Organização: Cíntia Rodrigues e Selma Torquato
Público: 303 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

9h as 17h – Exposição permanente – Alagoas: Do mar ao Sertão
9h as 17h – Exposição temporária – Cores que rastejam, cores que saltam: Répteis e Anfíbios do Estado de Alagoas
02/07/2016
14h – Confecção de jardins verticais com garrafas pet (facilitador: Eládio Pereira de Santana) 15h – Apresentação Musical Cris Marttins e Banda
16h – Banda Oldscratch (punk) 03//07/2016
14h – Oficina de Compostagem Doméstica com uso de baldes (facilitador Eládio Pereira de Santana)
15h – Apresentação do Grupo Cultural TranShow (performance de humor)

II FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 06/08/2016 e 07/08/2016

Descrição: Fim de semana organizado pelo setor de arqueologia MHN em parceria com o Núcleo de Educação e Pesquisa Arqueológica – NEPA, para homenagear o dia do arqueólogo (26/07).
Organização: Mayana de Castro
Público: 145 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

9h as 17h – Exposição permanente – Alagoas: Do mar ao Sertão
9h as 17h – Exposição temporária – Exposição Alagoas Arqueológica e Exposição fotográfica – O que o arqueólogo faz?
06/08/2016
9h – Apresentação da Banda da Polícia Militar
10h – Oficina de Lixo Eletrônico (Prof. Alexandre Braga) 14h – Oficina de Dança Tribal (Profa. Ana Claudia Oliveira) 16h – Apresentação da Zambak Cia de Dança Tribal
07/08/2016
10h – Teatro de Fantoche sobre Arqueologia 11h – Oficina Infantil de Dança Rupestre 14h – Oficina de Literatura de Cordel com Prof. Paulo Roberto Ferreira 16h – Apresentação Banda Suburbanos

III FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 03/09/2016 e 04/09/2016

Descrição: Fim de semana organizado pelos setores de botânica e mastozoologia, que homenageou também o dia do biólogo (04/09). Organização: Anna Ludmilla Nascimento, Carlos Correia e Leticia Ribes

Público: 131 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

9h as 17h – Exposição permanente – Alagoas: Do mar ao Sertão
9h as 17h – Exposição temporária – Exposição Alagoas Arqueológica Exposição – Plantecidades e Exposição Profissão Biólogo
03/09/2016
10h – Jogo de aventura Mama Go
11h – Palestra com Instituto Biota de Conservação 13h – Cinedebate “Tela Verde”
14h Oficina Brinquedos Reciclados 15h – Oficina Meu primeiro herbário
16h – Atração cultural Thalita canta Gonzaga 04/09/2016
11h Oficina Botânica para crianças
13h as 15h – Minicurso Fundamentos de Bonsai: Teoria e Prática
15h - “Que fruto estranho... Alabama” uma conversa sobre arte e plantas com o cantor Wado 16h – Atração cultural Corufal
17h – Atração cultural Apresentação de dança do ventre Studio Dilma Tarub

10ª PRIMAVERA DOS MUSEUS

Data: 19/09/2016 A 25/09/2016

Descrição: Evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus para incentivar as instituições a celebrar a chegada da estação e divulgar suas ações.
Organização: Carlos Correia e Letícia Ribes
Público: 87 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

03/09/2016 A 01/11/2016
Exposição Plantecidades: Mostra temporária que traz ao conhecimento do público os nomes de 10 município alagoanos inspirados em plantas.
20/09/2016
10h as11h – Oficina Botânica. Atividade voltada para o público infantil com o intuito de transmitir conhecimento sobre botânica.

IV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 08/10/2016 A 09/10/2016

Descrição: Fim de semana organizado pelo setor de ornitologia para celebrar o dia (05/10)
Organização: Renato Gaban

Público: 70 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

08/10/2016
9h – Abertura da Exposição “Ornitologia e Diversidade das Avez” Exposição Fotográfica Demonstração da coleção científica de aves MHN/UFAL
Conversando sobre aves com a equipe do setor de ornitologia MHN/UFAL 14h as 18h – Gincana Passarinhos: Conhecer para cuidar.
14h as15h – Contação de história com o grupo do município Campo Alegre – AL 15h as18h – Minicurso de contação de história com a Professora Simone Lessa 09/10/2016
9h ao 12h - Gincana Passarinhos: Conhecer para cuidar.
14h as 15:30h – Falcoaria e conservação de aves de rapina com a falcoeira Alessandra Oliveto 16h as 17:30h – Encerramento com show da cantora Lousane, canções em voz e violão que cantam as aves.

HALLOWEEN MHN

Data: 31/10/2016

Descrição: Atividade em analogia ao Halloween. O MHN resgata as histórias relacionadas a biodiversidade e as usa como mote para abertura do museu a noite e trabalhar aspectos populares que povoam o imaginário e estão estritamente ligados a biodiversidade e a relação do homem com a natureza.
Organização: Leandro Gonçalves, Klinger Silva, Melquisedeque Santo, Cíntia Rodrigues e Maria Carolina Padilha
Público: 98 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

18:30h - Visitas guiadas a exposição permanente – Alagoas: Do Mar ao Sertão. 20h - Apresentação artística "A noite das Bruxas".
Durante toda noite oficina de máscaras para crianças, exibição de filmes de terror 22h - Apresentação musical com a Banda Suburbanos

V FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 05/011/2016 e 06/11/2016

Descrição: Fim de semana organizado pelos setores de entomologia e malacologia com atividades relativas as áreas do setor e menção ao Dia da Consciência Negra (20/11).
Organização: Gabriela Quintela e Flávia Ramos
Público: 113 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

05/11/2016
9h – Exposição Fotográfica Irinéia um sutil olhar
10h – Oficina de montagem de insetos para professores 11h – Oficina de origami
14h – Oficina de Macramê
15h – Show de dança com Prof. Ary França
16h – Apresentação teatral – Grupo Os Venetras 06/11/2016
9h – Palestra O que é um inseto?
11h – Oficina de Capoeira Grupo Águia Negra 13:30 – Oficina de cerâmica
15:30 – Apresentação Banda do Exército

VI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 07, 10 e 11/12/2016

Descrição: Fim de semana organizado pela administração do MHN com atividades integrantes da programação do Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia -CAIITE. Organização: Leandro Gonnçalves, João Lima Filho, Klinger Silva e Melquisedeque Sousa
Público:76 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

07/12/2016
9h – Abertura da Exposição da artista plástica Eva Le Campion 10/12/2016
9h – Palestra O Papel das Coleções Biológicas na Preservação da Biodiversidade Alagoana 10h – Mesa redonda Ações de Preservação para Biodiversidade Alagoana: O Papel dos Órgãos Ambientais e da Universidade.
10h as12h – Oficina de Técnicas de desenho para iniciantes com Prof. Eduardo Bastos.
14:30h as 16h – Curso de Artes Plásticas e Desenho Cientifico com artista Eva Le Campion 16h – Apresentação Banda de Forró Antônio Pontes e Darlan dos Teclados
11/12/2016
10h – Exposição de carros antigos do Clube de Carros Cheiro de Mofo 10h as 12h – atividades lúdicas para crianças.
14:30h – Palestra Ecoturismo e Conservação da Biodiversidade: Desafios e Potencialidades com Herbert Freire.
16 – Apresentação musical com a cantora Luma Lewara.

Eventos Realizados 2017

VII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data:04/02/2017 a 05/02/2017

Descrição: Início do Projeto Fim de semana 2017, organizado pelo Setor de Herpetologia e Museologia – com atividades educativas referentes ao trabalho desenvolvido pelo setores e atividades culturais com tema de carnaval.

Organização: Selma Torquato e Cíntia Rodrigues
Público: 73 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

4/2 (Sábado)
10h – Oficina de adereços para carnaval. Facilitadoras: Ingrid Tibúrcio e Luana Torres. (MHN/UFAL)
14h – Oficina “O pequeno herpetólogo. Facilitadores: Selma Torquato e Jonas Morais (MHN/UFAL)
15h – Oficina “Aprendendo sobre serpentes. Facilitadores Selma Torquato e Jonas Morais (MHN/UFAL)

5/2 (Domingo)
9h – Oficina de fantasias. Facilitadora: Mayana de Castro (MHN/UFAL)
11h – Oficina “O pequeno herpetólogo. Facilitadores: Sema Torquato e Jonas Morais (MHN/UFAL)
13h Oficina de Música. Facilitador: Wallison Lins. (ETA/UFAL) 16h – Oficina de Frevo. Facilitador: Edson Santos (ETA/UFAL)

VIII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 11/03/2017 A 12/03/2017

Descrição: Evento realizado pelo Setor de Paleontologia e Geologia em comemoração ao dia do paleontólogo com atividades educativas culturais.

Organizadores: Ana Paula Lopes e Jorge Luiz Lopes

Público: 177 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

11/03 (Sábado)
9h – Filmes – Jogos e Exposição: Escavando Fósseis no Museu
14h – Palestre “Recuperação de Nascentes”. Palestrante: Leila Caroline Salustiano e Ana Paula Lopes.
15h – Palestra “Ser Paleontóloga (o) ”. Palestrante: Márcia Cristina Silva.
16h – Palestra “Pesquisando Fósseis em Cavernas: ciência e aventura. Palestrantes: Jorge Luiz Lopes e Johnson Sarmento.
17h – Homenagem ao Dia do Paleontólogo 7/3.
12/03 (Domingo)
9h – Oficina “Brincando com Dinossauros”. Facilitadora: Julia Vieira (Setor Paleontologia – MHN/UFAL)
10h – Oficina “Construindo Vulcões”. Facilitadores: Álvaro Santos e Anderson Marques (Setor Geologia – MHN/UFAL)
11h – Oficina “Aprendendo a Produzir Réplicas de Fósseis”. Facilitadores: Zuleide, Pollyana Alves e Lucas Serafim (Setor Paleontologia – MHN/UFAL)
14h – Oficina “Reproduzindo Minerais”. Facilitadores: Ricardo Oliveira e Luiz Otávio (Setor Geologia – MHN/UFAL)
15h – Uma vida de amor aos minerais – Homenagem a Eraldo de Lima Silva. 16h – Apresentação musical com Deyves José Silva.

IX FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 01/04/2017 e 02/04/2017
Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Arqueologia com atividades educativas sobre os indígenas e atividades culturais. Organização Mayana de Castro e Klinger Silva
Público: 109 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

1/4 (Sábado)
9h – Palestra “Os fósseis como ferramenta para entender a evolução. Palestrante: Professor Jorge Luiz Lopes (Paleontólogo – MHN/UFAL)
10h – Palestra “O que você sabe sobre os Índios do Brasil? Uma conversa sobre identidade e cultura. Palestrante: Professora Michelle Macedo (Historiadora/UFAL)
11h – Visita Guiada – PAESPE
14h – Documentário com temática indígena 15h – Oficina infantil de pintura em cerâmica
16h – Atração cultural: Palco aberto (música, poesia, performance)
2/4 (Domingo)
9h – Documentário com temática indígena
10h – Minicurso “ Organização e pesquisa de Fotos Digitais”. Ministrante: Pedro barros (Jornalista)
11h – Sessão de contos: Bichos, cantos e encantos – Professor Toni Edson (IPHAN/AL)
14h – Palestra “Arqueologia e trabalho do arqueólogo”. Palestrante: Auremília Costa (Arqueóloga - IPHAN/AL)
15h – Palestra “Povos Indígenas da Alagoas pré-colonial. Palestrante: Rute Barbosa (Arqueóloga – IPHAN/AL)
16h – Atração cultural: Cantora Wilma Araújo

X FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 06/05/2017 e 07/05/2017

Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Mastozoologia, em comemoração ao Primeiro Boletim da Sociedade Brasileira de Mastozoologia e os 27 anos do Museu de História Natural da universidade Federal de Alagoas.

Organização: Anna Ludmilla Nascimento e Administração

Público: 104 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

6/5 (Sábado)
9h – Exibição de animações com mamíferos
13h – Brincadeiras: corrida de marsúpio; buscando meu alimento.
14h – Apresentação do Grupo de Busca e salvamento com Cães do corpo de Bombeiro Militar de Alagoas (CBMAL)
15h – Oficina de origami de mamíferos 16h – Aulão de Krav Maga

7/5 (Domingo)
9h – Exibição de animações com mamíferos
13h – Brincadeiras: presa-predador; corrida de morcegos
14h – Apresentação do Grupo de Busca e Salvamento com Cães do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL)
15h – Oficina: Origami de mamíferos 17h – Aniversário do MHN/UFAL

15 SEMANA DE MUSEUS

Data: 15 a 19 de maio

Descrição: Evento anual veiculado pelo Instituto Brasileiro de Museus com o objetivo de estimular a promoção das instituições museais.

Organização: Direção, Administração e Museologia

Público: 98 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

15 a 19 de maio – Visitas guiadas a exposição permanente “Alagoas: Do Mar ao Sertão” e atividades com jogos educativos na Sala Lúdica.

I ARRAIÁ NO MUSEU

Data: 16/06/2017

Descrição: Atrações juninas, entre elas: exposições, apresentações culturais, barracas de jogos e de comidas típicas, sorteios e muito forró ao som da cantora Wilma Araújo e entrega dos troféus do Prêmio Gabriel Skuk de Fotografia e Ilustração Científica.

Organização: Direção e Administração
Público: 118 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

16/06 (Sexta-feira) 16h - Exposição,
19h – Apresentação do Coco Xique-Xique 20h – Apresentação Musical Wilma Araújo
21h – Entrega do Prêmio Gabriel Skuk de Fotografia e Ilustração Científica.

XI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 08/07/2017 e 09/07/2017

Descrição: Evento organizado em parceria com Usina Ciência e Núcleo de Educação Física da Faculdade Estácio de Alagoas com atividades educacionais e recreativas.

Organização: Cíntia Rodrigues, Selma Torquato e Renize Melo

Público: 315 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

8/7 (Sábado)
9h às 17h - Apresentações de astronomia, biologia, física, química, atividades na sala lúdica, recreação, jogos didáticos e a exposição alagoas: do mar ao sertão.

9/7 (Domingo)
9h às 17h - Apresentações de astronomia, biologia, física, química, atividades na sala lúdica, recreação, jogos didáticos e a exposição alagoas: do mar ao sertão.

XII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 05/08/2017 e 06/08/2017

Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Etnoecologia. Cursos, oficinas, palestras, brincadeiras, jogos. Atividades de cultura e ciência.

Organização: Flávia Moura
Público: 178 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

5/8 (Sábado)
9h – Brincadeiras e jogos científicos
10h – Palestra “Horta em pequenos espaços”. Palestrante Agberto Ferreira
10h – Palestra “Tráfico e Reabilitação de Animais Silvestres”. Palestrante Ana Cecilia Pires 14h – Cientista Mirim (Módulo I – Minerais). Álvaro Nascimento

6/8 (Domingo)
9h – Abertura e brincadeiras
10h – Oficina infantil “Como fazer arranjo de flores”. Ana Paula Ayres – Flora Brasilis
10h – Como fazer um Minhocário. Eládio Pereira de Santana
14h – Cientista Mirim (Módulo II – Algas). Biólogo Victor Andrei

XIII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 02/09/2017 e 03/09/2017

Descrição: Evento organizado pelo Setor de Botânica com atividades educativas e culturais e em homenagem ao dia do Biólogo (3/9)

Organização: Letícia Ribes e Carlos Correia

Público: 84 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

2/9 (Sábado)
9h30 – Mesa redonda “Materiais didáticos para o ensino de Botânica” 11h – Oficina “Minijardim de cactos e suculentas”
13h – Cine Tela Verde 14h – Oficina de Tango 15h – Vivência de Ikebana
16h – Atração cultural: Maracatod@s

3/9 (Domingo)
10h30 – Vivência “Viagem ao mundo do chá: aromas, sabores e benefícios à saúde 13h – Cine Tela Verde
14h – Minicurso “Estratégias para o Ensino de Biologia”
15h – Vivência “Reconhecendo as árvores do Museu e seu entorno

HALLOWEEN MHN

Data: 27/10

Descrição: Atividade em analogia ao Halloween. O MHN resgata as histórias relacionadas a biodiversidade e as usa como mote para abertura do museu a noite e trabalhar aspectos populares que povoam o imaginário e estão estritamente ligados a biodiversidade e a relação do homem com a natureza.

Organização: Direção e Administração
Público:59 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

27/11 (Sexta-feira)
16h – Abertura do Halloween MHN – Atividades recreativas para crianças 17h – Abertura da Sala do Malassombro
18h – Desfile Infantil de Fantasias
19h – Sessão cinema: Filmes de terror do Cineasta Andrey Melo 20h – Experimentação Cênica “Os Bandos e Cobra Jararaca” 20h30 – Desfile de Fantasias Adultos
21h – Show da Banda Rapel Sem Cordas

XIV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 11/11/2017 e 12/11/2017

Descrição: Evento organizado pelo o MHN em homenagem ao dia da Consciência Negra (20/11)

Organização: Administração e Museologia

Público: 59 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

11/11 (Sábado)
09h – Exposição Alagoas: Do Mar ao Sertão
10h – Oficina Infantil de Confecção de Máscaras Africanas 13h30 – Confecção de Livrinho Infantil
15h – Apresentação do grupo de maracatu AfroCaéte
16h30 – Oficina de dança Afro com Diego Bernardes Ayraiberu

12/11 (Domingo)
09h – Exposição Alagoas: Do Mar ao Sertão
10h – Contação de Histórias “Histórias do lar... de lá” (Professor Toni Edson) 14h – Teatro de fantoches: História de Zumbi dos Palmares
15h – Oficina de turbantes: Imo Géiè – Turbante do Saber (Lucélia Tayna)
16h30 – Apresentação Papel no Varal (poesia) e apresentação musical Igbonan Rocha

Eventos Realizados 2018

XV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 17/03/2018 e 18/03/2018
Descrição: Evento organizado pelos Setores de Geologia e Paleontologia.

Organização: Ana Paula Lopes e Jorge Luiz Lopes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 17/03
09-10h Jogos infantis
10-11h Expedição paleontológica
11-12h Oficina: Copiando sua pegada
14-15h Conhecendo os minerais
15-16h Oficina de Paleoarte (parte 1)
16-17h Palco aberto

Domingo 18/03
09-10h Oficina: Brincando com gigantes pré-históricos
10-11h Palestra “Evolução Biológica: Só evidência TOP
11h-12h Oficina de Paleoarte (parte 2)
14-15h Oficina monte seu vulcão
15-16h Palestra Brasil e seu passado fóssil
16-17h Apresentação cultural

XVI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 07/04/2018 e 08/04/2018
Descrição: Evento organizado pelo Setor de Arqueologia
Organização Mayana Castro

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 07/04
09h-10h Oficina de escavação arqueológica; mural de pintura rupestre; vídeo sobre Arqueologia
10h-11h Oficina de tango
11h-12h Arqueólogos escavam dinossauros? Arqueólogos estudam rochas? Afinal, o que é esse tal arqueólogo
14h-15h Visita ao laboratório de arqueologia
15h-16h Caça ao tesouro arqueológico
16h-17h Apresentação cultural

Domingo 08/04
09h-10h Oficina de escavação arqueológica; mural de pintura rupestre; vídeo sobre Arqueologia
10h-11h Oficina de cerâmica
11h-12h Oficina infantil de pintura em cerâmica
14h-15h “Nossa história: a contribuição da arqueologia para entender a evolução humana” e demonstração de técnicas de produção de artefatos líticos
15h-16h Oficina Pequeno(a) guerreio(a) pré-histórico(a)
16h-17h Apresentação cultural

XVIII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 09/06/2018 e 10/06/2018
Descrição: Evento organizado pelos setores de Entomologia e Malacologia
Organização: Flávia Ramos e Gabriela Quintela

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 09/06
09h Palestra “Lixões Marinhos”
10h Oficina confecção de tiaras e tridentes
11h Pintura facial e pescaria
14h Oficina de primeiros socorros em tartarugas e golfinhos e exposição “Fauna marinha em suas mãos – Instituto Biota
15h Palestra “Contando uma história: Peixes”
16h Encenação teatral: “Aventuras no fundo do mar e a lenda do medalhão
16h-17h Apresentação cultural

Domingo 10/06
09h Palestra “Lixo nos oceanos, a era dos plásticos”
10h Oficina “Tardígrafos e Onicóforos: os Pokemons existem
11h Pintura facial
14h Palestra: Aprendendo a montar um aquário
15h Palestra: Peixes os reis do mar
16h Entrega do prêmio Gabriel Skuk

XX FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 18/08/2018 e 19/08/2018
Descrição: Evento organizado pelo setor de Etnoecologia
Organização: Flávia Moura

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 18/08
09h-12h Oficina para crianças – confecção de tiaras e tridentes
09h-12h Mural integrativo
10h-12h Oficina autocuidado e novas terapias para dores crônicas
14h-16 Oficina reciclagem (crianças) e Oficina reciclagem (crianças)
16h Oficina de horta (adultos)

Domingo 19/08
09h-12h Oficina – Sapo guloso, corrida de sapo; amarelhinha do jaboti (crianças)
09h-12h Mural integrativo
14h-16h Oficina de Bonsai (adultos)
16h Programação cultural

XXI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 15/09/2018 e 16/09/2018
Descrição: Evento organizado pelo setor de Botânica
Organização: Letícia Lima e Carlos Fernandes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 15/09
09h-17h Mural das Flores
10h-11h Oficina – Mini Jardim de cactos e outras suculentas (10 pessoas)
12h-14h Piquenique no Jardim
14h-15h Cine Tela Verde
16h-17h Sarau da Natureza

Domingo 16/09
09h-17h Mural das Flores
10h-11h Oficina – Mini Jardim de cactos e outras suculentas (10 pessoas)
14h-15h Cine Tela Verde
14h 15h Vivência – Dinâmica Caçadores de Plantas
15h-17h Mini Oficina – Maracatu Ganga Zumba (crianças a partir de 10 anos)

XXII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 05/10/2018 e 06/10/2018
Descrição: Evento organizado pelo setor de Mastozoologia
Organização: Ana Ludmilla Costa Pinto

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 05/10
09h-17h Exposição Alagoas: do mar ao sertão e Exposição Mamíferos em ilustração digital
09h-12h Bate papa “Masto o quê?; Jogo “Mamíferos em Ação”; Jogo “Busca ativa de mamíferos; Jogo “Corrida de marsúpio
14h-17h Bate papa “Masto o quê?; Jogo “Mamíferos em Ação”; Jogo “Busca ativa de mamíferos; Jogo “Corrida de marsúpio

Domingo 06/10
09h-17h Exposição Alagoas: do mar ao sertão e Exposição Mamíferos em ilustração digital
09h-11h Cinema animal: Os sem floresta”
10h-11h Jogo “Corrida de marsúpio
11h-12h Oficina Origami de mamíferos
14h-16h Oficina “Pequeno Morcególogo”
14h 15h Jogo “Busca ativa de mamíferos
15h-16h Jogo “Mamíferos em Ação”
16h-17h Programação cultural

XXIII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 10/11/2018 e 11/11/2018
Descrição: Evento organizado pelo setor de Administração e Museologia do MHNUFAL
Organização: Leandro Gonçalves e Cintia Rodrigues

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 05/11
09h Cine Abi Axé
10h Oficina de Turbante
11h Oficina de Horta
14h Contação de Histórias Infantis
16h Atração Cultural

Domingo 06/11
10h Oficina de Mandala
11h Apresentação cultural
14h Oficina Brinquedo Reciclado
16h Programação cultural

Eventos Realizados 2019

XXIV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data:19/03/2019 a 20/03/2019
Descrição: Início do Projeto Fim de semana 2019, organizado pelo Setor de Paleontologia e Geologia em comemoração ao dia do paleontólogo com atividades educativas culturais

Organizadores: Ana Paula Lopes e Jorge Luiz Lopes
Público: 127 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 19/03
09-10h Jogos geológicos e paleontológicos 10-11h Palestra: Cavernas, mitos e verdades 11-12h Oficina: Dinos de papelão
14-15h Jogos geológicos e paleontológicos
Palestra: O incrível mundo dos invertebrados fósseis 15-16h Oficina: Identificando os minerais
16-17h Apresentação musical: Beatriz Santana

Domingo 20/03
09-10h Jogos geológicos e paleontológicos 10-11h Palestra: Expedições Paleontológicas 11-12h Oficina: Pegadas
14-15h Jogos geológicos e paleontológicos 15-16h Oficina: Vulcões
16-17h Banda: Emenda Provisória

XXV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 06/04/02019 a 07/04/2019
Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Mastozoologia com atividades educativas e culturais.

Organização: Anna Ludmilla Nascimento.
Público: 94 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 06/04
09-17h Exposições
10-12h II mostra de marsupiais Jogo: Corrida de marsúpio
Jogo mamíferos em ação

10h Bate papo: Quem são os pequenos mamíferos? 12-13h Piquenique no jardim do museu
14-16h II mostra de marsupiais Jogo: Corrida de marsúpio
14h Bate papo: Quem são os pequenos mamíferos? 15h Oficina: Brinquedos reciclados
Jogo: Busca ativa de pequenos mamíferos 16h Cultural: Contação de histórias

Domingo 07/04
09-17h Exposições
09-12h Bate papo: Dia do rato: você sabia? Oficina: Meu porco-espinho
10h Jogo: Busca ativa de pequenos mamíferos 11h Palestra: Mamíferos fósseis
12-14h Piquenique no jardim do museu 14h Bate papo: O homem e o rato
Curta animal: Seu amigo, o rato 15h Jogo: Mamíferos e ação
Jogo: Busca ativa de pequenos mamíferos
16h Cultural: Show com banda Processo Reverso

XXVI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 18/05/2019 a 19/05/2019
Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Arqueologia e Museologia em comemoração à Semana dos Museus e os 29 anos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas com atividades educativas culturais.

Organizadores: Carlos Correia, Cíntia Rodrigues e Mayana de Castro
Público: 202 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 18/05
09h Oficina: Pintura rupestre
10h30m Aprendendo com a cerâmica 12h Intervalo
14h Exposição de pilões
Jogo: Memorizando tradições
14h30m Palestra: Morcegos: não são o Batman, mas são heróis! 15h30m Oficina: Pequeno caçador
16h30m Atração cultural: Lab Dança

Domingo 19/05
09h Oficina de Mandala Mostra de pilões
10h30m Oficina: Quebra-cabeça Jogo: Memorizando tradições
12h Intervalo
13h30m Contação de história e oficina de bonecas Abayomi Exposição de pilões
14h30 Jogo: Arqueobingo

16h Celebração do 29° Aniversário do MHNUFAL 16h30m Atração cultural: Lab Dança
17h Apresentação banda: Emenda Provisória

XXVII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 08/06/2019 a009/06/2019
Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Malacologia e Entomologia com atividades educativas e culturais

Organização: Gabriela Quintela e Flávia Ramos
Público: 176 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 08/06
09-10h Atividade infantil: Monte seu animal marinho
10-11h Mero, o senhor das pedras – Laboratório de Ictiologia e Conservação UFA/Penedo 11-12h Atividade Infantil: Álbum de figurinhas
12-14h Intervalo
14-15h Oficina de primeiros socorros em tartarugas e golfinhos – Instituto Biota de Conservação

15-16h Tubarões e Arraias de Alagoas – Laboratório de Ictiologia e Conservação UFA/Penedo 16-17h Atividade Infantil: Álbum de figurinhas

Domingo 09/06
09-10h Lixo marinho – Superintendência de desenvolvimento sustentável
10-11h – Meros, Tubarões e Arraias os gigantes marinhos – Laboratório de Ictiologia e Conservação UFA/Penedo
11-12h Projetos golfinhos – Corpo de bombeiros de Alagoas 12-14h Intervalo
14-15h Peixes recifais – Laboratório de Ictiologia e Conservação UFA/Penedo 15-16h Animashow: Recreação Infantil
16-17h Atividade infantil: Pescaria

XXVIII FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 13/07/2019 e 14/07/2019
Descrição: Evento organizado pelo Setor de Botânica com atividades educativas e culturais.

Organização: Selma Torquato
Público: 176 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 13/07
09-10h Solenidade de homenagem aos pesquisadores que contribuíram com o setor de Herpetologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas
10-11h Cine debate: Os répteis no cinema 11-12h Oficina: Conhecendo os répteis
14-15h Oficina: Stopmotion (montando animações cinematográficas usando modelos animais) 15-16h Oficina: Papercraft (montando animais tridimensionais em papel)
16-17h Apresentação cultural: Kung fu Dakaru

Domingo 14/07
09-10h Oficina: Conhecendo os anfíbios
10-11h Bate-papo: Mitos e verdades sobre serpentes (Laboratório de Biologia Integrativa/UFAL)

14-15h Atividade Infantil: Como nascem os sapos
15-16h Atividade infantil: Herpeto kids – Criando meus próprios brinquedos 16-17h Apresentação cultural: Banda do Ronda no Bairro

XXIX FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 03/08/2019 e 04/08/2019
Descrição: Fim de semana organizado pelo Setor de Etnoecologia. Cursos, oficinas, palestras, brincadeiras, jogos. Atividades de cultura e ciência.

Organização: Flávia Moura
Público: 66 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 03/08
09h Oficina bons hábitos alimentares: Seu corpo é o que você come
10h30m Oficina: Mini chef da geração saúde (de 7 a 12 anos, vagas limitadas)
12-14h Almoço: Traga seu lanche saudável para um piquenique (Evite comida industrializadas) 14-15h30m Oficina: Ervas medicinais e saúde
Oficina: Macramê (porta vaso)

Domingo 04/08
09h Oficina de horta em casa (adultos e crianças) 10h30m Oficina cultivo de plantas medicinais
12-14h Almoço: Traga seu lanche saudável para um piquenique (Evite comida industrializadas) 14-16h Oficina de práticas terapêuticas: Meditação (adulto e crianças); auriculoterapia; escalda pés
16-17h Encerramento e Programação Cultural

XXX FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 21/09/2019 e 21/09/2019
Descrição: Evento organizado pelos Setores de Botânica e Museologia com atividades educativas e culturais e em comemoração à Semana Primavera nos Museus.

Organização: Carlos Correia e Cíntia Rodrigues
Público: 41 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 21/09
09-17h Carpoteca do IMA
10-11h Jogo da memória: Flor/Polinizador Palestra sobre a flora alagoana
11-12h Oficina para conhecer os tipos de vegetais Oficina de ervas aromáticas
15-16h Minicurso sobre cultivo de orquídeas 16h Apresentação Cultural: Mafra (cantora)

Domingo 22/09
09-10h Carpoteca do IMA 10-11h Oficina de terrário
Jogo: Dominó das flores
11-12h Oficina de pintura com tinta vegetal 14-15h Cine tela verde
16h Apresentação Cultural: Jorge (cantor)

XXXI FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 19/10/2019 a 20/10/2019
Descrição: Evento organizado pelos Setores de Ornintologia com atividades educativas e culturais.

Organização: Renato Gaban
Público: 65 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 19/10
09h – Jogo da Memória, Cara-a-cara das aves, Caça-palavras e Desenhos para colorir
09:30h – Oficina de Máscara
10:30 -12:00h – Gincana Passarinhando 10:30h Jogo da Memória: Qual é o bico?
11:30h Faça você mesmo: Qual é o bico? 12-14h Intervalo para almoço
14h Cine Aves

14:30 Pequenos Observadores de Aves: Confecção de Binóculos para Observação
15:30h Jogo Hora de Migrar
16:00h Oficina de Origami
17h Apresentação Cultural: Bia Santana
Domingo 20/10
09-16:30h Jogo da Memória, Cara-a-cara das aves, Caça-palavras e Desenhos para colorir 09:30h Cine Aves
10h Pequenos Observadores de Aves: Confecção de Binóculos para Observação. 12-14h Intervalo para almoço
14-16h Gincana Passarinhando
14h Jogo da Memória: Qual é o bico? 14:30h Faça você mesmo: Qual é o bico 15-16h Jogo Hora de Migrar
16h- Oficina de Máscaras

IV NOITE DO MALASSOMBRO

Data: 31/10/2019
Descrição: Atividade em analogia ao Halloween. O MHN resgata as histórias relacionadas a biodiversidade e as usa como mote para abertura do museu a noite e trabalhar aspectos populares que povoam o imaginário e estão estritamente ligados a biodiversidade e a relação do homem com a natureza.

Organização: Direção e Administração
Público: 300 visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Quinta-feira 31/10
17-21h Salas de exposição abertas.
17:30-2030h Baladinha Kids e Brincadeiras Infantis 18:30-20:30h Pintura facial
18:30-20:30h Performance Artísticas 19:30h Concurso Fantasia Kids
20h Banda Ronda no Bairro 21h Concurso Fantasia Adulto 21:30 Banda

XIV FIM DE SEMANA NO MUSEU

Data: 23/11/2019 e 24/11/2019
Descrição: Evento organizado pelo setor de Taxidermia em homenagem ao dia da Consciência Negra (20/11)

Organização: Priscila Oliveira
Público: visitantes

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Sábado 23/11
09 – 16h Sala Lúdica.
09:30 – 12h Brincadeiras Infantis: “Revivendo nosso passado”. 10h Baque Maracatu Alagoano.
11h Oficina de turbantes com Luh Silva.
12 – 13:30h Piquenique com roda de conversa.
13:30 – 14:30h Roda de conversa “O sagrado feminino em mim”, com Raquel Mortari.
14 – 16:30 Oficina adulta: Restauração de livros antigos (12 vagas).
14-15h Oficina Infantil: Bonecas Abayomi. 15:30h Cine Arte: Folclore.
16h Contação de histórias infantis.
16:30h Palestra: “A presença negra na Maceió oitocentista”, com Danilo Marques.
Domingo 24/11
09 – 16h Sala Lúdica.
09:30 – 12h Brincadeiras Infantis: “Revivendo nosso passado”. 11:30h Entendendo a exposição “Atako: o xangô resiste!”.
12 – 14h Piquenique com roda de conversa.
14h Palestra “Minha biblioteca é uma bagunça: organização e higienização de livros”.
14:30h Cine Arte: Folclore.
15h Oficina Infantil: Faça sua historinha em gibi.
15:30h Palestra: Religiões de matriz africanas (Profa. Dra. Irineia Franco). 16h Oficina infantil: “Máscaras Africanas: beleza magia e importância.
17h Atração cultural: Grupo de Percussão “Coração de mainha”.

QUESTIONÁRIO SOBRE AÇÕES EDUCATIVAS

QUESTIONÁRIO SOBRE AS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL DO MHNUFAL

Este questionário é parte da pesquisa sobre as ações educativas desenvolvidas pelos pesquisadores/curadores do MHNUFAL, que está vincula ao Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) no Doutorado em Museologia e Patrimônio. Os dados obtidos serão para uso exclusivo da pesquisa, em nenhum momento serão divulgados em outros meios. Por isso, esperamos contar com a colaboração no preenchimento e informamos que a confidencialidade será mantida.

I. IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR/CURADOR

Nome:

Formação:

Setor:

Cargo exercido na instituição:

II. SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO NA INSTITUIÇÃO

A) Qual a ênfase da sua área de pesquisa?

_____

_____

B) Você desenvolve ações educativas frequentemente?

☐Pontualmente, para atividades planejadas pelo MHNUFAL

☐Sempre tenho iniciativa de desenvolver ações educativas do setor

☐Não desenvolvo ações educativas, só ajudo, quando solicitado pelo setor ou intituição

C) Qual a motivação para desenvolver as ações educativas?

☐Própria

☐Exigida pelo setor

☐Exigida pela instituição

D) Como você define o público-alvo das suas ações educativas?

☐Tenho autonomia

☐O setor define

☐A instituição define

E) Entre 2016 e 2019, o maior recorte de público do MHNUFAL foi o infantil. Considerando essa informação, você acha necessário que deva haver um método de recepção específico para esse recorte?

☐Sim

☐Não

F) Nas ações educativas desenvolvidas por você no MHUFAL, quantas foram para o público infantil?

Entre 0 e 1

Entre 2 e 4

Mais de 5

G) Você costuma registrar os processos ou os dados das ações educativas que desenvolve?

☐Todas às vezes

☐Na maioria das vezes

☐Não costumo registrar

H) Caso registre e fique com você, quais os instrumentos ou suporte que costuma usar? (Podem ser selecionadas mais de uma alternativa)

☐Registros digitalizados (mídias em meios digitais para imagens e documentos)

☐Anotações, diários, armazenamento de material impresso

☐Cópias de registros dos documentos institucionais

☐Outros: _____

I) Caso não registre, o motivo considerado é:

☐Falta de tempo

☐Não acho necessário

☐Não sou solicitado

III. SOBRE AS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL

A) Das ações educativas que você desenvolveu para o público infantil, quantas delas seriam aplicáveis para a faixa etária de 2 a 5 anos?

☐Entre 0 e 1

☐Entre 2 e 4

☐Mais de 5

B) Pensando no recorte de público infantil entre 2 a 5 anos, como você considera o grau de dificuldade para desenvolver ações educativas da sua área de pesquisa para este público?

☐Média dificuldade

☐Pouca dificuldade

☐Elevada dificuldade

C) Tendo em vista que há dificuldades para desenvolver ações educativas para o público entre 2 e 5 anos, em maior ou menor grau, qual você consideraria a principal?

☐Conseguir transmitir a informação a essa faixa etária (4 respostas)

☐Manter atenção dessa faixa etária (3 respostas)

D) Além das alternativas anteriores, existe alguma outra dificuldade com a mediação do público infantil, que você acha que deve ser ressaltada?

_____

_____

_____

_____

IV. SOBRE INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NAS AÇÕES EDUCATIVAS

Intencionalidade pedagógica refere-se ao planejamento e à orientação consciente e intencional dos processos de ensino e aprendizagem. É a definição clara e deliberada dos objetivos educacionais que se pretende alcançar em um contexto educacional específico.

A) Você considera que desenvolve suas ações educativas conscientemente dentro deste conceito?

☐Sim

☐Não

B) Você considera que suas ações educativas possuem intencionalidade pedagógica?

☐Sim, sempre

☐Não tinha familiaridade com o conceito, mas acho que aplico

☐Tenho dificuldade em identificar a aplicação do conceito nas ações que desenvolvi para esse público

C) Se sim, como você descreveria que utiliza esse conceito na elaboração das ações educativas?

V. SOBRE A INSTITUIÇÃO E O SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS DO MHNUFAL

A) De 0 a 5 como você mensuraria seu envolvimento no projeto educativo do MHNUFAL?

☐Entre 0 e 1

☐Entre 2 e 4

☐Mais de 5

B) Mensurando a troca de conhecimento, você diria que costuma compartilhar/orientar o processo de desenvolvimento de ações educativas para o público infantil com seus colegas??

☐Entre 0 e 1

☐Entre 2 e 4

☐Mais de 5

C) Alguma vez já trabalhou em parceria ou em conjunto para desenvolver uma ação educativas?

☐Nenhuma vez

☐Poucas vezes

☐Muitas vezes

D) Considerando apenas as ações educativas propostas para o público entre 2 e 5 anos, você considera que tem apoio ou incentivo dos colegas e/ou instituição para propor e desenvolver ações educativas para este recorte de público?

☐Sim

☐Não

E) Caso se sinta apoiado a desenvolver atividades educativas para o público entre 2 e 5 anos, considera que este apoio vem em maior parte de:

☐Colegas

☐Instituição

F) Das ações educativas desenvolvidas por você para o público do MHNUFAL em geral, quantas considera que podem ser adaptadas para público entre 2 e 5 anos?

_____

_____

G) Você pode descrever pelo menos uma ação educativa que tenha desenvolvido nos últimos 4 anos especificamente para público infantil entre 2 e 5 anos?

_____

_____

_____

ANEXOS

TERMO DE ANUÊNCIA

O Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas está de acordo com a execução do projeto AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL: O CASO DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, desenvolvida pela pesquisadora Cintia Maria Rodrigues do Nascimento, discente do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) no Doutorado em Museologia e Patrimônio, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição, fornecendo registro de informações da instituição acerca das ações educativas desenvolvidas entre os anos de 2016 e 2019 e permitindo a consulta dos funcionários para entrevistas e/ou preenchimento de questionários relacionados ao tema. Esta instituição se compromete a assegurar a segurança e bem-estar dos participantes em atendimento as Resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

_____
Diretor Geral

☐Autorizo a coleta de dados institucionais e consulta aos funcionários
☐Autorizo citar o nome da instituição

RELATÓRIOS SIGAA-UFAL

Extensão

Universidade Federal de Alagoas
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 21/03/2024 01:18

Visualização da Ação de Extensão

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código:	PJ271-2018
Título:	FINAL DE SEMANA NO MUSEU
Ano:	2018
Período de Realização:	17/03/2018 a 18/11/2018
Tipo:	PROJETO
Situação:	CONCLUÍDA
Município de Realização:	
Espaço de Realização:	
Abrangência:	Local
Público Alvo:	DOCENTES, TÉCNICOS E DISCENTES
Unidade Proponente:	MUSEU DE HISTORIA NATURAL /
Unidade Orçamentária:	/
Outras Unidades Envolvidas:	
Área Principal:	MEIO AMBIENTE
Área do CNPq:	Ciências Biológicas
Fonte de Financiamento:	FINANCIAMENTO INTERNO (Submissão das Ações de Extensão do Fluxo Contínuo - Linhas de Extensão 2018 - 2019.)
Convênio Funpec:	NÃO
Renovação:	NÃO
Nº Bolsas Solicitadas:	0
Nº Bolsas Concedidas:	0
Nº Discentes Envolvidos:	58
Faz parte de Programa de Extensão:	NÃO
Grupo Permanente de Arte e Cultura:	NÃO
Público Estimado:	2040 pessoas
Público Real Atendido:	5203 pessoas
Tipo de Cadastro:	SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA

Contato

Coordenação:	CINTIA MARIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
E-mail:	cintia.rodrigues@mhn.ufal.br
Telefone:	

Detalhes da Ação

Resumo do Produto:
Diante da necessidade de resgatar a cultura de visitações a museus, a direção e servidores do MHN idealizou o projeto intitulado "FINAL DE SEMANA NO MUSEU", cujo objetivo é divulgar nossas atividades científico-culturais, tendo como foco principal a população do entorno deste museu. O projeto será desenvolvido ao longo de nove meses com início em 17 de março e finalizando em 17 novembro de 2018, as atividades serão realizadas mensalmente, em um final de semana em cada mês, das 9 h às 17 h, estimando receber entre 1800 e 2000 pessoas para vivenciarem experiências de educação ambiental através de: oficinas, mini cursos, palestras com temáticas específicos, atividades lúdicas para o público infantil, exposição científico-cultural sobre a biodiversidade do Estado de Alagoas, apresentações culturais com artistas alagoanos.

Justificativa:
O estado de Alagoas tem historicamente um desempenho crítico nos elementos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, tendo as instituições de ensino um papel imprescindível para promover melhorias necessárias para fomentar a capacidade crítica da população. Por isso, é fundamental que projetos que visem atrair a população para os ambientes que promovem a educação formal e não formal sejam mais difundidos entre a pessoas como forma de disseminar a educação e a cultura. Além disso, as ações de difusão a serem realizadas correspondem a uma missão implícita de todo museu como instituição que não se justifica pela preservação como um fim em si mesmo, mas como um canal de comunicação e um caminho para instigar reflexões sobre a realidade, além disso, como museu universitário, tem-se a missão de contribuir com o processo de dispersão da ciência, cultura e tecnologia através de ações e exposições, o que poderá se constituir

como benéfico para a comunidade local, bem como na possibilidade da comunidade universitária se empenhar para o desenvolvimento de atividades que atendam a demanda do público extramuros da universidade.

Resumo:

Diante da necessidade de resgatar a cultura de visitações a museus, a direção e servidores do MHN idealizou o projeto intitulado "FINAL DE SEMANA NO MUSEU", cujo objetivo é divulgar nossas atividades científico-culturais, tendo como foco principal a população do entorno deste museu. O projeto será desenvolvido ao longo de nove meses com início em 17 de março e finalizando em 17 novembro de 2018, as atividades serão realizadas mensalmente, em um final de semana em cada mês, das 9 h às 17 h, estimando receber entre 1800 e 2000 pessoas para vivenciarem experiências de educação ambiental através de: oficinas, mini cursos, palestras com temáticas específicos, atividades lúdicas para o público infantil, exposição científico-cultural sobre a biodiversidade do Estado de Alagoas, apresentações culturais com artistas alagoanos.

Metodologia:

A metodologia a serem utilizadas serão: oficinas, mini cursos, palestras com temáticas específicos, atividades lúdicas para o público infantil, exposição científico-cultural sobre a biodiversidade do Estado de Alagoas, apresentações culturais com artistas alagoanos.

Referências:

ALAGOAS. Resolução nº65 de 03 de novembro de 2014. CONSUNI/UFAL. CAVA MORI, Rafael; DA SILVA CURVELO, Antonio Aprigio. O pensamento de Dermeval Saviani e a educação em museus de ciências. Educação e Pesquisa, v. 42, n. 2, 2016. DE SEVILHA GOSLING, Marlusa et al. Experiência turística em museus: percepções de gestores e visitantes. Tourism & Management Studies, v. 12, n. 2, 2016. LIMA, L. R.; CORREIA, C. J. S. Botânica no Fim de Semana: relato de atividades extensionistas do Museu de História Natural da UFAL. Unisanta Bioscience, v. 6, n. 5, p. 80-85, 2017. LOPES, Maria Margaret et al. Ciências e educação em museus no final do século XIX. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 2005. VALENTE, Maria Esther Alvarez; CAZELLI, Sibele. Educação, divulgação, audiências: a coordenação de educação em ciências do MAST. Educação e divulgação da ciência. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 7-9, 2015. VALENTE, Maria Esther Alvarez; MARANDINO, Martha. The combination of traditional and interactive objects in science museums. Museum education and new museology. Education, v. 17, p. 30 citation_lastpage= 37, 2003.

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
VERONICA AMARAL GURGEL	EXTERNO	MINISTRANTE			15/09/2018	18/11/2018
JUCIANE OLIVEIRA DE ANDRADE	EXTERNO	MINISTRANTE			15/09/2018	18/11/2018
JEOVÁ SILVA SANTANA	EXTERNO	MINISTRANTE			15/09/2018	18/11/2018
MARIO LUIZ MAROCHI JUNIOR	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
CAIO CÉSAR LIMA DOS SANTOS	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
DENILMA DINIZ BOTELHO	EXTERNO	MINISTRANTE			15/09/2018	18/11/2018
WIL ROBSON DE SOUZA	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
GILDSON VICTOR DANTAS DA SILVA	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
IZANNY EVELYN TAVEIROS DE ANUCENA	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
LUCIANA DE OLIVEIRA CARVALHO PARANHOS	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
FELIPE RODRIGUES GUSMAO	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
CECILIA BATTAGLIA GENOLET	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
HUGO LEONARDO CAVALCANTE FERREIRA	EXTERNO	ARTISTA PARTICIPANTE			10/11/2018	18/11/2018
CINTIA MARIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
JORGE LUIZ LOPES DA SILVA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
MAYANA DE CASTRO NUNES SILVA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
GABRIELA QUINTELA CAVALCANTE CORREIA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
ANNA LUDMILLA DA COSTA PINTO	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
NASCIMENTO						
SELMA TORQUATO DA SILVA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
CARLOS JORGE DA SILVA CORREIA FERNANDES	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
LEANDRO DOS SANTOS GONCALVES	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
MARIA CAROLINA DE SIQUEIRA PADILHA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	CECA	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
ANA PAULA LOPES DA SILVA	DOCENTE	ORIENTADOR	IGDEMA	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
LETICIA RIBES DE LIMA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
FLAVIA DE BARROS PRADO MOURA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
RENATO GABAN LIMA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
LIRIANE MONTE FREITAS	DOCENTE	ORIENTADOR	APOS	Aposentado	17/03/2018	18/11/2018
KLINGER DA SILVA	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
JULIA DANTAS FERREIRA DE MORAES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
GRAZIELA FRANCA DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
NEILDSON ALVES ARAUJO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
MARIA CRISTINA DA CONCEICAO OLIVEIRA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	FAMED	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
BRUNO DE ARAUJO GOMES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ESTELA AVELINE OLIVEIRA DE SOUZA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
MELQUIZEDEQUE MACHADO DOS SANTOS	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
RONALDO COSTA DE AZEVEDO ABS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
SANDRA BATIROLLA PROFIRIO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
WILLAMS FAGNER SOARES DOS SANTOS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
RAPHAEL DOS SANTOS BATISTA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ISABELLITA BARROS MENDES DA FONSECA	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
FLAVIA GOMES RAMOS ARAUJO	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	17/03/2018	18/11/2018
CLÁUDIA MARIA DA SILVA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO NETO	EXTERNO	MINISTRANTE			17/03/2018	18/11/2018
SUIANNE OLIVEIRA DOS SANTOS CAJE	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
JEFFERSON DUARTE DE MELO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
DANDARA ALESSANDRA FONSECA ALVES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
JOSÉ DOUGLAS SOARES DE CARVALHO	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ALLAN CRISTIAN DE ALMEIDA FELIX	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
PRISCILLA MONTEIRO DE OLIVEIRA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ANTONIO LUCAS VITORINO DE SOUSA	EXTERNO	MINISTRANTE			17/03/2018	18/11/2018
EVERALDO SANTOS SILVA JUNIOR	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ALEX ANDRADE DA SILVA	EXTERNO	MINISTRANTE			17/03/2018	18/11/2018
JULIA DE SOUZA VIEIRA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ALVARO DOS SANTOS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
BIANCA GOMES BOMFIM DOS SANTOS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
JULIANNA ALVES RIBEIRO	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ELAINE POLLYANNA ALVES DA SILVA	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			17/03/2018	18/11/2018
JOSE ADEILTON AMORIM DE LIMA FILHO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
AUGUSTO HENRIQUE MENEZES DE OLIVEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ANGELICA ALVES TEIXEIRA DE MELO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
EVERLAINE LEITE ESTEVAM DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
MERCIA THAISA ARAUJO COSTA HOMERO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ELLEN ARGELIA PATRIOTA LOURENCO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ZAÍNE MARCYELLE FREIRE DO NASCIMENTO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ALDILANE LAYS XAVIER MARQUES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
FERNANDA DE SOUZA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
NIRLANEZ ALVES DOS SANTOS VALENTIM	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
JULIA DE OMENA GOMES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ELADIO PEREIRA DE SANTANA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
ELIZABETH MARIA DOS SANTOS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
PEDRO IVO TORQUATO DE MEDEIROS	EXTERNO	MINISTRANTE			17/03/2018	18/11/2018
THAISY GOMES ACIOLI	EXTERNO	MINISTRANTE			17/03/2018	18/11/2018
JONAS ISIDIO MORAIS DA SILVA	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			17/03/2018	18/11/2018

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
MARTHA ISABELLE DOS MARTYRES OLIVEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
CARLA MOURA DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ANDRESSA CANDIDO BARROS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
BRUNA GUILHERMINO DE OLIVEIRA JACINTO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
IARA ALEXSANDRA AMORIM FERREIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
ZULEIDE DOS SANTOS	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			17/03/2018	18/11/2018
THUELLY JUVENCIO DA ROCHA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018
JOYCE DE LIMA FERREIRA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
MARCO ANTONIO CAMARGO BORGES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
LUANA CRISTINA CAVALCANTE TORRES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
MICHELLY SILVA CORDEIRO	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			17/03/2018	18/11/2018
EDITE SANTOS SIQUEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
JÔNATAS OLIVEIRA COSTA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
AMANDA DE OLIVEIRA ARAUJO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
HILLARY LARIZE SAMPAIO SARMENTO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
SIBELE NAYARA SILVA LOPES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
RAQUEL GRISON	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
HENRIQUE DA SILVA SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
TAINA KAROLINE GUEDES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
ARTHUR DE ALENCAR MEDEIROS CABRAL	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
PAULO HENRIQUE SANTOS VIEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
JOAO VICTOR LIMA DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
GEORGE AGAMENON DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
ERICA DE MELO SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
RENATA GRISON	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			12/05/2018	18/11/2018
AERTON DE ANDRADE BEZERRA	EXTERNO	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			17/03/2018	18/11/2018

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim

Discentes não informados

Ações das quais o PROJETO faz parte

Código - Título	Tipo

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

Objetivos / Resultados Esperados

Objetivos Gerais	Quantitativos	Qualitativos
Destacar a importância do estudo sobre as aves para o reconhecimento e a conservação das espécies.		
Familiarizar o público com os mamíferos alagoanos, desmistificar certos aspectos envolvendo morcegos e alguns pequenos mamíferos, associar a imagem do MHN/UFAL a um ambiente de ensino-aprendizagem lúdico para o público infanto-juvenil.		
Divulgar informações acerca das coleções e dos conhecimentos científicos produzidos nos espaços do MHN na área de Paleontologia; Destacar a importância do estudo dos fósseis, rochas e minerais para o grande público.		
Destacar a importância do estudo dos artefatos arqueológicos e do trabalho desenvolvido pelos arqueólogo no processo de produção e preservação dos objetos que contribuem para o conhecimento e da memória histórica e cultural dos povos. Levar o público entender as peças expostas no MHN, bem como da importância de preservar o patrimônio cultural do Estado de Alagoas, através de atividades educativas para os variados públicos visitantes do museu		
Ampliar as atividades científico-culturais do Herbário MHN/UFAL, implementando atividades de extensão permanente focadas em exposições e oficinas sobre os mais diversos aspectos da Biologia Vegetal.		
Ampliar o conhecimento científico sobre a malacologia; Desmistificar os aspectos relacionados aos animais que vivem no mar. Conscientizar o público sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente para manutenção das espécies através de atos que possibilite o desenvolvimento sustentável.		
Familiarizar o público com os répteis e anfíbios alagoanos, desmistificar certos aspectos envolvendo os sapos e as cobras a partir do desenvolvimento de atividades lúdicas; Associar a imagem do MHN/UFAL a um ambiente de ensino-aprendizagem lúdico para o público infanto-juvenil.		
Ampliar o conhecimento científico sobre a etnoecologia e sua importância para sociedade. Estimular as pessoas a pensar em ciência como uma coisa muito interessante, de fácil compreensão e que ajuda no desenvolvimento pessoal e da sociedade.		
Destacar a importância do estudo e do desenvolvimento de práticas educativas que contribuam para a compreensão e valorização da diversidade étnico-racial brasileira, bem como da produção do conhecimento sobre a memória histórica e cultural do povo afro e afro-brasileiro.		

Cronograma

Descrição das atividades desenvolvidas	Período		
Realização de atividades científico-culturais em Comemoração ao dia do Paleontólogo comemorado no Brasil 07 do mês de Março.	17/03/2018	a	18/03/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos arqueológicos	07/04/2018	a	08/04/2018
Realização de atividades científica sobre conhecimentos de ornitologia e evolução biológica	12/05/2018	a	12/05/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos de macologia	09/06/2018	a	10/06/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos de herpetologia	27/07/2018	a	28/07/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos etnoecologia	18/08/2018	a	19/08/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos botânicos voltados para um público composto de alunos de ensino fundamental e médio de instituições municipais, estaduais e particulares	15/09/2018	a	16/09/2018
Atividade Científico-cultural sobre mamíferos e Comemoração ao Dia Internacional do Morcego, este fim de semana terá muitas atividades relacionadas ao grupo, além dos demais mamíferos	05/10/2018	a	06/10/2018
Realização de atividades científico-culturais sobre a diversidade étnico-racial brasileira e comemoração ao dia da Consciência Negra	10/11/2018	a	11/11/2018
Palestra Conhecendo Minerais	18/03/2018	a	18/03/2018
Sarau da Natureza	15/09/2018	a	15/09/2018
Atração Cultural - Pianistas ETA/UFAL - Professor Mário Marochi e Alunos	10/11/2018	a	11/11/2018

Arquivos

Descrição Arquivo
PROJETO FINAL DE SEMANA NO MUSEU
FOLDER COM PROGRAMAÇÃO DO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE MARÇO 2018
PROGRAMAÇÃO DO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE ABRIL 2018

Lista de departamentos envolvidos na autorização da proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado
INSTITUTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES	15/03/2018 17:23:02	SIM
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	20/03/2018 20:05:54	SIM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	27/03/2018 16:34:52	SIM
MUSEU DE HISTORIA NATURAL	14/05/2018 10:27:50	SIM

SIGAA | NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação - (82) 3214-1015 | Copyright © 2006-2024 - UFAL - sig-app-1.srv1inst1 21/03/2024 01:18

Universidade Federal de Alagoas
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 21/03/2024 01:20

Visualização da Ação de Extensão

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código:	PJ081-2019
Título:	FIM DE SEMANA NO MUSEU
Ano:	2019
Período de Realização:	18/05/2019 a 09/12/2019
Tipo:	PROJETO
Situação:	CONCLUÍDA
Município de Realização:	
Espaço de Realização:	
Abrangência:	Local
Público Alvo:	Discentes, Técnicos, Docentes
Unidade Proponente:	MUSEU DE HISTORIA NATURAL /
Unidade Orçamentária:	/
Outras Unidades Envolvidas:	
Área Principal:	EDUCAÇÃO
Área do CNPq:	Ciências Biológicas
Fonte de Financiamento:	FINANCIAMENTO INTERNO (Submissão das Ações de Extensão do Fluxo Contínuo - Linhas de Extensão 2019 - 2020)
Convênio Funpec:	NÃO
Renovação:	NÃO
Nº Bolsas Solicitadas:	0
Nº Bolsas Concedidas:	0
Nº Discentes Envolvidos:	0
Faz parte de Programa de Extensão:	NÃO
Grupo Permanente de Arte e Cultura:	NÃO
Público Estimado:	1040 pessoas
Público Real Atendido:	1247 pessoas
Tipo de Cadastro:	SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA

Contato

Coordenação:	CINTIA MARIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
E-mail:	cintia.rodrigues@mhn.ufal.br
Telefone:	

Detalhes da Ação

Resumo do Produto:
O Museu de História Natural (MHN), situado na praça Afrânio Lages, s/n, Prado é um equipamento de extensão da Universidade Federal de Alagoas que tem como finalidades estudar, reunir e divulgar o patrimônio natural e arqueológico do nosso estado. Para isso, forma, abriga e mantém coleções e realiza exposições e eventos públicos e gratuitos relacionados às suas finalidades. Inclui nos seus acervos alguns exemplares exclusivos, além de outros de relevância histórico-cultural para o Estado de Alagoas. O projeto será desenvolvido ao longo de nove meses com início em 16 de março e finalizando em 15 de dezembro de 2019, as atividades serão realizadas mensalmente, em um final de semana em cada mês, das 9 h às 17 h, estimando receber entre 1800 e 2000 pessoas para vivenciarem experiências de educação ambiental através de: oficinas, mini cursos, palestras com temáticas específicas, atividades lúdicas para o público infantil, exposição científico-cultural sobre a biodiversidade do Estado de Alagoas, apresentações culturais com artistas alagoanos.

Justificativa:
O estado de Alagoas tem historicamente um desempenho crítico nos elementos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, tendo as instituições de ensino um papel imprescindível para promover melhorias necessárias para fomentar a capacidade crítica da população. Por isso, é fundamental que projetos que visem atrair a população para os ambientes que promovem a educação formal e não formal sejam mais difundidos entre a pessoas como forma de disseminar a educação e a cultura. Diante da necessidade de resgatar a cultura de visitações a museus, a direção e servidores do MHN idealizou o projeto intitulado "FIM DE SEMANA NO MUSEU", cujo objetivo é divulgar nossas atividades científico-culturais, tendo como foco principal a população do entorno deste museu.

Resumo:
O Museu de História Natural (MHN), situado na praça Afrânio Lages, s/n, Prado é um equipamento de extensão da Universidade Federal de Alagoas que tem como finalidades estudar, reunir e divulgar o patrimônio natural e arqueológico do nosso estado. Para isso, forma, abriga e mantém coleções e realiza exposições e eventos públicos e gratuitos relacionados às suas finalidades. Inclui nos seus acervos alguns exemplares exclusivos, além de outros de relevância histórico-cultural para o Estado de Alagoas. O projeto será desenvolvido ao longo de nove meses com início em 16 de março e finalizando em 15 de dezembro de 2019, as atividades serão realizadas mensalmente, em um final de semana em cada mês, das 9 h às 17 h, estimando receber entre 1800 e 2000 pessoas para vivenciarem experiências de educação ambiental através de: oficinas, mini cursos, palestras com temáticas específicos, atividades lúdicas para o público infantil, exposição científico-cultural sobre a biodiversidade do Estado de Alagoas, apresentações culturais com artistas alagoanos.

Metodologia:
As ações de difusão a serem realizadas correspondem a uma missão implícita de todo museu como instituição que não se justifica pela preservação como um fim em si mesmo, mas como um canal de comunicação e um caminho para instigar reflexões sobre a realidade, além disso, como museu universitário, tem-se a missão de contribuir com o processo de dispersão da ciência, cultura e tecnologia através de ações e exposições, o que poderá se constituir como benéfico para a comunidade local, bem como na possibilidade da comunidade universitária se empenhar para o desenvolvimento de atividades que atendam a demanda do público extramuros da universidade. Diante do exposto as atividades científico-culturais a serem desenvolvidas • Oficinas sobre temáticas envolvendo a biodiversidade e a importância de conservação do Patrimônio Natural e Cultural do Estado de Alagoas; • Minicursos; • Exposição de temporárias; • Palestras em datas específicas; • Seminários; • Apresentações de grupos culturais nos encerramentos das atividades.

Referências:
AMARAL, D., MARANDINO, M., SOUZA, G.G. A Ciência o Brincar e os espaços não formais de Educação. Disponível em: http://paje.fe.usp.br/estrutura/geenf/textos/Acieobrincar_trabcongressos27.pdf . Acesso em 10 de janeiro de 2018. CARVALHO, Cristina; Lopes, Thamiris. O Público Infantil nos Museus. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edreal/2016nahead/2175-6236-edreal-52329.pdf . Acesso em 13 de janeiro de 2018. CORRÊA, Doris Maria Vicentin Braga; JUNIOR, Euclides Fontoura da Silva. Ciência vai à escola: o lúdico na educação em ciências. Disponível: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1369-8.pdf . Acesso em 14 de janeiro de 2018. CREPALDI, Isabella Conduta, et al. O ensino de ciências no museu e a educação não formal. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7629_5074.pdf . Acesso em 16 de janeiro de 2018. FRONZA-MARTINS, Aglay Sanches. Da magia à sedução: a importância das atividades educativas não-formais realizadas em Museus de Arte. Disponível em: http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/ viewPDFInterstitial/198/195 . Acesso em: 13 de janeiro de 2018. GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant, 2005 MARANDINO, Martha. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. Disponível em: http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/museologia_marandino2009.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2018. _____. Educação em museus de história natural: possibilidades e desafios de um programa de pesquisa. Disponível em: http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2013/09/educacao-em-museus-possibilidades-e-desafios.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2018. MASSARANI, Luisa. Olhar das crianças sobre uma exposição interativa. In: Divulgação científica e museus de ciência: O olhar do visitante – Memórias do evento / Luisa Massarani, Rosicler Neves, Luís Amorim (Organizadores) Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; RedPop, 2016. JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao /article/viewFile/20390/10860 . Acesso em 16 de janeiro de 2018. SANTOS, Oliveira e Modesto-Zampieron. Desenvolvimento de material didático e lúdico e jogos em ciências para crianças e adolescentes, no centro de ciências da FESP. Disponível em: < (UEMG) file:///C:/Users/usuario/Downloads/2130-6444-1-PB.pdf> . Acesso em 29 de dezembro 2017. SILVA, Rejâne Maria Lira: Ciência Lúdica. Brincando e Apredendo com Jogos sobre Ciências. Disponível em: http://www.cienciaartemagia.ufba.br/producao/livros/ciencia-ludica.pdf . Acesso em 29 de janeiro de 2017.

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
VICTOR DE OLIVEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
BRUNA MARIA BARBOSA DA ROSA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
ISABELLITA BARROS MENDES DA FONSECA	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
PRISCILLA MONTEIRO DE OLIVEIRA	SERVIDOR	INSTRUTOR / SUPERVISOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
SANDRA BATIROLLA PROFIRIO	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
ESTELA AVELINE OLIVEIRA DE SOUZA	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
SIBELE NAYARA SILVA LOPES	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
NATALIA FERREIRA MEDEIROS	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			03/08/2019	09/12/2019
HERMES CLAUDIO TEIXEIRA DOS SANTOS FILHO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			31/08/2019	09/12/2019

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
ISABEL CRISTINA DA ROCHA COSTA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			31/08/2019	09/12/2019
RODRIGO MATHEUS DA SILVA BRITO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			31/08/2019	09/12/2019
THAMIRYS MODESTO SOUZA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			31/08/2019	09/12/2019
LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO	DOCENTE	MINISTRANTE	IGDEMA	Ativo Permanente	04/11/2019	09/12/2019
CAMILA DE BARROS PRADO MOURA SALES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			04/11/2019	09/12/2019
THAÍSSA DE ARAÚJO FERREIRA MARQUES SANTOS	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			04/08/2019	09/12/2019
ALESSON MASSALINO DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			31/08/2019	09/12/2019
YASMIM GABRIELE DA SILVA MORAIS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			03/08/2019	09/12/2019
POLIANA AYRES CANCIO MOURA	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			03/08/2019	09/12/2019
IGOR HENRIQUE ARAUJO SANTOS	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			04/08/2019	09/12/2019
GIBSON CLAUDINO DA SILVA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			03/08/2019	09/12/2019
MARIA ALINE DOS SANTOS GOMES	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			03/08/2019	09/12/2019
INGRID CAROLINE SOARES TIBÚRCIO	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			03/08/2019	09/12/2019
ALINE HENRIQUE DE MELO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
TAYNA KARINE DOS REIS SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
GRAZIELE REGINA SOUZA DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
JOSE WELLINGTON DA SILVA CORREIA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			19/10/2019	09/12/2019
NEILDSON ALVES ARAUJO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
LAYANNA ROBERTA MADEIRO LOBO DE CASTRO	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
MARCO ANTONIO CAMARGO BORGES	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
BRUNO DE ARAUJO GOMES	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
MERCIA THAISA ARAUJO COSTA HOMERO	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
ALVARO DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
JOSÉ DOUGLAS SOARES DE CARVALHO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
ALLAN CRISTIAN DE ALMEIDA FELIX	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			18/05/2019	09/12/2019
MICHELLY SILVA CORDEIRO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
YURI MIRANDA TOSAKA SOARES	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
GABRIELA DE SOUZA VIEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
LUANA CRISTINA CAVALCANTE TORRES	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
AFONSO DE LIMA XAVIER	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			08/06/2019	09/12/2019
MELQUIZEDEQUE MACHADO DOS SANTOS	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
ANNA LUDMILLA DA COSTA PINTO NASCIMENTO	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
MAYANA DE CASTRO NUNES SILVA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
CARLOS JORGE DA SILVA CORREIA FERNANDES	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
FILIPE AUGUSTO CAVALCANTI DO NASCIMENTO	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
SELMA TORQUATO DA SILVA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
GABRIELA QUINTELA CAVALCANTE CORREIA	SERVIDOR	ORIENTADOR	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
JULIANNA ALVES RIBEIRO	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
RAPHAEL DOS SANTOS BATISTA	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
JULIA DANTAS FERREIRA DE MORAES	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA			18/05/2019	09/12/2019
LIRIANE MONTE FREITAS	DOCENTE	ORIENTADOR	APOS	Aposentado	18/05/2019	09/12/2019
JORGE LUIZ LOPES DA SILVA	DOCENTE	COORDENADOR(A) ADJUNTO(A)	ICBS	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
LETICIA RIBES DE LIMA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
ANA PAULA LOPES DA SILVA	DOCENTE	ORIENTADOR	IGDEMA	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
RENATO GABAN LIMA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
FLAVIA DE BARROS PRADO MOURA	DOCENTE	ORIENTADOR	ICBS	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
FLAVIA GOMES RAMOS ARAUJO	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
LEANDRO DOS SANTOS GONCALVES	SERVIDOR	AUXILIAR TÉCNICO	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
MARINA CRISTINA SOARES ESTEVES	EXTERNO	MINISTRANTE			21/09/2019	09/12/2019
KEROLAYNE REGINA BOMFIM DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
ERLANDE LINS DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
JOAO VICTOR LIMA DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
SHIRLEY MOREIRA DE ALCANTARA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
MIRTES DOS SANTOS CORREIA CARDOSO	EXTERNO	MINISTRANTE			21/09/2019	09/12/2019
FRATERNO RALF NETO	EXTERNO	MINISTRANTE			21/09/2019	09/12/2019
WICTOR THOMAS CORRÊA COSTA DOS SANTOS	EXTERNO	MINISTRANTE			21/09/2019	09/12/2019

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
BÁRBARA RAMOS ACIOLY	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
LAISA DOWSLEY CURSINO DE GUSMAO PRADO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
MURYLO AUGUSTO DOS SANTOS	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			21/09/2019	09/12/2019
SAMYRA CRISTINA PEREIRA DA COSTA	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			21/09/2019	09/12/2019
ALANA SANTOS OLIVEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
SARA BEATRIZ LAFAIETE NOGUEIRA	EXTERNO	INSTRUTOR / SUPERVISOR			21/09/2019	09/12/2019
AGBERTO FERREIRA DOS SANTOS	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			04/08/2019	09/12/2019
MATHEUS DE LIMA BALEEIRO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
LUCAS AUGUSTO DOS SANTOS SILVA	EXTERNO	COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
EVERALDO SANTOS SILVA JUNIOR	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
YURI MIRANDA TOSAKA SOARES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
SARA BEATRIZ LAFAIETE NOGUEIRA	EXTERNO	COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
JULIANNA ALVES RIBEIRO	DISCENTE	PALESTRANTE			23/11/2019	09/12/2019
GEORGE AGAMENON DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
SIBELE NAYARA SILVA LOPES	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
EVERALDO SANTOS SILVA JUNIOR	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			18/05/2019	09/12/2019
JACKSON EMILIANO PEDRO DA SILVA	DISCENTE	INSTRUTOR (A)			03/08/2019	09/12/2019
CINTIA MARIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	MHN	Ativo Permanente	18/05/2019	09/12/2019
AMANDA SORAYA DE BARROS LOURENCO	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
THAYANE BORGES DA CRUZ	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			21/09/2019	09/12/2019
MACLAUDS NATHAN FELICIANO SALMENTO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
ISAELLY CAROLINA MARTINS SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
JOAO PAULO DA SILVA LEITE	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
JOSE ANDERSON DE LIMA NASCIMENTO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
PEDRO IVO TORQUATO DE MEDEIROS	EXTERNO	COLABORADOR(A)			13/07/2019	09/12/2019
WILLAMS FAGNER SOARES DOS SANTOS	EXTERNO	COLABORADOR(A)			13/07/2019	09/12/2019
THAIS DANTAS DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
JHENIFER RAMALHO DA PAZ	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
THAYNA FELIX MOTA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			13/07/2019	09/12/2019
GRAZIELA FRANCA DA SILVA	EXTERNO	COLABORADOR(A)			18/05/2019	09/12/2019

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
JULIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	EXTERNO	MINISTRANTE			03/08/2019	09/12/2019
PÂMELA OLIVEIRA LIMA	EXTERNO	COLABORADOR(A)			23/11/2019	09/12/2019
MYCHELLE RAMOS DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			19/10/2019	09/12/2019
NADIEDJA DA SILVA CANDIDO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			19/10/2019	09/12/2019
BEATRIZ PAES VERAS DE CARVALHO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)			19/10/2019	09/12/2019
LUIZ HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) COLABORADOR(A)			16/11/2019	09/12/2019

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim

Discentes não informados

Ações das quais o PROJETO faz parte

Código - Título	Tipo

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

Objetivos / Resultados Esperados

Objetivos Gerais	Quantitativos	Qualitativos
Destacar o papel dos Museus como instituições de educação e interação e ressaltar suas inumeras funções para a sociedade, evidenciando seu caráter educativo e multidisciplinar.		
Familiarizar o público com os répteis e anfíbios alagoanos, desmistificar certos aspectos envolvendo os sapos e as cobras a partir do desenvolvimento de atividades lúdicas; Associar a imagem do MHN/UFAL a um ambiente de ensino-aprendizagem lúdico para o público infanto-juvenil.		
Ampliar o conhecimento científico sobre a etnoecologia e sua importância para sociedade. Estimular as pessoas a pensar em ciência como uma coisa muito interessante, de fácil compreensão e que ajuda no desenvolvimento pessoal e da sociedade.		
Destacar a importância do estudo sobre as aves para o reconhecimento e a conservação das espécies.		
Ampliar o conhecimento científico sobre a malacologia;Desmistificar os aspectos relacionados aos animais que vivem no mar.Conscientizar o público sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente para manutenção das espécies através de atos que possibilite o desenvolvimento sustentável.		
Ampliar as atividades científico-culturais do Herbário MHN/UFAL, implementando atividades de extensão permanente focadas em exposições e oficinas sobre os mais diversos aspectos da Biologia Vegetal.		
Destacar a importância do estudo e do desenvolvimento de práticas educativas que contribuam para a compreensão e valorização da diversidade étnico-racial brasileira, bem como da produção do conhecimento sobre a memória histórica e cultural dos afro e afro-brasileiro.		
Destacar a importância do estudo dos fósseis, rochas e minerais para o grande público.		
Familiarizar o público com os mamíferos alagoanos, desmistificar certos aspectos envolvendo morcegos e alguns pequenos mamíferos, associar a imagem do MHN/UFAL a um ambiente de ensino-aprendizagem lúdico para o público infanto-juvenil.		

Cronograma

Descrição das atividades desenvolvidas	Período		
Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições	18/05/2019	a	19/05/2019
Palestra "Morcego: não são o Batman, mas são heróis!"	18/05/2019	a	18/05/2019
Contação de Histórias e Oficina de Bonecas Abayomi	19/05/2019	a	19/05/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos de malacologia	08/06/2019	a	09/06/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos herpetologia	13/07/2019	a	14/07/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos etnoecologia	03/08/2019	a	04/08/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos sobre	21/09/2019	a	22/09/2019

Descrição das atividades desenvolvidas	Período		
botânica			
Realização de atividades científica sobre conhecimentos de ornitologia e evolução biológica	19/10/2019	a	20/10/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre a diversidade étnico-racial brasileira e comemoração ao dia da Consciência Negra	23/11/2019	a	24/11/2019
Realização de atividades científico-culturais sobre conhecimentos paleontologicos	31/08/2019	a	01/09/2019
Atividade científico-cultural sobre mamíferos, este fim de semana terá muitas atividades relacionadas ao grupo, além dos demais mamíferos	25/05/2019	a	26/05/2019
Oficina Bons Hábitos Alimentares	03/08/2019	a	03/08/2019
Oficina Pintando Com Corantes naturais	04/08/2019	a	04/08/2019
Oficina de Práticas Terapêuticas - Meditação	04/08/2019	a	04/08/2019
Oficina de Práticas Terapêuticas - Auriculoterapia	04/08/2019	a	04/08/2019
Minicurso: Cultivo de Orquídeas	21/09/2019	a	22/09/2019
Oficina: Ervas Aromáticas	21/09/2019	a	22/09/2019
Palestra: Flora Alagoana	21/09/2019	a	22/09/2019
Oficina de Terrário	21/09/2019	a	22/09/2019
Oficina de Pintura com Tinta Vegetal	21/09/2019	a	22/09/2019
Botânica no Museu	19/10/2019	a	19/10/2019
Apresentação: Ervas Medicinais e saúde	03/08/2019	a	03/08/2019

Arquivos

Descrição Arquivo
Projeto Fim de Semana no Museu - 2019

Lista de departamentos envolvidos na autorização da proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado
MUSEU DE HISTORIA NATURAL	24/05/2019 19:58:49	SIM
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	25/05/2019 15:51:16	SIM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	21/05/2019 17:55:42	SIM

SIGAA | NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação - (82) 3214-1015 | Copyright © 2006-2024 - UFAL - sig-app-1.srv1inst1 21/03/2024 01:20